

Guilherme Henrique De Oliveira Fonseca

**Planejamento em área de vulnerabilidade social: um estudo sobre o
bairro Cidade Cristo Rei (Montes Claros – MG)**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Área de Concentração: Sociedade, Ambiente e Território

Orientador: Roberto Luís de Melo Monte-Mór

Coorientadora: Iara Soares de França

MONTES CLAROS, 2017

FICHA CATALOGRÁFICA

F676p
2017

Fonseca, Guilherme Henrique de Oliveira.

Planejamento em área de vulnerabilidade social: um estudo sobre o bairro Cidade Cristo Rei (Montes Claros – MG) / Guilherme Henrique de Oliveira Fonseca -- Montes Claros, 2017.
236 f.

Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) - Universidade Federal de Minas Gerais - Instituto de Ciências Agrárias/ Universidade Estadual de Montes Claros.

Orientadores: Roberto Luís de Melo Monte-Mór/Iara Soares de França
Banca examinadora: Hélder dos Anjos Augusto, Sibelle Cornélio Diniz da Costa.

Inclui referências.

1. Planejamento urbano. 2. Aglomerado. 3. Área vulnerável. I. Monte-Mor, Roberto Luís de Melo (Orientador). II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Agrárias. III. Universidade Estadual de Montes Claros. IV. Título.

CDU: 711.4

Guilherme Henrique de Oliveira Fonseca

Planejamento em área de vulnerabilidade social: um estudo sobre o bairro Cidade Cristo Rei (Montes Claros – MG)

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Associado UFMG-Unimontes em Sociedade, Ambiente e Território, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território

Área de Concentração: Sociedade, Ambiente e Território

Linha de Pesquisa: Território e desenvolvimento

Aprovado pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Hélder dos Anjos Augusto
UFMG

Prof. Dr. Iara Soares de França
UNIMONTES

Prof. Dr. Roberto Luís Monte-Mór
UFMG

Prof. Dr. Sibelle Cornélio Diniz da Costa
UFMG

Prof. Dr. Flávia Maria Galizoni
Coordenador(a) do Programa Associado de Pós-Graduação UFMG-UNIMONTES em Sociedade, Ambiente e Território

MONTES CLAROS, 08 de Junho de 2017

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação aos moradores do bairro Cidade Cristo Rei (Montes Claros – MG), os quais nutro sentimento de profundo apreço e de bem. Dedico também a todos os agentes atuantes neste território que, assim como eu, lutam por uma Cidade Cristo Rei cada vez melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Senhor, pois Ele me inspirou a iniciar essa pesquisa, Ele me fortaleceu em cada momento e, portanto, para honra D'Ele são todas as obras de minhas mãos.

Agradeço a minha esposa amada, companheira fiel que me encorajou em cada pedaço deste árduo caminho.

Agradeço aos queridos colegas do corpo docente deste mestrado, que foram verdadeiros companheiros nessa jornada e tornaram-se amigos. Mais do que o aprendizado que obtivemos juntos, levo comigo as relações construídas neste tempo.

Agradeço ao corpo docente deste mestrado por todo conhecimento e esforço dedicado a nós. Em especial, agradeço ao Roberto, que foi mais do que um orientador, foi um verdadeiro conselheiro; e também a Lara, que não me desamparou por nenhum momento.

Por fim, agradeço a todos os meus familiares, amigos e também aos profissionais das diversas entidades que me envolvi nesse período, pois acreditaram nessa pesquisa desde o início.

“O homem não pode receber coisa
alguma, se do céu não lhe for
dada” – João 3:27

RESUMO

Esta dissertação tem por foco o planejamento urbano em áreas vulneráveis, visto que, são áreas afetadas pela pobreza, violência, riscos diversos, etc., além de serem áreas que constantemente não são incluídas em planos municipais. Por este motivo faz-se necessário o estudo da dinâmica sócio espacial dessas áreas, afim de produzir alternativas que visem a melhoria na qualidade de vida de seus moradores. Para isso foi estudado o caso do bairro Cidade Cristo Rei localizado na cidade Montes Claros (Minas Gerais), visto que, a cidade é de porte médio e possui uma enorme importância sócio econômica para o norte de Minas e o bairro Cidade Cristo Rei está localizado na região central da cidade e possui um aglomerado subnormal dentro de seus limites, o que torna a área ainda mais vulnerável. Essa dissertação é pautada no princípio do aprendizado social, isto é, busca alternativas diversas para o bairro Cidade Cristo Rei que sejam um produto do diálogo entre o interesse social (participação popular) e o interesse público (governo municipal). Por fim, o planejamento urbano associado ao aprendizado social mostrou-se uma importante ferramenta de pesquisa capaz de aglutinar vários temas complexos sobre o território em questão e, desta forma, pode apontar princípios transformadores para outras regiões vulneráveis da cidade de Montes Claros e região.

Palavras-chave: Planejamento urbano, aglomerado, área vulnerável, aprendizado social, bairro Cidade Cristo Rei.

ABSTRACT

This dissertation focuses on urban planning in vulnerable areas, since they are areas affected by poverty, violence, diverse risks, etc., as well as being areas that are not constantly included in municipal plans. For this reason it is necessary to study the socio-spatial dynamics of these areas, in order to produce alternatives that aim at improving the quality of life of its residents. For this purpose, the case of the Cristo Rei neighborhood located in the city of Montes Claros (Minas Gerais) was studied, since the city is of medium size and has an important socioeconomic importance for the north of Minas Gerais and the neighborhood Cristo Rei is located in the central region of the city and has a subnormal cluster within its limits, which makes the area even more vulnerable. This dissertation is based on the principle of social learning, that is, it seeks different alternatives for the neighborhood of Cristo Rei City that are a product of the dialogue between social interest (popular participation) and public interest (municipal government). Finally, urban planning associated with social learning has proved to be an important research tool capable of bringing together several complex themes about the territory in question and, thus, can point to transforming principles for other vulnerable regions of the city of Montes Claros and the region.

Keywords: Urban planning, agglomeration, vulnerable area, social learning, neighborhood Cidade Cristo Rei.

SUMÁRIO

1 CARACTERIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.....	2
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA	7
1.2 OBJETIVOS.....	12
1.2.1 Objetivo geral.....	12
1.2.2 Objetivos específicos	12
1.3 METODOLOGIA	12
2 PLANEJAMENTO URBANO.....	18
2.1 A CIDADE E OS DESAFIOS	18
2.2 A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	21
2.3 O TERRITÓRIO E SUAS DINÂMICAS	27
3 A HISTÓRIA DO BAIRRO CIDADE CRISTO REI.....	36
3.1 A EVOLUÇÃO DO ESPAÇO	36
3.2 OCUPAÇÃO POPULACIONAL E PLANEJAMENTO URBANO .	42
3.3 A ORIGEM DO TRÁFICO DE DROGAS	50
4 PANORAMA CONTEMPORANEO DO BAIRRO CIDADE CRISTO REI.....	54
4.1 A PERSPECTIVA EXTERNA.....	54
4.1.1 DO ESPAÇO.....	54
4.1.2 DO ADENSAMENTO POPULACIONAL	57
4.1.3 DA INFRAESTRUTURA	60
4.1.4 DA EDUCAÇÃO, SAÚDE, ESPORTE E CULTURA	64
4.1.5 DAS POLÍTICAS SOCIAIS	70
4.1.6 DA SEGURANÇA PÚBLICA	77
4.2 A PERSPECTIVA INTERNA.....	83
4.2.1 DA POPULAÇÃO E INFRAESTRUTURA.....	84

4.2.2 DA EDUCAÇÃO, SAÚDE E POLÍTICAS SOCIAIS.....	90
4.2.3 DA RENDA E COMÉRCIO/SERVIÇO	97
4.2.4 DA SEGURANÇA PÚBLICA E TRÁFICO DE DROGAS	106
5 DA DISCUSSÃO ÀS ALTERNATIVAS.....	120
5.1 ANÁLISE CRÍTICA	120
5.2 REURBANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR	145
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
REFERÊNCIAS	172
APÊNDICE	178
ANEXO	198

1 CARACTERIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Davis (2006) afirma que o crescimento populacional sempre ocorreu em todo o mundo. Entretanto, a partir de meados do século XX esse crescimento acelerou-se, especialmente, em cidades dos países de Terceiro Mundo. O crescimento da população urbana mundial está intimamente relacionado com taxa de natalidade, taxa de mortalidade e migração urbano-rural.

Esse conjunto de fatores pode resultar na urbanização dos países pobres, devido as péssimas condições de sobrevivência nas regiões rurais, a população rural migra para as cidades, o que não significa que a cidade ofereça, necessariamente, melhores condições de emprego e renda. Entretanto, a cidade sempre oferece abrigo, geralmente, nas regiões periféricas. Isso explica porque cidades de países pobres continuam a crescer apesar de enfrentarem crises financeiras (DAVIS, 2006).

Portanto, segundo Davis (2006), existe um fenômeno contemporâneo denominado de “favelização”, que pode ser definido como, a aglomeração populacional que sobrevém em determinadas regiões, com infraestrutura precária ou inexistente, de uma cidade. Esse fenômeno mundial ocorre principalmente em cidades dos países pobres, visto que, em 2003, apenas 6% da população citadina dos países ricos residiam nestas regiões precárias, enquanto em países pobres essa porcentagem era de 78,2%, conforme apontou Davis.

No Brasil, essas regiões de infraestrutura precária surgiram nas cidades a partir de 1950, período no qual iniciou-se um processo de rápida urbanização. Isso foi possível graças ao governo militar que investiu em infraestrutura, como energia, rede viária e saneamento básico, visando fortalecer a industrialização do país (Monte-Mór, 2007).

Com a descentralização dos investimentos industriais em infraestrutura no país, várias cidades tornaram-se espaços com grande montante de serviços, produtos e oportunidades. Houve então, migrações das populações das zonas rurais para as cidades, o que provocou um rápido crescimento populacional desordenado, especialmente entre 1950 e 1970.

Tal processo, se agravou à medida que a expansão urbana avançou sem planejamento adequado para alocar grandes massas populacionais, especialmente, os grupos mais pobres. Logo, a cidade que deveria ser o espaço de distribuição de benefícios para todos como, tecnologia, infraestrutura, produtos, serviços, etc., acabou por tornar-se um espaço de desigualdades sociais diversas.

Segundo Leite (2010), essas regiões com infraestrutura precária que abrigam grandes montantes populacionais foram denominadas de “favelas”, termo este proveniente do nome de uma planta nativa típica do nordeste brasileiro. Até os anos 2000, o termo “favela” foi amplamente utilizado por vários pesquisadores e entidades para referir-se a tais regiões.

A partir de 2000, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE – introduziu um novo termo neste contexto, “aglomerado subnormal”. Segundo o IBGE, aglomerados subnormais são definidos como áreas de infraestrutura precária que possuem mais de 51 domicílios, estes sem título de propriedade.

Para evitar o uso de grafias informais, não será utilizado o termo “favela” nesta dissertação, por outro lado, ao utilizar o termo “aglomerado subnormal” o presente autor preferiu retirar a palavra “subnormal”, visto que possui o mesmo significado da palavra “inferior” ou “rebaixado”, o que acaba por pré-qualificar o tipo de aglomerado, conseqüentemente, faz alusão a um termo preconceituoso e pejorativo. Portanto, na presente dissertação será utilizada apenas a palavra “aglomerado” para referir-se a tais regiões.

Na cidade de Montes Claros, pertencente ao Estado de Minas Gerais, existe um bairro denominado de Cidade Cristo Rei, nome oficial descrito no Plano Diretor ¹de 2015, nesta dissertação serão utilizadas as iniciais deste nome – CCR – para fins puramente didáticos. O bairro CCR também é conhecido por Conferência Cidade Cristo Rei, que foi o nome oficial

¹ Um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infra-estrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal. (VILLAÇA, 1999, p. 238)

utilizado antes do Plano Diretor de 2015, tal nomenclatura faz menção a uma sociedade civil organizada de mesmo nome, que foi a proprietária dessa área em 1944.

Ao redor de todo o bairro CCR existe um bairro com área muito maior denominado de São João, e por este motivo também é comum que o bairro CCR seja denominado de Alto São João. Portanto, ao longo desta dissertação surgirão dados e documentos, cujo conteúdo trazem todos estes nomes supracitados, mas que referem-se a mesma área, a saber, o bairro CCR.

Por fim, no interior do bairro CCR, ao leste, existe uma área popularmente conhecida por “Feijão Semeado” que sofreu um processo de “favelização” na década de 1980. Logo, especificamente nesta área, existe um aglomerado de aproximadamente 70.000 m² em que residem cerca de 2.075 pessoas, conforme o censo do IBGE (2010). Esta área leste, onde situa-se o aglomerado, será denominada nesta dissertação pelas iniciais LCCR, para fins puramente didáticos.

A maior parte dos aglomerados enfrentam infelizes realidades como pobreza, violência, drogas, infraestrutura precária, etc., e por estes motivos são regiões frequentemente estigmatizadas pela sociedade. Além disso, conforme Maricato (2003), os aglomerados têm sofrido especulação imobiliária quando situam-se em áreas centrais da cidade, sendo possível que seus moradores sejam realocados para outros locais. Por outro lado, quando os aglomerados situam-se em áreas periféricas são esquecidos pelo planejamento urbano municipal, conseqüentemente, a população residente nas periferias é a última a desfrutar dos benefícios provenientes dos planos.

No caso do aglomerado existente na área LCCR não é diferente. Segundo Martins (2008), entre 2005 e 2008, o CCR foi o segundo bairro em Montes Claros com maior número de registros no índice de crimes violentos e taxas de roubos e assaltos; além disso, a área LCCR era constituída de 404 unidades domiciliares em condições razoáveis e/ou precárias, essa região caracterizava-se também pela taxa de analfabetismo de 12% dos moradores e taxa de trabalhadores informais de 51% e, ainda, 70% das famílias que ali residiam recebiam até um salário mínimo por mês.

Por estes e outros motivos, quando temas como favelas, aglomerados subnormais e comunidades são abordados pela literatura, é

comum encontrar associado a tais objetos, termos como risco social, vulnerabilidade social, problemas sociais, dentre outros. No título desta dissertação percebe-se que houve preferência pelo uso do termo vulnerabilidade social para referir-se a condição dos aglomerados, nesse caso, o existente na área LCCR.

Esse termo é comum no campo das ciências sociais, para Marandola e Hogan (2006, p. 35), “A vulnerabilidade é evocada na tradição de estudos sobre a pobreza enquanto um novo conceito forte, na esteira dos utilizados em outros tempos como exclusão/inclusão, marginalidade, apartheid, periferização, segregação, dependência, entre outros”.

A principal diferença entre os termos risco e vulnerabilidade, segundo Janczura (2012), é que riscos são diversos como, acidentes, doenças, desemprego, deficiência, dentre outros, e existem para qualquer população ou grupo social. Entretanto, os riscos não atingem todos os indivíduos da mesma forma, logo, a vulnerabilidade efetiva-se quando um indivíduo possui características que provoquem uma predisposição a responder negativamente a determinado risco.

Ao definir que um grupo de indivíduos encontra-se em situação de vulnerabilidade social, entende-se que os mesmos estão em uma condição temporária ou não, que os impedem de lidar positivamente com seus problemas sociais, econômicos, políticos, ambientais, etc. Portanto, a vulnerabilidade pode ser causada por diversos motivos.

Danos a economia e renda, bem como, rompimentos de laços de confiança e solidariedade em um grupo de indivíduos, são os principais motivos que tornam tal grupo mais frágil, isto é, vulnerável. Conforme, Gomes e Pereira (2005, p. 360), “A situação de vulnerabilidade social da família pobre se encontra diretamente ligada à miséria estrutural, agravada pela crise econômica que lança o homem ou a mulher ao desemprego ou subemprego.”, e, “(...) a perda ou rompimento dos vínculos produz sofrimento e leva o indivíduo à descrença de si mesmo, tornando-o frágil e com baixa autoestima.”.

Por fim, fala-se também da vulnerabilidade do lugar, conforme Marandola e Hogan (2006, p. 36), “Esta abordagem parte das dinâmicas que configuram uma dada espacialidade, procurando circunscrever sua escala

(uma região, uma cidade, um ecossistema, um bairro), identificando nas interações ente sociedade e natureza os riscos e perigos que atingem o lugar.”

Logo, o bairro CCR pode ser considerado como uma área que encontra-se em situação de vulnerabilidade social e, portanto, merece atenção e tratamento especial por parte dos programas das políticas de prevenção à criminalidade, das instituições de ensino, de organizações não governamentais, da Igreja, dos órgãos responsáveis pela segurança pública e, principalmente, da prefeitura de Montes Claros e cidadãos comuns.

Neste sentido, a única ferramenta metodológica com envergadura suficiente para interagir com diferentes órgãos e entidades, bem como, com capacidade de aglutinar e analisar as informações que envolvem grande parte dos aspectos da dinâmica do bairro CCR é o planejamento.

Atualmente, o planejamento envolve todos os aspectos da vida humana, que vão desde a decisão sobre quais serão nossas ações cotidianas ao acordar, até a formulação de complexas estratégias para alcançar metas econômicas em empresas multinacionais. O planejamento possui algumas características que são intrínsecas a sua essência, como por exemplo, a orientação para o futuro, análise de restrições e as potencialidades (possibilidades) de alternativas. No planejamento contemporâneo, Souza (2006), inclui pelo menos mais um importante componente a essas características, a preocupação com a resolução de conflitos de interesse.

Entretanto, ressalta-se que a ferramenta de planejamento utilizada nesta dissertação será o planejamento urbano. Neste ponto, é necessário diferenciar planejamento urbano de urbanismo. O urbanismo é uma ciência proveniente da arquitetura que visa produzir alternativas físicas para diversos fins, sob uma perspectiva espacial e estética. Já o planejamento urbano é uma ciência multidisciplinar, isto é, engloba várias áreas de estudo, inclusive o urbanismo.

Portanto, o planejamento urbano pode auxiliar na identificação de problemas, ampliação do poder de análise crítica da pesquisa e, desta forma, potencializa a criação de alternativas plurais. Por fim, todo o esforço para estudar o bairro Cidade Cristo Rei, pode auxiliar o planejamento urbano municipal como um todo, visto que, esse bairro não é a única área que se encontra em situação de vulnerabilidade social na cidade de Montes Claros.

1.1 Problematização e justificativa

O crescimento populacional está intimamente relacionado com a economia da cidade, ou seja, quanto maior for o potencial econômico de uma cidade, maior será a migração para a mesma. Neste sentido, Leite (2010) afirma que as cidades médias têm maior probabilidade de crescimento populacional, primeiro devido a crescente economia e, posteriormente, devido a funcionalidade, isto é, o papel que a cidade média tem na rede urbana em convergir pessoas de capitais e outras regiões. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE– classifica uma cidade como média se sua população está entre 100 e 500 mil habitantes.

Em consequência desse maior afluxo populacional, as cidades médias são mais propensas a formação de aglomerados. Segundo o censo demográfico de 2010 do IBGE, cerca de 28% da população brasileira residia em aglomerados. Ainda segundo o mesmo censo, cerca de 40% das cidades pequenas (com menos de 100.000 habitantes) possuem aglomerados, enquanto, em cidades médias essa porcentagem é de 80%.

A formação de um aglomerado é o resultado final de um processo de exclusão social existente na cidade. Uma das primeiras manifestações da exclusão social se dá pela segregação espacial. A segregação espacial surge quando a fixação da população de alta renda em locais mais privilegiados da cidade impede a ocupação de tais locais pela população de baixa renda, conseqüentemente, estes terão mais dificuldade em acessar alguns serviços presentes nessas regiões. Conforme aponta Villaça (2003, p. 2), “a segregação, como mecanismo de dominação e exclusão, sempre impede ou dificulta o acesso dos segregados a algum serviço, benefício, direito ou vantagem, seja público ou privado”.

Essa segregação espacial limita os locais que a população de baixa renda pode afixar-se. Logo, esses grupos pobres ocuparão locais distantes dos grandes centros comerciais e com infraestrutura precária, impedindo acesso a diversos serviços e benefícios presentes nestes centros.

Além disso, Villaça (1996) afirma que a formação de bairros ocupados por grupos sociais de alta renda gera uma aproximação das sedes de órgãos governamentais e agentes de serviços diversos que, por sua vez,

atraem investimentos em infraestrutura, conseqüentemente, nestes bairros cria-se uma espécie de “centro” de produtos e serviços.

Essa centralidade característica de bairros de alta renda provoca uma valorização monetária na terra, uma vez que ali encontra-se infraestrutura de qualidade, produtos e serviços. Desta forma, a população de alta renda é atraída e tende a se fixar nesses locais, cria-se então um ciclo de exclusão social que afasta cada vez mais a população de baixa renda dos espaços (infraestrutura, produtos e serviço) privilegiados da cidade.

Os aglomerados “subnormais” podem situar-se em regiões centrais de uma cidade, por exemplo, no caso de ocupações ilegais antigas; situam-se também em regiões periféricas, neste caso por serem as únicas regiões ainda não ocupadas pela população de alta renda ou porque tais regiões não são valorizadas pelo mercado imobiliário, ou ainda devido a serem regiões impróprias para urbanização, como regiões com alto grau de declividade, próxima a corpos hídricos, etc. Além disso, Maricato (2000) diz que a maior parte destes locais onde residem a população de baixa renda são marcados pela irregularidade fundiária, significa dizer que esses grupos excluídos acabam ocupando à terra ilegalmente.

Ocupações de terra ilegais eram e são constantes em todas as cidades do Brasil, por exemplo, nos anos 2000, 40% da população do Recife morava em aglomerados, e mais de 50% possuíam propriedades ilegais na época, essa também era uma realidade da população residente em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Tais resultados evidenciam que a existência do processo de exclusão social (MARICATO, 2000).

Por isso, as cidades brasileiras contemporâneas, inclusive as cidades médias, estão sujeitas a reproduzir as desigualdades supracitadas. Isso ocorre também devido à arbitrariedade na aplicação das leis urbanas por parte da gestão municipal, que, conforme afirma Maricato (2003):

Muitos são os fatores que determinam quando a lei é aplicada ou não. Um nos parece principal. Quando a localização de uma terra ocupada por favelas é valorizada pelo mercado imobiliário, a lei se impõe. Lei de mercado, e não norma jurídica, determina o cumprimento da lei (MARICATO, 2003, p.9).

Portanto, o interesse do mercado imobiliário pode influenciar diretamente a aplicação de algumas leis urbanas. Neste sentido, os aglomerados podem tornar-se meros espaços de manipulação e integração do interesse imobiliário, caso não exista comprometimento e imparcialidade por parte dos planejadores e administradores públicos no que tange ao cumprimento da lei.

Neste contexto, surgem perguntas sobre problemas físicos (espaciais) dos aglomerados, bem como, as possíveis soluções. A população possui equipamentos urbanos suficientes e de qualidade no bairro CCR? Qual o nível de acesso da população do aglomerado a estes equipamentos? Quais as políticas urbanas previstas pela prefeitura de Montes Claros para o aglomerado do bairro CCR? E qual a opinião da população em relação a estas políticas urbanas?

Um aglomerado pode ser definido espacialmente como uma área de ocupação ilegal que demanda regularização fundiária. Além disso, esse tipo de território é percebido pela sociedade apenas como uma região com alto índice de violência e pobreza, associado a uma baixa taxa de educação escolar. Portanto, é um espaço que gera “incomodo” para pessoas que moram na vizinhança dos aglomerados e para servidores públicos, isso porque surgem preocupações quanto à segurança pública (Souza, 2010).

Por isso, levantar questões apenas no âmbito espacial é permanecer apenas na camada mais superficial dos problemas de um aglomerado. Rolnik (1999), afirma que essa “exclusão territorial”, como uma das faces da exclusão social, impede o acesso da população de baixa renda aos espaços de qualidade e a torna vulnerável; conseqüentemente, essa situação pode evoluir para falta de acesso a segurança, justiça, ou representação política e pode produzir violência generalizada.

Conseqüentemente, um território vulnerável será muito mais propenso a tornar-se violento. A violência é uma variável que interfere negativamente na qualidade de vida de um grupo social. Portanto, o processo de exclusão territorial reduz a qualidade de vida nesses locais em vários aspectos, que vão desde a precariedade física até a vulnerabilidade criada (Rolnik, 2002).

Conseqüentemente, perguntas para além do aspecto físico emergem. Qual a dinâmica social existente dentro do aglomerado no bairro CCR? Como estes aspectos interferem na qualidade de vida da população? Quais as estratégias e alternativas de sobrevivência criadas por parte da população do bairro CCR?

Quando respostas forem alcançadas, será possível não apenas compor soluções espaciais para os problemas estruturais do bairro CCR, em especial para o aglomerado ali existente, mas políticas públicas como um todo poderão ser formuladas com o intuito de trazer mais acesso a bens e serviços, bem como, promover a melhoria da qualidade da vida social para toda a população do bairro CCR. Por fim, os princípios metodológicos de análise e de construção de alternativas desta dissertação poderão ser utilizados para auxiliar na construção de planos urbanos para outras áreas vulneráveis da cidade de Montes Claros.

Como já descrito as cidades médias tendem a formar mais aglomerados em seu entorno. Segundo Cardoso (2007), atualmente aproximadamente 26% da população que mora em aglomerados no Brasil situa-se em cidades de porte médio. No caso de Montes Claros, existem cerca de 15.607 pessoas morando em aglomerados, isto é, mais de 4% da população da cidade (IBGE, 2010).

Logo, uma grande parte da população de Montes Claros pode estar enfrentando problemas sociais, econômicos e espaciais existentes nesses aglomerados e, conseqüentemente, encontram-se em situação de vulnerabilidade social. Além disso, os aglomerados tornaram-se motivo de preocupação social e administrativa, visto que, pela perspectiva da sociedade, os aglomerados são considerados os principais meios de condução da violência, do tráfico de drogas e da degradação ambiental, sendo esta última manifesta pela ocupação ilegal do solo em áreas de proteção ambiental (Souza, 2010).

Portanto, uma pesquisa sobre a dinâmica sócio espacial em uma dessas áreas vulneráveis, pode identificar quais os reais problemas enfrentados pela população e como isso interfere na qualidade de vida dos mesmos. Além disso, a pesquisa também pode revelar se os aglomerados

realmente são locais onde encontra-se apenas violência, pobreza e vulnerabilidades, como alega o senso comum da sociedade.

Conforme censo de 2010 do IBGE, cerca de 2.075 pessoas residem no aglomerado existente no interior do bairro Cidade Cristo Rei, tornando-o um dos mais populosos da cidade. Além disso, o bairro encontra-se situado em uma região muito próxima ao centro comercial de Montes Claros, logo é uma área valorizada pelo mercado imobiliário pela sua localização privilegiada.

Portanto, é necessário verificar quais as políticas urbanas previstas pela gestão municipal para esse bairro, bem como, analisar os reais interesses que orientam as mesmas. Neste contexto, o artigo 2º do Estatuto da Cidade (lei federal 10.257/2001) prevê moradia, infraestrutura, etc., como direitos de todo cidadão, prevê também que a gestão municipal realize o planejamento urbano junto com a participação popular.

Neste sentido, torna-se extremamente relevante discutir o planejamento urbano das áreas mais vulneráveis da cidade, e como isso pode contribuir para o planejamento municipal da cidade. Além disso, o planejamento urbano como ferramenta a serviço do estado, diminui a especulação imobiliária em determinadas regiões e pode promover uma melhor distribuição dos equipamentos urbanos e da infraestrutura para regiões vulneráveis.

Portanto, essa dissertação pode trazer à tona algumas alternativas para as diversas questões sobre as áreas vulneráveis da cidade, como aglomerados. Isso pode ser alcançado analisando o caso do bairro Cidade Cristo Rei.

Por fim, a escolha por pesquisar o bairro Cidade Cristo Rei também foi uma preferência do autor dessa dissertação, visto que, é uma área vulnerável de fácil acesso para o mesmo, pelas relações de amizade mantidas com alguns moradores e pela afinidade com a população de modo geral, esta adquirida pela experiência como professor voluntário em um projeto social (que visa promover o auxílio educacional e a prevenção da sexualidade precoce) da Igreja Presbiteriana da Paz que possui sede no bairro CCR.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Identificar e analisar a dinâmica sócio espacial do bairro Cidade Cristo Rei, com enfoque no aglomerado existente nesta área.

1.2.2 Objetivos específicos

- Realizar uma revisão bibliográfica consistente, relacionando-a de forma pontual ao objetivo geral proposto;
- Pesquisar a origem histórica do bairro Cidade Cristo Rei;
- Discutir e construir alternativas para o bairro Cidade Cristo Rei pautadas na participação popular, com enfoque na melhoria da qualidade de vida dos residentes do aglomerado;
- Apontar princípios transformadores para outras áreas em situação de vulnerabilidade social na região do Norte de Minas Gerais através deste estudo de caso.

1.3 Metodologia

Conforme afirma Minayo (2011), um projeto de pesquisa não surge espontaneamente, mas realiza-se pelo domínio de teorias e métodos em prol de uma temática. Desta forma têm-se uma ferramenta-guia para a produção de conhecimento. Em um projeto de pesquisa existem, pelo menos, três categorias de objeto. O objeto percebido é nossa visão a respeito do mesmo, o objeto real é a totalidade na existência social, e o objeto construído é uma tradução do real através de ferramentas.

Para a elaboração do projeto de pesquisa é preciso levar em conta a dimensão técnica, que são as regras, isto é, como abordar e investigar um objeto. A dimensão ideológica também é parte essencial, já que constitui a escolha da pesquisa e está condicionada histórica e socialmente. Para articular estas duas dimensões, isto é, a teórica e a empírica, é necessário um método científico (Minayo, 2011).

O método científico utilizado nessa dissertação foi o *estudo de caso*. Este método é proveniente do campo das Ciências Sociais e é amplamente

utilizado para pesquisas exploratórias, no qual, várias perspectivas sobre o objeto são analisadas. Conforme afirma YIN (1989, p. 23), "o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, (...) onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas."

Para compor as evidências do estudo de caso podem ser utilizadas documentos diversos, entrevistas e observação. Este método, de modo geral, possui um tamanho de amostra reduzido, mas desde de que a amostra seja representativa, o estudo de caso mostra-se como uma poderosa ferramenta metodológica, capaz de explicar a relação entre o empírico e o prático de um objeto de estudo (YIN, 1989).

Neste sentido, o objeto deste estudo de caso é o bairro Cidade Cristo Rei. O presente dessa dissertação teve o primeiro contato com os moradores do bairro CCR em 2013. Na ocasião, foram visitadas as casas de duas famílias, a convite de um terceiro, parente dos mesmos.

Posteriormente, comovido com a situação precária em que estas duas famílias encontravam-se, o presente autor coordenou e efetivou um projeto social, denominado Projeto Cristo Rei, em parceria com a Igreja Presbiteriana da Paz, cujo, o foco era realizar aulas de apoio escolar para as crianças do bairro CCR, além de visitas domiciliares.

Posteriormente, tal projeto tornou-se, em 2017, uma sociedade civil organizada denominada de Casa Integrar, com sede dentro dos limites do bairro CCR, no qual, são atendidas cerca de 45 crianças, 15 adolescentes e 15 mulheres, que realizam oficinas diversas como culinária, música, apoio escolar, serigrafia, corte de cabelo, etc., com o intuito de reduzir o tempo das crianças e adolescentes nas ruas, promovendo uma cultura de cooperação entre os participantes, além de proporcionar também ferramentas para geração de renda alternativa.

Portanto, inicialmente, o presente autor criou uma relação com as crianças e adolescentes através do exercício da função de professor voluntário do Projeto Cristo Rei, que posteriormente, desenvolveu-se em relações de amizade com os alunos e também com os respectivos familiares. Isso tornou possível o acesso do presente autor a determinados locais e pessoas específicas dentro do bairro CCR, e proporcionou a habilidade metodológica

característica do estudo de caso denominada de *observação direta*, no qual é possível verificar e analisar evidências através do contato direto com o objeto.

Para alcançar os objetivos propostos, essa pesquisa foi orientada por alguns procedimentos metodológicos, divididos em quatro partes, a saber, os capítulos 2, 3, 4 e 5. As técnicas metodológicas e procedimentos a serem apresentados são típicas de uma pesquisa científica de cunho qualitativo e quantitativo. Apesar dos dados qualitativos diferirem dos quantitativos, estes complementam-se na busca por respostas, conforme afirma Boni e Quaresma (2005).

O *capítulo 2* é a *planejamento urbano*. Este tópico traz a revisão bibliográfica sobre alguns aspectos do planejamento urbano e mostra a importância do mesmo para a complexa cidade contemporânea. Além disso, esse tópico visa introduzir dois grandes temas, sociedade e território, que abarcam estudos do mundo globalizado, bem como a organização de um grupo social e sua dinâmica; logo, são temas interdisciplinares fundamentais que podem orientar a construção de alternativas sob a égide do planejamento urbano.

Para construção do arcabouço teórico do *capítulo 2* são utilizados periódicos científicos, livros, teses, dissertações e resumos em congresso de diversos autores, dos quais os principais são Roberto Luís Monte-Mór, Marcelo de Souza, Henri Lefebvre, Milton Santos, Wolfgang Sachs, dentre outros.

Com o título *A história do bairro Cidade Cristo Rei*, o *capítulo 3* remonta a história do bairro Cidade Cristo Rei a partir de 1930 até os dias atuais, visando trazer importantes elementos como a evolução do espaço, a forma de ocupação populacional, qual a influência do planejamento municipal para a atual configuração do bairro e, por fim, um breve relato sobre a época em que o tráfico de drogas se iniciou. Tal percurso foi construído através de entrevistas a antigos proprietários e análise de documentos diversos que comprovam a veracidade dos fatos, tais documentos estão disponíveis no Anexo dessa dissertação.

O *capítulo 4* tem por título *Panorama contemporâneo do bairro Cidade Cristo Rei*, e é construído visando alcançar principalmente o objetivo geral, isto é, delimitar o território em questão e apresentar seus principais aspectos sócio espaciais; para isso são utilizados dados qualitativos e

quantitativos através de pesquisa documental que, conforme afirma Richardson (1985), é uma ferramenta que confere confiabilidade e segurança aos dados.

Este capítulo traz informações diversas sobre o bairro CCR e sua população como infraestrutura, emprego e renda, espaço, comércio, segurança pública, dentre outros. Além disso, este capítulo está separado em duas partes, a primeira concentra informações provenientes de pesquisa documental realizada pelo autor, e a segunda apresenta informações obtidas através de entrevistas feitas pelo autor.

A pesquisa documental foi realizada em diversos órgãos municipais e estaduais como, Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), 10º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, Secretaria do Estado de Defesa Social (SEDS), Sistema Único de Assistência Social de Montes Claros (SUAS), Secretaria de Saúde de Montes Claros, dentre outros. Além disso, também são apresentados dados importantes do censo de 2010 do IBGE e de artigos e teses de dois pesquisadores do território em questão, Marcos Esdras Leite e o Ederson da Cruz Pereira.

Conforme lembra Santos (1988), ao analisar um objeto de estudo nenhum pesquisador está livre de seus valores adquiridos e, portanto, não está neutro em sua análise. Apesar disso, o contato com os moradores do bairro CCR é um ponto positivo já que são eles os detentores do conhecimento local, e isso poderá contribuir para a análise crítica da realidade do objeto de estudo.

Para alcançar tal objetivo, a segunda parte do capítulo 4 utiliza a entrevista aberta como ferramenta, que segundo Poupart (2008), proporciona maior riqueza em detalhes do cotidiano de um território. Os formulários de entrevistas utilizados são provenientes de modelos típicos de pesquisas sociais, no qual, foram acrescentadas algumas perguntas específicas sobre o bairro CCR visando alcançar respostas para atingir os objetivos propostos nesta dissertação. Os formulários de entrevistas estão disponíveis no Apêndice A.

A Tabela 1 apresenta algumas informações sobre as entrevistas realizadas, como a quantidade de entrevistas, os tipos de pessoas entrevistadas, as siglas para referenciar cada entrevista, quando citadas no

corpo do texto e quais os tipos de formulários utilizados para realizar as entrevistas, sendo 3 modelos, A, B e C. Ressalta-se que para responder as entrevistas, foram escolhidos moradores de diversas faixas etárias, mas que residem no bairro CCR há mais de 10 anos.

Tabela 1 – Informações gerais sobre entrevistas

TIPO DE FORMULÁRIO	IDENTIFICAÇÃO FORMULÁRIO(S)	TIPO DO ENTREVISTADO(A)	QUANTIDADE ENTREVISTAS
MODELO A	E1-A	Ex-Presidente Entidade Religiosa	1
MODELO B	E1-B; E2-B; E3-B; E3-B; E4-B; E5-B; E6-B	Moradores do bairro CCR	6
MODELO C	E1-C; E2-C; E3-C; E3-C; E4-C; E5-C; E6-C; E7-C; E8-C; E9-C	3 Comerciantes; 6 servidores públicos (CRAS, PMMG, PSF, Faculdade FASA, Fica-Vivo, Departamento Projetos Prefeitura Montes Claros)	9
TOTAL DE ENTREVISTAS REALIZADAS			16

Fonte: Próprio Autor, 2016.

Ressalta-se também que o presente autor encontrou extrema dificuldade em realizar entrevistas abertas com os moradores do bairro CCR. Primeiro, devido ao tempo previsto para a captação e análise de dados do programa de pós graduação que foi de um ano e seis meses. Outra dificuldade foi encontrar entrevistados com mais de 10 anos de residência no bairro CCR, visto que, grande parte dos moradores possuem pouco tempo de permanência na área, o que não proporcionaria para a pesquisa a mesma confiabilidade nos relatos.

Por fim, a maior dificuldade enfrentada quanto a realização das entrevistas foi, sem dúvida, buscar entrevistados que possuíam uma relação fraca com o tráfico de drogas, isto é, devido ao conteúdo das perguntas do formulário de entrevistas (especialmente o formulário B) existia e ainda existe um grande de risco de morte para o presente autor, visto que, muitas perguntas buscam respostas concernentes ao tráfico de drogas e sua dinâmica.

Por este motivo, não foi possível entrevistar mais de seis moradores da área, pois informações sobre o conteúdo das entrevistas poderiam ser transferidas aos traficantes, o que resultaria na paralisação da pesquisa de campo; além disso, conforme será descrito ao longo dessa dissertação, a maior parte das famílias residentes na área LCCR possuem parentes envolvidos ao tráfico de drogas, o que reduziu a margem para realização de entrevistas a moradores com pouco ou nenhum envolvimento com o tráfico de drogas.

Por fim, o *capítulo 5* tem o título *Da discussão às alternativas*, e tem o intuito de conectar e descrever a análise crítica de todas as informações levantadas nos capítulos anteriores. Além disso, este capítulo busca apresentar algumas alternativas socioeconômicas para o bairro CCR pautadas na participação popular dos mesmos, com um enfoque na discussão sobre a reurbanização do bairro em questão.

Ressalta-se, entretanto, que tal análise será realizada conforme a metodologia explicada por Santos (1988), isto é, o território objeto deste estudo será analisado não com o intuito de criar leis gerais rígidas e rótulos sobre as características do bairro CCR e de sua população, mas sim visando auxiliar a formulação de ações no âmbito do planejamento urbano que sejam adequadas para a melhoria da qualidade de vida da população do bairro.

Toda a dissertação é pautada pela ideologia do *Aprendizado Social* proposto por Friedmann (1991). Tal ideologia será apresentada de forma mais consistente no capítulo 5, entretanto, pode-se ressaltar que o aprendizado social visa realizar uma consistente interação entre o teórico e o prático, entre o conhecimento local e o planejamento técnico, afim de que alternativas surjam para produzir melhor qualidade de vida para uma população.

2 PLANEJAMENTO URBANO

2.1 A cidade e os desafios

A cidade é um espaço urbano que possui diversas variáveis políticas, econômicas, espaciais, etc., em sua composição e como elemento central tem-se o “fator” humano. A construção social da cidade é inegável, entretanto, grande é a influência que o estado e o capital exercem sobre a organização social da cidade. A cidade é uma complexidade e seus principais aspectos podem ser destacados:

A cidade se caracterizou como o espaço do poder, da festa, das trocas e da concentração do excedente coletivo, constituindo a centralidade da comunidade organizada onde se concentraram as instituições, leis e mecanismos de gestão, os serviços religiosos e as manifestações culturais, os monumentos, as trocas no mercado e os serviços coletivos de apoio à vida quotidiana (MONTE-MÓR, 2007, p. 2).

Portanto, na cidade, o planejamento deve possuir um grande teor de interdisciplinaridade e de cooperação. Especialmente no âmbito público, o planejamento urbano é o grande integrador de informações complexas, além de ter o potencial de orientar as ações administrativas e de influenciar na dinâmica social, econômica e política de toda população urbana.

Existem categorias teóricas que abordam o planejamento apenas da perspectiva físico-territorial, isto é, considera-se apenas o viés espacial e organizacional da cidade. Um exemplo é o urbanismo. O urbanismo é uma ciência que provém tradicionalmente da arquitetura. Logo, o urbanista preocupa-se, exclusivamente, com a espacialidade e a estética da cidade. Apesar de ser extremamente importante, não podemos reduzir o planejamento urbano ao urbanismo, o urbanismo é um dos diversos subgrupos que compõe o planejamento urbano.

Souza (2006) relembra sobre a importância da “multiescalaridade” para o planejamento urbano e realiza algumas definições sobre este tema sem a intenção de enrijecer o planejamento em categorias, mas sim de orientar o princípio da dimensão de um planejamento urbano. Neste sentido, visando

estudar o bairro CCR, com um enfoque na área LCCR, duas escalas propostas pelo autor serão importantes de se considerar.

A primeira é a escala local; os recortes espaciais dessa escala são variados, mas sempre expressam uma identidade baseada na vivência social; portanto, a escala local é a escala referente a uma cidade. Composto a escala local temos os subníveis microlocal e mesolocal.

O subnível microlocal está diretamente relacionado à vivência coletiva das atividades do cotidiano, geralmente, forma-se uma identidade sólida. Esse subnível corresponde aos quarteirões, bairros ou ainda os setores de uma cidade. O subnível mesolocal possui uma vivência pessoal menos forte e clara comparada ao subnível microlocal, refere-se a um espaço mais amplo, geralmente, o município, o distrito e até mesmo a cidade (SOUZA, 2006).

A outra escala importante de ser definida é a regional, essa possui certa carga cultural e histórica, possui também aspectos econômicos e ambientais (e outros) semelhantes. Essa escala pode coincidir com os territórios políticos administrativos denominados pelo Estado, como por exemplo, o Norte de Minas Gerais; as províncias também são consideradas escala regional. Quando uma rede de várias cidades ou regiões metropolitanas são formadas, tal agrupamento pode ser denominado de nível macrolocal ou ainda microrregional, dependendo da bibliografia utilizada.

Essa escala regional ainda é muito polêmica e possui uma variedade de definições que podem gerar certa confusão na utilização adequada dos termos e conceitos, daí a importância de não nos preocuparmos em categorizar de forma rígida e detalhada a escala de um planejamento urbano.

O planejamento urbano tem pelo menos dois objetivos no âmbito da cidade, que são, a melhoria da qualidade sócio espacial de um território e a promoção da justiça social para a população, esta última entendida nesta dissertação como a liberdade de escolha acoplada à igualdade de acesso a oportunidades diversas que um cidadão tem o direito de ter.

O planejamento urbano, assim como qualquer outra forma de orientação, está sujeito a certas influências em sua construção, seja utilizando exageradamente o “tecnocratismo” do estado, ou seguindo cegamente os princípios do interesse privado. A presença controladora do estado no

planejamento urbano é comumente conhecida como reforma urbana, enquanto a influência do interesse privado torna-se conhecido como planejamento estratégico, este presente no âmbito corporativista (SOUZA, 2006).

No planejamento estratégico, a análise crítica das potencialidades e dos riscos inerentes ao planejamento é obscurecida pela perspectiva mercadológica, isto é, o interesse em manter o status quo traz benefícios puramente econômicos para uma classe social específica. Portanto, a fraca análise crítica torna os objetivos do planejamento urbano dúbios. Logo, esse “empresarialismo” incorporado é maléfico para construção de um planejamento urbano.

Por outro lado, pensar que o estado deve ser o único detentor do planejamento urbano (ainda que seja uma tarefa originalmente do estado) é incidir em erro, haja vista que a cidade é um espaço complexo demais para que apenas uma entidade seja sua orientadora. Portanto, precisa-se ter em mente a percepção real e complexa do que é a cidade e qual o papel do estado na construção do planejamento. Neste sentido um trecho do livro *Mudar a cidade*, pode lançar as bases de como um planejamento urbano considerado como ideal pode ser construído:

[...] a cidade, produto dos processos sócio-espaciais que refletem a interação entre várias escalas geográficas [...] deve aparecer não como uma massa passivamente modelável ou como uma máquina perfeitamente controlável pelo Estado (tecnicamente instruídos por controladores racionalistas e tecnocráticos), mas como um fenômeno gerado pela interação complexa, jamais plenamente previsível ou manipulável, de uma miríade de agentes modeladores do espaço, interesses, significações e fatores estruturais, sendo o Estado apenas um dos condicionantes do jogo (ainda que seja uma condicionante crucial nas modernas sociedades capitalistas) (SOUZA, 2006, p. 52).

A cidade é uma complexidade. Como é diversa a gama de agentes transformadores de seu espaço, e não apenas do espaço, mas da cultura, da identidade, da economia, da política, etc. Se vários são os agentes de transformação de uma cidade, logo vários devem ser os construtores do

planejamento urbano. Desde os técnicos profissionais até o mais comum cidadão, todos são responsáveis pela construção da dinâmica de uma cidade e, portanto, todos devem ser respeitados como detentores desse conhecimento, ainda que seja um conhecimento dito popular; pois de que é preenchida a cidade senão do povo?

Portanto, necessário é aos planejadores ter uma relação profunda com a população da cidade, o planejador precisa mais ouvir do que falar, mais servir do que realizar, mais mediar do que impor. Por fim, é necessário conhecer alguns aspectos fundamentais que estão presentes na formação de uma cidade, aspectos complexos e totalmente interdisciplinares que podem auxiliar na construção do planejamento urbano, aliás, aspectos estes inerentes à vida social como um todo, são eles a Sociedade e o Território.

2.2 A sociedade contemporânea

A cidade pós-moderna é complexa e está sujeita a forças que interferem sua composição social, econômica, espacial, etc. Existe um debate quanto às racionalidades que influenciam a construção social da cidade e, conseqüentemente, influenciam também o planejamento urbano. Friedmann (1987) ressalta que existem duas grandes forças que militam entre si, a racionalidade de mercado e a racionalidade social.

Diante disso, é necessário construir um plano urbano que não seja dominado unicamente pela racionalidade de mercado. Entretanto, antes de propor qualquer princípio de planejamento, é necessário entender quais eram e como atuavam as forças que orientavam a sociedade no passado e como essa racionalidade de mercado tornou-se hegemônica na cidade capitalista contemporânea.

Thompson (1998) relata que o *costume* foi a força que orientou a sociedade inglesa no período anterior a revolução industrial. Entende-se por costume qualquer ato benéfico do povo para consigo mesmo e para com a natureza, praticado de forma repetitiva. Tal repetição gera em um grupo social comportamentos e ideologias tão específicas quanto as características geográficas de um território.

Na Inglaterra, esse “costume” orientava os moradores de Rockingham, em 1664, de um modo peculiar. Naquela região era comum existirem paróquias, e estas possuíam grandes extensões territoriais, onde pessoas ocupavam e cultivavam a terra. Essas pessoas eram conhecidas como paroquianos e utilizavam a terra de forma integral, isto é, como moradia, como meio de produção de alimentos e até sustento de animais. Havia uma inspeção periódica nas terras realizadas pelos próprios paroquianos como uma forma de manutenção da floresta e também como garantia do sustento das famílias através do cultivo contínuo (Thompson, 1998).

Os paroquianos realizavam tal tarefa de forma comunitária, isto é, todos os moradores detinham um papel individual importante na inspeção, entretanto, sempre estavam compondo um grupo maior que possuía a função de garantir a subsistência de todos. Portanto, pode-se dizer que o “costume” possuía uma racionalidade social, visto que, orientava as relações das pessoas da época, bem como orientava a forte ligação do povo com a terra e a natureza.

Furtado (1978), por sua vez, estudou a força do mercado na Inglaterra e na Europa do século XVI. Em seus estudos, ele percebeu que a revolução industrial marcou o início da racionalidade de mercado presente no mundo contemporâneo. Para Furtado, a produção de excedentes da Europa, como a importação do milho e batata dos Estados Unidos Da América -EUA-, e a pilhagem de escravos da África, foram os grandes responsáveis pela impulsão do mercantilismo, que por sua vez se tornaria a ponta da lança da revolução industrial.

A revolução industrial potencializou e expandiu pelo mundo a racionalidade de mercado, cujas principais características são a forte ideia de acúmulo e consumo, a supervalorização do valor de troca de qualquer bem, isto é, agora a sociedade é guiada pela lógica econômica.

Após a revolução industrial, a racionalidade de mercado avança pelo mundo, incrustando-se aos planos de diversos países e, aos poucos, passa a ser meta; neste ponto, a racionalidade de mercado se apresenta como *progresso*. Segundo Furtado (1978), o progresso está ligado a coesão social baseada na perspectiva do futuro. Essa ideia de progresso estava na impulsão do consumo diversificado e este consumo altera a dinâmica econômica mundial. Neste sentido, a sociedade dita “moderna” é aquela que possui

padrões econômicos pautados na racionalidade de mercado, ou seja, uma sociedade baseada na acumulação e consumo.

Desta forma, os países começam a busca por tecnologia e industrialização, pra que possam dominar o mercado internacional e aumentarem os lucros de suas economias, tudo isso para que possam alcançar suas metas econômicas e enfim serem reconhecidos pelo mundo como países progressistas.

Posteriormente, o discurso do progresso transformou-se e passou a ser denominado de *desenvolvimento*. Segundo Sachs (2000), o “desenvolvimento” é um discurso que começa em 1949 com Harry S. Truman; entretanto, é uma nova roupagem da mesma racionalidade de mercado. O discurso de Truman se referia aos EUA como o exemplo econômico de país a ser seguido e, posteriormente, referia-se aos países do hemisfério sul como os “subdesenvolvidos” que deveriam trilhar o mesmo caminho dos países nortistas.

Para Furtado (1995), o subdesenvolvimento começa quando um país se sente obrigado a seguir um padrão econômico e, portanto, incorpora-se ao mercado internacional, mas se este país não possuir tecnologias e indústrias suficientes e de qualidade para competir no mercado, o mesmo não consegue desfrutar dos benefícios provenientes do mesmo.

Entretanto, a falha desse discurso, se dá no fato de que apenas os países ricos possuem a tecnologia e indústrias de ponta necessárias para estar nessa corrida econômica. Logo, as riquezas provenientes do mercado internacional beneficiam os países ricos, além disso, os riscos e degradações ambientais provenientes do processo de produção industrial e tecnológico tendem a permanecer nos países pobres, aumentando ainda mais a distância econômica entre países ricos e pobres.

Logo, o termo “desenvolvido” não leva em consideração a cultura, a história ou as identidades locais de um país, mas classifica unicamente pelo viés econômico. Essa ideia que quantifica e qualifica todas as coisas puramente pelo viés econômico, é a principal característica da racionalidade de mercado.

Antes a cidade era um espaço político, permeada por uma relação harmoniosa e de subsistência entre homem e natureza, além de uma relação

comunitária entre as pessoas. Entretanto, com a entrada da indústria na cidade é introduzido a ideia de acúmulo e consumo representados pela produção em larga escala, conseqüentemente, o valor de troca ganha notoriedade e inicia-se a era em que a sociedade é orientada pela racionalidade de mercado (Lefebvre, 1999).

No mercantilismo, a racionalidade de mercado era simbolizada pela praça, à qual ocorria um afluxo de pessoas onde o comércio era praticado e, assim, ao redor de uma igreja ou uma prefeitura, surgia uma praça, e esta tornava-se um “centro”. Para Henri Lefebvre (1999), a racionalidade de mercado tornou-se complexa e, ao longo do tempo, incorporou-se ao contexto da cidade, de forma que a cidade sofre um processo denominado por ele de *urbanização total*.

Logo, a cidade “totalmente urbanizada” é toda cidade que tornou-se um “centro”, isto é, o afluxo de pessoas, comércio, serviços, produtos, etc., não acontece apenas na praça como antes, mas na cidade como um todo; conseqüentemente, a racionalidade de mercado é incorporada no contexto social, político, espacial, etc., da cidade.

Portanto, através da centralidade da cidade a racionalidade de mercado se expande de tal forma, que torna-se a característica do mundo capitalista contemporâneo. No mundo contemporâneo, a racionalidade de mercado penetra profundamente os diversos grupos sociais, logo, essa racionalidade está presente em nosso cotidiano envolvendo tudo e todos em sua perspectiva econômica. Neste ponto, a racionalidade de mercado é denominada pelo presente autor dessa dissertação de *Lógica Urbano Consumista Industrial – L.U.C.I.*, pois cria novas necessidades, conseqüentemente, produz novos padrões de consumo que alteram profundamente o modo de vida de um grupo social. Deste modo, a L.U.C.I. subjuga uma população sob as rédeas do mercado internacional que tem o consumismo como o seu principal modo de vida.

Neste sentido, o nome L.U.C.I. possui o termo “consumista” que representa a supervalorização do valor de troca dessa lógica, o termo “industrial” porque na revolução industrial essa lógica expande-se para todo o globo, e “urbano” porque está presente em toda a cidade e dissemina-se através dela.

A L.U.C.I. não subordina apenas a cidade, mas também o campo. Logo, o campo é reduzido a um mero instrumento de produção agrícola que agora serve de suporte à cidade, conforme aponta Lefebvre (1991). Posteriormente, esse processo de subordinação foi acelerado pelo fenômeno da globalização.

Neste sentido, a L.U.C.I. extrapola os limites da cidade e se estende para todas as regiões ao seu redor, inclusive para regiões mais remotas do campo. Este processo é denominado por Monte-Mór (2007) de *urbanização extensiva*. A urbanização extensiva tem origem nas grandes cidades e transborda para todos os espaços, através da disseminação de elementos como a tecnologia, infraestrutura, produtos, etc; conseqüentemente, a L.U.C.I. associado a tais elementos, espalha-se também e leva para o campo algumas manifestações que antes eram próprias da cidade. Esse processo de urbanização extensiva facilita também o processo inverso, isto é, alguns elementos originalmente do campo, agora são introduzidos no contexto da cidade.

Portanto, o processo de urbanização extensiva espalha-se virtualmente em todo território, subordinando tudo à L.U.C.I.; conseqüentemente, torna-se impossível diferenciar um espaço unicamente “urbano” de um espaço unicamente “rural”, visto que, atualmente existem espaços híbridos entre ambos e tais espaços são caracterizados ou nomeados de “urbanos”.

A racionalidade de mercado foi, originalmente, percebida e abordada por Lefebvre (1991) ao estudar os centros comerciais das cidades mercantis. Posteriormente, com o advento da globalização, essa racionalidade de mercado extrapola os limites da cidade e leva para o campo elementos urbanos, através do processo de urbanização extensiva, como apontou Monte-Mór (2007). Por fim, é denominada de L.U.C.I. nessa dissertação, pois orienta a mentalidade e o modo de vida urbano, além de estar intimamente relacionada ao consumismo contemporâneo.

Portanto, a L.U.C.I. influencia toda a dinâmica de uma cidade e influencia também o planejamento urbano. Maricato (2000) sinaliza alguns aspectos negativos dessa influência, por exemplo, quando os países sulistas passaram a importar estratégias e metas que eram utilizadas no contexto dos

países nortistas. Essa importação eliminou a valorização da diversidade e, conseqüentemente, estabeleceu o modelo de vida nortista como padrão.

Na verdade, sob a perspectiva do planejamento urbano, a L.U.C.I. subordina os países do sul aos países do norte e, claramente, propõe metas e objetivos de cima para baixo, impondo um modelo nortista sem levar em consideração a realidade dos países do sul (Sachs, 2000). No Brasil, a matriz do planejamento urbano de muitas cidades é feita justamente utilizando a importação ideias e estratégias, dessa forma, torna-se uma tentativa frustrada de se alcançar o status quo dos países nortistas.

Além de profanar a essência do planejamento urbano, a L.U.C.I. gera desigualdades diversas na dinâmica da cidade. No que tange à esfera física, a exclusão territorial é um fruto dessas desigualdades, além disso, a própria ocupação ilegal da terra e a existência de aglomerados também são exemplos dessas desigualdades.

Por fim, sabemos que a racionalidade é uma característica inerente ao planejamento urbano; entretanto, equilibrar a racionalidade de mercado e a racionalidade social na construção do planejamento é tarefa árdua. Neste sentido, Friedmann (1991) propõe um caminho metodológico denominado por ele de aprendizado social (abordado no capítulo 5), que tem a função de construir um planejamento urbano baseado na interação entre a racionalidade social (interesse da sociedade) e a racionalidade de mercado (L.U.C.I.).

Por fim, a cidade é uma complexidade; como diria Lefebvre (1999), o “urbano” é um conjunto de práticas sociais totais, é algo universal, que apenas no campo da dialética interdisciplinar pode ser compreendido. Neste sentido, precisamos nos render plenamente à ideia de que o planejamento urbano deve ser fruto de uma construção conjunta entre o estado e a sociedade civil, entre o técnico e o cotidiano, entre o teórico e o real.

Somente desta forma, imperícias dos planos urbanos serão reduzidas, conflitos de interesses serão superados e alternativas dignas para todos os cidadãos da cidade serão alcançadas. Portanto, essa dissertação, que tem o bairro CCR por objeto de estudo, seguirá este caminho metodológico para realizar a análise crítica e construção de alternativas.

2.3 O território e suas dinâmicas

Outro aspecto de extrema relevância na construção do planejamento urbano para uma região está no tema *território*. Existem diversos conceitos sobre este tema que geram abordagens igualmente diversas. Como abordado anteriormente, a escala local do planejamento urbano possui grande importância nesta dissertação, visto que, tem como característica principal a vivência social e, portanto, a escala local está intimamente relacionada com o tema território.

A escala local possui o subnível microlocal, que é representado por um bairro ou uma região específica em que as práticas cotidianas estão fortemente ligadas na vivência coletiva do grupo social. Logo, parte-se do pressuposto que neste subnível microlocal existe uma dinâmica de vida que possui características sociais, econômicas, políticas, espaciais, etc., bem peculiares; conseqüentemente, pode-se dizer a grosso modo que essa dinâmica de vida peculiar do local produz um território.

Para avançar no conceito de território é preciso entender seu processo de formação, bem como qual a influência da racionalidade de mercado (L.U.C.I) e da racionalidade social sobre o mesmo, além de trazer à tona o conceito de *espaço*. O conceito de espaço é extremamente complexo e diversificado. Entretanto, pode-se fazer aqui algumas considerações para nortear a discussão que se seguirá. O espaço pode ser entendido como uma esfera abstrata, na qual coexiste a pluralidade. Segundo Massey (2008, p. 29), o espaço é “[...] o produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno.”

O espaço é composto por vários sistemas de ações e é repleto de objetos distintos e, conforme Santos (2006), o espaço altera-se ao longo do tempo. Logo, o mundo pode ser considerado como um espaço. Sendo assim, o mundo é o espaço em que coexistem lógicas diversas, sejam locais ou globais; conseqüentemente, é comum que existam disputas neste espaço, como por exemplo, as diferentes noções e conceitos de sexualidade, gênero, etnia, nacionalidade, etc. De qualquer forma, extensas gamas de forças estão no espaço, e muitas vezes são forças conflitantes. Portanto, o mundo é um espaço que está sempre em construção.

Desde o século XX, o mundo tem sofrido transformações estruturais que estão alterando as configurações sociais existentes, principalmente devido à globalização. Para Santos (2006), a globalização é responsável por estabelecer princípios que são externos e distintos da esfera cotidiana. Segundo Hall (2000), a globalização é um fenômeno que atravessa as fronteiras nacionais e conecta as comunidades e organizações do mundo em um novo espaço-tempo.

Grosso modo, a globalização comprime o espaço-tempo. Significa dizer que, graças à tecnologia e comunicação entre algumas nações, as distâncias são encurtadas, causando a impressão de que o mundo é um espaço compacto, e também, gerando uma supervalorização do tempo “presente”, de forma que eventos em determinadas partes do globo causem impactos imediatos em todo o mundo (HALL, 2000).

Segundo Massey (2000), através das ações do capital a globalização comprime o espaço-tempo, isto é, “internacionaliza” o mundo. Neste sentido, pode-se dizer que a globalização é um processo que dissemina a L.U.C.I. no mundo. Neste sentido, Hall (2000) afirma que a globalização produz o que ele denomina de *fluxos culturais*.

O fluxo cultural pode ser entendido como a infiltração cultural que determinada nação sofre em virtude da globalização. Algumas práticas podem tornar-se globais, isto é, grupos sociais de diferentes países podem agir de formas semelhantes apesar da distância geográfica entre os mesmos. Esse fenômeno pode ser facilmente percebido no âmbito do consumismo global, na quantidade de shoppings que se instalam nas cidades, na categoria de vestuários podemos citar tshirt, jeans, tênis, bonés, etc., no que tange a alimentação pode-se citar os sanduiches, refrigerantes as balas, etc.

Apesar dessa “unidade cultural” gerada pela globalização, não se deve esquecer que o mundo é um espaço geográfico não homogêneo, onde o ser humano se comunica e gera inter-relações sociais diversas uns com os outros. Logo, essa “unidade cultural” ocorre de forma parcial.

Massey (2000), afirma que existe uma “geometria do poder” na compressão do espaço-tempo, significa dizer que as consequências dessa compressão possuem impactos distintos no mundo, isto é, a globalização integra alguns países na dinâmica internacional mais do que outros;

consequentemente, a lógica hegemônica distribuída pela globalização e os produtos da mesma são desigualmente distribuídos no planeta.

Logo, é possível afirmar instintivamente que a globalização não tem o poder de substituir integralmente uma cultura local por uma cultura global. Portanto, a formação de um território está sob a influência da cultura global através da globalização, entretanto, não se pode dizer que a formação do território está unicamente atrelada ao “global”.

Além disso, Rua (2006) afirma que um território é definido pela forma como um grupo social cria um valor cultural sobre determinado espaço. Mas afinal o que é *cultura*? Basicamente, sabe-se que é um termo tão complexo quanto o termo espaço e, além disso, relaciona-se com diversos outros conceitos, como *etnia*, *identidade* e *lugar*, por exemplo. Portanto, para avançar para a construção do conceito de território, os próximos parágrafos serão dedicados à escrita sobre a relação entre território e estes outros temas.

O ser humano difere de outros animais em racionalidade devido à sua capacidade de criar e reconhecer símbolos, e por isso possui amplo domínio no mundo contemporâneo. Existe entre os seres humanos uma imensa diversidade e, consequentemente, uma diversidade de símbolos. Segundo Laraia (2001), essa diversidade de símbolos não pode ser criada ou explicada apenas pelas questões biológicas ou geográficas, mas por um conjunto de fatores que ele denomina de cultura.

Os símbolos orientam as ações e percepções em qualquer sociedade, e tais símbolos são hierarquizados de diferentes maneiras. A cultura pode ser entendida como esse conjunto de símbolos e toda sua complexa hierarquia. Neste sentido, Hall (2000, p.11) entende que cultura pode ser definida como os “[...] valores, sentidos e símbolos[...]” de uma sociedade.

A cultura também está fortemente ligada à etnia, isto é, um povo ou um grupo social. Barth (1998) afirma que cada grupo étnico possui um conteúdo cultural peculiar que é definido pelo próprio grupo. Para ele, esse conteúdo cultural é composto pelos sinais manifestos e pelas orientações valorativas, este refere-se aos padrões morais e religiosos do grupo, aquele refere-se a manifestações como língua falada, o tipo de casa construída, vestimenta utilizada, etc.

Ainda nesta perspectiva, Hall (2000, p. 62) define etnia como “[...] características culturais – língua, religião, costume, tradições, sentimentos de ‘lugar’ – que são partilhados por um povo”. O modo como a cultura perdura em um grupo social se dá pela memória coletiva, isto é, através da história contada.

A cultura de um grupo social orienta seu estilo de vida, seu modo de lidar com as pessoas, com a natureza, com o espaço ao seu redor e até mesmo com outros grupos sociais. Neste sentido, um trecho do livro *Geografia cultural: uma antologia*, poderá abarcar a complexidade do conceito de cultura:

A cultura hoje tende a ser compreendida como outra vertente do real, um sistema de representação simbólica existente em si mesmo e, se formos ao limite do raciocínio, como uma “visão de mundo” que tem sua coerência e seus próprios efeitos sobre a relação da sociedade com o espaço (Bonnemaison, 2012, p. 280)

Para consolidar a noção de formação de um território é necessário aprofundar um pouco mais a questão da cultura. A cultura é o motivo que explica a existência da diversidade de grupos sociais espalhados pelo mundo. Entretanto, tais grupos sociais só são diferenciáveis porque suas representações são distintas, isto é, cada grupo possui uma *identidade*.

A identidade relaciona-se intimamente com a cultura. Se a cultura é um conjunto de símbolos hierarquizados, a identidade pode ser entendida como a representação destes símbolos, isto é, seu significado. A identidade de um grupo social está na vivência cotidiana dos símbolos, gerando a incorporação de seus significados. Exatamente por isso que a cultura se consolida. Por isso, Castells (1999, p. 22) diz que a identidade é “[...] a fonte de significado e experiência de um povo.”

Quando um grupo social internaliza, através da razão, uma lógica hegemônica no espaço exterior, tem-se o que Castells (1999) denomina de *identidade legitimadora*. Isso determina, por exemplo, porque alguns papéis têm funções e importâncias diferentes em cada sociedade. Por outro lado, ele denomina de *identidade de resistência*, quando um grupo social reforça seus próprios princípios para resistir a uma lógica hegemônica. Este tipo de

identidade pode ser percebido nos grupos sociais que supervalorizam o coletivo e a demarcação territorial geográfica, como por exemplo, as gangues.

Entretanto, estes tipos de identidade descritos não abarcam toda a complexidade do termo. Isso porque a identidade no mundo pós-moderno não é algo rígido. Qualquer sujeito é dotado de razão e consciência, isto é, um núcleo interior. A identidade é formada pela interação entre o núcleo interior do sujeito e o espaço exterior, espaço este representado pela sociedade que o rodeia.

Castells (1999), traz uma outra categoria, a de *identidade de projeto*, que talvez seja a que mais se aproxime do modo como a identidade contemporânea se estabelece. Ele afirma que neste tipo de identidade, um grupo social pode se apropriar de elementos culturais (por exemplo a língua, religião, costumes, etc.) para produzir uma nova identidade que pode alterar a posição original que este grupo tinha na sociedade.

Neste sentido, Hall (2000, p. 13) afirma que a identidade é “[...] formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.” Por isso, a identidade pode ser constantemente reconfigurada por um grupo social, que pode utilizar tais alterações em benefício próprio.

Neste ponto, temos uma relação entre a identidade e a cultura ainda mais valiosa, e que auxiliará a entender o processo de formação do território. Se a identidade está pautada na vivência de símbolos que podem sofrer alterações contínuas de significado devido ao processo de interação entre o “interno” e o “externo”, e a cultura estabiliza-se inicialmente através da identidade, então consequentemente a cultura também é consolidada por um processo de interação.

Devido a interação constante, a identidade reconfigura-se constantemente, isto é, a identidade é dinâmica, logo, a cultura também é. Sahlins (1997), denomina de “sentimento pessimista” a teoria de que uma cultura absorve outra. Portanto, aqui encontra-se o motivo pelo qual uma cultura global (proveniente da globalização) não pode integralmente substituir uma cultura local, haja vista, que a própria cultura é dinâmica e formada pela interação.

Cunha (2009), acredita que a cultura de um grupo social não é perdida e nem se mantém idêntica quando está em contato com outra cultura. Ela afirma que, essa interação produz novas funções em ambas as culturas em contato. Isso pode ser confirmado no estudo de Marshal Sahlins sobre as tribos Guinesas. Sahlins (1997, p.62) afirma que os povos Mendi davam “[...] seu próprio sentido às coisas” quando utilizavam de forma diferente os produtos e ferramentas provenientes de culturas “externas” à sua.

Logo, o contato de uma cultura local com uma cultura global, pode acabar por reforçar ou trazer novos benefícios a cultura local. Esse processo criativo de integração de uma cultura em outra Sahlins (1997) denominou de *contra-cultura*. Neste sentido, Roque Laraia afirma que:

Podemos agora afirmar que existem dois tipos de mudança cultural: uma que é interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda que é o resultado do contato de um sistema cultural com um outro. [...] É praticamente impossível imaginar a existência de um sistema cultural que seja afetado apenas pela mudança interna. (LARAIA, 2001, p. 96)

Portanto, devido as constantes interações pode-se dizer que a cultura não é puramente global ou local, por exemplo, a cultura de um país não é homogênea em todo seu território, isto é, Hall (2000) afirma que a cultura nacional não é unificada, mas possui uma diversidade de noções de gênero, etnia, raça, etc.

Logo, a globalização é responsável por disseminar uma cultura global pautada na racionalidade de mercado, isto é, a L.U.C.I.. Como dito antes, existe uma desigualdade nessa distribuição da cultura global no planeta, e isso ocorre porque (além da geometria do poder existente na compressão espaço-tempo) a cultura local é altamente interativa. O que ocorre então, é uma hibridização em diferentes proporções, entre a cultura global e uma determinada cultura local. Hall (2000, p. 78), afirma ainda que, a globalização produz “[...] novas ‘identificações globais’ e novas ‘identificações locais’.”

Quando a racionalidade de mercado é imposta a um país qualquer, pressionando a regularização de determinadas ações sob o discurso da efetivação do “interesse global”, surge ali uma resistência local que defende

sua própria racionalidade. Justamente nessa interação cultural entre o global e o local, surge o território. Segundo Santos (2006), o processo de “territorialização” ocorre quando a resistência local emerge.

Portanto, segundo Santos (2006, p. 230) “[...] o território termina por ser a grande mediação entre o Mundo e a sociedade nacional e local [...]”. Logo, o território é um complexo sistema cultural emergido da interação entre global e local; e este sistema orienta determinado grupo social. Conforme afirma Bonnemaison (2012):

[...] o território se constrói, ao mesmo tempo, como um sistema e um símbolo. Um sistema porque se organiza e se hierarquiza para responder às necessidades e funções assumidas pelo grupo que o constitui. Um símbolo porque se forma em torno de polos geográficos representantes dos valores políticos e religiosos que comandam sua visão de mundo (BONNEMAISON, 2012, p.290).

Logo, um território não é simplesmente um espaço físico, isto é, um objeto inanimado sujeito a alterações por agentes quaisquer. Neste sentido, o território é um sistema complexo que pode ser considerado também como um *lugar*. Santos (2006, p. 231) afirma que “Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”.

O lugar constrói a identidade de um grupo social e, ao longo do tempo, o lugar também pode ser reconfigurado e alterado pelo grupo social. O território produz um sentimento de pertença em um grupo social que se rompido pode gerar uma crise na identidade deste grupo; isso pode ser exemplificado quando Hall (2000) diz que um sujeito precisa ter uma identidade nacional para que não gere em si mesmo um sentimento de perda. E ele continua:

O “lugar” é específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado: ponto de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formaram e com as quais nossas identidades estão estreitamente ligadas (HALL, 2000, p. 72).

Na perspectiva do subnível microlocal do planejamento urbano, um bairro pode ser considerado como território, isto é, um lugar. O bairro pode ser a fonte de identidade de um grupo social, pode ainda ter características culturais que são importantes para a história deste grupo. O território é o lugar onde um grupo social cria suas raízes. O território é um lugar fonte de tradição, isto é, conjunto de práticas repetidas por um grupo que gera uma norma de comportamento.

Neste sentido, território é mais do que um espaço físico, é um lugar que possui uma história. Segundo Augé (1993), o lugar pode ser definido como identitário, relacional e histórico. E é exatamente por isso que o território é indissociável da identidade de um grupo social. Por isso, um bairro pode ser considerado um território, haja vista, que o lugar está também em escala local. Segundo Massey (2000, p. 24) o lugar é a “[...]esfera do cotidiano, de práticas reais e valorizadas, a fonte geográfica de significado[...]”.

Santos (2006), diz que o lugar é um espaço que conecta pessoas e gera entre elas uma proximidade tal, que ali se forma uma identidade e uma memória. Neste sentido, a cidade também pode ser considerada como um grande território. Logicamente, que a cidade é um território com uma vivência social menos forte e relacional quando comparada a um bairro, mas nem por isso deixa de ter a capacidade de gerar identidade e cultura. Segundo Bourdieu (2004):

[...] as pessoas próximas no espaço social tendem a se encontrar próximas - por opção ou por força – no espaço geográfico, as pessoas muito afastadas no espaço social podem se encontrar, entrar em interação, ao menos por um breve tempo e por intermitência, no espaço físico (BOURDIEU, 2004, p.154).

Logo, a cidade também é um território, pois não há espaço com maior potencial de encontros e com maior capacidade de mobilização do que a cidade. Neste sentido, afirma Castells (1999, p. 79) “As pessoas se socializam e interagem em seu ambiente local, seja ele a vila, a cidade, o subúrbio, formando redes sociais entre seus vizinhos”. Portanto, um bairro

possui o poder de influenciar a dinâmica da cidade e vice-versa, isso porque a cidade é um território formado por vários territórios, isto é, vários outros lugares.

Para consolidar o conceito de território é necessário trazer um último aspecto para a discussão. Como pode-se observar na afirmação anterior de Castells (1999), as pessoas possuem uma capacidade de conectarem-se em várias escalas do espaço em que vivem, produzindo assim uma rede social.

Da mesma forma, um território pode possuir determinada fronteira física, mas o mesmo não se limita a esta fronteira. Significa dizer que um território pode se conectar com outro e esta interação pode gerar uma nova dinâmica em ambos os territórios, inclusive produzindo um novo território. Desta forma, no mundo contemporâneo não se pode lidar com um território como aquele antigo conceito de território étnico, isto é, um espaço geográfico bem delimitado por fronteiras físicas em cujo interior vive uma tribo.

Portanto, quando for necessário lidar com áreas vulneráveis no planejamento urbano municipal, deve-se considerar tais áreas não apenas como um espaço físico limitado que possui um valor econômico, natural ou geográfico. Mas deve-se considerar como um território com substancial grupo social, que possui considerável conteúdo cultural simbólico e atividades diversas, que estão conectadas à cidade como um todo, e por isso são importantes ao contexto urbano.

Além disso, também pode-se verificar que a aplicação de planos urbanos importados de um país para outro não é o caminho mais inteligente a se seguir. Simplesmente pelo fato de que, por exemplo, o território da França é geograficamente e, principalmente, culturalmente diferente do território brasileiro. Logo, distinto será o comportamento entre estes dois grupos sociais, como será diferente também a forma que lidarão com o espaço, com as leis, com a economia, etc.

Logo, não se pode esperar que um mesmo plano tenha os mesmos resultados em diferentes territórios. Portanto, o território está em contínuo processo de construção e abarca um ou mais grupos sociais, além de ser um complexo “espaço” com conteúdo cultural simbólico. Por fim, Bonnemaison (2012, p. 287) afirma que um território é “[...] antes de ser uma fronteira, é um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários”.

3 A HISTÓRIA DO BAIRRO CIDADE CRISTO REI

3.1 A evolução do espaço

A história da origem do bairro Cidade Cristo Rei (CCR) e de sua população inicia-se, de certa forma, em 1944. Entretanto, vale a pena resgatar o momento histórico anterior a 1944, como descrito no *Documentado da Associação Comercial de Montes Claros de 1953*, disponível no Anexo A desta dissertação. Tal documento descreve que a área atual do bairro CCR, em 1933, era uma chácara de 22 alqueires situada no bairro de São João que, na época, era uma área rural situada na periferia de Montes Claros.

Conforme Anexo A, tal chácara possuía em seu interior alguma árvores frutíferas e casas construídas de adobe estilo “chalet”, típica moradia dos fazendeiros da época. Além disso, esta chácara possuía fronteira no córrego do Cintra e seu terreno era percorrido pela estrada de ferro Central do Brasil, ambos elementos ainda existentes nos dias atuais na região do bairro CCR. Ainda conforme este documento, em 31 de Março de 1933, ocorreu uma permuta de terrenos, de forma, que o novo proprietário da área tornou-se propriedade de Marciano Simões Prates, cujo nome foi utilizado para denominar a avenida que, atualmente, delimita uma das fronteiras do bairro CCR.

Em 1938, o proprietário Marciano Simões Prates vendeu uma desta chácara para o fazendeiro Laurindo Rodrigues da Silva, conforme descrição da *Certidão do Cartório de Imóveis de 1959*, disponível no Anexo B dessa dissertação. Conforme Anexo B, o senhor Laurindo adquiriu uma área nominal de 20.000m², entretanto, os limites especificados na certidão confirmam um terreno com área muito superior a nominal. Além disso, percebe-se também que a região comprada por Laurindo passou a ser denominado de outra forma, a saber, bairro Alto São João.

Pouco tempo depois, devido a dívidas não pagas, foi realizada uma ação executiva fiscal de penhor do terreno do senhor Laurindo, no qual, foi levado a leilão público em 11 de Setembro de 1944, conforme descrito na *Certidão do 1º Cartório de Imóveis de 1969*, disponível no Anexo C dessa dissertação. No leilão, o terreno foi arrematado por Augusto Getúlio Vieira, até

então presidente da entidade religiosa Conferência Cristo Rei, o lance foi de dezesseis mil e setecentos e dezesseis cruzeiros (Cr\$ 16.716).

O arremate da área tornou-se o marco histórico para a origem do bairro CCR. Em 1944, ano da aquisição do novo terreno, a entidade religiosa Conferência Cristo Rei realizou um grande evento de comemoração de posse, na qual, autoridades como o Bispo Luiz Víctor Sartori, o gerente do Banco do Brasil de Montes Claros e o próprio Augusto Getúlio Vieira, estiveram presentes. O evento foi registrado, conforme Figura 1 e Figura 2.

Figura 1 – Inauguração de posse



Fonte: Arquivo Conferência Cristo Rei, 1944

Especialmente na Figura 2, percebe-se que uma estátua foi construída no interior do terreno, a estátua é monumento cristão que simbolizou a nova aquisição da entidade Conferência Cristo Rei. Tal estátua ainda existe no bairro CCR e está localizada na praça Dom Sartori, em frente à Escola Estadual Coronel Filomeno Ribeiro.

Além disso, na Figura 2, percebe-se também que o terreno continha algumas casas de adobe, que passaram a ser utilizadas pelos confrades da Conferência Cristo Rei como casas de apoio e assistência social aos pobres e necessitados, como órfãos, viúvas, mães solteiras, indigentes, etc.

A entidade religiosa Conferência Cristo Rei foi fundada em 31 de Outubro de 1943, como uma sociedade civil sem fins lucrativos, cujo primeiro presidente e fundador foi o próprio Augusto Getúlio Vieira. A entidade

Conferência Cristo Rei é comumente chamada de Conferência vicentina por ser uma entidade subordinada a Sociedade São Vicente de Paula.

Conforme *Carta do Bispo Luiz Victor Sartori de 1956*, disponível no Anexo D dessa dissertação, o Bispo idealizou um projeto denominado de Cidade Cristo Rei, que previa uma série de construções, como escolas, dormitórios, enfermaria, etc., dentro do terreno vicentino, afim de facilitar a execução da obra de assistência integral aos pobres realizada pela entidade. Por esse motivo, percebe-se na Figura 2, que uma placa foi afixada na entrada do terreno vicentino, cujo os dizeres são “Cidade Cristo Rei”.

Figura 2 – Cidade Cristo Rei



Fonte: Arquivo Conferência Cristo Rei, 1944

Conforme o Anexo B e o Anexo C, foi possível recriar os limites do terreno vicentino, bem como a área aproximada ocupada pelo mesmo. A Figura 3 demonstra um comparativo entre a área atual do bairro Cidade Cristo Rei e a área do terreno vicentino em 1944, comprovando a íntima relação entre o terreno vicentino e a origem do bairro CCR.

Ao longo dos anos, o terreno vicentino deixou de ser propriedade exclusiva da entidade Conferência Cristo Rei e foi fragmentado em diversas áreas privadas e públicas que, atualmente, integram-se entre si e formam a

bairro CCR, que foi possível através de informações disponíveis no Anexo F, Anexo G, Anexo H, Anexo I, Anexo J, Anexo K, Anexo L e Anexo M.

A primeira instituição relevante a ser instalada no bairro CCR foi a Escola Estadual Coronel Filomeno Ribeiro, que foi inaugurada em 1959. A escola funcionou dentro do terreno da Conferência vicentina, na extensão da praça Itapetinga, até 1984, conforme descrito no *Regimento interno da Escola Estadual Coronel Filomeno Ribeiro de 2016*, disponível no Anexo F dessa dissertação. Entretanto, em 24 agosto de 1984, a prefeitura de Montes Claros desapropriou um terreno de 3.945m² da Conferência vicentina, através de decreto n° 752 que está disponível no Anexo G dessa dissertação.

Quadro 1 – Domínio legal da área majoritária do bairro Cidade Cristo Rei

ANO	DOMÍNIO LEGAL	VALOR	TIPO DOCUMENTO
<1932	Antônio Flora de O.	-	Escritura
1932	Joaquim Rabelo Júnior	-	Escritura
1933	Marciano Simões P.	10:000\$000 (Contos de réis)	Escritura Permuta
1938	Laurindo Rodrigues S.	10:000\$000 (Contos de réis)	Escritura Compra e venda
1944	Conferência Vicentina (+ 2 proprietários)	Cr\$16.716 (Cruzeiros)	Carta de arrematação
2001	Prefeitura Montes Claros	R\$3.426.800,00 (Indenização)	Sentença Judicial (Desapropriação indireta)

Fonte: Próprio Autor, 2016.

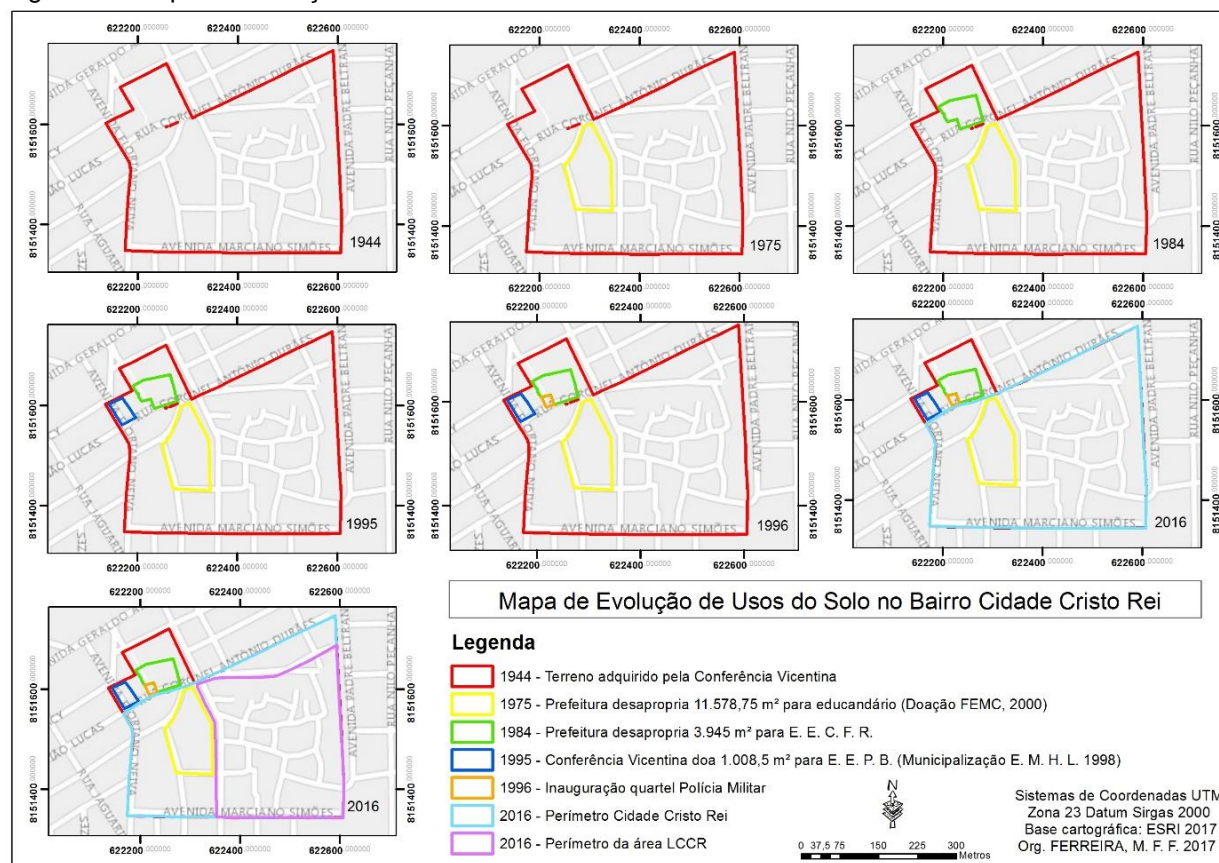
Após a desapropriação, o prefeito Luiz Tadeu Leite repassou o direito legal da área para o Estado de Minas Gerais em fevereiro de 1985, conforme *Promessa de doação do Cartório do 3° Ofício Judicial e Notas de 1985*, disponível no Anexo H dessa dissertação. Posteriormente, em 1989 foi inaugurada o novo prédio da escola que passou a funcionar em terreno próprio e sua localização pode ser vista na Figura 4.

A segunda entidade relevante a se instalar na região do bairro CCR foi a Escola Estadual Jardim de Infância Presidente Bernardes, fundada em 1961. Esta escola também funcionou no terreno da Conferência vicentina,

próximo à praça Itapetinga, conforme descrito no *Contrato de locação de 1973*, disponível no Anexo I dessa dissertação; essa escola funcionou através de contratos de locação entre a prefeitura de Montes Claros e a Conferência vicentina até o ano de 1995.

Em 1995, a Conferência vicentina doou para o Estado de Minas Gerais, representado por João Luiz dos Reis, uma área de aproximadamente 1.008,50m² localizada na praça Dom Sartori, que foi utilizada para a construção da nova sede da Escola Estadual Jardim de Infância Presidente Bernardes inaugurada naquele mesmo ano, conforme pode ser visto na *Certidão de doação do Cartório do 2º Ofício de Notas de 1995*, disponível no Anexo J dessa dissertação.

Figura 4 – Mapa de evolução de usos do solo no bairro Cidade Cristo Rei



Fonte: Próprio autor, 2017.

Apesar da Escola Estadual Jardim de Infância Presidente Bernardes permanecer localizada no mesmo endereço desde 1995, conforme apresentado na Figura 4, vale ressaltar que atualmente a mesma é uma escola do município, cujo nome oficial é Escola Municipal Professor Hamilton Lopes.

Tal alteração ocorreu em 06 de Agosto de 1998, através do *projeto de lei n° 2615*, proposto pelo ex-prefeito Jairo Athaide.

A terceira grande mudança espacial que auxiliaria na atual configuração do bairro CCR, aconteceu entre 1973 e 1976, período em que o prefeito em vigor era Moacir Lopes. O ex-prefeito Moacir construiu uma escola municipal dentro do terreno vicentino, a Escola Municipal Marcelina Lopes.

Posteriormente, o ex-prefeito declarou uma área de 11.578,75m², onde estava localizada a escola, como uma área de utilidade pública, conforme o *Decreto 325*, de 06 de fevereiro de 1975, disponível no Anexo K dessa dissertação. Dois anos depois, na gestão de Antônio Lafetá Rebello, essa mesma área foi cedida para a Fundação Educacional Montes Claros – FEMC –, para que a mesma continuasse a executar o ensino do primeiro grau iniciado pela escola Presidente Bernardes, além de incorporar também cursos técnicos para suprir demanda de formação técnica da cidade, conforme *Lei n° 1.120, 13 de Junho de 1977*, disponível no Anexo L dessa dissertação. Por fim, a doação da área de 11.578,75m² para a FEMC efetivou-se nos anos 2000, através do *Acordo de doação de 2000*, disponível no Anexo M dessa dissertação.

Por fim, em 1996, tem-se a inauguração do quartel subordinado ao 10° batalhão da polícia militar de Minas Gerais, localizado conforme apresentado na Figura 4. Na Figura 4, também está destacado em cor lilás, a área do bairro CCR que sofreu um processo de favelização, pela qual, tornou a malha viária desorganizada e sem formatos regulares. Entretanto, um panorama sobre essa área especificamente será contemplado nos tópicos seguintes.

3.2 Ocupação populacional e planejamento urbano

A origem da ocupação populacional no bairro CCR está fortemente relacionada ao grande fluxo populacional proveniente do auge da migração rural, em 1970. A forma que essa ocupação estabeleceu-se é, grosso modo, pautada pela invasão de terrenos e pela negligência administrativa da prefeitura de Montes Claros quanto aos problemas infra estruturais da área.

Para entender a fundo tal ocupação é necessário voltar à década de 1950, período em que os primeiros migrantes rurais chegaram em Montes Claros. Também nesse período, o projeto de assistência integral aos pobres (Cidade Cristo Rei) da Conferência vicentina estava em execução, apesar de não terem sido iniciadas as construções.

Conforme respostas das entrevistas E1-A e E2-B, sabe-se que o projeto Cidade Cristo Rei apoiava integralmente, os pobres, indigentes e mulheres, através de um grupo de confrades que realizavam o fornecimento de alimentos como, fubá e feijão. Além disso, eram realizadas missas e visitas periódicas aos apoiados, como pode ser visto na Figura 5.

Logo, a Conferência vicentina tornou-se referência para os migrantes rurais, que chegavam sem emprego ou locais para residir, em 1950; conseqüentemente, os confrades deram permissão aos poucos migrantes para construir pequenos casebres em seu terreno, para que residissem temporariamente.

Entretanto, na década de 1960, os migrantes rurais aumentaram e continuariam a aumentar até atingir o clímax em 1970. Segundo Brito (2011), em 1960, a área urbana de Montes Claros contava com 46.505 habitantes, e desde então sofreu uma aceleração no crescimento demográfico. Já na década de 1970, a área urbana já respondia por 85.154 habitantes e em 1980, a quantidade de habitantes passou a 155.313 habitantes. Logo, segundo Brito (2011):

Tem-se como destaque a década de 1970 como o período de maior saída de migrantes do rural para o urbano em busca de trabalho, coincidindo com o período de maior expansão urbana de Montes Claros (BRITO, 2011, p.104).

Neste ponto, vale ressaltar a origem desses migrantes rurais. O Quadro 2, demonstra a quantidade de migrantes rurais provenientes, de cada região supracitada, que se fixaram em bairros diferentes de Montes Claros. Esses diferentes bairros onde os migrantes se fixaram, foram separados por Brito (2011) em 12 polos, cujo o polo de número 6 refere-se ao bairro Cidade Cristo Rei e os bairros Vila Marciano Simões, Vila Regina, Vera Cruz, Esplanada do Aeroporto, Vila Tupã, Alcides Rabelo e São João.

Figura 5 – Celebração de missa na praça Dom Sartori



Fonte: Arquivo Conferência vicentina, 1950

Portanto, segundo aponta Brito (2011), pode-se afirmar que a população migrante que incorporou-se ao bairro Cidade Cristo Rei é proveniente de cinco principais regiões, denominado por ele de agro-ambientes, são eles: Alto Rio Verde – ARV, Coração de Jesus – CJ, Gerais de São Felipe – GER, Mata do Rio Verde – MRV, Serra Geral 2 – SG2.

Quadro 2 – Origem de migrantes no bairro CCR

Agroambientes	Base de dados: BF e MCMV – Polos (01 a 12)											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
ARV	214	417	552	56	372	515	986	180	528	461	1691	505
CJ	758	190	160	71	428	101	212	1068	522	138	236	1340
GER	2643	502	502	222	643	256	616	378	667	298	700	940
MRV	316	258	416	48	262	268	548	133	370	286	919	472
SGII	224	270	296	57	311	259	459	165	399	290	476	340

Fonte: Adaptado de BRITO (2011, p. 54)

Em virtude do grande fluxo populacional ocorrido em 1970, os migrantes rurais que demandavam terras na propriedade vicentina aumentaram tanto que o controle dos confrades já não era possível. A partir deste ponto, os migrantes que chegavam já não buscavam a autorização dos confrades para construir pequenos casebres de adobe; conseqüentemente, a

Conferência vicentina passou a considerar a situação como invasão à sua propriedade, conforme aponta a E1-A (2016).

A partir da década de 1970, a Conferência vicentina buscou o parcelamento de terra de sua propriedade, como uma opção viável para reter as invasões. Neste ponto, é necessário esclarecer sobre o decreto de desapropriação da área de 11.578,75m² feito pelo ex-prefeito Moacir em 1975.

Conforme, entrevista E1-A (2016), a Conferência vicentina não aceitou o valor oferecido pelo ex-prefeito Moacir pela a desapropriação da área, por considera-lo baixo. Isso deu início a um processo judicial da Conferência vicentina contra a prefeitura de Montes Claros. O processo perdurou até que uma gestão assumisse a prefeitura, a saber, o ex-prefeito Antônio Lafetá Rebello.

Ao assumir a prefeitura, Antônio procurou a Conferência vicentina em Abril de 1977, afim de negociar o devido valor da desapropriação do terreno. Na negociação, a prefeitura se propôs a criar e aprovar a planta para loteamento do terreno vicentino, além de realizar o levantamento topográfico, determinar ruas e praças e executar a terraplanagem destas áreas sem custos para a proprietária. Em troca, a Conferência vicentina deveria abdicar-se da indenização pela desapropriação, conforme *Carta conferência vicentina a prefeitura montes claros de 1977*, disponível no Anexo N dessa dissertação

Apesar do acordo verbal, a prefeitura demorou mais de dois anos para efetivar o acordo por escrito. Essa morosidade em iniciar as obras, levou a Conferência vicentina a reportar-se a Sociedade São Vicente de Paula, devido a grande preocupação com as ininterruptas invasões, conforme pode ser visto em um trecho da *Carta Conferência vicentina ao Conselho Central de 1979*, disponível no Anexo O dessa dissertação, “(...) solicitamos medidas urgentes no sentido de proteger a cidade cristo rei, pois as invasões estão ocorrendo e poderão trazer consequências das mais graves”.

A prefeitura finalmente pronunciou-se por escrito, em outubro 1979, através do *Termo de compromisso da prefeitura à Conferência vicentina de 1979*, disponível no Anexo P dessa dissertação. No termo, o ex-prefeito Antônio reafirmava as ações de responsabilidade da prefeitura (supracitadas), e ratificava as ações que seriam de responsabilidade da Conferência, como, colocação do meio-fio, instalação da rede elétrica e rede de água.

Apesar do termo por escrito, a prefeitura não realizou integralmente as ações de responsabilidade da mesma. Demonstrando, assim, a total negligência e descaso em relação ao problema de invasões na região. Logo, o acordo não foi consumado, pois a não realização das obras de responsabilidade da prefeitura, impossibilitou a Conferência vicentina de executar as obras de sua responsabilidade. O fracasso do acordo resultou na reabertura do processo judicial da Conferência vicentina contra a prefeitura, já mencionado.

Apesar, da incapacidade da prefeitura em executar integralmente as ações previstas no acordo de 1977, a mesma criou e aprovou uma planta para loteamento do terreno da Conferência vicentina. Essa planta aprovada visava integrar o terreno da Conferência vicentina a malha urbana de Montes Claros, e foi a única providência tomada pela prefeitura na época.

A planta aprovada de 1977 foi o primeiro marco de planejamento urbano para região, demarcando as fronteiras da mesma, cuja área total é de 120.198m², conforme pode ser visto na Figura 6. Na planta, percebe-se também que a região foi nomeada como bairro Cristo Rei, e deveria ser composta de 14 quadras e 172 lotes, além de espaços como a praça, a paróquia e o terreno da antiga Escola Municipal Marcelina Lopes.

Portanto, associando a inércia e negligência do ex-prefeito Antônio a condescendência da Conferência vicentina em permitir que migrantes rurais residissem em sua propriedade, desde a década de 1950, resultou no processo de invasão e falta de infraestrutura inicial da região. Tal sucessão de eventos deu início ao processo de favelização da área leste do bairro CCR.

No primeiro semestre de 1982, residiam cerca de 200 famílias dentro da propriedade vicentina. Algumas poucas famílias haviam recebido permissão da Conferência vicentina para residir temporariamente no local. Outras, entretanto, incorporaram-se aos grupos invasores afim de garantir uma pequena área para moradia dentro do território conforme a E1-A (2016).

Posteriormente, diante do fracasso do acordo com a prefeitura, a administração da Conferência vicentina tentou adotar uma outra estratégia que visava dimensionar e controlar o ritmo acelerado das invasões. A estratégia baseou-se em realizar contratos comodatos, com prazo de validade de 6 meses, com o máximo de invasores possível, conforme o *Modelo de contrato*

moradores de outros bairros integraram-se ao movimento de invasões ao bairro CCR. Após o período de campanha eleitoral, já no segundo semestre de 1982, o bairro CCR possuía aproximadamente 250 famílias, conforme visto na Figura 7.

Percebe-se pela Figura 7, que houve uma invasão de aproximadamente 40 famílias em apenas uma tarde. Essa invasão foi nomeada de “campanha mutirão” em alusão ao prefeito que acabara de ser eleito (Luiz Tadeu Leite) e que apoiava a ideia, segundo afirma o próprio organizador da invasão, Hamilton Pereira, conhecido como “Baleia”.

Além disso, a matéria afirma que os moradores e invasores que residiam no terreno da Conferência vicentina não possuíam condições mínimas de “saúde e higiene”, devido à falta de infraestrutura mínima na região. Diante de tais fatos, pode-se considerar que nesse período a área leste do bairro CCR começou a sofrer o processo de favelização, isto é, uma região marcada pela ilegalidade fundiária e pela falta de infraestrutura.

Figura 7 – Trecho Jornal Mais Lido



Fonte: Jornal Mais Lido, 1982.

Por fim, a Figura 7 apresenta duas fotografias da época. À esquerda, o “Baleia”, organizador da invasão “campanha mutirão”, e à direita a fotografia de um casebre de palafita. Esta matéria também é o primeiro registro histórico que associa o termo “favela” a região do bairro Cidade Cristo Rei, como pode ser visto no título da matéria.

Posteriormente, em 1984, conforme prometido, Luiz Tadeu Leite solicita a distribuidora de energia CEMIG a instalação da rede elétrica no bairro CCR. Entretanto, a instalação não seguiu a planta aprovada de 1977, o que resultou instalação de postes de iluminação pública em locais quaisquer, conforme pode ser visto na *Carta da Conferência vicentina à Distribuidora de energia CEMIG de 1986*, disponível no Anexo R dessa dissertação.

Posteriormente, conforme entrevistas E1-B e E2-B (2016), a rede de água e esgoto também foi instalada no bairro, ainda no primeiro mandato do ex-prefeito Luiz Tadeu Leite. Isso produziu uma indiscutível melhoria na qualidade de vida dos moradores, produzindo grande satisfação entre os mesmos. Apesar disso, a execução das obras não seguiu qualquer orientação da planta aprovada de 1977, resultando na consolidação o desenho viário irregular na área LCCR.

Logo, mais uma vez, a negligência da gestão municipal quanto ao planejamento urbano e urbanístico, acabou por confirmar o processo de favelização iniciado pelas invasões, tornando a área LCCR um aglomerado de ruas, ruelas e becos que não são integrados a malha urbana da cidade e que gera desconforto outros problemas na região, que serão discutidas nos tópicos seguintes.

Por fim, a sequência cronológica de todos os fatos históricos até aqui descritos estão organizados no Quadro 3. Neste quadro pode-se identificar a época em que se inicia o processo de invasão, na primeira metade da década de 1970. Também o ano em que tem-se o primeiro registro histórico sobre o processo de favelização, datado de dezembro de 1982. Por fim, têm-se a consolidação deste processo entre 1984 e 1986.

Quadro 3 – Sequência histórica da formação do bairro CCR (continua)

ANO/ÉPOCA	FATOS HISTÓRICOS
1944	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição terreno pela conferência vicentina. - Criação do projeto Cidade Cristo Rei (apoio integral aos pobres)
1950	<ul style="list-style-type: none"> - Início da migração rural para Montes Claros

PRIMEIRA METADE DE 1950	- Permissão temporária da Conferência vicentina para que migrantes rurais construíssem e residissem no terreno
PRIMEIRA METADE DE 1960	- Aumento de migrantes rurais que demandavam terras da Conferência vicentina
PRIMEIRA METADE DE 1970	- Início do processo de invasão ao terreno da Conferência vicentina
1977	- Gestão Municipal elabora planta para área - Criação oficial do bairro Cristo Rei
1977 - 1982	- Conferência vicentina solicita auxílio a prefeitura quanto as invasões - Gestão Municipal não inicia obras de estruturação previstas em planta aprovada
DEZEMBRO DE 1982	- Início do processo de favelização na região
1984	- Gestão municipal solicita instalação de rede elétrica, feita pela CEMIG (Não seguiu modelo da planta aprovada 1977)
1984 - 1986	- Gestão municipal solicita instalação da rede de água e asfaltamento (Não seguiu modelo da planta aprovada 1977) - Consolida-se o processo de favelização do bairro

Fonte: Próprio autor, 2016

3.3 A origem do tráfico de drogas

Este subtópico, visa descrever brevemente o período histórico em que o comércio e consumo de drogas se tornaram práticas presentes na dinâmica do bairro CCR, em especial na área LCCR. Tal descrição é baseada no conjunto de respostas das entrevistas realizadas aos moradores do bairro, através do formulário B. Por fim, outras informações sobre o tráfico de drogas e a análise crítica sobre este tema serão abordados nos tópicos seguintes.

Para entender os fatores que resultaram na criação do tráfico de drogas no bairro CCR, é necessário perceber o processo econômico que a cidade de Montes Claros sofreu entre 1960 e 1990. Em 1960 os investimentos

da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) ²tiveram grande impacto econômico em toda a extensão urbana da cidade. Segundo Versiani (2010):

A partir do final da década de 1960, a região do norte de Minas Gerais torna-se palco de um surto de desenvolvimento econômico promovido pelo governo federal via SUDENE, cujos incentivos fiscais e financeiros concentraram-se em quatro eixos principais: (a) grandes projetos agropecuários; (b) industrialização; (c) reflorestamento; e, (d) projetos de irrigação (VERSIANI, 2010, p.5).

Logo, Montes Claros se tornou palco de investimentos no setor industrial e polo de migrantes em busca de emprego. Indiretamente, os investimentos em saúde, educação, transporte e telecomunicações começaram a ser aplicados em Montes Claros.

Entretanto, segundo Pereira (2010), os projetos subsidiados pela SUDENE começam a perder força a partir de 1990, período em que 47 projetos foram paralisados, desta forma, mais de 13.407 empregos foram perdidos em Montes Claros e região vizinha.

Entre 1990 e 2000, o desemprego aumentou e proporcionalmente o Índice de Criminalidade Violenta (ICV); conseqüentemente, outras alternativas de geração de renda passaram a ser comumente encontradas em toda a cidade de Montes Claros, inclusive no bairro CCR.

Esse contexto de crise econômica em toda cidade de Montes Claros no início da década de 1990 atingiu também o bairro CCR que acabara de sofrer o processo de favelização da área LCCR, isto é, à grande quantidade de invasões associado as obras de infraestrutura irregulares feitas pela prefeitura na região. Tal sequência de eventos, tornaram a área LCCR um ambiente perfeito para o comércio de drogas, visto que, sua configuração espacial permitia discrição aos compradores e facilitava a fuga dos vendedores.

² A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, é uma autarquia especial, administrativa e financeiramente autônoma, integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, criada pela Lei Complementar nº 125, de 03/01/2007

Neste contexto, foi uma questão de tempo para que alguns moradores da área LCCR, que buscavam alternativas econômicas para enfrentar a crise em Montes Claros, começassem a realizar o comércio ilegal de drogas. Ainda no início da década de 1990, surge na área LCCR uma gangue conhecida como “Camorra”, liderada por um personagem conhecido como “Jonas”, conforme apontou a entrevista E1-B (2016).

A gangue “Camorra” foi composta com dois propósitos, o primeiro era comercializar drogas, principalmente, maconha e cocaína, através da fixação de pontos de vendas (“bocas”) na área LCCR; o segundo era realizar a proteção dos pontos através da segurança armada.

Este evento marcou o início da era do tráfico de drogas na área LCCR, que até ao final da década de 1990, incitou outros vendedores de pequeno e médio porte a aderirem essa prática ilegal, introduzindo diversos outros tipos de droga. As práticas violentas da gangue “Camorra” foram responsáveis por trazer fama a área LCCR como uma das regiões mais violentas e fortes no comércio de drogas, conforme E1-B (2016).

Posteriormente, facções extremamente organizadas se formaram para comercializar drogas e proteger os pontos de venda. As duas facções de maior renome que se estabeleceram na área LCCR foram, a facção de “Malboro” e a facção de “Ninha”, ambas surgiram no fim da década de 1990. Por mais de dez anos estas facções se rivalizaram, disputando pontos de venda privilegiados dentro da área LCCR causando verdadeiras guerras, nas quais, as principais vítimas eram os próprios moradores, conforme E2-B (2016).

Ressalta-se que os chefes executivos destas facções alteraram-se ao longo dos anos, conseqüentemente, os nomes “Ninha” e “Malboro” são utilizados simplesmente como referência e diferenciação entre as facções. Em 2013, curiosamente, as duas facções decidiram estabelecer um pacto de paz, que deu cabo às guerras internas na área LCCR.

O suposto motivo para tal acordo de paz teria sido uma orientação do Primeiro Comando da Capital – PCC – através de uma carta proveniente do Rio de Janeiro, como afirma um dos entrevistados na resposta 42 da entrevista E5-B (2016), “Diz que veio uma carta do PCC lá do Rio de Janeiro orientando eles acabar com isso, porque era ruim pros negócios né?! Eles

fizeram até palanque aí e fizeram as camisas da paz. Aí foi bom pra gente (moradores)”.

Por fim, atualmente os principais chefes destas duas principais facções existentes são “Nilsim” e “Tonim pezão”. Ressalta-se, porém, que vários outros traficantes existem dentro da área LCCR, visto que, cada vez mais, jovens e adolescentes integram-se ao sistema de tráfico, produzindo novos vendedores e traficantes na região, conforme E5-B (2016).

4 PANORAMA CONTEMPORANEO DO BAIRRO CIDADE CRISTO REI

4.1 A perspectiva externa

Esse subtópico possui a finalidade de apresentar informações relevantes provenientes de arquivos de algumas entidades e/ou pesquisas sobre o bairro em questão. Vale ressaltar, que nesse subtópico não será realizada uma análise crítica do autor, salvo breves comentários, visto que o capítulo 5 já foi reservado para este fim.

4.1.1 Do espaço

O bairro CCR está localizado no setor centro-oeste da cidade de Montes Claros, como pode ser visto na Figura 8. Esse setor caracteriza-se como sendo a região central de Montes Claros, logo é uma região valorizada pelo mercado imobiliário. Geralmente as regiões centrais possuem grande carga de infraestrutura, além de possuir serviços e comércios mais acessíveis a população.

Outra importante característica sobre o espaço do bairro CCR está na sua altitude. Conforme Figura 9, percebe-se que trata-se de um terreno que não está localizado muito próximo a um corpo hídrico, além disso, sua altitude oferece certa segurança ao bairro quanto a possíveis inundações em períodos de enchentes. Segundo Leite (2011), esse terreno também possui declividade inferior a 5%; trata-se, portanto, de um terreno plano que possui grande prestígio para o mercado imobiliário.

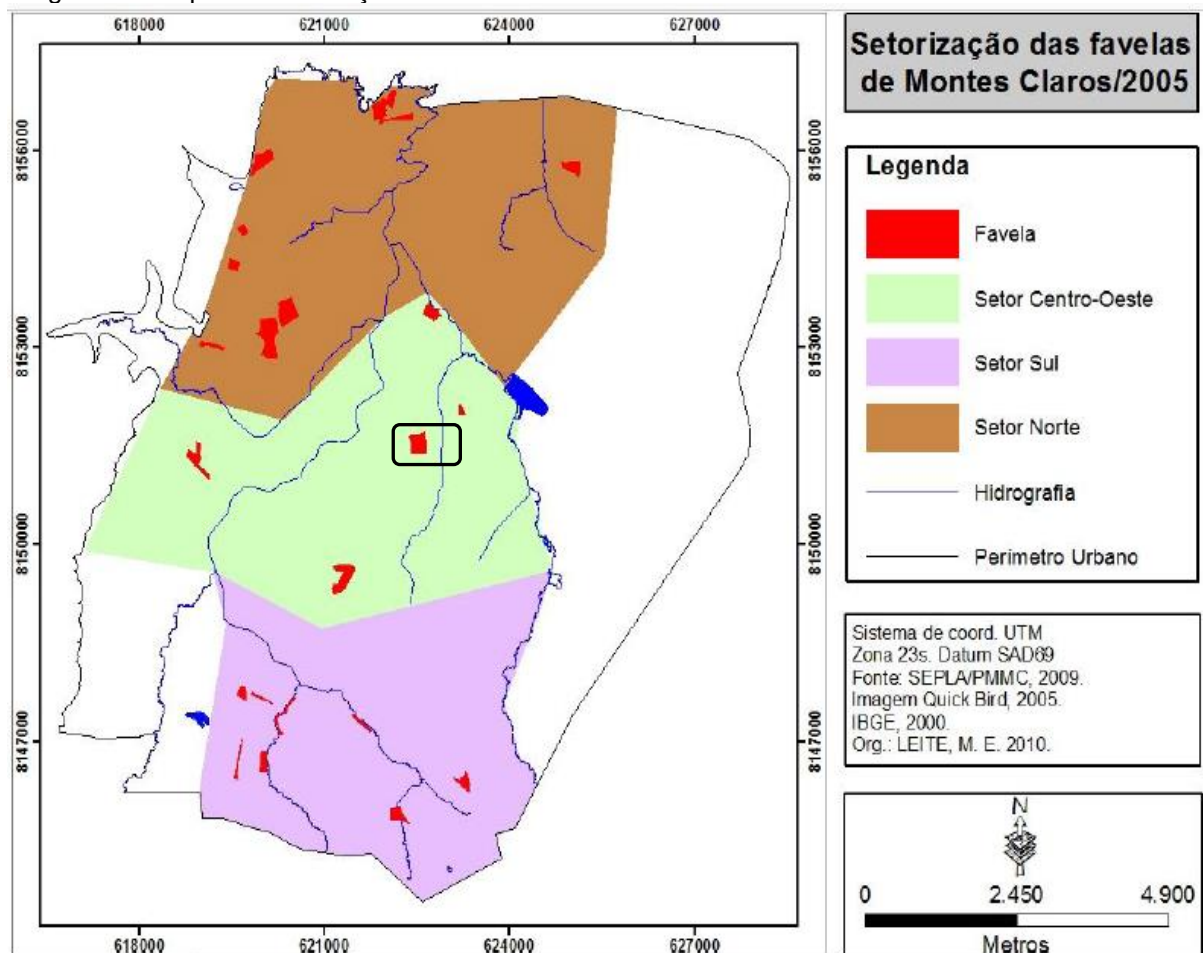
A Figura 10 apresenta o uso do solo da cidade de Montes Claros, no qual, percebe-se que o bairro CCR está situado em uma área residencial cercada por um anel de comércio e serviço, características típicas de uma região valorizada pelo mercado imobiliário. Entretanto, como apresentado no capítulo 3, a área leste do bairro sofreu um processo de favelização que provocou em uma desvalorização no valor do solo na região.

O *Laudo pericial sobre o bairro CCR de 1999*, disponível no Anexo S dessa dissertação, afirma que o bairro CCR está localizado em uma área tradicional e muito valorizada da cidade de Montes Claros, devido a sua

centralidade, tipo de terreno e facilidade de acesso ao comércio, aeroporto, eixos rodoviários, área industrial, dentre outros. Entretanto, o mesmo laudo também afirma que o processo de favelização da área leste desvalorizou o valor do solo no bairro CCR, que em 1999, foi cotado em R\$ 32,00 reais o metro quadrado.

Tal desvalorização acentuou-se ao longo do tempo. Segundo França *et al* (2015), em 1995, o bairro São José e o Centro, ambos localizados próximos ao bairro CCR, possuíam um valor venal do metro quadrado de R\$ 50,00 e R\$ 150,00, respectivamente. Já em 2014, França *et al* (2015) afirma que os valores venais do metro quadrado desses mesmos bairros foram cotados em R\$ 165,35 e R\$ 381,57, respectivamente, enquanto o bairro CCR foi cotado a R\$ 13,28. Logo, fica evidente a desvalorização do solo devido a favelização da área leste do bairro CCR.

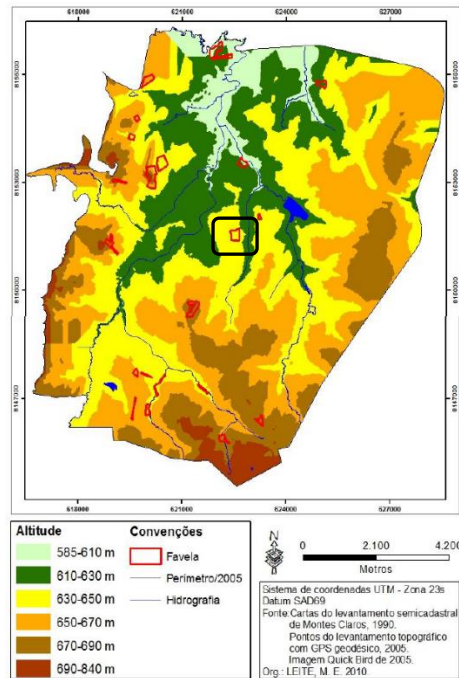
Figura 8 – Mapa de setorização das favelas de Montes Claros



Fonte: Adaptado de LEITE, (2011, p.232)

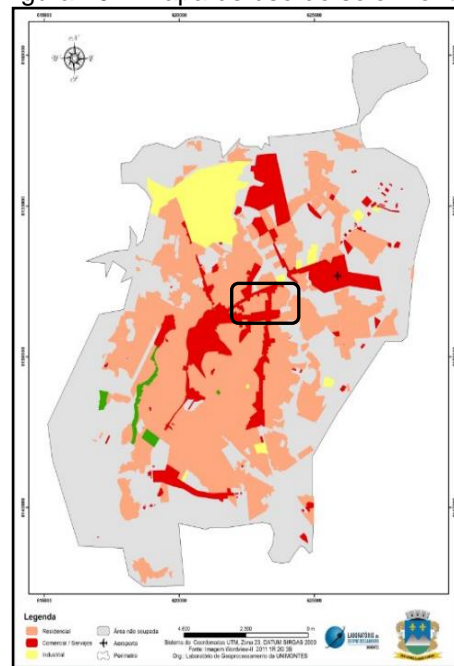
Ainda conforme o Anexo S, o bairro CCR possui uma área total de 122.611,25 m², sendo que toda essa área foi classificada como invadida, isto é, definida como área de ocupação ilegal. Entretanto, apenas a área LCCR, de 70.000m², que representa 57% do bairro CCR sofreu o processo de favelização e desvalorização da terra.

Figura 9 – Hipsometria de Montes Claros (2005)



Fonte: Adaptado de LEITE, (2011, p.211)

Figura 10 – Mapa de uso do solo Montes Claros (2008)



Fonte: Adaptado de Plano Diretor Montes Claros, 2016

4.1.2 Do adensamento populacional

Sobre o adensamento populacional, no ano de 2000, o IBGE realizou o primeiro censo demográfico na cidade de Montes Claros que contabilizou o número de habitantes da área LCCR. Este censo veio a integrar pesquisas acadêmicas sobre as favelas em Montes Claros, resultando na Tabela 2.

Na Tabela 2, percebe-se a quantidade de domicílios, bem como a estimativa da população de todas as favelas de Montes Claros no ano de 2000. Observa-se que a área LCCR possuía 2.136 pessoas, que estavam distribuídas em 522 domicílios. Desta forma, o LCCR era a terceira região mais populosa das 17 favelas listadas, e possuía uma densidade de 4,1 moradores por domicílio.

Tabela 2 – Quantitativo habitantes de favelas em Montes Claros (2000)

Favelas	Domicílios	População	Densidade de moradores
Barão de Mauá	105	460	4,4
Chiquinho Guimarães	222	990	4,4
Cidade Cristo Rei	522	2136	4,1
Ciro dos Anjos	90	422	4,7
Da Prata	126	783	6,2
Morrinhos	408	1627	4
Nova Morada	123	531	4,3
Rua Vinte	89	488	5,5
Santa Cecília	375	1571	4,2
São Vicente	671	2752	4,1
Vila Alice	129	599	4,6
Vila Atlântica	141	706	5
Vila Itatiaia	166	729	4,4
Vila Mauricéia	228	1065	4,7
Vila São Francisco de Assis	1010	3444	3,4
Vila Telma	109	400	3,7
Vila Tupã	79	369	4,7
Total	4593	19072	4,4

Fonte: Adaptado de LEITE, (2011, p.199)

A região LCCR sofreu expansão urbana entre 2000 e 2005, cuja, a tendência de expansão orientou-se para o leste, como apresenta a Figura 11. Tal tendência pode ser explicada pela existência de uma área livre de aproximadamente 4.000m², localizada entre a linha férrea e a fronteira leste do bairro CCR. Entretanto, essa região livre é muito próxima a linha férrea e

também possui irregularidades de nível, tornando-a uma região com péssimas condições para se fixar moradias, como pode ser visto na Figura 12.

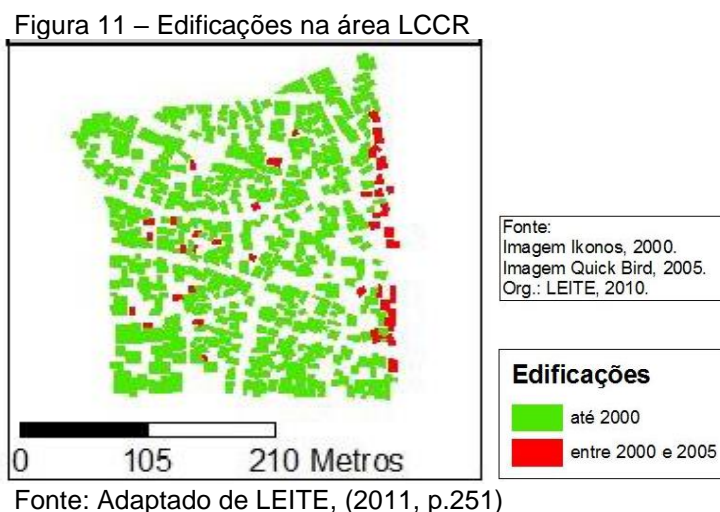


Figura 12 - Área de expansão da área LCCR



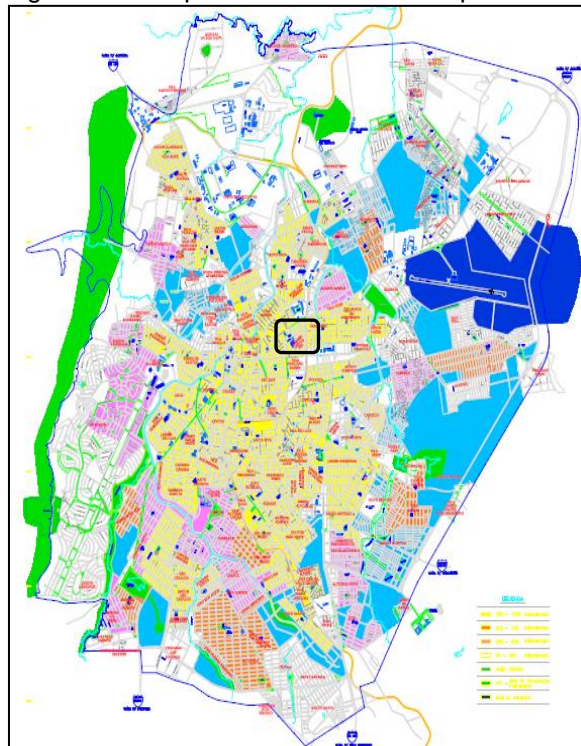
Fonte: Adaptado de LEITE, (2011, p.248)

Além disso, o bairro Cidade Cristo Rei pode ser definido como uma região que possui um alto índice de adensamento populacional, especialmente a área LCCR. Como demonstra a Figura 13, percebe-se que o adensamento populacional do bairro CCR está entre 75% a 100%, representados pela cor amarela, conforme legenda.

Em 2010, o IBGE realizou outro censo na região LCCR, que registrou uma população de 2.075 moradores. Além disso, esse censo trouxe também algumas informações importantes quanto a população residente na área LCCR, tais informações foram sintetizadas através do Gráfico 1 e do Gráfico 2.

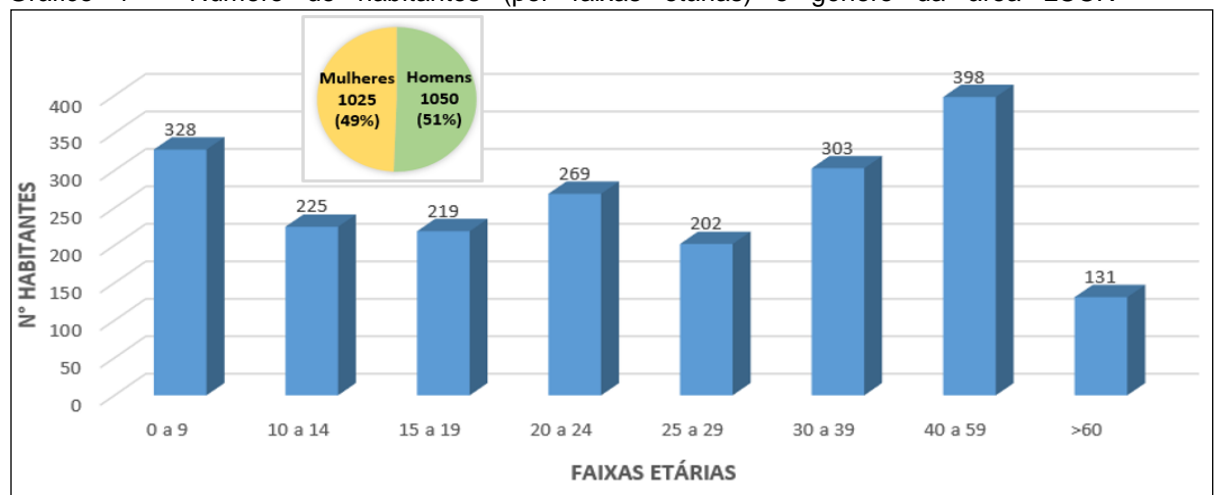
O Gráfico 1, demonstra a distribuição por faixa etária dos 2.075 habitantes da área LCCR em 2010, logo, percebe-se um alto número de crianças com faixa etária abaixo dos 10 anos de idade que representam quase 16% de toda a população da referida área. O gráfico também apresenta o quantitativo referente a homens e mulheres residentes na área, 1.050 e 1.025, respectivamente. O Gráfico 2, apresenta distribuição de domicílios e seus respectivos números de moradores.

Figura 13 – Mapa de adensamento Populacional Montes Claros



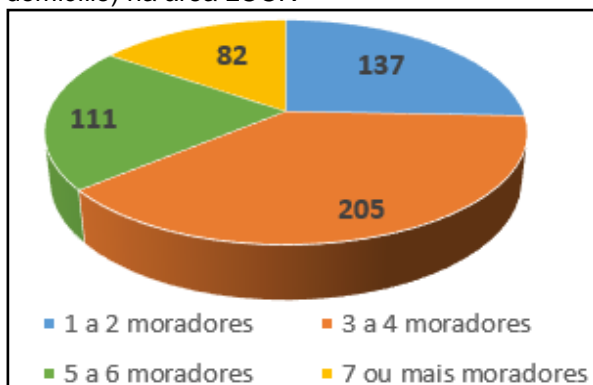
Fonte: Adaptado de Prefeitura Montes Claros, 2008

Gráfico 1 – Número de habitantes (por faixas etárias) e gênero da área LCCR



Fonte: IBGE, 2010

Gráfico 2 – Quantidade de domicílios (por número de moradores por domicílio) na área LCCR



Fonte: IBGE, 2010

4.1.3 Da infraestrutura

Diversos são os elementos que integram a infraestrutura de uma cidade. Tais elementos vão de aspectos gerais como a pavimentação asfáltica até a aspectos mais específicos como a predominância dos tipos de construção existentes em um bairro. Neste sentido, a área LCCR do bairro Cidade Cristo Rei possui uma enorme discrepância quando se analisa a regularidade da malha urbana e a circulação das vias dos bairros adjacentes, como pode ser visto na Figura 14.

Figura 14 - Mapa da malha urbana da área LCCR



Fonte: Adaptado de MOURA e PRATA, (2008, p.59)

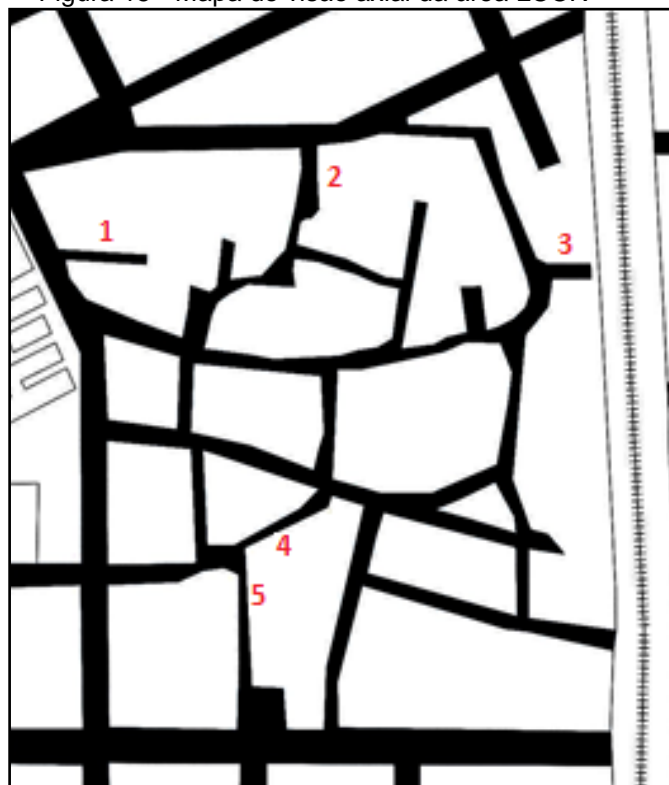
Conforme o censo IBGE 2010, existem 535 domicílios na área LCCR que são distribuídos ao longo de 15 quarteirões, estes possuem 19 ruas/ruelas e 5 becos enumerados como pode ser visto na Figura 15.

Segundo Moura e Prata (2008), uma pequena parte dos domicílios possui acabamento e padrão construtivo precário. Entretanto, a maior parte das paredes são construídas em alvenaria. Como pode ser visto no Gráfico 3, percebe-se que pouquíssimos domicílios não possuem piso de cimento, ou teto em laje e telhado.

Desses 535 domicílios contabilizados em 2010, apenas 30 unidades estavam alugadas, significa dizer que, 505 domicílios “pertencem” aos próprios moradores. Além disso, conforme descrição do Anexo S, todo o bairro CCR e a área LCCR possuem rede elétrica, de água e de esgoto, bem como, pavimentação asfáltica.

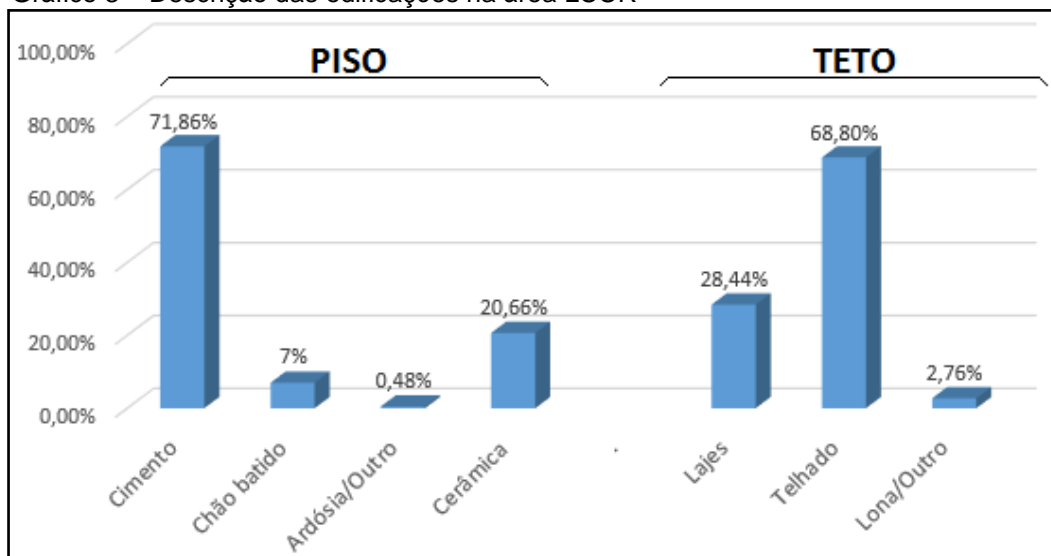
Apenas 8 domicílios existentes na área LCCR não possuem rede de água proveniente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) e todos os domicílios possuem rede elétrica da Companhia Elétrica de Minas Gerais conforme apontou o censo do IBGE (2010).

Figura 15 - Mapa de visão axial da área LCCR



Fonte: Adaptado de MOURA e PRATA (2008, p.61)

Gráfico 3 – Descrição das edificações na área LCCR



Fonte: Adaptado de MOURA e PRATA (2008)

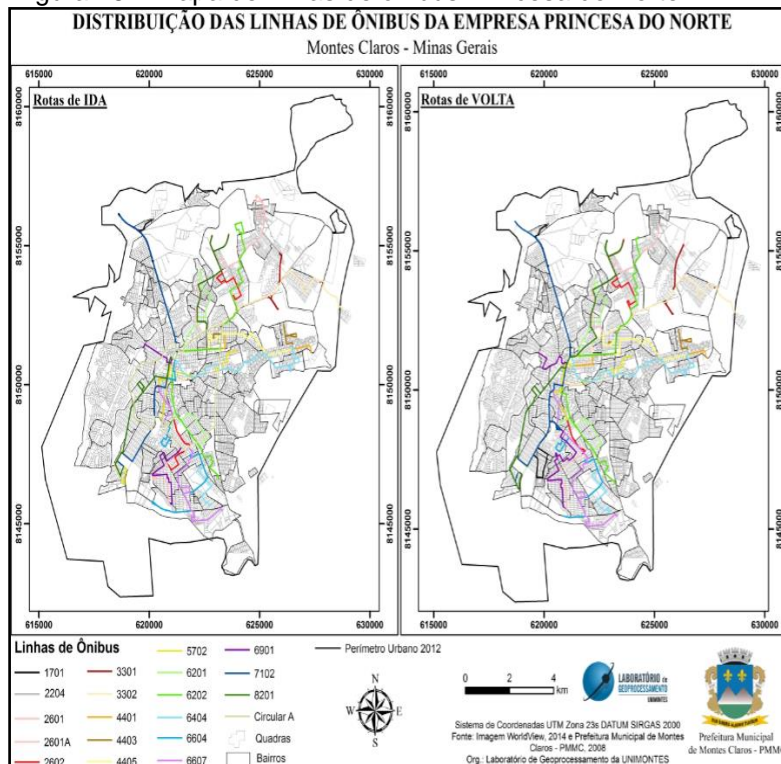
Entretanto, ao confrontar tais informações com os dados fornecidos pelas distribuidoras de água e energia a esta pesquisa, encontrou-se outros quantitativos. A distribuidora COPASA afirmou que na área LCCR existem apenas 399 domicílios cadastrados formalmente com rede de água, e a distribuidora CEMIG afirma que, oficialmente, apenas 391 domicílios possuem instalações elétricas convencionais.

Logo, percebe-se que o quadro real da área LCCR é diferente do que foi informado pelo IBGE, isto é, existem 136 domicílios cuja fonte de água são poços ou cisternas ou instalações informais de água, e 144 domicílios possuem ligações diretas (“gato”) nas redes elétricas. Portanto, cerca de 26% dos domicílios existentes na área LCCR ainda são caracterizados pela informalidade nas instalações de rede de água e energia elétrica.

Ainda quanto a infraestrutura, em Montes Claros é utilizado o ônibus para realização do transporte público. Logo, o bairro CCR é bem assistido quanto este quesito, pois existem diversas linhas de ônibus a serviço do bairro, como pode ser visto nas Figura 16.

Da empresa “Princesa do Norte” existem pelo menos 7 linhas que atendem o bairro CCR, são elas 4405, 6202, circular A, 2602, 4401, 3302, 3301; já a empresa “Transmoc” oferece 3 linhas, a 3303, 4601 e circular B, totalizando 10 ônibus diferentes que circulam nas proximidades do bairro.

Figura 16 – Mapa de linhas de ônibus Princesa do Norte

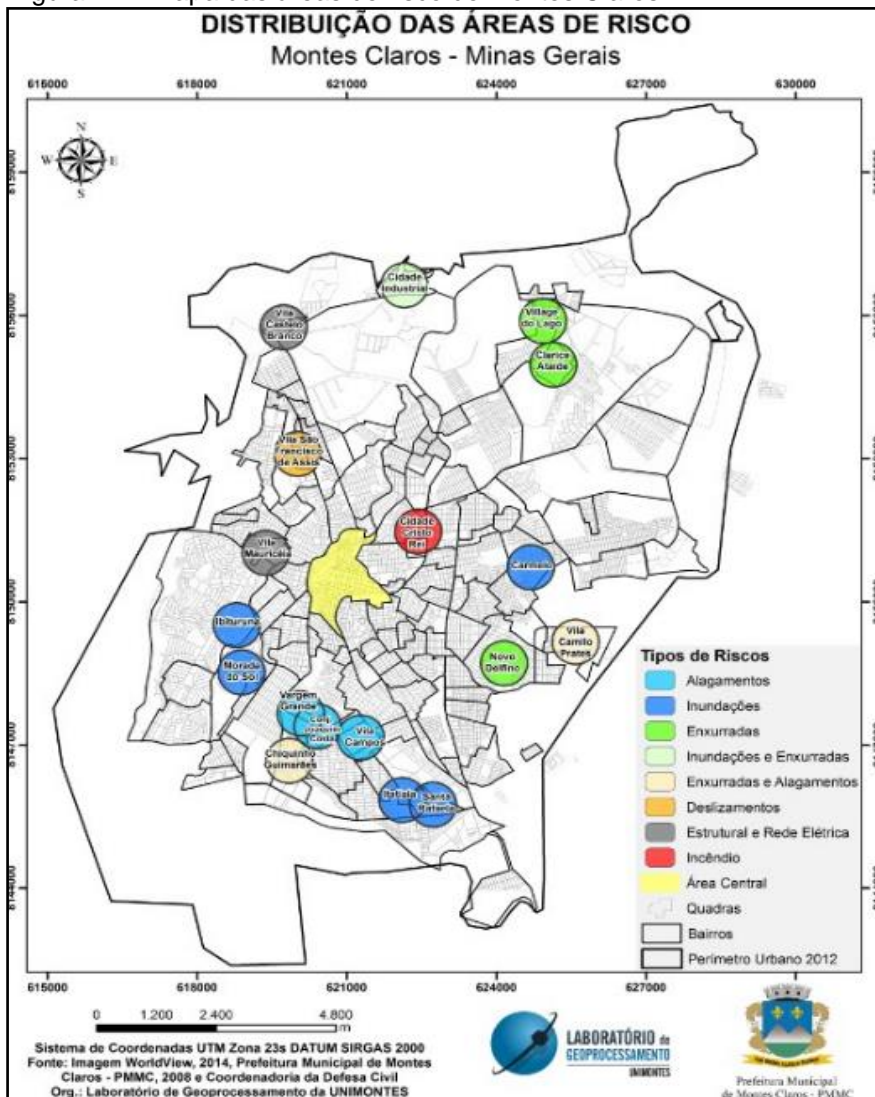


Fonte: Plano Diretor Montes Claros, 2016

A coleta de lixo também faz parte do grupo de equipamentos urbanos relacionados a infraestrutura de um bairro. Neste sentido, a coleta no bairro CCR ocorre de forma sistemática, sendo realizadas três vezes por semana no horário matutino. Apesar disso, existe o problema de acúmulo de lixo em determinadas regiões da área LCCR, que ocorrem em algumas ruas (geralmente onde comercializa-se drogas) ou em lotes vazios. Estes acúmulos podem provocar a proliferação de insetos e trazer riscos de doenças para a população. Este problema de acúmulo de lixo será abordado novamente no subtópico 4.1.6.

Por fim, vale ressaltar um último aspecto quanto a infraestrutura do bairro Cidade Cristo Rei. O bairro é uma área com potencial de ocorrer incêndios, especialmente, devido à alta densidade de edificações e de ligações elétricas informais, como pode ser visto na Figura 17.

Figura 17 – Mapa das áreas de risco de Montes Claros



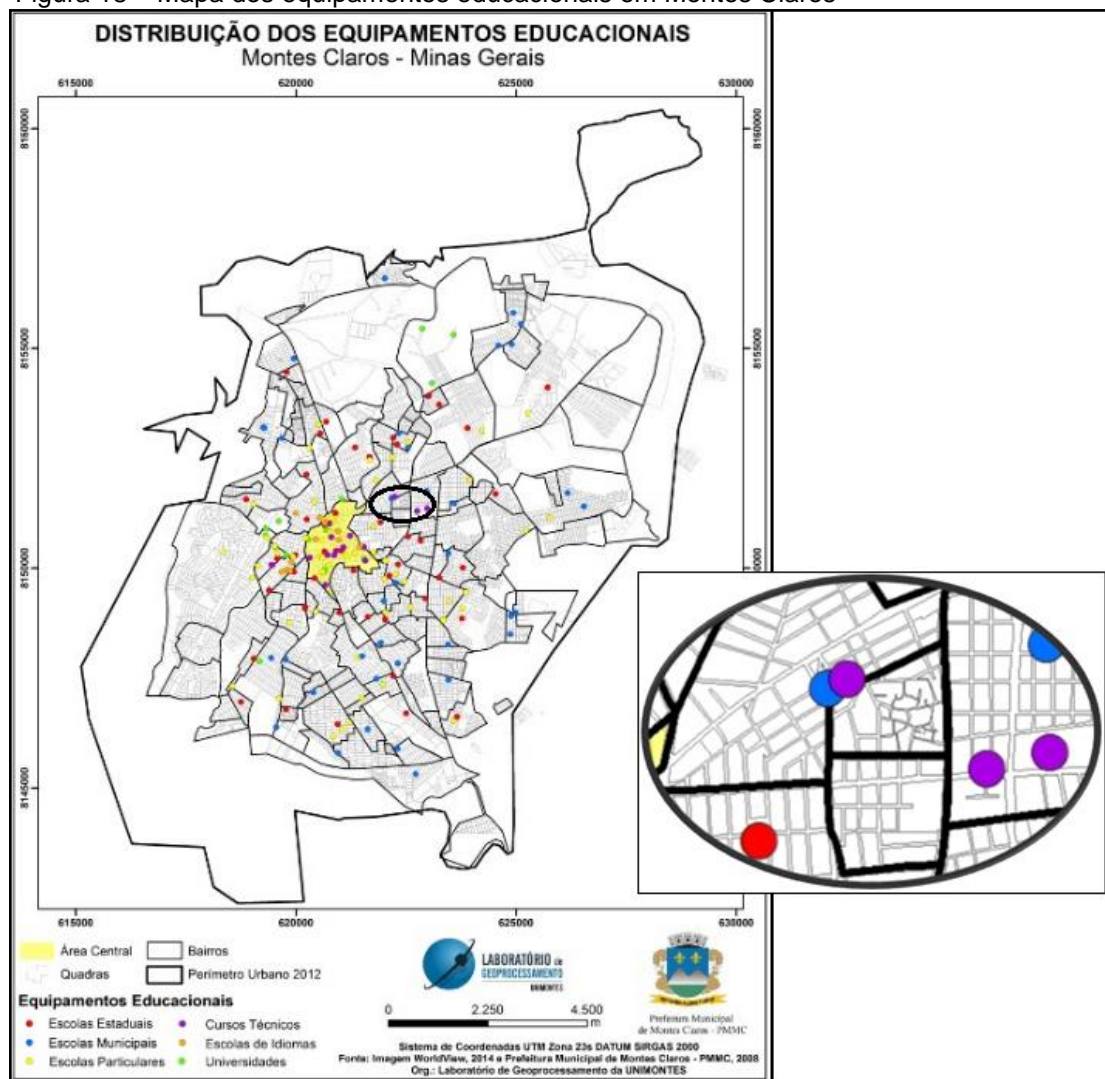
Fonte: Plano Diretor de Montes Claros, 2016

4.1.4 Da educação, saúde, esporte e cultura

Existem três escolas dentro do bairro CCR, uma municipal (CEMEI – Professor Hamilton Lopes) especializada em educação infantil, uma estadual (E. E. Coronel Filomeno Ribeiro) que oferece ensino fundamental e médio, e uma escola particular (Fundação Educacional Montes Claros - FEMC) que oferece ensino fundamental e médio, além de cursos técnicos.

Entretanto, existem mais duas escolas públicas que localizam-se fora das fronteiras do bairro CCR, mas que são muito demandadas pelos residentes do bairro, são elas a E. E. Dom João Antônio Pimenta e E. E. Antônio Figueira, como apresenta o Figura 18.

Figura 18 – Mapa dos equipamentos educacionais em Montes Claros



Fonte: Adaptado de Plano Diretor Montes Claros, 2016

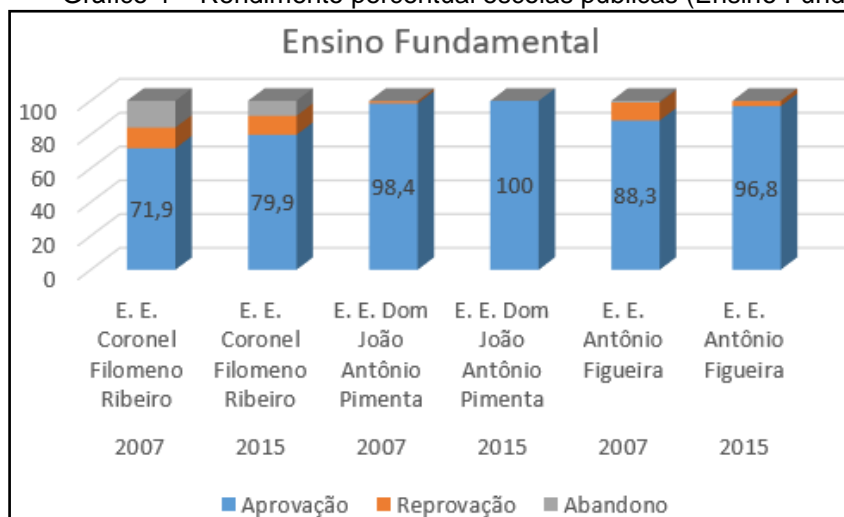
O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – realiza periodicamente avaliações sobre o rendimento das escolas públicas em alguns municípios. Nos anos 2007 e 2015 o INEP divulgou os resultados obtidos para as escolas que atendem o bairro CCR, foram avaliados o ensino fundamental e médio, como pode ser visto no Gráfico 4 e 5.

Logo, conforme os Gráficos 4 e 5, percebe-se uma redução no percentual de abandono dos discentes, o que significa que os alunos estão mais conscientes quanto a importância da educação. Além disso, houve uma ligeira melhora no quadro de aprovados do ensino médio e do ensino fundamental no período entre 2007 e 2015.

Existem também projetos sociais realizados por entidades privadas que oferecem gratuitamente aulas, sobre diversas temáticas, aos moradores

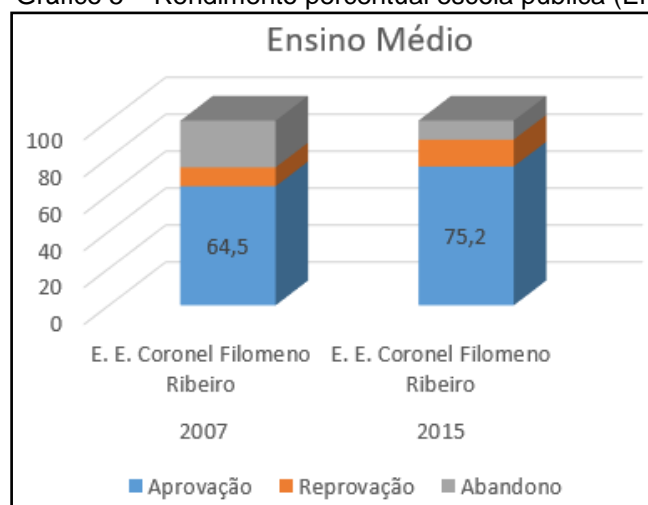
do bairro CCR, com foco em atender as crianças e adolescentes da área LCCR. Um destes projetos é o Juventude Cidadã que teve início em 1998, por uma iniciativa da FEMC.

Gráfico 4 – Rendimento percentual escolas públicas (Ensino Fundamental)



Fonte: INEP, 2007 e 2015

Gráfico 5 – Rendimento percentual escola pública (Ensino Médio)



Fonte: INEP, 2007 e 2015

Tal projeto funciona nas dependências da FEMC, e está situada conforme apresenta a Figura 19. O projeto oferece gratuitamente aulas de música, informática, dança, dentre outros, para um público de adolescentes e jovens com faixa etária acima de 12 anos de idade, cujo objetivo é estimular habilidades através de competências ministradas durante as aulas.

Há também o projeto social Cristo Rei que foi criado em 2013 pela Igreja Presbiteriana da Paz e, atualmente, funciona em uma casa situada

dentro da área LCCR conforme apresenta a Figura 19. Este projeto é de cunho religioso e oferece, gratuitamente, a crianças, adolescentes e adultos, aulas de culinária, artesanato, arte digital e serigrafia e aulas bíblicas, que visam contribuir para formação integral do ser humano.

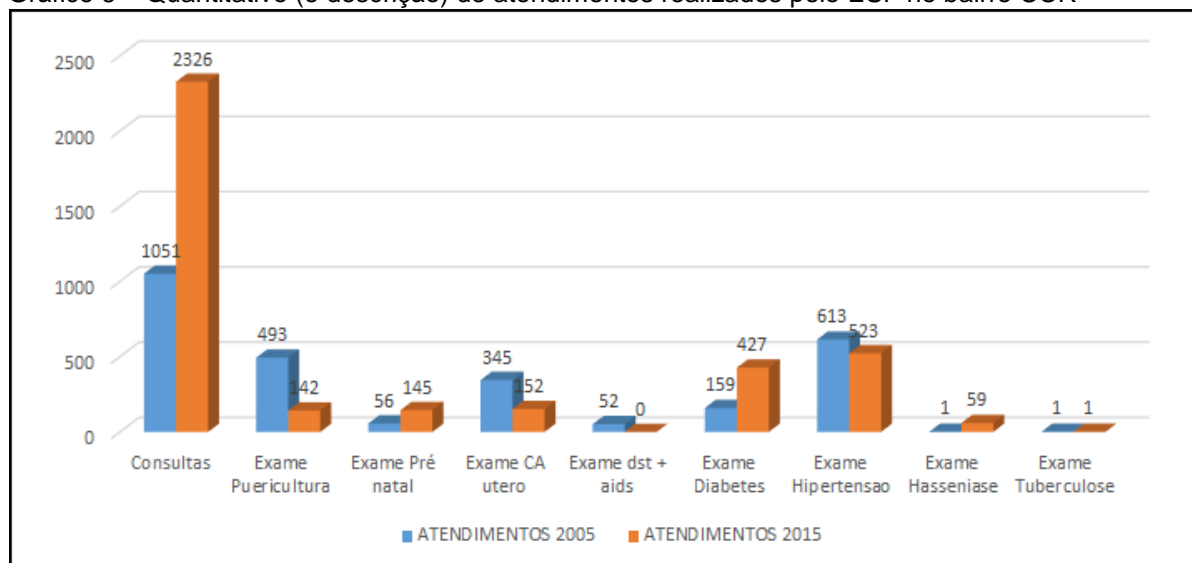
Em relação a saúde, existe um posto de saúde pública, o Estratégia da Saúde Família - ESF - situado também na área LCCR (vide FIGURA 19). O ESF baseia-se no atendimento básico a saúde, como prevenção de agravos, diagnósticos e tratamento, além de realização de palestras e reuniões educativas. Geralmente, a equipe do ESF é composta por profissionais, como médico, enfermeiros, agentes comunitários de saúde, etc., que visam atender no máximo 4.000 pessoas em determinado território, conforme previsto pela Política Nacional de Atenção Básica (BRASIL, 2012).

A secretaria municipal de saúde controla as principais informações sobre a saúde através da alimentação de dados enviados pelos ESF's. Tais dados são organizados em um programa denominado de SIAB – Sistema de Informação de Atenção Básica – que emite relatórios informativos sobre cada região de atendimento. Para compor esta pesquisa, foram coletadas algumas informações dos anos 2005 e 2015 do SIAB referentes ao bairro CCR, em especial para a área LCCR, como pode ser visto no Gráficos 6 e Gráfico 7.

Quando compara-se o número de crianças nascidas cadastradas pelo ESF no bairro CCR nos anos de 2005 e 2015, percebe-se que houve uma queda significativa de 64,44%, isto é, passou de 45 nascidos para 16. Logo, em 10 anos percebe-se uma queda na natalidade do bairro, o que configura um positivo aspecto quanto a conscientização da população no que tange o uso de preservativos, que é um dos alvos das palestras informativas do ESF.

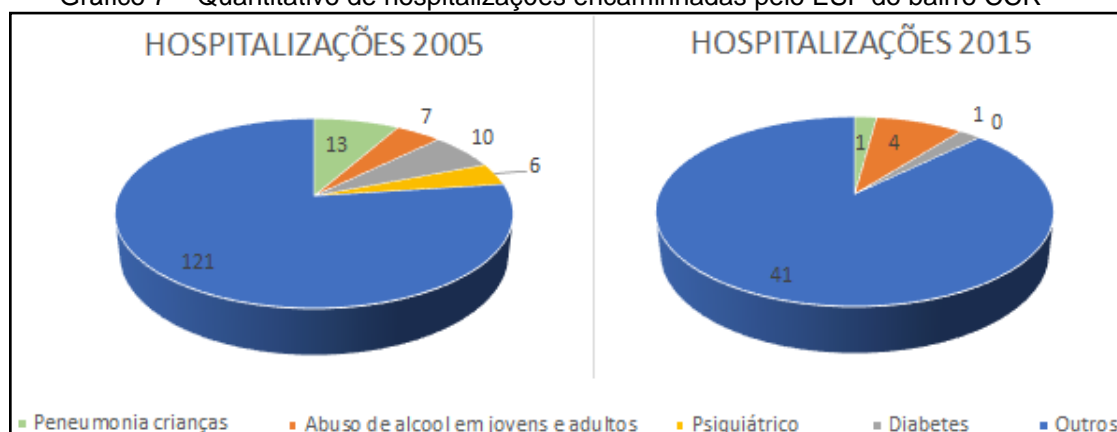
Outro fator importante relacionado a saúde é o número de visitas a domicílios realizadas pelos profissionais do ESF. Em 2005 nota-se que foram realizadas 12.351 visitas, enquanto em 2015 foram realizadas apenas 5.323. Logo, percebe-se uma queda significativa de 56,90% de visitas a domicílios, causando uma redução no potencial de integração de informações sobre os moradores da área LCCR, bem como, uma redução no potencial de alcance dos serviços do ESF.

Gráfico 6 – Quantitativo (e descrição) de atendimentos realizados pelo ESF no bairro CCR



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros, 2005 e 2015

Gráfico 7 – Quantitativo de hospitalizações encaminhadas pelo ESF do bairro CCR



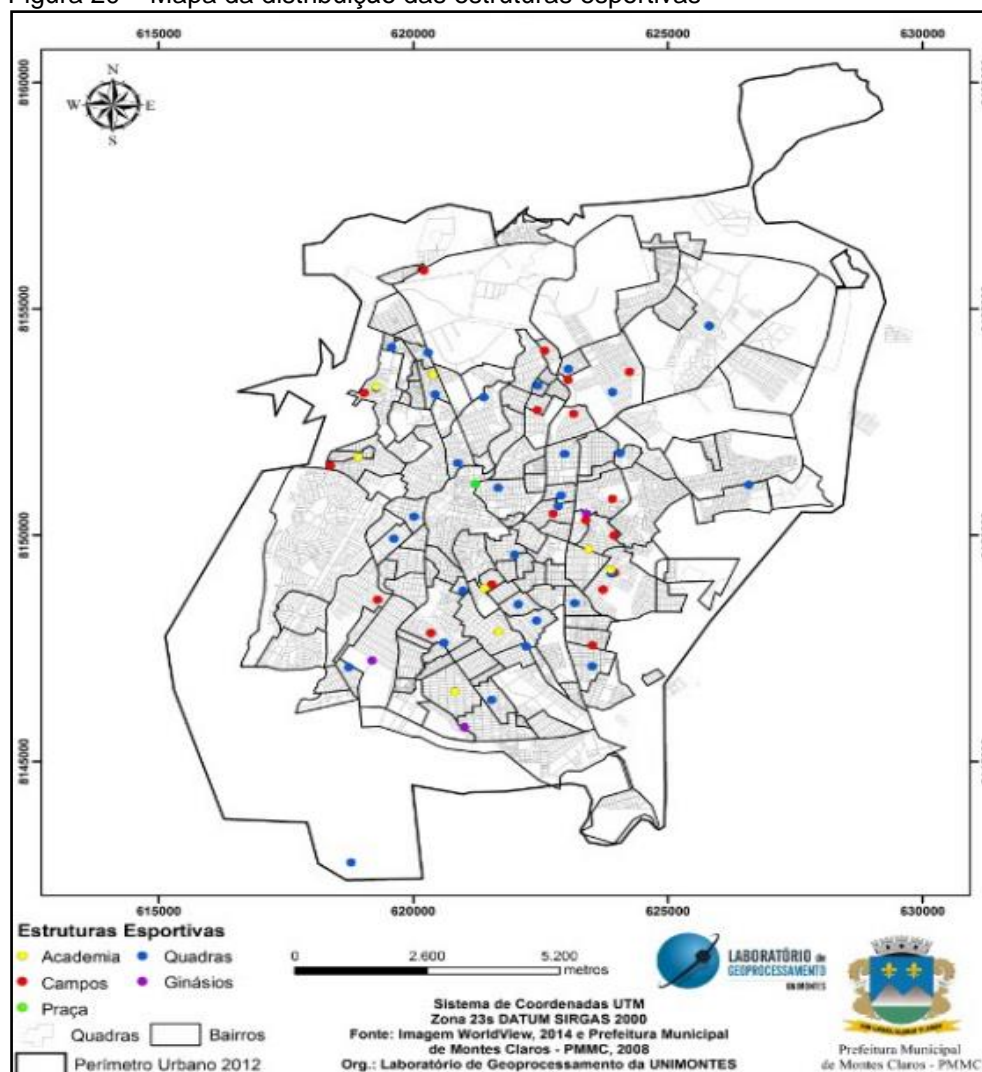
Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros, 2005 e 2015

Conforme o Gráfico 6, percebe-se que houve uma elevação no número de atendimentos realizados pelo ESF, o que revela o aumento no interesse da população do bairro CCR em procurar os serviços oferecidos pelo mesmo. Além disso, percebe-se uma conscientização dos moradores da região no que se refere a importância em realizar exames para monitoramento da saúde, isso pode ser visto pelo aumento na procura de exames como o “pré natal”, o “controle de diabetes” e “consultas”.

Além disso, ressalta-se que doenças como o diabetes e a hipertensão são de comum ocorrência entre os moradores do bairro, e por isso exames deste tipo são muito procurados pelos mesmos. Ressalta-se que o cuidado com a saúde de crianças tem sido uma prioridade nos últimos anos,

As únicas atividades relacionadas a esporte ou cultura oferecidas ao bairro CCR são encontradas em atividades e oficinas desenvolvidas pelas entidades de ensino público e privado, ou ainda através das oficinas ministradas em programas de prevenção a criminalidade estadual (como o Programa Fica-Vivo).

Figura 20 – Mapa da distribuição das estruturas esportivas



Fonte: Plano Diretor Montes Claros, 2016

4.1.5 Das políticas sociais

Quanto as políticas sociais presentes no bairro CCR, ressalta-se As Políticas de Prevenção à Criminalidade – PPC – que são compostas por quatro programas de prevenção que foram instituídas em Minas Gerais a partir de 2003 e a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (SEDS, 2016)

Conforme descrito no portal eletrônico do Instituto Elo, em Montes Claros dois programas da PPC foram inaugurados em 2005, o Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional - PRESP³ e a Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas – CEAPA⁴. Posteriormente, em 2006, foram inaugurados o Programa de Controle de Homicídios – Fica-Vivo⁵ e o Programa Mediação de Conflitos – PMC⁶ no bairro Santos Reis; e por fim, em 2008, instituiu-se o Fica-vivo e PMC também para o bairro Cidade Cristo Rei.

Neste sentido, os dados quantitativos e qualitativos sobre o perfil dos usuários destes programas da política de prevenção podem compor as informações já existentes até agora sobre o bairro CCR, bem como, podem elucidar sobre o perfil social e econômico dos moradores que utilizam alguns desses programas supracitados.

³ O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (Presp) trabalha com aqueles indivíduos que sofreram processos de criminalização e cerceamento de liberdade. Seu objetivo é diminuir as exclusões e estigmas decorrentes dessa experiência, promovendo condições para a retomada da vida em liberdade. O programa busca o distanciamento do egresso das condições que provoquem a reincidência criminal. Atualmente o PrEsp está presente em 11 cidades. O Presp busca trabalhar o imaginário social na importância do acolhimento do egresso do sistema prisional como estratégia de redução da violência e prevenção à criminalidade. Assim, possibilita o acesso aos direitos sociais e trabalha para a compreensão e implicação do aumento do capital social por meio de diversas atividades individuais e em grupo com os integrantes do programa. (SEDS, 2016)

⁴ A Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas (Ceapa) tem como objetivo monitorar e acompanhar a execução das penas restritivas de direito, as transações penais e a suspensão condicional do processo em Minas Gerais. Por meio do programa, o Estado previne a reincidência criminal, desperta a participação cidadã junto a seus usuários e minimiza as vulnerabilidades sociais. Os principais delitos atendidos são porte e uso de drogas, crimes ambientais, de trânsito, violência interpessoal e crimes relacionados ao Estatuto do Desarmamento. (SEDS, 2016)

⁵ O programa Fica Vivo! tem por objetivo controlar e prevenir a ocorrência de homicídios dolosos em áreas com altos índices de criminalidade violenta em Minas Gerais, melhorando a qualidade de vida da população. É executado por meio dos Centros de Prevenção à Criminalidade (CPCs), sedes de referência para as comunidades atendidas. O programa faz acompanhamento especializado e oferece cerca de 600 oficinas voltadas para o esporte, a arte e a cultura para jovens de 12 a 24 anos em situação de risco social. Nas áreas onde foi implantado, a redução média de homicídios de jovens é de até 50%. (SEDS, 2016)

⁶ O objetivo do Programa Mediação de Conflitos é empreender orientações sócio-jurídicas, ações de mediações, articulação e fomento à organização em comunidade e institucional. O programa agrega valores ao capital social e possibilita a administração de conflitos potenciais e concretos, evitando que eles sejam propulsores de situações violentas e delituosas. (SEDS, 2016)

Portanto, as Tabelas 3, 4 e 5 trazem informações como, quantidade total de pessoas atendidas pelos programas, quantidade de usuários que são residentes no bairro CCR (ou bairro Alto São João), sexo declarado, idade, situação ocupacional, escolaridade, dentre outros.

Logo, na Tabela 3 percebe-se que uma pequena parcela dos usuários do PRESP tem origem no bairro CCR (2%), indicando que o bairro CCR, devido a realidade do tráfico de drogas, possui uma pequena influência no que tange a parcela de egressos do sistema prisional que utilizam programas de acompanhamento e ressocialização como o PRESP.

Além disso, há maior probabilidade dos usuários do PRESP serem homens (98%), pardos (72%) com idade entre 20 e 29 anos (64%) e que já possuem filhos (68%). Além disso, a maior parcela dos usuários não chega a iniciar o ensino médio (80%), e delitos como, furto ou roubo ou tráfico ilícitos de drogas são os mais comuns. Além disso, 68% dos usuários do PRESP trabalham, isso confirma que uma grande parte dos egressos são ressocializados ao mercado de trabalho, seja ele formal ou não.

Tabela 3 – Perfil do usuário-padrão do PRESP 2015

Variáveis	%	Nº Absoluto
Número de atendidos	100%	50
Sexo: Homens	98%	49
Idade: 20 a 29 anos	64%	32
Estado civil: Solteiro ou União Estável	72%	36
Cor/Raça: Pardo	72%	36
Ensino Fundamental incompleto/completo	80%	40
Trabalham (formal/informal/autônomo)	68%	34
Possuem Filhos	68%	34
Renda Familiar até 2 Salários Mínimos	30%	15
Moram em casa própria	72%	36
Tipo de delito: roubo ou furto ou tráfico ilícito de drogas	70%	35
Usuário residente no Cidade Cristo Rei (Alto São João)	2%	1

Fonte: Adaptado de Secretaria de Desenvolvimento Social, 2016.

Vale ressaltar que, de 2010 para 2015 houve uma mudança drástica em relação ao perfil dos usuários do PRESP no que tange a renda familiar e o tipo de moradia. Em 2010, 67% dos usuários PRESP moravam em casas alugadas e tinham uma renda familiar de até dois salários mínimos. Entretanto, em 2015, cerca de 72% dos usuários PRESP moravam em casas próprias,

além disso, apenas 30% dos usuários PRESP possuíam renda de até dois salários mínimos, indicando uma melhora na renda, já que a maior parte dos usuários possuíam renda maior que dois salários mínimos em 2015 (SEDS, 2016).

A Tabela 4 demonstra que 56% dos usuários PMC são oriundos do bairro CCR, logo é possível que o perfil apresentado nesta tabela tenha uma boa representação de parcela dos moradores do bairro CCR. Portanto, há maior probabilidade dos usuários PMC serem do sexo feminino (54%), pardos ou brancos (54%), terem entre 18 e 49 anos de idade (51%) e terem filhos (56%).

Além disso, o perfil dos usuários PMC indica que 58% possuem ensino médio ou fundamental (completo/incompleto) e uma grande parcela dos usuários PMC moram em casa própria (44%), são solteiras (39%) e não trabalham (35%). Por fim, ressalta-se que a maior parte dos serviços ofertados pelo PMC são do tipo orientação, que desmembra-se em quatro demandas principais, pensão de alimentos, emissão de documentos, previdência e divórcio.

Tabela 4 – Perfil do usuário-padrão do PMC 2015 (continua)

VARIÁVEIS		%	Nº Absoluto
Número de atendidos		100%	57
Sexo: Feminino		54%	31
Idade entre 18 e 49 anos		51%	29
Estado Civil: Solteiro		39%	22
Cor/Raça: Pardo ou branco		54%	31
Escolaridade	Ensino Fundamental incompleto/completo	33%	19
	Ensino Médio incompleto/completo	25%	14
Situação ocupacional	Trabalham (Formal/informal/autônomo)	26%	15
	Não informaram	39%	22
	Não trabalham (desempregado/aposentado/estudante)	35%	20
Possuem filhos		56%	32
Moram em casa própria		44%	25
Tipo da demanda: Orientação		84%	48
Demanda usuário do	Registro Civil/Emissão de documentos	11%	6
	Pensão de alimentos/Paternidade	23%	13
	Previdência/Assistência	11%	6
	Separação/divórcio	11%	6
	Outros	56%	26

Usuário residente no Cidade Cristo Rei (Alto São João)	56%	26
---	-----	----

Fonte: Adaptado de Secretaria de Desenvolvimento Social, 2016.

Quanto ao perfil dos usuários CEAPA que está descrito pela Tabela 5, percebe-se que há maior probabilidade de ser do sexo masculino (79%), pardos (68%), entre 20 e 39 anos (63%) e que possuam filhos (79%). Além disso, ressalta-se que dos usuários CEAPA cerca de 61% fazem uso de drogas (lícita/ilícita), 74% trabalham e 55% possuem renda familiar de até três salários mínimos.

Os tipos de delitos mais comuns que levam o usuário do CEAPA a cumprirem algum tipo de medida/pena alternativa são crimes relacionados ao trânsito ou contra o meio ambiente, ou ainda, o uso de drogas e desacato às autoridades. A maior parte das medidas/penas impostas aos usuários do CEAPA são serviços que devem ser prestados a comunidade. Por fim, assim como os usuários do PRESP, uma pequena parte dos usuários CEAPA têm origem no bairro CCR (3%).

Quanto aos dados fornecidos pelo SEDS (2016), através do Fica-vivo tem-se o quantitativo de usuários das oficinas de esporte e lazer iniciadas em Janeiro de 2015 pelo programa, no qual, foram inscritos 116 jovens e adolescentes. Ao final do mesmo ano de 2015 (dezembro), percebeu-se um aumento de 44 alunos, totalizando 160 atendidos pelo programa em 2015.

As oficinas oferecidas pelo Fica-vivo naquele período foram futsal, judô, Rap, ritmos regionais, teatro e dança do ventre, sendo que as oficinas com maior demanda por parte dos matriculados foram a de futsal e judô. Isso demonstra que o jovem usuário do Fica-vivo interessa-se especialmente por esportes.

O programa Fica-vivo e PMC funcionam no Centro Prevenção à Criminalidade – CPC que, geralmente, localiza-se próximo aos bairros de seu público alvo. Entretanto, ressalta-se que osicineiros do Fica-vivo não realizam suas oficinas no CPC, mas sim em espaços públicos e privados através de parcerias com entidades diversas, como a FEMC, E.E.C.F.R, Projeto Cristo Rei, etc.

Essa capilaridade do Fica-vivo permite que seus oficineiros tenham alta interatividade entre as entidades do bairro, bem como, permite que os

jovens e adolescentes atendidos pelos programas tenham acesso a diferentes espaços.

Tabela 5 – Perfil do usuário-padrão CEAPA 2015

VARIÁVEIS	%	N° Absoluto	
Número de atendidos	100%	38	
Sexo: Masculino	79%	30	
Idade: entre 20 e 39 anos	63%	24	
Estado Civil: Solteiro	47%	18	
Cor/Raça: Pardo	68%	26	
Não chegaram a completar o Ensino Médio	63%	24	
Trabalham (Formal/informal/autônomo)	74%	28	
Renda familiar até 3 S.M.	55%	21	
Usam drogas	61%	23	
Possuem filhos	79%	30	
Moram em casa própria	38%	25	
Tipo de delito	Uso de drogas	18%	7
	Conduzir veículo alcoolizado/outros crimes de trânsito	18%	7
	Desobediência/desacato	13%	5
	Crime contra meio ambiente	9%	4
	Outros	42%	15
Tipo de pena/medida alternativa: prestação de serviço à comunidade	58%	22	
Usuário residente no Cidade Cristo Rei (Alto São João)	3%	1	

Fonte: SEDS, 2016.

Ainda sobre as políticas sociais referentes ao bairro CCR e também sobre o aspecto econômico podemos citar informações fornecidas pelo órgão federal com sede em cada município, o Sistema Único Assistência Social – SUAS⁷, cujo seu eixo de trabalho desmembra-se, por exemplo, no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS⁸.

⁷ Na consolidação do SUAS destacam-se a reorganização dos serviços por nível de proteção, a centralidade do Estado no acompanhamento às famílias, a territorialização das ações e a oferta de serviços da Proteção Social Básica, prioritariamente para famílias beneficiárias de transferência de renda.

⁸ O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social.

O CRAS responsável pelo bairro CCR fica situado no bairro Renascença. Entretanto, vale ressaltar, que este CRAS possui uma área de abrangência além do bairro CCR, significa dizer, que o CRAS situado no bairro Renascença é responsável por mais doze bairros, que são, Renascença, Santa Cecília, Vila Tiradentes, Tancredo Neves, Alice Maia, Raul José Pereira, Alcides Rabelo, Vila Tupã, Vera Cruz, Cidade Cristo Rei, Vila Regina, Floresta, Vila Exposição.

Atualmente, no bairro CCR existem 272 pessoas cadastradas no CadÚnico⁹. Dos cadastrados, 139 recebem o Bolsa Família¹⁰ e 41 recebem suporte/benefício do CRAS-Renascença. Logo, pode-se inferir que, pelo menos, 139 famílias do bairro CCR recebem benefícios de transferência de renda direta do governo (SUAS-Montes Claros, 2016).

Conforme o Gráfico 1, existem cerca de 2.075 pessoas residentes na área LCCR, e através do Gráfico 2 pode-se inferir uma média ponderada aproximada de 3,5 (arredondou-se para 3) pessoas por famílias na área LCCR; conseqüentemente, pode-se afirmar que, pelo menos, 417 pessoas são beneficiadas direta e indiretamente com suporte/benefício provenientes do cadastro do CadÚnico, em outras palavras, significa dizer que, cerca de 20% dos moradores da área LCCR são beneficiados pelos programas de transferência de renda do governo.

⁹ O Cadastro Único (CadÚnico) é um sistema que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, para que possam ter acesso aos programas Sociais do Governo Federal. Entende-se por família de baixa renda aquela que possui renda mensal de até meio salário mínimo per capita; ou renda mensal total de até três salários mínimos, ou seja, que a soma de todos os salários do grupo familiar seja de até três salários mínimos. É através do CadÚnico que o governo obtém dados que mostram a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família.

¹⁰ O Bolsa Família é um programa federal destinado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 154 mensais, que associa à transferência do benefício financeiro do acesso aos direitos sociais básicos - saúde, alimentação, educação e assistência social. Através do Bolsa Família, o governo federal concede mensalmente benefícios em dinheiro para famílias mais necessitadas.

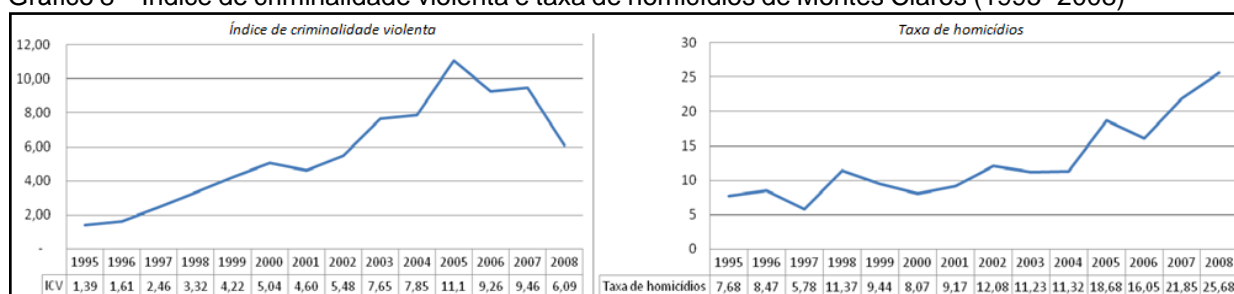
4.1.6 Da segurança pública

Comumente o assunto “segurança pública” está relacionado a temas como violência, criminalidade, atos infracionais, dentre outros, na literatura tradicional. Logo, tais temáticas serão abordadas neste tópico em caráter simplesmente descritivo, entretanto, no capítulo 5 será realizada uma análise crítica a respeito destes dados, bem como argumentos explicativos a este respeito, na perspectiva do autor dessa dissertação.

Como descrito no subtópico 3.3, a SUDENE reduziu investimentos no setor industrial, causando a perda de empregos diretos em 1990. Segundo Pereira (2010), o crescimento da violência em Montes Claros foi concomitante a dois eventos que ocorreram no início da década de 1990, o fechamento de indústrias e a instalação de redes privadas de ensino superior, este último provocou o aumento no número de jovens migrantes em busca de capacitação profissional.

Logo, devido a estes eventos percebe-se o surgimento de crimes violentos e homicídios em 1995, cujo indicadores são o *Índice de criminalidade violenta*¹¹ e a *taxa de homicídios*¹², respectivamente. De forma geral, tais indicadores apresentaram um aumento gradativo ao longo dos anos, cujo 2005 foi o ano que apresentou um aumento repentino, conforme Gráfico 8.

Gráfico 8 – Índice de criminalidade violenta e taxa de homicídios de Montes Claros (1995- 2008)



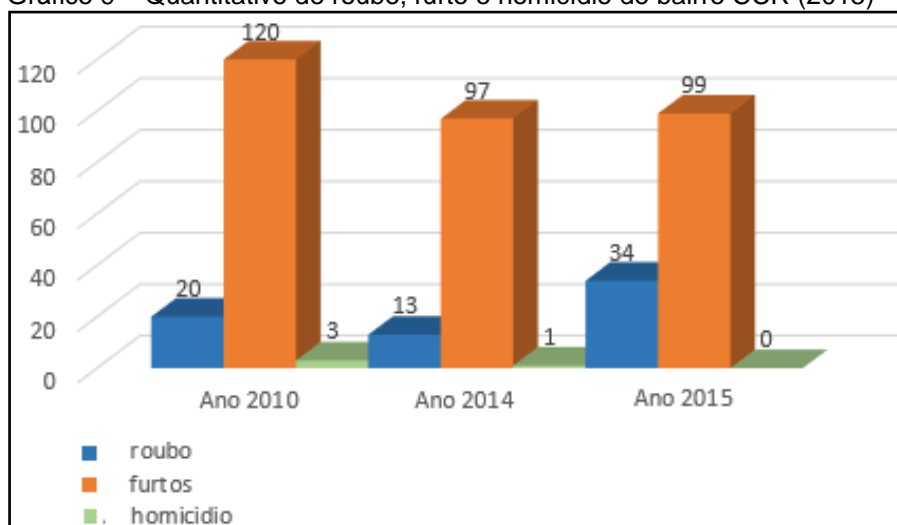
Fonte: Adaptado de PEREIRA, (2010, p.24)

¹¹ O Índice de Criminalidade violenta é calculado através da fórmula: nº de ocorrências x 1000/população. Os crimes relacionados ao ICV são: Homicídios tentados e consumados, roubos, roubos a mão armada (assalto), seqüestro (cárcere privado), extorsão mediante seqüestro, latrocínios, estupros tentados e consumados.

¹² A Taxa de Homicídios é calculada através da fórmula: nº de ocorrências / 100.000 habitantes.

Entretanto, segundo o quartel da Polícia Militar Cidade Cristo Rei, nos anos 2014 e 2015 a taxa de homicídios tem sofrido redução no bairro CCR e nos bairros próximos como o São João, conforme demonstra o Gráfico 9. Percebe-se, entretanto, que houve um aumento no número de roubos. Entretanto, vale ressaltar que em 2014 e 2015 nenhuma das ocorrências de roubo ocorreram na área LCCR, e sim em outras regiões do bairro CCR e do bairro Alto São João.

Gráfico 9 – Quantitativo de roubo, furto e homicídio do bairro CCR (2015)



Fonte: Armazém de Dados do Centro Integrado de Informações de Defesa Social - CIIDS-, 2016

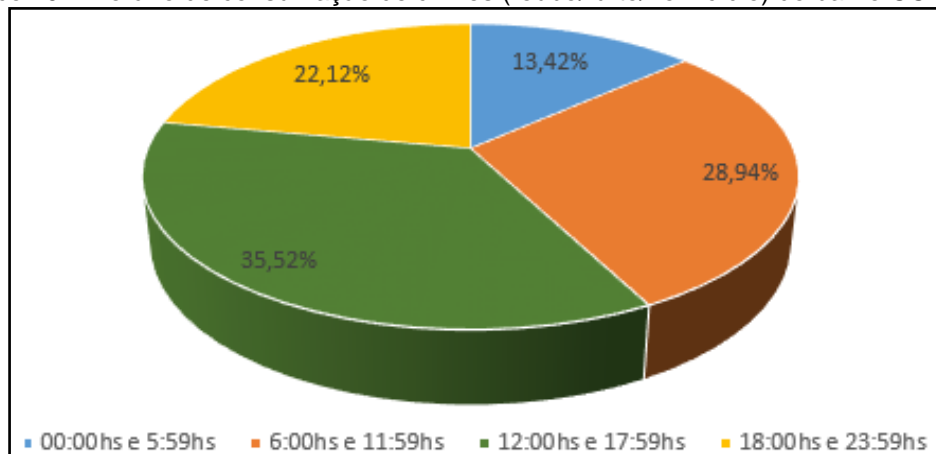
Além disso, esses crimes (roubo, furto e homicídio) ocorridos em 2010, 2014 e 2015, obedecem a tendência de serem consumados no período matutino e vespertino, diferente da crença popular, conforme demonstra o Gráfico 10.

Através do número de *prisões*¹³ e *apreensões*¹⁴ realizadas pela Polícia Militar também pode-se mensurar, indiretamente, a violência dos bairros. Em 2015, foram feitas 27.487 prisões e apreensões na cidade de Montes Claros, segundo a base de dados do Centro Integrado de Informações de Defesa Social – CIIDS –. Destas, cerca de 10% ocorreram no Centro de Montes Claros, isto é, 2.498 prisões e apreensões (CIIDS, 2016).

¹³ Termo utilizado para maiores de 18 anos de idade.

¹⁴ Termo utilizado para menores de 18 anos de idade.

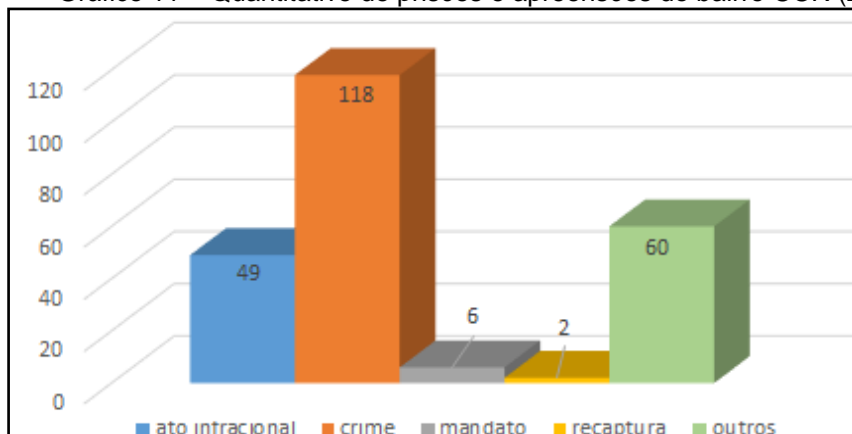
Gráfico 10 – Horário de consumação de crimes (roubo/furto/homicídio) do bairro CCR (2015)



Fonte: CIIDS, 2016

Conforme Gráfico 11, no bairro CCR foram realizadas “apenas” 186 prisões e 49 apreensões, cerca de 0,85% do total registrado na cidade de Montes Claros. Outros bairros, conhecidos por sua segurança, como o Ibituruna e o Edgar Pereira, mostraram números superiores, de 279 e 354 prisões e apreensões, respectivamente.

Gráfico 11 – Quantitativo de prisões e apreensões do bairro CCR (2015)



Fonte: CIIDS, 2016

Ainda, sobre as informações obtidas através do CIIDS (2016), percebe-se uma grande diferença na consolidação das prisões e apreensões, isto é, a internação efetiva em prisões para adultos ou centros de reabilitação para menores. No Centro 25,39% das prisões e apreensões realizadas se efetivaram, já no Ibituruna 17,57% e no Edgar Pereira 23,255%. Entretanto, ao analisar a mesma variável para o bairro CCR, percebe-se que 74,9% das prisões e apreensões se efetivaram, conseqüentemente, os indivíduos presos

e/ou apreendidos no bairro CCR possuem uma maior tendência e probabilidade de serem encarcerados e/ou internados.

Segundo o CIIDS (2016), quanto ao tráfico ilegal de drogas, em Montes Claros entre 2010 e 2015 foram contabilizadas 4.729 ocorrências, das quais, cerca de 14% ocorreram no bairro CCR. Significa dizer, que incríveis 667 ocorrências foram registradas dentro dos limites do bairro CCR. O segundo bairro com maior número de ocorrências neste período foi o Morrinhos, que registrou “apenas” 192 ocorrências, logo, o bairro CCR teve mais que o triplo de ocorrências que o bairro Morrinhos.

Ainda sobre esta temática, ressalta-se que em 2015, das 882 ocorrências registradas em Montes Claros, 32,20% possuíam natureza relacionada ao consumo de drogas. O restante das ocorrências, 67,8%, estavam relacionadas ao tráfico ilegal e/ou comércio ilegal. Portanto, o tráfico de drogas é uma realidade muito típica no bairro CCR, em especial na área LCCR, onde estão situados os pontos de vendas (“bocas”) e, portanto, são os locais onde existem maior probabilidade de serem registradas ocorrências relacionadas ao tráfico (CIIDS, 2016).

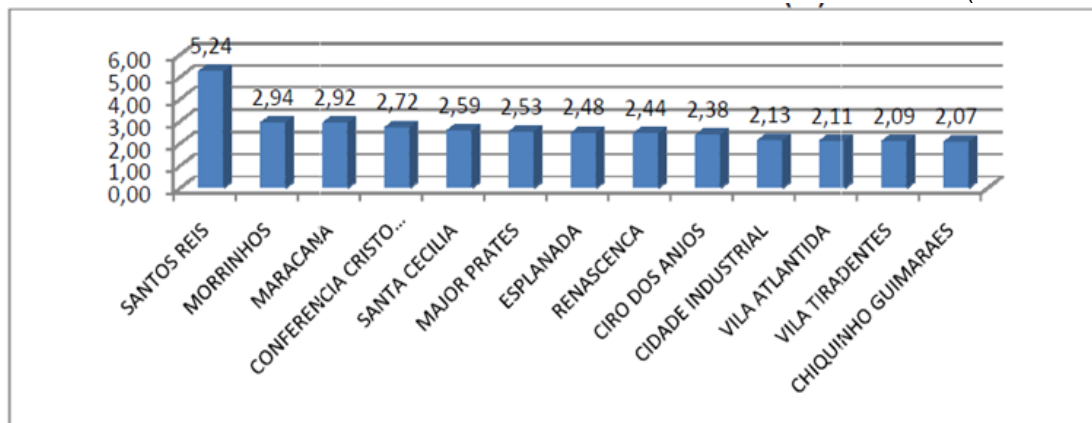
Além disso, tais resultados mostram que o tráfico de drogas pode interferir diretamente na economia do bairro CCR, bem como na dinâmica social dos residentes, como por exemplo, pode explicar o alto percentual da efetivação de prisões e apreensões supracitadas.

Como mostrado pelo Gráfico 11, em 2015 foram realizadas 49 apreensões de menores de 18 anos, isto é, mais de 20% das prisões e apreensões no bairro CCR foram referentes a adolescentes, o que demonstra o alto nível de envolvimento dos adolescentes com atos infracionais.

Segundo Oliveira (2010), o bairro CCR desde 2005 possui um alto índice de envolvimento de adolescentes com atos infracionais. Como pode ser visto na Gráfico 12, treze bairros são locais de residência de 36% dos autores de atos infracionais.

Oliveira (2010), afirma que 88% desses infratores são do sexo masculino e apenas 12% do sexo feminino, revelando a predominância de homens aos atos infracionais. Além disso, ao se analisar os motivos de tais atos infracionais, Oliveira (2010) obteve o seguinte resultado, sintetizado no Gráfico 13.

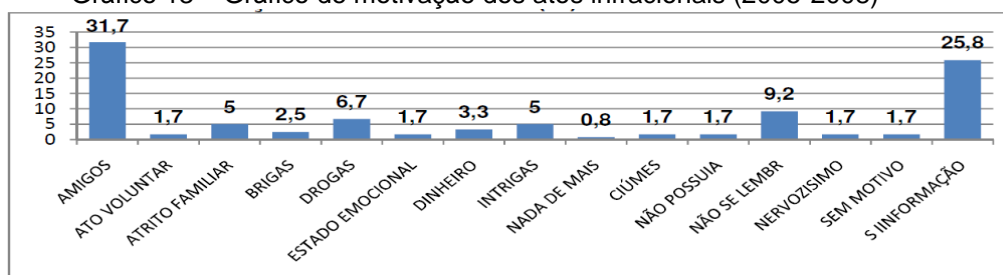
Gráfico 12 – Gráfico de bairros onde residem os autores de atos infracionais (2005-2008)



Fonte: OLIVEIRA, (2010, p.51)

Logo, percebe-se que o tráfico de drogas está entre os motivos dos infratores, entretanto, percebe-se que não possui um dos percentuais mais elevados, significa dizer, que o tráfico de drogas não possui uma relação direta com atos infracionais cometidos em Montes Claros.

Gráfico 13 – Gráfico de motivação dos atos infracionais (2005-2008)

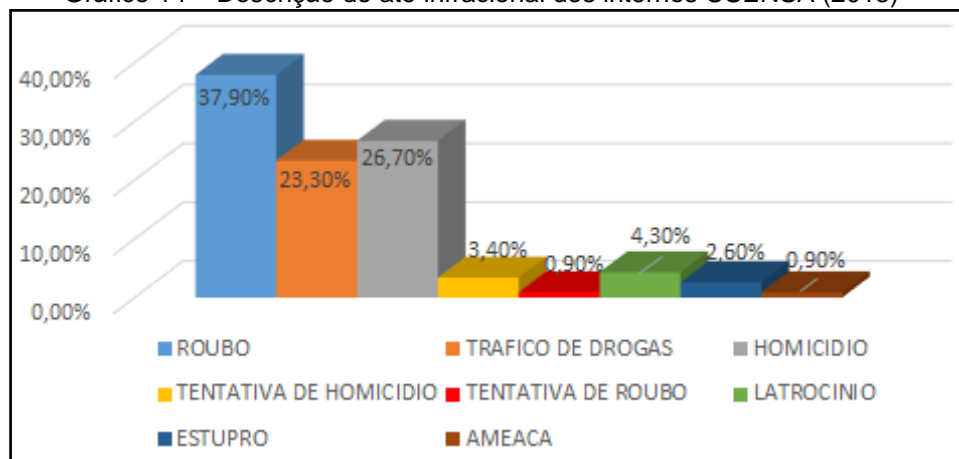


Fonte: OLIVEIRA, (2010, p. 78)

Entretanto, quando analisa-se adolescentes internados em centros de reabilitação, percebe-se que a maior parte dos adolescentes foram internados por motivos relacionados a drogas, roubo ou homicídios, como demonstra o Gráfico 14. Ressalta-se que a entidade responsável por receber os internos em Montes Claros e região é o Centro Socioeducativo Nossa Senhora Aparecida – CSENSA –.

Segundo o SEDS (2016), no CSENSA em 2015, cerca de 56% dos internos eram de Montes Claros. Em 2015, o tempo de permanência médio de internação eram de 400 dias, significa dizer, que pouco mais de um ano depois da internação os adolescentes eram soltos e alguns eram encaminhados para entidades de monitoramento, apoio e/ou ressocialização.

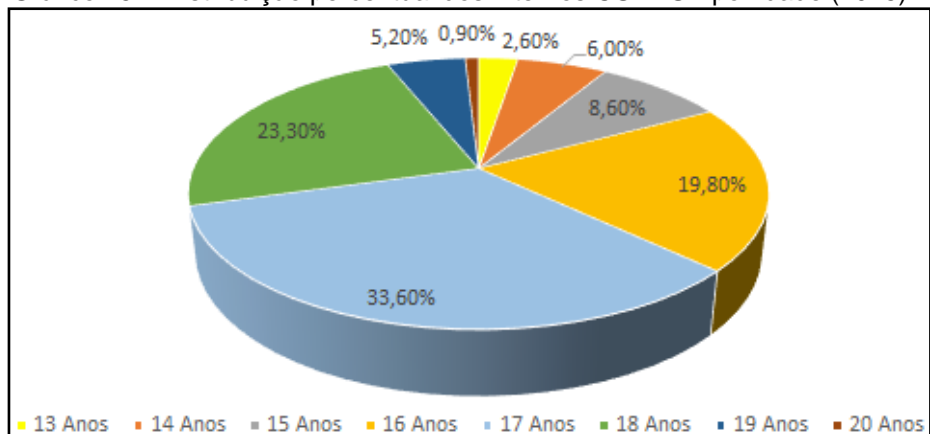
Gráfico 14 – Descrição do ato infracional dos internos CSENSA (2015)



Fonte: SEDS, 2016

Por fim, ao analisar-se a idade dos infratores, como demonstra o Gráfico 15, percebe-se que a maior incidência está para as faixas etárias de 17, 18 e 16 anos, respectivamente. Logo, a idade média dos adolescentes encaminhados para o CSENSA é de 17 anos, entretanto, existem casos de internos com 13 anos de idade, comprovando que a partir dos 13 anos de idade há probabilidade, mesmo que pequena, de adolescentes estarem envolvidos em atos infracionais.

Gráfico 15 – Distribuição percentual dos internos CSENSA por idade (2015).



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública, 2016

4.2 A perspectiva interna

. Esse subtópico possui a finalidade de apresentar dados relevantes sobre o bairro CCR, com enfoque na área LCCR, através de informações provenientes das respostas das entrevistas. Logo, será realizada uma síntese

das respostas obtidas pelas entrevistas associando alguns temas a observação direta do autor dessa dissertação. Ressalta-se, que nesse subtópico não será realizada nenhum tipo de análise do autor, salvo breves comentários, visto que o capítulo 5 já foi reservado para este fim.

O Quadro 4 apresenta informações gerais sobre os moradores do bairro CCR que foram entrevistados através dos formulários Tipo B. Pelo quadro, pode ser ressaltado o grande vínculo dos moradores com o território em questão, haja vista que todos eles moram no bairro CCR há mais de 10 anos. Esta variável também permite que exista uma grande probabilidade de veracidade e estabilidade das informações fornecidas nas entrevistas, devido ao conhecimento adquirido pelos mesmos moradores ao longo do tempo.

Além disso, a variável “naturalidade” comprova os vestígios de migrantes que se mudaram para CCR nas décadas de 1960 e 1970, e reafirma que tal processo ainda continua, entretanto, em uma escala bem menor.

Quadro 4 – Informações gerais sobre os moradores entrevistados (2016) (continua)

VARIÁVEL		Nº ABSOLUTO
Sexo	Masculino	2
	Feminino	4
Faixa Etária	Entre 18 e 59 anos	4
	≥ 60 anos	2
Estado Civil	União Estável	1
	Casado	4
	Divorciado	1
Naturalidade	Montes Claros	3
	Lagoa da Barra (Zona Rural Montes Claros)	1
	Francisco Sá	2
Tempo de moradia no bairro CCR	Entre 10 e 20 anos	2
	Entre 20 e 30 anos	1
	> 30 anos	3

Fonte: Próprio Autor, 2016.

4.2.1 Da população e infraestrutura

Este subtópico traz informações provenientes dos formulários de entrevista dos modelos B e C. As principais informações requeridas através das entrevistas estão resumidas no Quadro 5 e 6, nos quais, serão abordados

aspectos sobre a moradia dos entrevistados, bem como, as opiniões a respeito da infraestrutura do bairro CCR, em especial, da área LCCR.

Do grupo amostral de seis moradores entrevistados aleatoriamente pelo formulário B, percebe-se que 5 deles moram em casas próprias, entretanto, tais casas não possuem escritura. Uma grande parte daqueles que possuem casa própria possuem outros tipos de documentos, geralmente, declarações adquiridas através da compra dos imóveis de antigos donos, comprovantes de doações dados pela Conferência Vicentina antes da desapropriação indireta da prefeitura, ou ainda, recibos que comprovam o direito de posse entregues pela prefeitura em meados da década de 1980, cujo, prefeito em vigor era Luís Tadeu Leite.

Tais informações podem ser confirmadas através da resposta 10 da E1-A (2016), cujo presidente da Conferência vicentina na época afirmou que:

R: Então ali a gente tinha umas famílias que a gente ajudava materialmente, porque tinha família que estava lá mas não era pobre, trabalhava. Mas era tudo invasor. Mas em oitenta e pouco que começou complicar, com a questão política (E1-A, 2016).

Quadro 5 – Informações sobre moradia (2016)

VARIÁVEIS		Nº ABSOLUTO
Moradia	Própria (com escritura)	0
	Própria (sem escritura)	5
	Cedida	0
	Alugada	1
Nº cômodos da moradia	1 a 3	0
	4 a 5	2
	6 ou mais	4
Quantidade de moradores	1 ou 2	0
	3 a 4	2
	5 ou mais	4
Possui moradores menores de 18 anos?	Sim	6
	Não	0
Divide o mesmo terreno com outra(s) família(s)		3

Fonte: Próprio autor, 2016

O termo “ajudava materialmente”, segundo o próprio entrevistado, refere-se também, a doações temporárias de terrenos ou casas realizadas pela Conferência vicentina em um período anterior a década de 1980. Quanto as declarações obtidas, pode-se perceber pela resposta 28 das entrevistas E5-B e E6-B (2016) que afirmam, respectivamente, “R: Vó tem a declaração de quando ela comprou aqui de terceiros” e “R: Quando pai trocou a casa, o dono deu um documento pra ele, tipo uma declaração”.

Por fim, quanto ao recibo que comprova posse que era dado pela prefeitura não foi possível obter registro iconográfico, visto que, os poucos moradores que se referiram ao mesmo já haviam perdido ou não se lembravam onde guardavam, como pode ser visto na resposta 28, à seguir:

R: Na época que Tadeu “tava” colocando os “asfalto” aqui pro povo, ele dava um comprovante pra gente, era um papelzinho que mostrava que a terra era nossa, ele deu isso pra muita gente. Mas hoje também eu perdi isso, nem sei onde é que “tá” (...) (E2-B, 2016)

O entrevistado(a) que mora em casa alugada também alegou que não havia contrato ou documento que comprovasse tal contrato feito entre as partes.

No Quadro 5, percebe-se também que 3 dos entrevistados dividem o mesmo terreno em que moram com outras famílias. Isso ocorre com os terrenos de moradores mais antigos que ao longo dos anos cederam parte do terreno para que outras famílias pudessem construir suas respectivas casas, como é o caso do entrevistado(a) na resposta 27 da E2-B (2016) “R: (...)Aqui tem 5 casas nesse terreno. Uma casa é minha, outras três “é” dos meus filhos que casaram e construíram aqui. E a outra lá na frente é que eu dei um pedaço pra uma amiga minha construir.”

Quanto ao número de moradores nas casas, o Quadro 5 confirma a grande densidade populacional já mencionada anteriormente, cujo todos os entrevistados têm, pelo menos, um núcleo familiar composto por três pessoas. Entretanto, três dos entrevistados têm cinco ou mais pessoas residindo em uma mesma casa. Ressalta-se, ainda, que todos os entrevistados possuem menores de 18 anos em seu núcleo familiar, o que reafirma o alto percentual

de crianças e adolescentes como uma das características do bairro CCR, também já mencionado anteriormente.

Portanto, é perfeitamente cabível que todos dos entrevistados residam em moradias com, pelo menos, 4 cômodos conforme apresenta o Quadro 5, visto que, geralmente, tais cômodos são acrescentados ao longo do tempo de acordo com a quantidade de pessoas que nascem nos núcleos familiares.

O Quadro 6, a seguir, apresenta a satisfação ou insatisfação dos moradores entrevistados quanto a vários aspectos da infraestrutura do bairro CCR, desde o saneamento básico, como rede de água, rede elétrica, rede de esgoto e asfalto, até aspectos igualmente importantes para uma boa qualidade de vida, como espaços de lazer e cultura existentes no bairro.

Além disso, a satisfação quanto a serviços públicos como, coleta de lixo e transporte público também compõe o Quadro 6. Por fim, o quadro também apresenta a opinião dos moradores quando foram questionados a respeito dos principais problemas relacionados a infraestrutura, ou ainda, possíveis soluções quanto a essa questão.

Dos moradores entrevistados, todos estão satisfeitos com os serviços públicos de saneamento básico, coleta de lixo e transporte, ainda que, quanto a este último aspecto, seja mais comum utilizarem meios próprios de locomoção.

Todos os moradores entrevistados dizem desfrutar de uma boa qualidade de vida morando no bairro CCR, em especial, na área LCCR. A perspectiva de qualidade de vida, para uma parte dos entrevistados, está relacionada aos serviços básicos, como saneamento básico, coleta de lixo e transporte, como pode ser percebido nas respostas 24 das entrevistas E1-B e E3-B (2016), “R: Hoje sim. Não sinto falta do básico não. A vida hoje melhorou muito pra gente antes era mais difícil” e “R: Sim. O básico que aqui tem, outros bairros têm também”, respectivamente.

Outra parte, entende que o bairro CCR proporciona qualidade de vida para os seus moradores devido a sua localização privilegia na cidade, como descrito na resposta 24 da E6-B (2016), “R: Desfruto sim. E Aqui é perto de tudo, hospital, centro. Se nós “mudar” daqui um dia tudo acaba. O bairro é bom”.

Quadro 6 – Informações gerais sobre a infraestrutura da área LCCR (2016)

	VARIÁVEIS	Nº ABSOLUTO
Saneamento básico (água/esgoto, luz, asfalto)	Suficiente/boa qualidade	6
	Insuficiente/qualidade ruim	0
Coleta de lixo	Suficiente/boa qualidade	6
	Insuficiente/qualidade ruim	0
Meio de locomoção mais utilizado	Transporte público	2
	Veículo próprio (carro, moto, etc.)	4
Transporte público	Suficiente/boa qualidade	6
	Insuficiente/qualidade ruim	0
Espaços de lazer e cultura	Insuficiente/qualidade ruim	5
	Não respondeu	1
Desfruta de uma boa qualidade de vida?	Sim	6
	Não	0
Problemas quanto a morfologia ou infraestrutura do bairro / Em que a infraestrutura precisa melhorar?	Iluminação precária em algumas ruas/becos	1
	Existência de ruelas e becos ou desorganização viária / Necessita de organização viária ou alargamento de ruas e becos	6
	Super aglomeração de casas	1
	Necessita de uma praça dentro do bairro	5
	Os pontos de chegada e saída de ônibus devem passar dentro do bairro	1
	Problemas no encanamento de esgoto em épocas de chuva	1
	Necessita de uma quadra e/ou academia ao ar livre dentro do bairro	4

Fonte: Próprio autor, 2016

Por fim, outros relacionam a boa qualidade de vida ao momento de paz vivenciado após o pacto de paz feito entre as duas facções que comandam o tráfico de drogas na área LCCR, conforme resposta 24 da E5-B (2016), “Sim. Acho ótimo, ainda mais agora (que a guerra acabou)”.

Entretanto, quando os entrevistados foram questionados a respeito dos espaços de cultura e lazer no bairro, cinco manifestaram-se insatisfeitos, conforme apresentado na Quadro 6. Vale ressaltar ainda que quatro dos entrevistados acreditam que o bairro necessite de uma praça dentro da área

LCCR, e que na mesma praça possam ser construídas áreas de lazer como, quadras e academia ao ar livre.

Através da resposta 19 da E6-B (2016), “R: Podia abrir algumas ruas e uns becos também. E aqui tinha eu construir uma praça pra nós, tem que ter alguma coisa de lazer aqui.”, percebe-se que a praça é vista pelos moradores como um espaço de cultura e lazer. Geralmente, isso ocorre pois é um espaço utilizado para interação dos próprios moradores.

Além disso, a praça geralmente é mencionada como um espaço que contem outros elementos de lazer, como uma quadra ou academia ao ar livre. A quadra remete a necessidade de um lugar apropriado para que as crianças e adolescentes possam desfrutar de momentos de lazer, que comumente, significa jogar futebol, como pode ser visto na resposta 60 da E5-B (2016), “R: Não. Tem que fazer uma praça aqui, tem até um terreno ali mais na frente que está vazio e dá certo pra praça. Os meninos têm que ficar saltando o muro da escola para jogar bola.”, ou na resposta 19 da E3-B (2016).

A academia ao ar livre, além de ser percebida como um espaço que representa o lazer, representa também o reconhecimento do bairro CCR como um bairro equivalente a qualquer outro bairro na cidade, como está implícito na resposta 19 da E3-B (2016), “R: Uma praça aqui dentro. A praça lá em cima não tem quadra, o povo usa a quadra da escola quando eles deixam. Não tem nem uma acadêmica ao ar livre igual nas outras praças de outros bairros.”

Outra insatisfação dos moradores entrevistados captada pela pesquisa de campo, refere-se a morfologia e/ou estrutura viária do bairro CCR, especificamente, na área LCCR. Todos os moradores entrevistados acreditam que o maior problema estrutural da região está na existência de becos ou de ruas estreitas, ou ainda, no fato de algumas ruas não se interligarem com outras, produzindo espaços “sem saída” dentro da região.

Além disso, alguns entrevistados apontaram outros problemas provenientes da confusa morfologia viária da área LCCR, como pode ser visto nas respostas 19 e 46, respectivamente, da E4-B e E2-B (2016), “R: Acho que sim. Principalmente o alargamento das ruas. Porque o bairro é desvalorizado por causa desses becos.”, e “R: Eu acho que acabar com “esses beco”. Porque o beco dá fuga pra “os envolvido” (no tráfico) né? Quando a polícia tá por aqui mais perto eles “fica” mais quieto também”.

Além disso, o serviço público de coleta de lixo poderia funcionar melhor na perspectiva dos moradores caso houvesse uma melhora na organização viária da área LCCR, como demonstra a resposta 23 da E1-B (2016), “Tem rua que eles (caminhão coleta lixo) não entram porque é estreita, mas eles coletam certinho”.

Além dos moradores, alguns servidores públicos que mantem contato direto com o bairro CCR ou com os moradores, também acreditam que é necessário realizar uma mudança na configuração viária atual da área LCCR, como pode ser visto na resposta 28 da E6-C (2016) feita pelo cabo da polícia militar, “R: A configuração das ruas como está ali dificulta enormemente o trabalho da polícia militar. É muito estreito, principalmente pro veículo poder passar. (...) Agora se tiver uma melhora ali na geografia ajudaria muito a condição da polícia militar.”

O tema infraestrutura de modo geral, como a configuração viária da área LCCR, está diretamente relacionada há projetos de reurbanização, logo, no capítulo 5 este tema será novamente abordado visando trazer alternativas para a área LCCR.

4.2.2 Da educação, saúde e políticas sociais

As principais informações deste subtópico estão sintetizadas no Quadro 7 e no Quadro 8, nas quais, serão abordados aspectos sobre a educação, seja de caráter público ou privado, a saúde e programas da política de prevenção, em especial, o Fica-vivo.

Todos os entrevistados possuem integrantes da família matriculados nas escolas públicas do bairro CCR ou em escolas públicas próximas ao mesmo. O Quadro 7 apresenta a distribuição dos filhos matriculados em cada escola. Quanto a este aspecto vale ressaltar que a Escola Estadual Antônio Figueira é muito procurada pelos moradores do bairro CCR, apesar desta escola não situar-se dentro dos limites do mesmo.

Quando os moradores entrevistados foram questionados em relação a qualidade do ensino ou a estrutura física das escolas em que seus filhos estão matriculados, percebe-se que quatro se dizem satisfeitos com os

serviços e estrutura ofertadas pelas escolas, como pode ser visto na resposta 52:

R: Olha, vou falar do Filomeno. Aí melhorou muito, quando minha filha estudou lá, entre 2004 e 2011, lá era muito bagunçado. Dava muita briga pesada. Alguns alunos levavam até arma para a escola. Desde que a nova diretoria assumiu agora está mais organizado. As professoras hoje são muito criativas, minha neta aprendeu o alfabeto cantando. (E1-B, 2016)

Outra parte dos entrevistados, isto é, metade deles se mostraram insatisfeitos quanto a qualidade do ensino ou infraestrutura das escolas públicas por motivos diversos, como por exemplo, o vandalismo contra a escola e falta de controle no fluxo de alunos nos horários de entrada e saída, como pode ser visto na resposta 53 da E4-B (2016), afirmando que “R: É ruim. O povo entra lá a hora que quer, tinha que ter um controle na entrada, o povo quebra muito lá.”

Quanto aos outros tipos de ensino, isto é, o de caráter privado ou proveniente do programa da política de prevenção (Fica-vivo), cinco dos entrevistados demonstraram ter ciência da existência dos mesmos, conforme a resposta 50 da E5-B (2016) “R: Tem essas escolas aí da praça, a Escola Técnica (Projeto Juventude Cidadã), o Fica-Vivo, e o projeto Cristo Rei”.

Além disso, metade dos moradores entrevistados possuem filhos que participam dos programas de ensino de algumas dessas entidades (Fica-vivo ou Projeto Juventude Cidadã ou Projeto Cristo Rei). Os entrevistados, ainda, se mostraram satisfeitos quanto a existência destes outros tipos de ensino, pois segundo eles, complementa o ensino escolar.

Apesar disso, dois dos entrevistados alegaram ligeira insatisfação quanto ao programa Fica-vivo. Tal insatisfação estaria relacionada a dois motivos, o primeiro seria em relação a falta de eventos dentro da área LCCR, como ruas de lazer e programações esportivas, o outro motivo seria a redução no número de moradores do próprio bairro que são contratados como oficinairos, como pode ser visto na resposta 54:

R: Olha o Fica-vivo esfriou. Antes visitavam muito a casa da gente. Hoje a gente ouve pouco falar do Fica-Vivo. A gente saía na rua e já via eles, eles faziam muita rua de lazer, competição na rua, isso era bom para as crianças também. E a maioria dosicineiros eram do bairro, isso ajudava financeiramente o próprio bairro. (E1-B, 2016)

Quadro 7 – Informações gerais sobre educação/ensino (2016)

VARIÁVEIS		Nº BSOLUTO	
Educação escolar	Possui Integrante da família matriculado	E.E. Coronel Filomeno Ribeiro	2
		E.M. Professor Hamilton Lopes	2
		E.E. Dom João Pimenta	1
		E.E. Antônio Figueira	2
	Estrutura física das escolas municipais e/ou estaduais	Satisfatório	4
		Insatisfatório	2
	Qualidade do ensino das escolas municipais e/ou estaduais	Satisfatório	4
		Insatisfatório	2
	Problemas quanto as escolas ou ensino / O que deveria melhorar?	Os próprios alunos são muito desatenciosos	1
		Falta de controle da entrada/saída de alunos	1
Educação auxiliar	Conhece outras entidades que fornecem apoio educacional?	Fica-vivo	5
		Projeto Cristo Rei	5
		Projeto Juventude Cidadã (FEMC)	5
	Possui integrante da família matriculado em alguma dessas entidades de apoio educacional		3
	Problemas das entidades de apoio educacional / O que deveria melhorar?	Fica-vivo diminuiu proximidade com os moradores (redução das ruas de lazer, redução das oficinas dentro do bairro, redução de oficineiros do bairro)	2

Fonte: Próprio autor, 2016

O Quadro 8 apresenta a opinião dos moradores entrevistados quanto aos serviços de saúde pública fornecidos no bairro CCR, especialmente, o ESF. Todos entrevistados têm ciência da existência do ESF do bairro CCR, cinco deles utilizam os serviços prestados pelo mesmo ou possuem familiares que utilizam estes serviços.

Vale ressaltar, que metade dos entrevistados utilizam os serviços do ESF com frequência inferior a duas vezes por mês. Quanto aos serviços mais procurados podem ser citados, a consulta básica (diagnóstico), serviços

odontológicos, acompanhamento ou monitoramento de crianças e, por fim, encaminhamento ou agendamento para outros serviços específicos de saúde.

Quando os entrevistados foram questionados quanto a qualidade da estrutura física do ESF ou dos equipamentos e materiais utilizados pelo mesmo, a maior parte, isto é, quatro se mostraram insatisfeitos, como pode ser visto na resposta 59:

R: Acho que (a infraestrutura) é ruim, não tem material suficiente. Eu acho que deveria ter outros tipos de médico, ginecologista, pediatra, porque às vezes a gente vai lá e não tem. Aí a gente vai no hospital e eles falam que em que ser atendido no PSF, aí a gente não sabe o que fazer. (E4-B, 2016)

Quadro 8 – Informações gerais sobre a saúde (2016)

VARIÁVEIS		Nº ABSOLUTO
Conhece PSF do bairro?	Sim	6
	Não	0
Possui integrante da família que utiliza o PSF		5
Frequência que utiliza PSF	2 vezes por mês	2
	Nunca	1
	Menos de 2 vezes por mês	3
Serviços utilizados no PSF	Consulta básica	4
	Dentista	2
	Acompanhamento crianças	1
	Encaminhamentos	1
	Outros	2
Estrutura física e materiais/equipamentos do PSF	Satisfatório	2
	Insatisfatório	4
Qualidade de atendimento	Satisfatório	4
	Insatisfatório	1
	Não opinou	1
Problemas quanto ao PSF / O que deveria melhorar?	Materiais/equipamentos insuficientes ou de má qualidade	3
	Morosidade para agendamento de consulta / burocracia na consulta imediata	2
	Falta de funcionários / poucos médicos para atender o bairro	1
	Redução de visitas regulares a domicílio / redução da qualidade das visitas a domicílio	3
	Falta de médicos especialistas (pediatra, ginecologista, etc.)	1

Fonte: Próprio autor, 2016.

Quanto ao atendimento dos profissionais do ESF, quatro dos entrevistados se mostraram satisfeitos. Entretanto, quando foram instigados a citarem os principais problemas relacionados aos serviços prestados pelo ESF, metade deles mencionaram a redução nas visitas domiciliares feitas pelos profissionais da entidade, como pode ser resposta 58 da E4-B (2016), “R: Eu acho bom. Mas a visita é mais pra assinar viu? A não ser se a gente agendar antes e pedir eles para entregar (resultados), fora isso não visita não”.

Outros ainda, afirmaram que houve uma redução na qualidade da visita feita pelos agentes comunitários de saúde, como pode ser visto na resposta 58 da E1-B (2016), “R: Eles atendem a gente muito bem. Mas antigamente eles vinham na casa da gente, ela sentava, ela media a pressão, se tinha criança levava pra pesar. Agora hoje eles vêm na porta e pede pra gente assinar e nem entra”.

A morosidade no atendimento e/ou no agendamento também foi um dos problemas citados pelos entrevistados. Logo, vale ressaltar, que tanto a redução das visitas dos agentes comunitários de saúde, quanto a morosidade no atendimento, podem estar relacionados com a pouca quantidade de profissionais designados para o ESF do bairro CCR, como afirmou o entrevistado(a) na resposta 59:

R: O espaço lá podia melhorar. Agora tem que ter é mais gente lá meu filho, minha neta mesmo “tá” tentando marcar uma consulta lá agora já tem dois meses, porque lá se um médico fica doente aí pronto, não tem ninguém pra atender no lugar. (E2-B, 2016)

Esse mesmo problema também foi mencionado pelo profissional do ESF entrevistado(a), conforme pode ser visto na resposta 28:

R: Para atender o básico tem funcionário o suficiente, mas aqui falta o profissional para ficar na recepção. Porque hoje a gente faz rodízio com os agentes comunitários de saúde na recepção. E a função deles seria estar fazendo visita. Agora também está faltando profissionais específicos no centro de saúde; esses profissionais, por exemplo o pediatra que é o que a população mais cobra, não são do programa do PSF e sim do centro de saúde que a gente agenda pra população, mas está em falta também. (...) (E5-C, 2016).

Logo, percebe-se que a insuficiência no número dos profissionais designados para o ESF do bairro CCR é um problema que gera outros tipos de dificuldades na execução dos serviços de saúde no bairro, como apontado; além disso, a insuficiência da quantidade/qualidade de materiais e equipamentos do ESF também foi outro problema em que houve confirmação por parte do profissional do ESF entrevistado(a), como pode ser visto na resposta 26 da E5-C (2016), “R: Não, a estrutura dessa casa não é boa. Quanto aos materiais depende do período, a gente faz pedido do almoxarifado da prefeitura, aí mais pro fim de mês começa a faltar.”

Vale ressaltar que a dificuldade dos profissionais do ESF em executar alguns serviços de saúde públicos, não está unicamente vinculado a insuficiência de profissionais ou materiais e equipamentos da entidade, mas está relacionado também a baixa participação e adesão de parte dos moradores do bairro a programas do ESF como, palestras ou reuniões mensais de conscientização.

Essa recusa ocorre, principalmente, quando os usuários do ESF são homens com idade igual ou superior a 18 anos de idade e inferior a 60 anos, como aponta a resposta 28:

R: (...) Agora também é complicado a mobilização de um certo público aqui. O grupo que participa mais aqui dos programas nossos de conscientização são os idosos. Agora os homens e adolescentes são o público mais difícil de alcançar. Até mesmo nas visitas a gente não encontra muitos homens porque as vezes eles estão trabalhando (E5-C, 2016).

A baixa participação dos moradores também foi percebida em alguns programas relacionados a política de prevenção do Fica-vivo, como apontou o(a) ex-profissional entrevistado(a) na resposta 28:

R: O maior gargalo para as intervenções do Programa (Fica-vivo) é a baixa participação popular de maneira propositiva. A adesão é garantida quando lhes são ofertados bens e lazer, no entanto, quando a proposta é diálogo para a construção de novas

oportunidades ou para projetos de intervenção no âmbito coletivo, não há participação. (...) (E9-C, 2016).

Além disso, ressalta-se que a insatisfação relacionada a infraestrutura das sedes dos serviços públicos, como o ESF e o CPC, são comuns entre os profissionais dos mesmos, como também foi relatado pelo ex-profissional do Fica-vivo, como pode ser visto na resposta 26:

R: A infraestrutura que atende aos programas da política de prevenção são oferecidas pelo município, sendo esta a principal contrapartida da política municipal. Entretanto, o espaço ofertado atualmente se apresenta inadequado para o trabalho da equipe técnica. Seria fundamental, um espaço mais amplo para reuniões com a comunidade, mais arejado, oferecendo condições dignas colaborando para o exitoso trabalho dos profissionais (E9-C, 2016).

Portanto, os problemas aqui relatados impedem ou dificultam a boa execução de serviços e/ou programas públicos oferecidos a população do bairro CCR, em especial a área LCCR. Tais problemas precisam de extrema atenção, especialmente, porque fazem parte de aspectos intrínsecos a qualidade de vida e formação profissional dos moradores do bairro CCR, no caso, a educação, saúde e os programas de políticas sociais.

Por fim, a o Quadro 9 resume a descreve os principais serviços/programas fornecidos para os moradores do bairro CCR, bem como, as principais dificuldades na execução dos mesmos, conforme respostas dos profissionais (ou ex-profissionais) entrevistados do ESF, CRAS-Renascença e Fica-vivo, respectivamente, formulários E5-B, E8-B e E9-B (2016).

Quadro 9 – Informações gerais sobre PSF, CRAS-Renascença e Fica-vivo (2016) (continua)

Entidade	Horário funcionamento	Serviços oferecidos	Atendidos	Quantidade profissionais	Principais dificuldades para executar serviços
PSF	Segunda a sexta 7hs às 17hs	Consulta clínica, pré-natal, acompanhamento de gestante, acompanhamento de crianças, palestras, etc.	400 por mês	12	a) Quantidade de profissionais insuficiente b) Infraestrutura insatisfatória c) Falta zelador d) Baixa participação de homens aos programas
Fica-vivo			300 por mês		

	Segunda a sexta 11hs às 17hs (oficinas horários específicos)	Atendimentos psicossociais, 8 oficinas para jovens.		11 (analistas +oficineiros)	a) Infraestrutura insatisfatória b) baixa participação popular aos programas c) Falta de um espaço mais próximo da área LCCR
CRAS	Segunda a sexta 7hs às 17hs	Acolhimento, rastreamento familiar, atendimento familiar, grupos de convivência, visitas, palestras, etc.	Não foi possível contabilizar	10 (apenas 4 designados para o bairro CCR)	a) Comodismo/vitimização dos moradores do bairro CCR b) Serviços que geram algum tipo de dependência/assistenciali- simo aos moradores

Fonte: Próprio autor, 2016.

4.2.3 Da renda e comércio/serviço

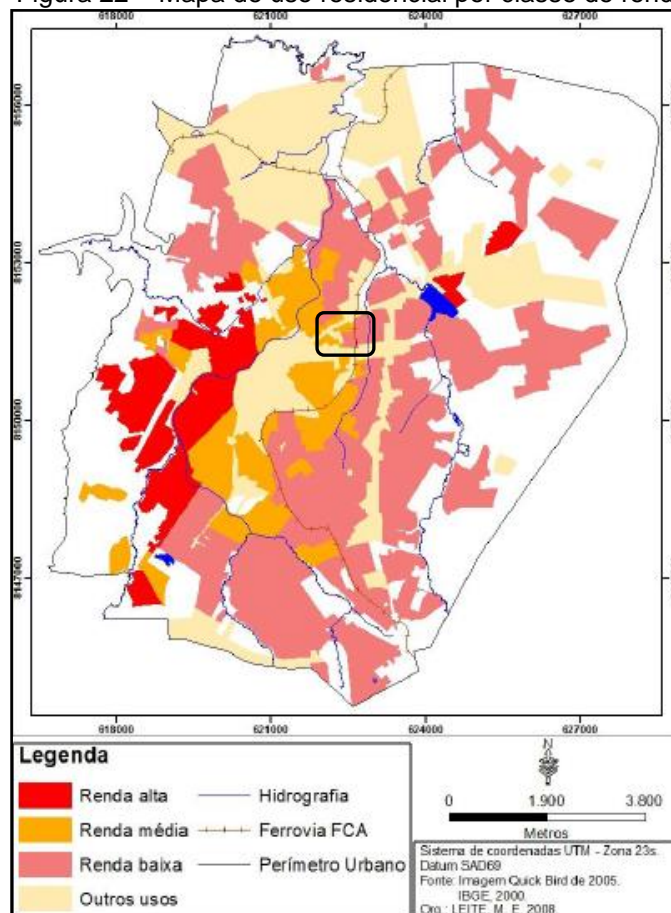
Na década de 2000, o bairro CCR foi incluído na categoria de população de *baixa renda*¹⁵ conforme Figura 22, no qual, percebe-se que no mapa toda a região em cor rosa refere-se a população de baixa renda.

O Quadro 10 e o Quadro 11, trazem informações, respectivamente, sobre aspectos da renda e/ou trabalho e aspectos gerais sobre o comércio/serviço dos entrevistados. Pelo Quadro 10 percebe-se que metade dos entrevistados recebem algum tipo de benefício do governo. Isto confirma o alto percentual de pessoas beneficiadas direta ou indiretamente pelos benefícios do governo (como bolsa família por exemplo), como já mencionado, cerca de 20% de toda população residente na área LCCR.

Pelo Quadro 10 também percebe-se que quatro dos entrevistados são aposentados e/ou pensionistas. Além disso, cinco afirmam que pelo menos um integrante de seus núcleos familiares não trabalha. Isso pode ocorrer por três motivos, o integrante da família está aposentado ou possui menos de 18 anos, ou ainda, está desempregado.

¹⁵ Entende-se por família/população de baixa renda aquela que possui renda mensal de até meio salário mínimo per capita; ou renda mensal total de até três salários mínimos, ou seja, que a soma de todos os salários do grupo familiar seja de até três salários mínimos.

Figura 22 – Mapa de uso residencial por classe de renda (2008)



Fonte: Adaptado de LEITE, (2011, p.174)

Quadro 10 – Renda e trabalho na família

VARIÁVEIS		Nº ABSOLUTO
Recebem benefício do governo		3
Aposentado(a) ou pensionista		4
Trabalhador(a) Formal	Pelo menos 1 integrante na família	2
Trabalhador(a) Informal	Pelo menos 1 integrante na família	5
Não trabalham (dona de casa, etc)	1 ou mais integrantes na família	5
Renda mensal da família	Até 1 salário mínimo	2
	Até 2 salários mínimos	3
	Até 3 salários mínimos	1
	4 salários mínimos ou mais	0

Fonte: Próprio autor, 2016.

Em contrapartida, todos os entrevistados informaram também que pelo menos um integrante de seus núcleos familiares trabalha, seja em trabalhos formais, seja em trabalhos informais. Ressalta-se, entretanto, que o

trabalho formal, isto é, com carteira assinada, possui a menor parcela entre os entrevistados, isto é, apenas dois deles.

Logo, é fácil perceber que os moradores da área LCCR, encontram-se em uma complexa dualidade, isto é, a maior parte das famílias lidam com o desemprego e, em contrapartida, buscam alternativas de obter renda mediante tal situação, o que confirma o alto percentual de trabalho informal obtido.

No Quadro 10 pode-se perceber ainda que cinco dos entrevistados possuem uma renda familiar de até dois salários mínimos, sendo que apenas um dos entrevistados diz possuir renda familiar de até três salários mínimos. Isso confirma o status de baixa renda atribuído aos moradores do bairro CCR.

Para complementar as informações já obtidas quanto a este tema, também foram entrevistadas, através dos formulários de modelo C, três pessoas que possuem comércio ou prestam serviço no interior da área LCCR; tais comércios/serviços são uma padaria/mercearia, um bar/lanchonete e um salão de beleza, respectivamente referentes aos formulários E3-C, E4-C e E7-C.

O Quadro 11 resume os dados obtidos nos formulários supracitados. Neste quadro percebe-se que dois dos entrevistados atendem mais de 100 clientes por semana, tais clientes são residentes de todo o bairro CCR. Isso demonstra que existe uma grande demanda relacionada a produtos de padaria/mercearia e bar/lanchonete. Apenas o(a) proprietário(a) do salão de beleza afirmou atender até 10 pessoas por semana, devido ser uma prestação de serviço específica.

Os entrevistados relataram ainda o valor do faturamento médio obtido ao final do mês em seus respectivos comércios/serviços. O proprietário(a) da padaria/mercearia informou ter faturamento médio mensal de R\$ 14.000,00, do bar/lanchonete R\$ 1.200,00 e do salão de beleza R\$ 400,00.

Isso demonstra que, apesar da maior parte da população da área LCCR ser considerada de baixa renda, existe um alto montante de recursos financeiros que circulam dentro da região, especialmente, quanto a produtos alimentícios.

Quadro 11 – Informações gerais sobre entrevistados do serviço/comércio (2016)

Variáveis	Nº Absoluto	
Quantidade de pessoas atendidas por semana	1 a 10	1
	11 a 49	0
	50 a 100	0
	>100	2
O seu estabelecimento já sofreu algum tipo de depreciação ou roubo?	Sim.	0
	Não.	3
O tráfico de drogas influencia positivamente o seu comércio?	Sim	2
	Não	1

Fonte: Próprio autor, 2016.

Uma explicação quanto a este montante financeiro, pode estar relacionado ao alto percentual de trabalho informal entre os residentes do bairro CCR. Entretanto, outro fator pode contribuir para a circulação de renda, a saber, o tráfico de drogas, visto que, a renda familiar média mensal não ultrapassou três salários mínimos como demonstrou o Quadro 10.

Se for este o caso, significa dizer que traficantes ou pessoas ligadas ao tráfico interferem positivamente na circulação de recursos financeiros relacionados ao comércio/serviço existente no bairro CCR, em virtude dos recursos provenientes do tráfico de drogas.

Tal hipótese foi confirmada por dois dos entrevistados, conforme Quadro 11. Essa influência proporciona não apenas mais lucro para os comerciantes/serviços na área LCCR, mas também garante segurança aos estabelecimentos, como apresentado no Quadro 11, cujo todos os entrevistados afirmaram que nunca tiveram problemas quanto a depreciação ou assaltos/furtos em seus respectivos estabelecimentos.

Além disso, o relato de alguns dos entrevistados esclarece de que forma a influência positiva do tráfico de drogas ocorre, como pode ser visto na resposta 20:

Como aqui perto eles fazem o tráfico de droga, eles não querem bagunça aqui perto, para não chamar atenção e não dar polícia, e por isso que a gente não é roubado. Então o pessoal que está aí “envolvido” eles vêm aqui e compra muita coisa pra comer também. Aqui tem produto que sai aqui que talvez não sairia tanto se meu

comércio fosse em outro lugar. O “Gilete” (lâmina de barbear) que eles usam para mexer com droga, o saquinho de chupa-chupa sai muito e eles usam pra embalar a droga, o fósforo sai muito também. E o pessoal pega muito aqui também o guardanapo, mas eu não tenho pra vender, eu deixo eles pegarem o guardanapo, eles usam muito pra consumir a droga (E3-C, 2016).

Outro entrevistado também afirma que o tráfico influencia positivamente quanto ao faturamento, conforme pode ser visto na resposta 20 da E4-C (2016), “R: Ajuda demais. Eles compram muito. Sem eles aqui eu não sou ninguém. Rola dinheiro”. Este mesmo entrevistado também afirma que os produtos mais procurados em seu estabelecimento são cigarros e bebidas alcoólicas.

Entretanto, quanto aos comércios/serviços existentes na área LCCR, não existe apenas benefícios advindos do tráfico de drogas. Um dos entrevistados afirmou que a guerra entre traficantes atrapalha alguns tipos de comerciantes, principalmente, devido ao aumento de violência e, conseqüentemente, resultando em medo e estigma dos clientes, como pode ser visto na resposta 20:

R: Aqui pra mim (o tráfico) atrapalha muito. Já tem cinco anos que eu abri aqui, e naquela época ainda tinha a guerra do tráfico e aí era complicado porque começava qualquer hora. Eu mesma, perdi todas as minhas clientes de outros bairros nessa época por causa disso. Hoje mesmo não tem mais a guerra, mas minhas clientes hoje são só aqui do bairro, porque as dos outros bairros tem medo de vir aqui por causa daquela época (E7-C, 2016).

Portanto, percebe-se que, apesar da área LCCR ser considerada de baixa renda, há um alto percentual de trabalho informal entre os moradores, especialmente, voltados para o comércio ou prestação de serviços específicos, o que demonstra o potencial empreendedor da região.

Logo, percebe-se que o tráfico de drogas é uma das grandes forças que proporcionam benefícios relacionados a circulação de recursos financeiros em alguns setores destes comércios/serviços existentes na área LCCR,

distintos pontos de alimentação que são 4, identificados em cor marrom, conforme descrição na Figura 23; e o único estabelecimento que fornece verduras e frutas (sacolão), identificado em cor cinza.

Posteriormente, o setor relacionado aos serviços prestados em salão de beleza, isto é, cabelereiro, manicure ou pedicure, é outro setor com grande potencial na área LCCR, cujo foram quantificados 6 do tipo, identificados em cor laranja.

Outros serviços prestados que possuem diversas finalidades foram identificados em cor rosa e foram agrupados em uma única categoria denominada de “específico”, a saber, foram quantificados 10. Desta categoria, pode-se destacar serviços como, serralheria, tornearia e lava-jato, os outros estão descritos na própria Figura 25.

As Figuras 24, 25 e 26, buscam mostrar ao leitor alguns dos estabelecimentos destes serviços/comércios apresentados pelo mapa da Figura 25.

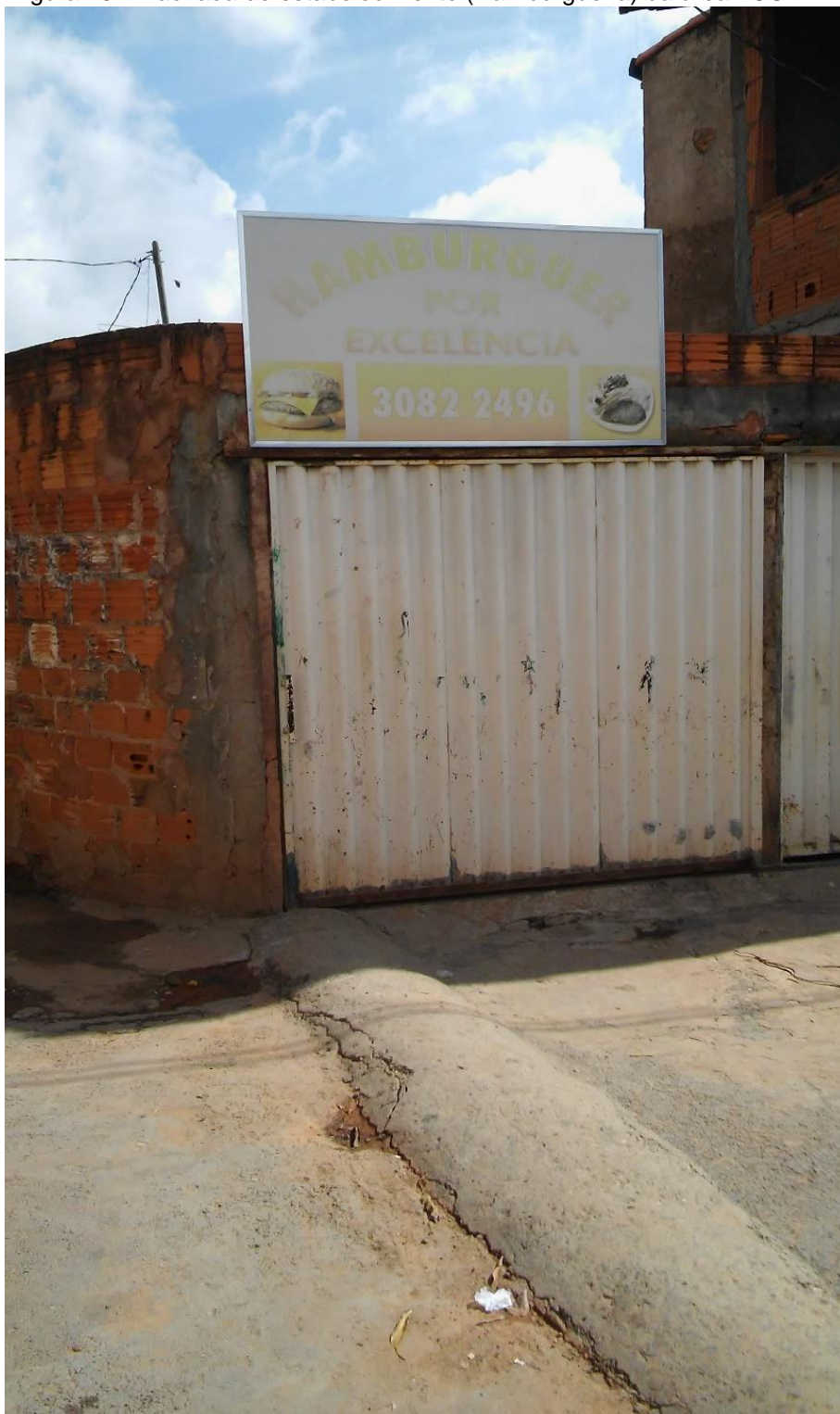
Por fim, na Figura 23 também foram identificados e georeferenciadas as igrejas da área LCCR, que estão em cor azul e quantificadas em 3. Ressalta-se que tais igrejas são de diversas denominações evangélicas e podem ser categorizadas como um serviço muito específico que é prestado a população residente da área LCCR. Serviço este que possui grande importância na perspectiva dos próprios moradores, devido seu caráter espiritual e o auxílio relacionado a educação infantil.

Figura 24 – Fachada de estabelecimento (Cabelereiro/Manicure/Pedicure) da área LCCR.



Fonte: Próprio Autor, 2016.

Figura 25 – Fachada de estabelecimento (Hamburgueria) da área LCCR.



Fonte: Próprio Autor, 2016.

Figura 28 – Fachada de estabelecimento (Igreja) da área LCCR



Fonte: GoogleMaps, 2016.

Logo, ressalta-se que muitos estabelecimentos dos serviços e comércios informais identificados na Figura 23 funcionam na própria residência dos moradores. Isso ocorre com o intuito de reduzir custos para os mesmos, além de ser uma ótima solução quanto ao pouco espaço disponível para este fim na área LCCR. Por fim, devido essa facilidade em criar um serviço/comércio em casa, durante o período da edição dessa dissertação podem ter surgido novos estabelecimentos que não foram contemplados pela Figura 23.

Por fim, ressalta-se que existem duas grandes categorias de trabalhadores existentes na área LCCR que não foram abarcadas pela Figura 23, à saber, os catadores de materiais recicláveis e pedreiros/auxiliares da construção civil. Estas duas funções são exercidas por diversos moradores habilidosos que podem ser potencializados através do apoio de entidades diversas.

4.2.4 Da segurança pública e tráfico de drogas

Este subtópico traz informações provenientes dos formulários de entrevista dos modelos B e C. As principais informações requeridas através das entrevistas estão resumidas nos Quadros 12, 13, 14 e 15, nos quais, são abordados aspectos sobre a segurança pública e tráfico de drogas.

Quadro 12 – Informações gerais sobre o policiamento do bairro CCR (2016)

VARIÁVEIS		Nº ABSOLUTO
Qual sua opinião quanto ao policiamento do bairro?	Quantidade de policiais é suficiente	3
	Quantidade de policiais é insuficiente	1
	Policiais desrespeitosos ou abusam da força na abordagem	4
	Policiais respeitosos na abordagem	1
O policiamento melhorou nos últimos anos?	Sim	4
	Não	1

Fonte: Próprio autor, 2016.

O Quadro 12 apresenta as respostas dos moradores entrevistados quando foram instigados a expressar suas respectivas opiniões quanto ao policiamento realizado no bairro CCR, em especial na área LCCR. Para quatro dos entrevistados, o policiamento no bairro CCR tem melhorado nos últimos anos. Essa melhora não está necessariamente vinculada a quantidade de policiais que circulam no bairro, como pode ser visto na resposta 61 da E6-B (2016), “R: Não precisa nem ter muito policial aqui não, é só melhorar a ação deles aqui”.

Além disso, alguns moradores alegam que a própria cessão da guerra entre as facções existentes no bairro proporcionou uma melhora na abordagem dos policiais aos moradores, como pode ser visto na resposta 63:

R: Melhorou muito depois que a guerra acabou, era muita pressão em cima deles(policiais). Eles pararam de vir mais porque acabou a guerra. Mas eles podem ser mais educados. Eles inventaram de fazer o sopão também, isso é bom pra menina demais. Você vê “os policial” mais humanos. A polícia também traz presente no dia das crianças a vida toda. Eu já cansei de ver gente “envolvido” que vai lá no sopão (E1-B, 2016).

Na resposta acima, o entrevistado(a) também aponta duas ações de cunho social realizadas pelos policiais, em prol do bairro CCR, que proporcionam uma aproximação na interação entre moradores e policiais,

conforme o relato. As ações descritas são, a entrega de presentes para as crianças em datas festivas e a realização de um projeto mensal realizado pelo 10º batalhão denominado de “sopão solidário”, onde ações culturais são realizadas enquanto são fornecidos gratuitamente aos moradores porções de sopa.

Para metade dos entrevistados a quantidade de policiais designados para a área LCCR é suficiente para patrulha-la. Neste sentido, um sargento da PMMG que trabalhou no local por 14 anos, concedeu entrevista ao presente autor, na qual, ele alegou que o número de policiais designados para o bairro CCR é suficiente, apesar de fazer uma ressalva sobre o tema, bem como opinar sobre a infraestrutura do quartel localizado no bairro, como pode ser visto pela resposta 26:

R: O quartel ali, além de atender o bairro Cidade Cristo Rei atende o bairro Alto São João, pois está bem localizado, tem um bom afluxo de pessoas. Agora a infraestrutura é um pouco aquém, teria que ter um ajuste ou outro pra ser feito. Poderia ter uma melhora. Com o número de policiais que tem acho que fazemos um bom trabalho, a polícia dá uma boa atenção ao bairro, mas o ideal talvez seria ter uns 30 policiais só a disposição desse bairro (Cidade Cristo Rei) (E6-C, 2016).

Entretanto, quatro dos entrevistados afirmaram que alguns policiais não possuem abordagem adequada com os moradores em ações rotineiras realizadas pela polícia, como pode ser visto na resposta 62 da E3-B (2016), “R: Não são todos, mas tem uns que é muito sem educação. Tem hora que até abusa da autoridade. Hoje tem vez que alguns já “chega” entrando na casa e nem pede autorização do morador”.

Outro entrevistado(a) relatou ainda que presenciou o uso excessivo de força, isto é, abuso de autoridade, em uma abordagem policial, como pode ser visto na resposta 62:

R: Teve um caso com meu pai. Com policial novato. Meu pai tinha um problema na perna e ele chegou na garupa da moto e os policiais mandaram ele encostar na parede. Aí meu pai falou ora eles terem cuidado com a perna dele e o cara chutou a perna dele para encostar

ele na parede. Então teve falta de comunicação e abuso mesmo (E4-B, 2016).

Outro relato que indica desrespeito no trato de alguns policiais com os moradores, diz respeito a inserção de viaturas na área LCCR, como pode ser visto na resposta 63 da E6-B (2016), “R: Acho que piorou essa questão do respeito. Nem criança eles respeitam mais, passa aqui correndo na rua com os carros”, e na resposta 62 da E1-B (2016), “R: (...) Teve outra vez aqui que eles atropelaram uma menininha aqui na rua, o povo que levantou o carro e tirou de cima. Graças a Deus que não aconteceu nada”.

Sobre este último tema, vale ressaltar que, além da alta velocidade das viaturas, a morfologia da estrutura viária da área LCCR potencializa o risco de acidentes deste tipo, visto que, algumas ruas são estreitas e não possuem calçadas, ou ainda, impedem a visibilidade do motorista. Tal problema também foi pontuado pelo sargento da PMMG, como pode ser visto pela resposta 28:

R: A configuração das ruas como está ali dificulta enormemente o trabalho da polícia militar. É muito estreito, principalmente pro veículo poder passar. (...) Agora se tiver uma melhora ali na geografia ajudaria muito a condição da polícia militar (E6-C, 2016).

O Quadro 13 resume a opinião dos entrevistados quando foram instigados a relatar quais eram as principais influências negativas, para os moradores do bairro CCR, advindas do tráfico de drogas. Neste sentido, houveram cinco respostas que, além de expressar claramente o sentimento dos entrevistados quanto ao assunto, indicaram algumas dinâmicas existentes ao sistema do tráfico.

O estigma sobre os moradores do bairro CCR, em especial da área LCCR foi a questão mais latente entre os entrevistados, isto é, cinco deles afirmaram, de forma direta ou indireta, que existe um preconceito da sociedade contra as pessoas da região, simplesmente pelo fato delas morarem ali.

Quadro 13 – Informações gerais sobre o tráfico de drogas

	VARIÁVEIS	Nº ABSOLUTO
Principais influências negativas do tráfico de drogas	A guerra entre facções e/ou violência	4
	Abuso de autoridade e/ou coerção dos integrantes	4
	Disseminação do uso/venda de drogas no bairro	1
	Aliciamento de moradores ao tráfico	1
	Estigma e preconceito contra o bairro CCR	5
Estratégias para evitar a violência advinda do tráfico	Limitar locais ou horários que podem ser utilizados pelos integrantes da família	4
	Permanecer em casa por longos períodos	5
Soluções para a redução do tráfico?	Quartel policial localizado dentro da área LCCR	2
	Reestruturação morfologia da área LCCR	2
	Locais de trabalho para menores	2

Fonte: Próprio Autor, 2016.

Os próprios entrevistados afirmam que devido ao comércio ininterrupto de drogas ilícitas e as ações violentas dos integrantes de facções que controlam o tráfico, a área LCCR tornou-se popularmente conhecida como um local perigoso, no qual residem somente pessoas marcadas pelo crime organizado, o que não é verdade.

Essa generalização de que todos os moradores da região são integrantes ou apoiam o tráfico de drogas gera, além do estigma, consequências desastrosas para os mesmos, como pode ser visto na resposta 36 da E4-B (2016), “R: (...) Muitas vezes atrapalha o emprego, as vezes a gente vai com vaga garantida mas quando fala que é daqui o povo não quer mais.”, e na resposta 36 da E5-B 2016, “R: (...) O povo fala que tem serviço quando chega lá e fala que é daqui eles falam que não tem mais vaga”.

O estigma interfere nas relações de trabalho e emprego dos moradores do bairro CCR e, distorce também a percepção da sociedade sobre o caráter dos moradores da área LCRR, como é o caso da interação de alguns policiais com os moradores, como pode ser visto na resposta 61 da E4-B (2016), “R: (...) E tem que melhorar a educação (dos policiais). Pra eles

(policiais) todo mundo é igual. (...). Por estes motivos, o estigma e preconceito da sociedade são danosos à dinâmica de vida dos moradores da região.

Além disso, outra preocupação quanto a influência negativa do tráfico de drogas foi a guerra entre facções, especificamente, a violência gerada pela mesma. Todos os entrevistados, em algum momento da entrevista fizeram alusões a guerra entre facções como uma situação incomoda para os moradores do bairro CCR.

Quando foram instigados a falar sobre as influências negativas do tráfico, quatro dos entrevistados comentaram diretamente que sobre o tema, como pode ser visto na resposta 40 da E4-B (2016), “R: (O tráfico) Atrapalhava muito. Muito perigoso, a gente saía e não sabia se podia voltar por causa do tiroteio. Teve uma vez que eu só entrei no bairro depois que a polícia chegou”, e na resposta 40 da E6-B (2016), “R: Sim. Além do que eu já falei. Tinha muita bala perdida né?”.

Alguns dos entrevistados(as) relataram que o auge da guerra entre as duas facções foi entre 2007 e 2013, e portanto, o período de maior risco de morte para os mesmos. Vale ressaltar que, desde 2013, as facções encontraram-se em um acordo de paz conforme descrito anteriormente.

A violência gerada pela guerra entre facções, além de gerar riscos para os moradores do bairro CCR, já interferiu na execução de alguns serviços públicos, como o serviço de coleta de lixo, conforme relato da resposta 42 da E2-B (2016), “R: Quando tinha guerra aí, o caminhão de lixo não passava não. O povo até contratou um carroceiro para pegar o lixo. Mas agora essa guerra acabou e o caminhão de lixo voltou”.

Neste contexto, os moradores desenvolveram estratégias para lidar com a violência e os riscos provenientes da guerra entre facções. Como pode ser visto no Quadro 13, cinco entrevistados afirmam que permanecem em suas respectivas casas por longos períodos de tempo em caso de guerra entre as facções, como visto na resposta 41 da E6-B (2016), “R: A gente ficava mais dentro de casa. Não ficava na porta da rua. A Noite também não saía muito”.

Outra estratégia utilizada foi a escolha de locais específicos por onde é seguro circular dentro da área LCCR, verificando sempre os horários para tal. Essa estratégia foi utilizada por quatro dos entrevistados, como pode ser visto no relato da resposta 41 da E3-B (2016), “R: No caso, começou o

tiroteio fica dentro de casa. E tinha umas ruas “principal” que acontecia a guerra, então era passar por outras ruas. As ruas principais eram a Santo Inácio, Juíz de Fora e Antônio Olinto.” Outra questão apresentada no Quadro 13 foi o abuso de poder de alguns integrantes do tráfico, isto é, coerção ou intimidação de moradores em situações diversas. Alguns destes eventos são relatados na resposta 43:

R: Esses dias o meu neto que mora ali naquela casa é “envolvido”, ele arrumou uma briga com minha outra neta e ela chamou a polícia pra ele porque ele bateu nela. Mas aí “eles” (traficantes) não gostaram disso não, falou que minha neta chamou a polícia pra “eles” e que ela ia ter que sair aqui de casa. Mas eu fui conversar lá com eles e falei que ela não ia sair de casa não uá. Falei também que a gente não é obrigada a apanhar e ficar apanhado não. Aí eles mandaram a resposta falando que “tava” tranquilo, agora já ajeitamos tudo (E2-B, 2016).

Outro relato, pode ser visto na resposta 30:

R: Sim. Tem gente aqui que acha que manda em tudo só porque é “envolvido” (com o tráfico). Briga de família já vi eles entrar no meio também. Tem uns que querem falar quem vai morar e quem não vai morar aqui no bairro (E6-B, 2016).

Portanto, percebe-se que os integrantes envolvidos com o tráfico de drogas visam sustentar o comércio ilegal de drogas a qualquer custo, ainda que implique em perda dos direitos básicos dos moradores do bairro CCR, como a cidadania ou o direito à moradia, por exemplo.

Outra influência negativa proveniente do tráfico de drogas apontada no Quadro 13 foi a disseminação da venda ou do uso de drogas dentro da área LCCR. Significa dizer que, os moradores estão preocupados com a grande proporção que o comércio de drogas ilegais adquiriu na região, visto que, isso resultou em uma espécie de cultura violenta e viciada que torna-se normal para a população à medida que o comércio e uso de drogas se expande.

Portanto, o tráfico de drogas aproxima-se cada vez mais dos moradores não envolvidos, e tende a tornar tal prática um costume, isto é, a

situação torna-se comum, pois passa a fazer parte do cotidiano da população residente, facilitando assim, o aliciamento de novos integrantes ao tráfico, como pode ser visto na resposta 43:

Mas antes eles (traficantes) vendiam as “coisa”(drogas) deles escondido, hoje eles tão vendendo na porta da casa da gente e de dia. Eles não importam com a gente não. Faz na frente de criança e na frente de qualquer um. E isso começou mais ou menos em 2011, depois que “Paulim” e os “chefão” foi preso. Aí agora os “molequim” (jovens integrantes do tráfico) tomaram conta. Aí a gente não fica saindo muito na rua não. Eles colocam as drogas no muro da gente pra esconder da polícia, aí se a polícia chegar, até a gente pode ficar prejudicado (E1-B, 2016).

Neste sentido, o aliciamento de moradores para ingressar ao tráfico de drogas também foi uma das preocupações citadas. Isso demonstra que a dinâmica de recrutamento ainda está presente, apesar do momento de reconciliação entre as facções, visto que, os integrantes do tráfico são necessários não apenas para defender e conseguir novos pontos de vendas, mas basicamente para monitorar os pontos, esconder e distribuir drogas aos usuários.

De forma indireta, os entrevistados demonstraram que o aliciamento ao tráfico é uma questão muito mais forte do que foi apresentado pelas respostas do Quadro 13, visto que, quando foram questionados se possuíam integrantes da família envolvidos diretamente com o tráfico de drogas, cinco dos entrevistados responderam que sim, tal informação pode ser vista no Quadro 14.

Ainda sobre este tema, todos os entrevistados acreditam que o envolvimento de novos integrantes ao tráfico inicia-se antes dos 13 anos de idade, outros três acreditam que o recrutamento ocorre a partir dos 10 anos de idade, conforme aponta o Quadro 14. Significa dizer, que o tráfico aumentou sua amplitude de influência entre os moradores ao longo dos anos, integrando até mesmo crianças ao seu sistema de comércio.

Quadro 14 – Informações gerais sobre o aliciamento no tráfico de drogas

VARIÁVEIS		Nº ABSOLUTO
Faixa etária de inserção/envolvimento ao tráfico	10 anos	3
	11 anos	2
	12 anos	1
Motivos para o envolvimento	Falta de emprego	3
	Tempo ocioso	2
	Prestígio ou status	2
	Problemas pessoais/ Problemas familiares	2
	Revolta contra policiais	1
Estratégia para evitar o envolvimento	Conversas e conselhos com integrantes da família	5
	Limitar ou proibir interação de integrantes da família com integrantes do tráfico	2
	Matricular integrantes da família em cursos e/ou incluir em trabalhos informais	2
Possui pelo menos 1 integrante da família envolvido no tráfico		5

Fonte: Próprio autor, 2016.

Além disso, os motivos para o envolvimento ao sistema de tráfico são diversos, como apresentado no quadro acima. Ressalta-se, entretanto, que para dois entrevistados as pessoas integram-se ao tráfico devido ao tempo ocioso, já para metade dos entrevistados o principal motivo de integração seria à falta de emprego, como pode ser visto na resposta 48:

Alguns (envolvidos) aqui entra é por revolta mesmo, por pirraça, tem menino aqui que apanha (da polícia) demais, aí ele entra né?! Também tem o desemprego, porque a gente vai procurar emprego o povo não dá porque a gente é daqui, aí o cara já pensa pro lado ruim né? (E6-B, 2016).

Ressalta-se, porém, outros motivos, como o prestígio em ser um integrante do tráfico, como relatou o(a) entrevistado(a) na resposta 44 da E3-B (2016), “O que que vejo por fora aí é que o povo envolvido gosta é de ostentar. É fumar maconha e ter uma “novinha”. Agora o dinheiro mesmo vai pros mais forte, mais pra cima”.

Devido à alta taxa de aliciamento ao tráfico de drogas, os familiares desenvolveram diversas estratégias para combater, ou pelo menos, evitar que integrantes de sua família ingressem ao mesmo. Tais estratégias também estão apresentadas no Quadro 14. Quanto a isso, ressalta-se que cinco dos

entrevistados afirmam que mantem conversas pontuais sobre a dinâmica de vida dos envolvidos ao tráfico, como pode ser visto na resposta 44:

R: Bem. Nós tivemos um primo nosso que “envolveu” aí. E isso serve de exemplo, ele morreu novo, deixou dois filhos. Aí a gente conversa com nossos filhos né? Tem que abrir o olho dos meninos, porque esse “envolvimento” aí é tudo ilusão, não presta. (...) (E3-B, 2016).

Outros dois entrevistados afirmam que inibem integrantes de suas respectivas famílias a interagirem com pessoas específicas do bairro ou que tenham algum envolvimento com o tráfico. Outros dois dizem que é necessário ocupar o tempo ocioso através da realização de atividades, realização de cursos ou participação em projetos sociais, e até mesmo a inserção no mercado de trabalho, conforme relato da resposta 44:

R: Bem, meu marido mesmo era envolvido mesmo né?! Então eu conversei muito com eles. Meu filho mesmo fica andando com os meninos ali da esquina de baixo. E eu falo com ele para sair fora. E coloco “eles” em tudo quanto é projeto que aparecer. E eu não quero que eles fiquem entrando na casa dos meninos “envolvidos” (E5-B, 2016).

As informações fornecidas pelos entrevistados (respostas referentes a pergunta 45 do formulário “B”), bem como o exercício de observação do presente pesquisador, tornaram possível a sintetização do mapa da Figura 27.

De modo geral, a Figura 27 demonstra, em cor amarela, que toda a área LCCR está sujeita a ação dos integrantes do tráfico de drogas. Tais ações limitam-se a oferta e venda de drogas ilegais feita por vendedores ambulantes (geralmente, integrantes novatos), bem como, a utilização dos espaços para armazenar e esconder os “produtos”.

Os espaços mais utilizados como esconderijos são lotes vazios, casas abandonadas, lixeiras (ou locais onde acumula-se lixo), buracos nos muros, buracos em árvores, casas de terceiros, etc. Além disso, ressalta-se que os lotes vazios e as casas abandonadas, geralmente, são utilizadas

também para consumir a droga; isso explica a existência de tantos locais deste tipo em uma pequena área, como é o caso da área LCCR. Estes espaços (de esconderijo e consumo da droga) são encontrados nas principais ruas onde se pratica a venda da droga, como pode ser visto na Figura 28 e Figura 29.

Na Figura 27 também foram demarcados, em cor vermelha, os principais pontos de venda de drogas ilegais (“bocas”), cujo, contabilizou-se nove principais pontos de venda. Os pontos situados nos limites da fronteira da área LCCR possuem localização privilegiada devido sua proximidade com ruas regulares e avenidas, o que possibilita um acesso rápido e fácil de compradores aos pontos e, portanto, são pontos muito acessados.

Apesar disso, os outros pontos de venda não ficam em desvantagem por sua localização mais interna a área LCCR, pois tais pontos oferecem aos seus compradores uma certa margem de segurança, isto é, são pontos menos visíveis as outras pessoas e, portanto, também possuem uma grande demanda por parte dos compradores.

As esquinas são preferidas para consolidar um ponto de venda de drogas, pois oferecem mais possibilidades de circulação, seja para acesso dos compradores ou para rotas de fuga. Ressalta-se ainda que os principais pontos de vendas de drogas localizam-se nas ruas, Mato Verde (2 pontos de venda), Santo Inácio (2 pontos de venda), Antônio Olinto (4 pontos de venda) e Juíz de Fora (1 ponto de venda).

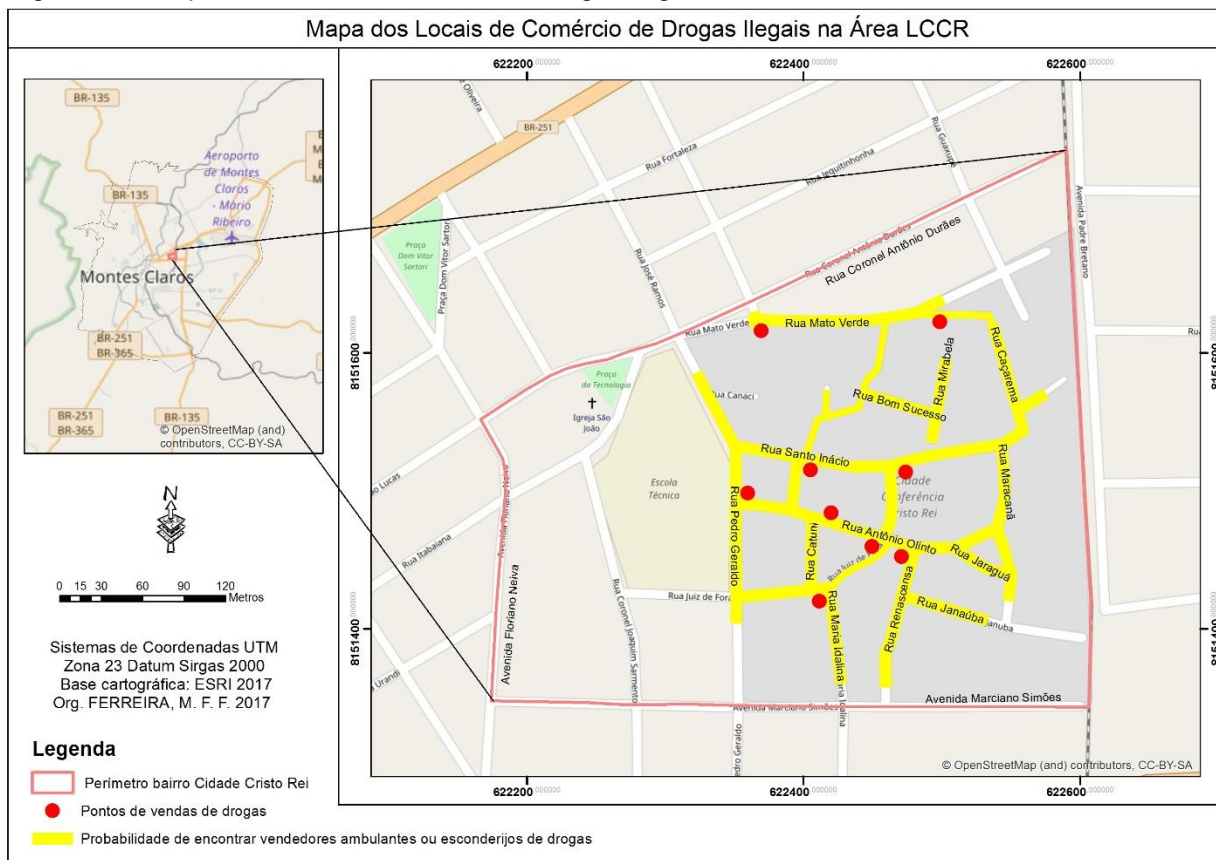
Por fim, quando os entrevistados foram instigados a sugerir soluções para a redução do tráfico de drogas na área LCCR, foram obtidas três respostas, conforme apresentado no Quadro 13. Uma das soluções foi proposta por dois entrevistados, que afirmaram que o trabalho para menores de 18 anos de idade pode reduzir a ação do tráfico, isto é, induzir jovens e adolescentes a preferirem ingressar ao mercado de trabalho do que ao tráfico.

Isso pode ser verificado na resposta 47 da E1-B (2016), “R: (...) A renda nossa é baixa. Eu não posso por meus filhos pra trabalhar porque alguns são novos.”, ou na resposta 46:

R: Eu tenho pra mim que se o prefeito que entrar agora “catar” esses meninos tudo e colocar numa fábrica para trabalhar acaba mais isso(tráfico). Tem que ter mais curso para esses meninos mais novos

também, de 10 e 11 anos. Aqui também dava pra fazer um lavanderia aqui pro povo trabalhar (E5-B, 2016).

Figura 27 – Mapa dos locais de comércio de drogas ilegais



Fonte: Próprio autor, 2017.

Tal solução possui uma forte relação com as motivações para o envolvimento com o tráfico já apresentado no Quadro 14. Como visto, o desemprego e o tempo ocioso foram as principais causas, na opinião dos entrevistados, para o envolvimento com tráfico.

Logo, fornecer emprego aos jovens e adolescentes é uma solução perfeitamente lógica na perspectiva dos entrevistados, visto que, resulta em geração de renda de fonte legal, além de, preencher o tempo ocioso dos jovens e adolescentes com atividades diversas, até mesmo cursos profissionalizantes.

No Quadro 13, outra solução destacada por dois dos entrevistados seria a construção de um quartel policial dentro da área LCCR, ou alterar a localização do quartel da PMMG existente no bairro CCR para que o mesmo aproxime-se da área LCCR.

Figura 28 – Casa abandonada na rua Santo Inácio



Fonte: GoogleMaps, 2016.

Figura 29 – Acúmulo de lixo próxima à um ponto de venda na rua Santo Inácio



Fonte: GoogleMaps, 2016.

Tal solução é cabível, visto que, a presença de policiais na área LCCR dificulta o comércio de drogas ilegais, como visto na resposta 46 da E1-B (2016), “R: Se o quartel da polícia ficasse aqui mais próximo, aqui no meio do bairro ia inibir mais os “traficante”. Porque só do carro passar você já vê os meninos correndo”.

O(a) comerciante entrevistado(a) também realçou durante a pesquisa que a presença da polícia inibe o comércio de drogas, como descrito no relato da resposta 14:

Porque uma vez eu lembro que teve uma ação da polícia aqui e eles ficaram acampados aqui. Você saía na rua e tinha dois policiais em

cada esquina, olhava as bolsas da gente, as mochilas das crianças, e eu achei isso muito bom pois foram quinze dias de paz aqui, os envolvidos não fizeram nada, sumiram da rua (E7-C, 2016).

Por fim, outros dois dos entrevistados acreditam que para reduzir a influência do tráfico de drogas é necessário realizar uma reestruturação na morfologia do bairro CCR, em especial na área LCCR, como descrito na resposta 46 da E4-B (2016), “R: Eu acho que se urbanizar (reduz o tráfico) (...)” e pela resposta 46 E2-B (2016), “R: Eu acho que acabar com “esses” beco. Porque o beco dá fuga pra “os envolvido” né?”.

A organização das quadras e a rede viária da área LCCR geram becos, ruas estreitas e aglomeração de casas, portanto, além de gerar danos a qualidade de vida, a morfologia da área LCCR potencializa o comércio de drogas. Logo, o subtópico 5.2 tratará especificamente sobre a mudança espacial na morfologia da área LCCR visando, dentre outras coisas, a redução da ação do tráfico de drogas.

Ao longo deste capítulo foi possível explorar, de forma panorâmica, os principais problemas existentes no bairro CCR, como questões físicas e estruturais da área estudada, os serviços públicos existentes e seu funcionamento quanto ao atendimento dos moradores, também foi possível verificar aspectos mais subjetivos sobre a dinâmica de serviços e comércios existentes na área LCCR, além do funcionamento do tráfico de drogas e a sua influência negativa à qualidade de vida dos residentes.

Por fim, também foi possível explicitar a opinião de alguns moradores quanto as possíveis soluções para as diversas questões levantadas, como também trazer à tona a perspectiva de alguns agentes públicos ou privados quanto a estes assuntos. Portanto, o próximo capítulo destina-se a analisar e relacionar os principais pontos levantados até aqui, sob a perspectiva do presente autor.

5 DA DISCUSSÃO ÀS ALTERNATIVAS

5.1 Análise crítica

Pode-se dizer que este tópico é o objetivo final dessa dissertação, visto que tem a finalidade de construir e discutir alternativas para o bairro Cidade Cristo Rei. Neste ponto, todas as informações e dados apresentados referentes a história, população, problemas, infraestrutura, etc., do bairro CCR serão analisadas sob a perspectiva do presente autor, com o intuito de sintetizar alternativas e/ou criar novas alternativas conforme o avanço da interpretação do objeto de estudo.

Como já abordado anteriormente, a cidade é uma complexidade, é um conjunto de práticas sociais, ambientais, econômicas, etc., que se entrelaçam dando origem a um produto único que possui características peculiares. Neste sentido, toda a estrutura organizacional dessa dissertação é baseada no planejamento urbano, para facilitar a integração da diversidade de informações existentes no contexto urbano e, conseqüentemente, para produção de alternativas.

Porém, ressalta-se que tais alternativas possuem enfoque no subnível microlocal do planejamento urbano, isto é, a discussão ocorre ao nível das práticas cotidianas de um grupo social que possui uma identidade peculiar, no caso, o bairro CCR. Portanto, tais alternativas limitam-se ao objeto de estudo. Entretanto, alguns princípios metodológicos e/ou de análise abordados ao longo dessa dissertação podem ser vistos como exemplos a serem utilizados para a cidade de Montes Claros, especialmente, no que tange a alternativas para outras regiões que encontram-se em situação de vulnerabilidade social.

Neste sentido, para evitar que as influências negativas da racionalidade de mercado (L.U.C.I) contaminem as alternativas a serem propostas, ou ainda, para impedir que tais alternativas sejam produzidas de forma unilateral pela mão do estado, isto é, sem a participação popular, será utilizado um caminho metodológico proposto por Friedmann (1991) denominado de *Aprendizado Social*.

Em estudos tradicionais sobre aprendizagem encontram-se teóricos que afirmam a teoria como orientadora da prática social. Entretanto, para Friedmann (1991), a prática social e a teoria estão correlacionadas, uma nasce da outra, uma depende da outra. Significa dizer que a prática também exerce uma força sobre a teoria, logo, o processo de aprendizado social é uma interação constante entre teórico e prático e, portanto, é dinâmico e pode sofrer contínuas mudanças ao longo do tempo.

Logo, pode-se definir a aprendizagem social, segundo a perspectiva de Friedmann:

É um ramo do saber que está relacionado com a atividade humana, especialmente aos processos sociais dinâmicos, analisando pela perspectiva de um ator envolvido com a prática. A aprendizagem social destaca o papel mediador dos pequenos grupos e enfatiza o diálogo como crucial para formação da prática social (FRIEDMANN, 1991, p.241).

Entende-se por prática social, o costume de um povo, a história de um grupo, ou ainda, novas ações inseridas em determinado grupo social. Logo, pode-se afirmar que a população residente no bairro CCR já possui uma prática social consolidada, tal prática possui aspectos positivos e negativos para os mesmos. Entretanto, esta prática social não é fixa, ela altera-se de acordo com o avançar do diálogo entre os próprios moradores do bairro CCR ao longo do tempo, ou ainda, entre a interação entre os moradores do bairro CCR e agentes externos (estado, entidades, mídias, moradores de outros bairros, etc.).

Logo, o diálogo e a mediação são fundamentais para produzir uma nova prática social que vise trazer mais benefícios e mais qualidade de vida para um grupo social, no caso, para os moradores do bairro CCR. Segundo Friedman (1991), a aprendizagem de uma nova prática social só efetiva-se em um grupo quando os atores envolvidos conseguem perceber uma mudança positiva em sua realidade cultural. Neste sentido, Laraia (2001, p. 96) salienta que “(...) É praticamente impossível imaginar a existência de um sistema cultural que seja afetado apenas pela mudança interna.”

Por esse motivo, ao longo de toda essa dissertação percebe-se um esforço do autor em apresentar duas perspectivas sobre a dinâmica sócio

espacial do bairro CCR, uma externa e outra interna, para que neste tópico, seja possível criar um diálogo entre estas perspectivas, afim de produzir (ou sintetizar) alternativas que promovam melhorias diversas aos moradores do bairro CCR. Ressalta-se, entretanto, que criar um diálogo entre as diferentes perspectivas não significa que uma sempre concordará com a outra. A aprendizagem social visa evitar a dominação de uma sobre a outra, com o intuito de superar a contradição entre teoria e prática.

Entretanto, não significa que as alternativas que serão propostas se tornarão uma espécie de lei geral a ser cegamente implementada, mas justamente o contrário, é extremamente relevante que a experimentação das alternativas seja seguida da observação de resultados e/ou consequências afim de produzir melhorias contínuas ao longo do tempo.

Portanto, para que o aprendizado social ocorra verdadeiramente é necessário que o estado não seja ausente para com o bairro CCR e que promova espaços para participação popular antes de implementar quaisquer ações referentes ao bairro. Por outro lado, é necessário que a população residente do bairro CCR esteja disposta a dialogar e tenha consciência da importância de sua participação durante todo o processo de implementação de alternativas aqui propostas.

Portanto, antes de propor alternativas é preciso identificar os principais problemas relacionados ao objeto de estudo, afim de organizar e visualizar os pontos que podem e necessitam sofrer mudanças para, então, produzir uma nova prática social e melhoria na qualidade de vida. Com este intuito o Quadro 15 foi formulado, baseado nas respostas dos moradores, dos servidores públicos e/ou comerciantes.

O Quadro 15 visa sintetizar todos os problemas relatados pelos entrevistados, bem como complementar as informações trabalhadas ao longo dessa dissertação. No quadro percebe-se que 8 dos 15 entrevistados concordam que o bairro CCR é um lugar que tem seus aspectos positivos, mas que possui também problemas diversos que precisam ser pontuados. Isso demonstra que a maioria dos moradores e/ou pessoas externas à dinâmica de vida cotidiana do bairro CCR têm consciência de que a dinâmica sócio espacial do bairro pode ser melhorada.

Também no Quadro 15 estão apresentados os principais problemas pela perspectiva dos entrevistados, dos quais, a *gravidez na adolescência*, *uso de drogas e álcool*, *muitas pessoas desempregadas* e *crianças ociosas* foram os mais relatados. Esses problemas também são os mais visíveis na perspectiva do presente autor, e todos os outros listados no Quadro 15 relacionam-se de algum modo com estes supracitados.

Entretanto, também é crucial entender a origem e os motivos relacionados a tais problemas. Para o presente autor, todos os aspectos negativos referentes ao bairro CCR e os problemas relatados no Quadro 15 são sintomas ou conseqüências que provém de uma *cosmovisão* que as pessoas possuem a respeito da dinâmica sócio espacial do cotidiano do lugar.

Quadro 15 – Classificação e problematização sobre o bairro CCR na perspectiva dos entrevistados

VARIÁVEIS		N° ABSOLUTO	
		Moradores	Servidores Púb/Com.
Como você classifica o lugar (bairro CCR) onde você mora (ou trabalha)?	Um lugar agradável, mas que possui problemas e pode melhorar.	4	4
	Um lugar com muitos problemas que me fazem querer mudar.	0	2
	Não respondeu/Outro.	2	3
Na sua opinião, quais são os principais problemas sócio econômicos do bairro CCR?	Gravidez na adolescência	3	5
	Uso de drogas e álcool	3	1
	Muitas pessoas desempregadas	3	1
	Crianças ociosas	1	3
	Comércio/tráfico de drogas	0	3
	Violência	1	1
	Educação de baixa qualidade	1	1
	Baixo capital social	0	1
	Baixa qualificação profissional	0	1
	Vínculos familiares rompidos	0	1
Na sua opinião, o que tem ajudado a melhorar os problemas mencionados por você?	Presença (e atividades) da Igreja	-	5
	Atividades da escola e Projetos sociais	-	4
	Serviços do CRAS	-	4
	Políticas de prevenção	-	2
	Educação/oficinas para crianças	-	1
	Serviços do ESF	-	1

Fonte: Próprio autor, 2016.

Segundo, Sire (2004), uma cosmovisão é um compromisso, uma orientação fundamental que pode ser expressa como um conjunto de pressuposições que nós sustentamos (consciente ou subconscientemente) sobre a constituição básica da realidade, e que provê o fundamento sobre o qual nós existimos.

Portanto, cosmovisões são convicções e crenças que as pessoas possuem, conseqüentemente, as pessoas interpretam a si mesmas e o mundo a sua volta através de suas cosmovisões, que por sua vez, moldam suas decisões e ações, produzindo resultados (consequências) positivos e/ou negativos para os mesmos.

Neste sentido, a cosmovisão está intimamente relacionada a personalidade e também pode ser moldada e influenciada por diversos agentes como, a cultura, a religião, a vizinhança, a família, a experiência pessoal, etc. Portanto, as influências à cosmovisão de uma pessoa podem ser provenientes do *ambiente*, isto é, o bairro, a igreja, a escola, a sociedade, etc; podem ser provenientes também do *caráter pessoal*, como a educação familiar, a personalidade, a experiência pessoal, etc.

Portanto, para propor alternativas relevantes para o bairro CCR, além de identificar e organizar os problemas é necessário analisar quais as ideias, valores e crenças estão por detrás destes problemas, afim de que as alternativas sejam propostas visando mudar a cosmovisão do sujeito para que desta forma uma nova prática social seja estabelecida no bairro CCR e que as melhorias no cotidiano dos moradores possam se sustentar ao longo do tempo.

Para o presente autor, o primeiro problema a ser analisado é a questão do *uso de drogas e álcool*. A princípio, o senso comum tende a imaginar que o principal motivo do uso de drogas generalizado em uma determinada área está relacionado unicamente ao vício ou a personalidade vil do usuário. Entretanto, segundo aponta Zaluar (2011), é essencial entender os aspectos sociais, culturais e/ou psicológicos que estão em torno do uso da droga.

Na perspectiva do presente autor, existem pelos menos três fatores que motivam o uso da droga e álcool, que geram problemas para os moradores da área LCCR. O primeiro está relacionado ao uso pelo prazer e satisfação

pessoal. Neste caso, é algo inerente ao desejo individual humano, que é comum e está presente no cotidiano de todas as classes sociais, como por exemplo, beber cerveja com os amigos aos finais de semana, ou de fumar um cigarro, ou o desejo de sair à noite para uma balada, etc.

Neste caso, o problema está no uso em excesso e prolongado dessas substâncias, visto que, podem produzir dependência química a nível físico do usuário, ou ainda, gerar dependência psicológica, isto é, produzindo a sensação de infelicidade em caso de abstinência; conseqüentemente, toda a energia física e emocional, os recursos financeiros e as habilidades do usuário estão voltados para o seu desejo de experimentar, por um breve momento, as sensações que a droga ou álcool trazem para o mesmo. Portanto, isso distorce a percepção do sujeito do mundo cotidiano a sua volta, além de limitar sua capacidade na tomada de decisões.

O segundo fator, está relacionado com a insatisfação pessoal do sujeito quanto a realidade em que vive, desde o núcleo familiar até a escassez de recursos financeiros. Neste caso, a fuga da realidade é o que leva o sujeito a buscar nas drogas e no álcool o “refúgio” para seus problemas pessoais. Desta forma, um problema configura-se, visto que, tal alternativa não produz nenhuma mudança em sua realidade, o que provoca mais frustração levando-o a uma alienação e suprimindo sua autonomia e responsabilidade no processo de obtenção de soluções para sua condição.

O terceiro fator está associado a banalização do uso das drogas dentro da área LCCR, conforme apontaram os próprios entrevistados no Quadro 13 (pág. 97). Neste caso, uma ação repetida muitas vezes por um longo período gera o costume neste grupo social, logo, o uso das drogas torna-se uma realidade vista e vivenciada no cotidiano dos moradores do bairro, o que impede que a maioria deles vejam tal prática como negativa, facilitando assim a imersão neste tipo de prática.

Ainda neste sentido, o incentivo de usuários que são também amigos, vizinhos ou integrantes da família acelera este processo de experimentação, geralmente, atingindo com mais força os jovens e adolescentes, pois são levados pelo ambiente de confiança ou pelo desejo de se integrarem a um grupo social. Desta forma, os novos usuários alimentam,

fortalecem e expandem tal prática como uma cultura no meio dos moradores do bairro CCR, em especial, na área LCCR.

Além disso, uma vez que esta prática está consolidada como uma cultura percebe-se que até mesmo o potencial empreendedor de alguns moradores torna-se tendencioso, afim de atender essa demanda disseminada na região, o que explica o grande número de bares existentes como já descrito anteriormente. A situação torna-se mais grave a medida que não há interesse por parte desses comerciantes em parar de vender cigarros e bebidas alcoólicas, visto ser sua principal fonte de renda.

Vale ressaltar, ainda quanto a banalização do uso das drogas e álcool, que o sistema de comércio e tráfico de drogas existente na área LCCR é o principal agente mantenedor desta prática como cultura, devido ao benefício que provém disso como, por exemplo, a venda para os usuários, ou ainda, o aliciamento dos usuários como empregados que desejam a droga e/ou o álcool como salário, etc.

Logo, é impossível falar da disseminação do uso de drogas e álcool sem mencionar o *tráfico de drogas*. Entretanto, como já abordado no subtópico 3.3, a origem do tráfico de drogas na área LCCR está associado a dois motivos, primeiro, a falta de suporte à região por parte de diversos gestores da prefeitura de Montes Claros, segundo, a implementação do tráfico de drogas como uma alternativa para a crise econômica em 1990. Portanto, pode-se dizer que, inicialmente, o tráfico de drogas está intimamente relacionado a necessidade econômica dos moradores.

Portanto, é razoável aprofundar primeiro na questão do *desemprego*, que também foi mencionado como um dos problemas da Quadro 15 (pág. 109), visto que, este é um dos principais fatores que tornam o tráfico de drogas um caminho tão cobiçado por boa parte dos adultos, jovens e adolescentes da área LCCR. Logo, os próximos parágrafos têm por objetivo, primeiramente, trazer algumas questões quanto ao tema do desemprego e, posteriormente, analisar alguns aspectos do tráfico de drogas, com o intuito de elucidar não apenas o sistema comercial do tráfico em si, mas principalmente, percebê-lo como uma força que mantém uma cultura competitiva e determinista entre grande parte dos moradores da região.

Como abordado anteriormente nos subtópicos 4.1.5 e 4.2.3, o bairro CCR é considerada uma região com moradores de baixa renda, o que explica o alto percentual de trabalhadores informais atuantes na região, bem como a extensa oferta de benefícios e transferências de renda provenientes de programas do governo. Esta baixa renda pode ser explicada pela alta taxa de desemprego na região como mostram as Tabelas 3, 4 e 5 (pág. 64, 65, 66, respectivamente) e o Quadro 10 (pág. 87).

O desemprego é algo comum no Brasil, devido à má distribuição geográfica entre os polos de emprego e a grande concentração populacional no país. Apesar disso, regiões como o bairro CCR possuem, de modo geral, população com baixos níveis de educação fundamental e médio, como mostram as Tabelas 3, 4 e 5, além disso, a qualidade do sistema público de ensino que atende a região não é a ideal, como mostram os Gráfico 4 e 5 (pág. 58). Logo, tais fatos produzem baixas taxas de qualificação profissional formal, limitando a parcela dos cargos e funções que podem ser exercidos pelos moradores do bairro CCR no mercado de trabalho em Montes Claros.

Outro fator que contribui para o desemprego é a ineficiência do estado, no que tange a valorização do trabalho informal como alternativa econômica, como por exemplo, a criação de incentivos fiscais e disponibilização de créditos que deveriam ser acessíveis e amplamente divulgados para os moradores da região, o que proporcionaria os alicerces para criarem negócios próprios sólidos, além de gerar melhorias na renda.

Neste sentido, Sachs (2000) explica como a economia global, formal e moderna, atinge negativamente a população de baixa renda com muito mais força do que atingiria outros grupos sociais, por este motivo é necessário valorizar o trabalho informal e atividades diversas desenvolvidas por tal público, como pode ser visto no trecho:

A economia (moderna) pode de fato gerar muitos bens e serviços para satisfazer um determinado conjunto de necessidades. Mas, (...) desvaloriza e muitas vezes destrói um grande número de outras atividades humanas (...). A grande maioria no mundo ainda concebe e satisfaz as suas necessidades graças a uma rede de relacionamentos humanos que preservam dentro de seus espaços autóctones, e graças a muitas formas de solidariedade, cooperação

e reciprocidade que eles desenvolvem dentro de suas comunidades. A economia moderna desvaloriza estas atividades e pressiona ou força as pessoas a abandoná-las. (...) Em outras palavras, em nome da atenuação da pobreza, apenas força os pobres a trabalharem para outros em vez de para si mesmos (SACHS, 2000, p.242).

Como demonstrou a Figura 23 (pág. 91), existem vários potenciais comerciais e de prestação de serviços que podem ser impulsionados, afim de fortalecer a autonomia dos moradores da área LCCR, bem como, gerar um mecanismo interno que garanta o sustento financeiro dos mesmos.

Neste sentido, é necessário ressaltar que a pobreza material acaba por sustentar o tráfico de drogas e vice-versa, conforme aponta Souza (2000, p.105), “(...) a pobreza, principalmente aquela mais numerosa, crônica e desencantada nos marcos do ‘subdesenvolvimento’, compõe o caldo cultural de que se nutre o tráfico em suas diversas escalas”. Portanto, a supressão do comércio do tráfico de drogas só se sustentará se alternativas à renda dos moradores forem fomentadas, uma vez que o tráfico está intimamente ligado a circulação de recursos na região.

A “pobreza”, conforme Sachs (2000, p.162) era “(...) um conceito geral que envolvia uma interpretação cultural específica da necessidade de viver dentro de limites extremamente reduzidos, definida diferentemente para cada lugar e para cada época”. Entretanto, devido a disseminação virtual da L.U.C.I. no mundo através do poder do mercado internacional e globalização, essa concepção de pobreza altera-se.

Atualmente, os “pobres” são aqueles que não possuem recursos suficientes para adquirir e consumir os produtos disponíveis no mercado. Logo, as necessidades do pobre não estão relacionadas ao seu contexto cotidiano e modo de vida, mas são as mesmas “necessidades” vendidas pela mídia como essenciais, por exemplo, consumir o fast food, as roupas da moda ou adquirir o carro do ano. Neste sentido, Sachs (2000, p.166) afirma que, “Os marginalizados da modernidade não são mendigos nem vagabundos, são vítimas das necessidades a eles imputadas”.

Portanto, sem recursos financeiros para integrar-se ao consumismo imputado pelo mercado, os pobres são tomados por um sentimento de

insatisfação e inferioridade, que é reafirmado quando a sociedade os estigmatiza e exclui socialmente, como pode ser visto no processo já abordado da segregação espacial, ou em situações mais sutis do cotidiano por exemplo, a sensação de incomodo que outras classes possuem quando veem os “pivetes” e “marginais” ocupando como shoppings centers.

Logo, a sociedade de modo geral está aprisionada por essa racionalidade proveniente da L.U.C.I., isto é, tudo e todos são categorizados unicamente pelo viés econômico. Isso induz a classe média e alta a continuar excluindo o pobre; já no pobre essa ideia gera uma cosmovisão determinista do mundo a sua volta, no qual ele não possui habilidades ou forças suficientes para mudar sua condição, assim forma-se uma cultura passiva que é característica de grande parte dos moradores de áreas vulneráveis, como o caso da área LCCR.

Essa série de eventos supracitada criam o ambiente perfeito para que o tráfico de drogas surja como a melhor alternativa econômica para os moradores da área LCCR, pois é uma fonte de dinheiro rápido que permite aos seus beneficiários consumir o que o mercado oferta. Desta forma, segundo essa cosmovisão distorcida, os novos consumistas não são mais os “necessitados”, mas tornaram-se iguais ao restante da população ao adquirir e consumir bens diversos, conseguindo assim, provar o seu valor para a sociedade.

Tal crença ajuda a explicar porque grande parte das pessoas desejam integrar-se ao tráfico, como mostra o Quadro 14 (pág. 100), muitos escolhem o tráfico pelo prestígio e status que o mesmo produz, além do desejo de obter recursos como pode inferir-se do Gráfico 9 (pág. 70). Neste sentido, Pereira (2010) afirma que:

Desta forma há uma maior tendência em se praticar o crime quando as recompensas líquidas do crime são maiores em relação às recompensas líquidas do não-crime. As recompensas líquidas do crime incluem ganhos materiais, mas também benefícios intangíveis, subjetivos, como a gratificação emocional ou sexual, a aprovação do seu companheiro etc. As perdas imediatas são assim negligenciadas diante dos ganhos, como dor na consciência, desaprovação por parte de terceiros e retaliação por parte da vítima. Já o valor do não-

crime reside no futuro, trata-se do benefício que se terá ao evitar ser pego e punido, evitar perder a reputação ou o sentimento de vergonha, evitar a impossibilidade de se conseguir um emprego ao ser reconhecido como criminoso (PEREIRA, 2010, p.50).

A dinâmica econômica e sócio política das cidades brasileiras, em especial as de médio porte, estão cada vez mais influenciadas pelo tráfico de drogas. Segundo Souza (2000), isso ocorre porque o Brasil é um local estratégico de passagem para a rota mundial do comércio de drogas que desemboca nos EUA e Europa.

Além disso, o tráfico de drogas ganha força à medida que o subsistema de comércio varejista se dissemina no plano regional e local, com uma heterogeneidade e complexidade muito superior ao sistema de atacado. Portanto, o tráfico de drogas floresce em especial nas áreas em situação de vulnerabilidade social, aproveitando-se das características locais para potencializar o consumo e venda de drogas; logo, o bairro CCR também se enquadra nesse caso.

A organização dos integrantes do tráfico de drogas que se espalha para as cidades, visando o comércio varejista, articula-se de diversas formas. Entretanto, Souza (2000) propõe uma sistematização clássica do tráfico que pode sofrer alterações de acordo com a cidade e/ou bairro que tais organizações criminosas se estabelecem. Segundo Souza (2000):

O chefe local é o “dono”, o qual controla diversos pontos de venda de tóxicos (“bocas-de-fumo”). Uma vez que os “donos” cada vez menos moram em favelas e sim no “asfalto” (ainda que tenham origem favelada), quem responde pelo negócio de um dado local é o “gerente”, o qual realiza a contabilidade, supervisiona o pessoal da segurança e realiza diversos contatos em nome do “dono”. Além do “dono” e de seus “gerentes” há os “soldados”, que são aqueles indivíduos que, fortemente armados, garantem a segurança do negócio, impondo a “ordem” na favela e defendendo os pontos de venda de um “dono” contra as tentativas de captura realizadas por outras quadrilhas. Há também, os “olheiros”, que são aqueles que avisam sobre a aproximação da polícia ou de “alemães” (estranhos, inimigos), e os “aviões” e “aviõezinhos”, que entregam droga aos

clientes, os quais muitas vezes aguardam na entrada da favela dentro de seus carros (SOUZA, 2000, p.57).

No caso da área LCCR, pode-se dizer que apenas as duas principais facções (simbolizadas pelos nomes “Ninha” e “Malboro”) possuem um sistema organizacional tão completo como o supracitado. O que ocorre atualmente na área LCCR, conforme apontou a resposta 43 da E1-B (2016) apresentado no subtópico 4.2.4, é um crescimento de pequenos comerciantes de drogas, muitas vezes jovens, que exercem funções múltiplas dentro deste sistema, isto é, de modo geral o “dono” também exerce o papel de “gerente” e “soldado”; apenas as funções de “aviões” e “olheiros” são feitas por empregados, visto que estes cargos tem uma maior interatividade com o público e, conseqüentemente, tem maiores probabilidades de serem surpreendidas em patrulhas policiais.

A presença de “olheiros” e “aviões” aumenta à medida em que se aproxima dos pontos fixos de venda de drogas, conforme apresenta a Figura 27 (pág. 103). Ressalta-se que, em pontos mais seguros localizados no interior da área LCCR os “aviões” acumulam a função de guardar o dinheiro do cliente, mesmo que de forma temporária. Em pontos de venda mais exposto isso não ocorre com frequência, muitas vezes crianças e adolescentes são utilizadas como “aviões” para entregar a droga.

Outra estratégia utilizada pelos “aviões”, que permanecem em pontos de venda fixos, é a ausência de armas de fogo, uma vez que, no caso de serem surpreendidos em patrulhas policiais podem desfazer-se facilmente das drogas e, já que não estão de posse de armas de fogo, na grande maioria das vezes os apreendidos são novamente liberados pelos policiais às ruas em um curto período de tempo.

Por fim, vale ressaltar que os traficantes aliciam crianças e adolescentes do próprio bairro cada vez mais jovens para ingressarem nesse sistema, oferecendo “cargos” que pagam menos e necessitam de pouco grau de comprometimento, como por exemplo levar recados ou pequenos objetos entre os integrantes do tráfico. Outros adolescentes e crianças, frequentemente, são trazidos de outros bairros da cidade para dentro do bairro CCR. Isso ocorre quando traficantes ofertam casas e bons “salários” a famílias

de outros bairros em troca de serviços e ingresso ao sistema do tráfico; para que dessa forma, o aliciamento e a inserção de novos integrantes possam ser garantidos, visto que, moradores antigos do bairro CCR, frequentemente, orientam seus filhos a não ingressarem ao sistema de tráfico devido a carga de experiências negativas adquiridas ao longo da interação tráfico-moradores.

Além disso, os traficantes realizam frequentes eventos de lazer e distribuição de presentes para este público dentro do bairro, como relatado anteriormente. Desta forma, os novos e imaturos integrantes do tráfico se sentem acolhidos e responsáveis, conseqüentemente, a medida que os traficantes “confiam” neles, os mesmos acabam adquirindo cargos e funções mais importantes dentro do sistema do tráfico.

Portanto, percebe-se que o tráfico de drogas é um ambiente que estimula a competitividade constantemente, seja entre seus empregados, na disputa entre as facções e ou contra a polícia. Desta forma, em pouco tempo a competitividade dos integrantes do tráfico evolui para comportamentos violentos que manifestam-se de várias formas, desde brigas e rompimentos de laços familiares até a luta armada na rua contra seus inimigos.

Neste sentido, segundo Zaluar (1992), o crime organizado representa a “cultura da rua”, que valoriza a violência, a masculinidade (ethos guerreiro), o poder e a esperteza. Pereira (2010, p.47) acrescenta que, “(...)a agressão física é considerada, muitas vezes, como uma demonstração de masculinidade e de força”. Portanto, com a crescente expansão do tráfico aumenta também a interação de seus integrantes com os moradores e, conseqüentemente, seu poder de influência penetra. Significa dizer que a “cultura da rua” torna-se o comportamento vivenciado no cotidiano por todos e isso produz um território violento.

Portanto, o comportamento violento torna-se normal em áreas vulneráveis onde o tráfico atua. Neste sentido, Pereira (2010) afirma que:

Assim o emprego da violência numa subcultura não é considerado, necessariamente, como um comportamento ilícito e, portanto, quem a pratica não experimenta senso de culpa. A violência se torna parte do próprio estilo de vida do indivíduo como forma de resolução de conflitos, e as vítimas, em geral, pertencem à mesma subcultura da violência a que pertence o agressor (PEREIRA, 2010, p.48).

Apesar da violência não ser uma prática social saudável para nenhum grupo social, o comportamento violento existe nessas áreas vulneráveis como uma forma comum de comunicação. Por não compreender isso, a sociedade (pessoas, entidades, etc.) externa a tal realidade, acaba por estigmatizar tais regiões gerando um desejo de afastamento dessas áreas e, conseqüentemente, nenhum tipo de envolvimento é bem quisto; desta forma, o ciclo de exclusão social perpetua-se.

Além disso, essa cultura violenta sustentada pelo tráfico de drogas traz conseqüências negativas para o próprio bairro, pois reduz a qualidade de vida também devido o sentimento de medo gerado entre os moradores, como aponta Silva & Filho (2013). Além disso, o medo rompe a confiança mútua entre os indivíduos de um grupo social, conseqüentemente, isso reduz a interação entre os moradores e enfraquece as relações sociais, em outras palavras, reduz o capital social de determinada região; isso pode ser percebido na área LCCR pela falta de uma associação de moradores, igrejas locais pouco integradas, dentre outros aspectos já abordados ao longo dessa dissertação.

Neste ponto, já é possível perceber porque a ócio é um dos grandes problemas da área LCCR, em especial, a *ociosidade das crianças e adolescentes*, como apontado pelos entrevistados. Como mostra o Gráfico 1 (pág. 52) e Quadro 6 (pág. 78), os núcleos familiares da área LCCR são em sua maioria compostos por crianças, logo, quase 16% dos moradores são crianças; essa quantidade de crianças dispersas nas ruas absorvem a “cultura da rua”, e assim fomentam as características negativas do bairro já supracitadas, das quais, a agressividade e violência são as principais, conforme aponta Zaluar (2005).

A última questão a ser abordada é a *gravidez na adolescência*. Indiscutivelmente, este é o problema mais preocupante na perspectiva dos moradores e servidores públicos entrevistados, visto que, traz uma alta taxa de natalidade para a região (vide subtópico 4.1.4) que associado aos problemas supracitados sustenta a péssima qualidade de vida no bairro CCR, em especial na área LCCR.

Para o presente autor, a gravidez na adolescência é fruto da sexualidade despertada precocemente entre crianças e adolescentes. Esse

despertamento é causado pela “cultura da rua” incrustada na cosmovisão da maior parte dos moradores, logo, essa sexualidade precoce é resultado da desestruturação e rompimentos familiares associada a presença do tráfico de drogas.

Do tráfico porque, assim como os “cargos” deste sistema são para os homens uma forma de inclusão em um grupo social e também o mecanismo que oferece recursos e status, para as mulheres o relacionamento com integrantes do tráfico também fornece aceitação e poder, isto é, o sexo torna-se uma ferramenta capaz de mudar a realidade na qual se encontram.

Desta forma, as incessantes festas e bailes funk que deveriam ser formas típicas de celebração e comemoração para os moradores, tornam-se espaços ocupados pelos integrantes do tráfico que, conseqüentemente, gratificam emocional ou financeiramente mulheres que estejam dispostas a se relacionar. Portanto, práticas do cotidiano começam a ser perpetradas por ideias nocivas, que a médio e longo prazo atingem com muito mais força as mulheres, pois uma vez grávidas são abandonadas ou oprimidas e agredidas constantemente pelos “companheiros”.

Portanto, um novo núcleo familiar se forma, composto em sua maioria por jovens mães solteiras que não chegam a completar o ensino médio, conforme Tabela 4 (pág. 65), também não possuem a experiência necessária para educar seus filhos, muito menos recursos financeiros para proporcionar melhores condições para eles.

Diante de um quadro triste como este, algumas jovens e inexperientes mães retornam para a casa de seus pais e ali sofrem com a rejeição e desaprovação moral, outras se submetem aos maus tratos e ao contexto criminal do “companheiro” na esperança de sobreviver, outras ainda, veem os programas de assistência (como o bolsa família) como uma forma de adquirir recursos financeiros e por esse motivo multiplicam seus filhos.

Portanto, a ociosidade e a sexualidade precoce das crianças e adolescentes são os principais sintomas da integração e socialização precária delas na sociedade que, de modo geral, é feita principalmente pela família e, de forma complementar, pelos programas educacionais e esportivos. Neste sentido, é impossível amparar e socializar crianças e adolescentes sem intervir também em seus respectivos núcleos familiares e escolas.

Segundo Zaluar (1992), a instituição familiar deve ser uma entidade que preza pela dignidade, acolhimento, educação e valores. Neste sentido, faz-se necessário resgatar a importância do papel da família, percebendo-a como uma força que produz uma contra cultura que é capaz de reverter a “cultura da rua” disseminada ao longo dos anos na área LCCR.

Para isso, é importante ter bem consolidado a ideia de que o ser humano não é um indivíduo, isto é, se até o próprio nascimento é fruto de uma relação, logo o ser humano é em essência uma pessoa, uma relação. Neste sentido, Campos (2015, p. 68) afirma que pessoas “(...) são seres que em si mesmos implicam outros; seres que ao se definirem já incluem, necessariamente, outras pessoas.”

Neste sentido, a família é a única entidade que conecta em um nível profundo as pessoas, englobando toda a complexidade das relações. Portanto, as famílias (moradores) da área LCCR são responsáveis por produzir a mudança desejada da realidade na qual se encontram. De igual modo, afim de potencializar tais mudanças, todas as outras entidades (Igreja, estado, escola, etc.) da sociedade que executam um serviço ou propõe intervenções para áreas vulneráveis devem integrar previamente aos seus respectivos planos de ações, o amparo a família e o resgate de seu papel.

Entretanto, a importância da família é complementada por outros agentes, visto que, quanto a socialização Castells (1999, p. 79) afirma que, “As pessoas se socializam e interagem em seu ambiente local, seja ele a vila, a cidade, o subúrbio, formando redes sociais (...)”. Logo, se surge em um bairro com problemas sócio espaciais quaisquer, a cidade a qual este bairro pertence é corresponsável pelos mesmos, sendo também corresponsável em restaurar a qualidade de vida deste bairro.

Um exemplo disso é a própria criminalidade, uma vez que não pode ser explicada unicamente pela mão dos criminosos, mas segundo Pereira:

(...) a criminalidade ser um fenômeno complexo, principalmente quando agregado a outras situações comuns no meio urbano, como as desigualdades sócio-econômicas, a violência sistêmica associada ao tráfico de drogas, a falta de estruturas sociais de integração, a deterioração dos valores comuns, o não atendimento das

necessidades básicas da população e também à ineficácia das instituições (PEREIRA, 2010, p.33).

Logo, diversos agentes e uma série de fatores ao longo do tempo contribuíram para a formação das características negativas do bairro CCR, em especial da área LCCR, da mesma forma, diversos atores devem interferir positivamente ao longo do tempo, afim de auxiliar os próprios moradores a criarem uma prática social que produza mais qualidade de vida para os mesmos. Neste sentido, Souza (2006, p.86) aconselha que "(...) o planejamento e a gestão urbanos não precisam ser praticados apenas pelo aparelho do estado. ONGs e outras organizações da sociedade civil precisam se instrumentalizar e intervir mais e mais."

Para que as mudanças possam ocorrer de dentro para fora, isto é, tendo os próprios moradores do bairro CCR como principais agentes de transformação, é necessário inserir a autonomia como uma cosmovisão, isto é, resgatar a capacidade, a percepção crítica e a liberdade das pessoas na tomada de decisões na esfera pessoal, coletiva e política. Neste Sentido, vale ressaltar que:

(...) o conceito de autonomia possui um limite cultural, isto é, não existe um padrão de autonomia que seja ideal para todas as sociedades. Na verdade, a autonomia, de forma democrática, se dá quando os próprios indivíduos estabelecem as prioridades de uma melhor qualidade de vida, liberdade de escolha e respeito as diferenças para sua sociedade (SOUZA, 2006, p.64).

Além da autonomia, é imprescindível reestabelecer a confiança mútua entre os moradores do bairro CCR, afim de fortalecer as relações sociais e, conseqüentemente, gerar capital social. Para o presente autor, o capital social pode ser definido como um agrupamento de pessoas que possuem um mesmo propósito e essa unidade permite aos mesmos criarem metas e exercerem trabalhos comuns.

O termo capital social ganhou força a partir dos escritos de Fukuyama, em 2000, que definiu o termo como uma norma informal que se estabelece e promove a cooperação entre dois ou mais indivíduos. Apesar

disso, o conceito já era utilizado desde 1897 pelo teórico Alexis de Tocqueville, que em seus estudos da democracia americana definiu capital social como a capacidade de um povo para organizar-se em associações para resolver conflitos simples, dividir tarefas ou até mesmo executar decisões políticas (Pistorea, 2013).

Os benefícios do capital social são diversos quanto a geração de renda; como a redução da necessidade de capital em negócios, a expansão das redes de contato, rapidez na produção, etc. Para Jane Jacobs, em 1961, o capital social foi o motivo que explicou como as associações em bairros conseguiam ser autogeridas. O capital social pode ser fomentado, por exemplo, quando pessoas recebem educação de qualidade e aumentam seu nível de instrução, ou quando melhora-se a segurança pública, ou ainda quando adquire-se direito de posse a uma propriedade (Fukuyama, 2000).

Neste sentido, para fomentar a autonomia e restabelecer a confiança mútua entre os moradores do bairro CCR de forma prática, é essencial introduzir temas relacionados a tais conceitos nas escolas públicas (ensino fundamental e médio) da região, visando alcançar crianças e adolescentes, uma vez que os mesmos estão mais expostos a “cultura da rua” e são utilizados como substrato para alimentar o sistema do tráfico.

Tais temas podem ser abordados de forma lúdica e interativa (teatro, música, etc.) nas escolas pelos próprios professores, ou profissionais de outras entidades, como ong's, Programas da política de prevenção, ESF ou policiais militares. Como abordado anteriormente, percebe-se ser necessário introduzir temas importantes como a conscientização quanto aos efeitos nocivos das drogas e sexualidade precoce, as formas de abuso sexual e os caminhos para registro de denúncias.

Outra alternativa que precisa ser incentivada pelo governo municipal no âmbito escolar são os programas que fomentam a prática de esportes e a cultura, visando reduzir o tempo que as crianças e adolescentes passam ociosas, além de diminuir a presença dos mesmos aos locais festivos ocupados pelos integrantes do tráfico, desestimulando também a sexualidade precoce. Conforme abordado no subtópico 4.1.4, as principais atividades demandadas por este público são, o futsal, o judô, o grafite, música, etc.

Neste sentido, ressalta-se que o incentivo da gestão municipal se dá no simples resgate de programas já existentes, como o *Programa Escola Aberta*¹⁶, que apoia a abertura de escolas públicas aos finais de semana para executar tais atividades. Este programa utiliza o trabalho voluntário de pessoas habilitadas e dispostas do próprio bairro ou entidades para realizar tais atividades.

Outro programa existente é o *Segundo Tempo na Escola*¹⁷, este visa atender crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos através da prática de esportes olímpicos que são realizados de forma alternada durante a semana. Ressalta-se, porém a necessidade de cadastramento prévio no portal do Ministério do Esporte.

Quanto ao problema do grande número de crianças residentes na área LCCR, faz-se extremamente necessário instituir uma creche especializada para atender a região. Desta forma, crianças com menos de 5 anos de idade poderão receber melhor suporte no que tange a educação, além disso, os pais e/ou responsáveis terão mais tempo disponível para exercer atividades que gerem renda.

Entretanto, tais alternativas devem acontecer de forma concomitante com intervenções voltadas para a família. Tais intervenções podem acontecer através da abordagem de temas também relacionados a autonomia e solidariedade (confiança mútua) em reuniões periódicas já existentes, por exemplo, PAIF, ESF, reuniões escolares, etc. Inicialmente, devido ao alto percentual de atendidos pelos programas de transferência de renda e assistenciais no bairro CCR, pode-se vincular a presença dos pais nestas reuniões como um critério essencial para continuar recebendo os benefícios.

Também é necessário propor alternativas para a segurança pública, entretanto, vale ressaltar que, conforme Gráfico 11 (pág. 71), o percentual de

¹⁶ Disponível em :<<http://portal.mec.gov.br/acompanhamento-da-frequencia-escolar?id=16738>>

¹⁷ Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/segundoTempo/diretrizesPSTmodalidades.pdf>> e <http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/segundoTempo/maisEducacao/MANUAL_DE_ORIENTAES_-_ESPORTE_NA_ESCOLA_2013.pdf>

prisões e apreensões registradas no bairro CCR (e Alto São João) são baixas quando comparados as taxas registradas em bairros considerados pelo senso popular como seguros. Apesar disso, o percentual de conversão dessas apreensões e prisões em encarceramentos de longo prazo é muito discrepante conforme a análise dos bairros, significa dizer que, enquanto bairros como Centro, Ibituruna e Edgar Pereira possuem um percentual de encarceramento e internação de 20% dos apreendidos, no bairro CCR cerca de 75% dos apreendidos são encarcerados.

Logo, percebe-se que as entidades que realizam a segurança pública tendem a encarcerar com mais facilidade os apreendidos residentes em bairros em situação de vulnerabilidade, como é o caso do bairro CCR. Um dos fatores que contribui para isso é a percepção negativa e generalizada que a presença do sistema de tráfico de drogas traz para os moradores. Dessa forma, os integrantes do tráfico que possuem “cargos” menos relevantes (como aviões e olheiros) são os que tem maior probabilidade de ser encarcerados.

Tal fato explica porque cerca de 20% das prisões e apreensões realizadas em 2015 serem referentes a adolescentes, uma vez que estes ocupam os cargos menos relevantes no sistema do tráfico de drogas. Esse alto percentual de encarceramento gera uma sobrecarga na capacidade do sistema prisional, que acaba se tornado um sistema que oprime e revolta o preso, ao invés de discipliná-lo e reeducá-lo. Além disso, os encarceramentos pouco interferem na dinâmica do sistema de tráfico de drogas pois os cargos destes integrantes presos podem ser facilmente realimentados através da vasta “mão de obra” presente no bairro CCR.

Desta forma, a cultura competitiva e fatalista continua disseminada pela existência do tráfico, perpetuando a violência e a passividade entre os moradores. Neste sentido, Beato Filho (1999, p.21) relembra que, “Entre 1975 e 1989, a população prisional e a média do tempo das penas triplicaram sem que isto tenha representado um decréscimo significativo nas taxas de crime violento”. Logo, é necessário reformular, especialmente, a atual estratégia utilizada pela Polícia Militar quanto a questão.

A metodologia e abordagem utilizada pelo GEPAR é louvável, entretanto, tal abordagem deveria ser expandida para os outros setores da Polícia Militar que também mantem contato com a população de áreas

vulneráveis onde o tráfico atua. Projetos solidários que envolvem a participação direta da PM com os moradores devem multiplicar-se e intensificar-se, como o apresentado no subtópico 4.2.4 (“sopão solidário”). Além disso, a PM deve buscar com mais interesse os espaços de instituições de ensino e/ou Ong’s existentes no bairro CCR, afim de interagir, especialmente, com crianças e adolescentes realizando momentos de palestras e reflexões.

Por fim, a PM deve participar de forma mais efetiva das reuniões de Rede de entidades do bairro CCR, uma vez que apenas a presença de representantes em reuniões não configura necessariamente em ações realizadas em parceria, visto que, é necessário a participação de todas as entidades em determinada etapa dos planos propostos pela Rede. Neste sentido, a rigidez em cumprir metas provenientes apenas do planejamento da própria PM, acaba por gerar ineficiência de seu trabalho, visto que, informações e ações compartilhadas tem maior potencial de abranger toda a complexidade dos problemas relacionados à segurança pública em um bairro. Neste sentido, Silva e Tavares alertam que:

Políticas e programas em segurança pública que não levem em conta aspectos de contexto urbano e se atenham simplesmente às variáveis macroestruturais e socioeconômicas tendem a criar grande grau de paralisia institucional. Daí a necessidade de as organizações policiais passarem a atuar de forma articulada entre si e outros órgãos da administração pública (SILVA; TAVARES, 2008, p.709)

Quanto ao envolvimento da gestão municipal no que tange a valorizar a autonomia e solidariedade, a mesma deveria fomentar a participação popular de forma mais efetiva. Uma proposta mais palpável será abordada no subtópico 5.2. Vale ressaltar porém, que partindo do exemplo da audiência pública comunitária obrigatória de atualização do *Plano Diretor*¹⁸, a prefeitura de Montes Claros realizou reuniões repletas de liturgias e escassas

¹⁸ Para uma análise crítica completa quanto a atualização do Plano Diretor de Montes Claros vide: FRANÇA, Iara Soares de. Planejamento urbano e participação social em cidade média: a revisão do plano diretor de Montes Claros-MG. *GeoTextos*, v. 12, n. 2, 2016. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.9771/1984-5537geo.v12i2.18117> >

de espaços para a participação popular, além disso, a maior parte das propostas provenientes de tais audiências ainda estão engavetadas, algumas das quais corroboram com algumas propostas citadas pelo presente autor, a saber:

- Implantar no cronograma de ensino integral, música, primeiros socorros e educação no trânsito; - (ATA DA 8ª AUDIÊNCIA PÚBLICA COMUNITÁRIA DE ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE MONTES CLAROS – REGIÃO DO GRANDE RENASCENÇA – DATA: 23/11/2015 – 19:00 HORAS – LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL JOAQUIM JOSÉ DE AZEVEDO – CAIC RENASCENÇA)

- José Leite (...) sugeriu capacitar os agentes comunitários de saúde, para melhor atender a população nos territórios; - (ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL DE ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE MONTES CLAROS – TEMA: “SAÚDE/ DEFESA SOCIAL E SEGURANÇA/ DESENVOLVIMENTO SOCIAL” – DATA: 08/10/2015 – 17:00 Horas – LOCAL: AUDITÓRIO DAS FACULDADES PITÁGORAS)

- Fernando do Facela falou que o **Programa Segundo Tempo na Escola**, na escola integral, permite a prática do judô em mais de vinte (20) escolas, com mais de quinze (15) atletas classificados. Carlos Muniz falou do palco itinerante, sendo que cinco distritos de Montes Claros já foram beneficiados com o projeto; Secretária Municipal de Educação, Suely Nobre falou que (...) o desafio é a educação infantil até três (03) anos, sendo a carência de creche a nível de Brasil. No final do ano, deverão ser iniciadas as **construção de creches** – educação de tempo integral, porém, não temos hoje estruturas físicas satisfatórias. – (ATA DA 6ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL DE ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE MONTES CLAROS – MG – TEMAS: EDUCAÇÃO/ CULTURA, ESPORTES E LAZER – DATA: 27/10/2015 – 17:00 HORAS – LOCAL: AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL HERMES DE PAULA)

Outra alternativa que pode gerar mudanças sólidas e constantes para o bairro CCR, está no âmbito econômico, uma vez que o sistema do tráfico

de drogas tornou-se o principal provedor financeiro para o território. Neste sentido, conforme Souza (2000, p.80) ressalta-se que “(...) por sua natureza de negócio capitalista altamente selvagem, o tráfico nem sequer se mostra capaz de promover uma verdadeira redistribuição de renda”.

Neste sentido, a economia solidária pode trazer luz quanto a esses problemas e, quanto à sua definição:

A economia solidária compreende diferentes tipos de ‘empresas’, associações voluntárias com o fim de proporcionar a seus associados benefícios econômicos. Estas empresas surgem como reações a carências que o sistema dominante se nega a resolver. A mais importante destas carências é, sem dúvida, a própria pobreza que, via de regra, decorre da falta de oportunidade de participar do processo de produção social (SINGER, 2001, p.105).

Portanto, uma cooperativa é uma das principais formas de pôr em prática a economia solidária. Na cooperativa a direção executiva é eleita pelo voto de cada membro da cooperativa, além disso, as divergências são discutidas em assembleias, outro ponto interessante é que as sobras (“lucros”) da cooperativa são reinvestidos integralmente na mesma, afim de gerar mais empregos.

Portanto, estes princípios que regem a economia solidária podem fomentar a autonomia e fortalecer as relações sociais solidárias entre os moradores, gerando um alto teor de capital social. Logicamente, deve-se buscar agrupar e capacitar pequenos grupos de pessoas que já possuem afinidade entre si ou que realizem um mesmo tipo de atividade informal, para que desta forma as chances de resultados positivos sejam ampliadas.

Ainda neste contexto, vale ressaltar que existe o *Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unimontes* – ITCP, que presta uma assessoria gratuita por um período de até dois anos e que visa capacitar e treinar pequenos grupos de pessoas a iniciar, executar e gerir cooperativas. Logo, a Rede parceira de entidades do bairro CCR poderia ser o veículo de divulgação e agrupamento de moradores interessados para auxiliar o ITCP a realizar suas atividades.

Outra alternativa econômica seria disponibilizar incentivos fiscais e créditos para que os empreendedores da área LCCR possam iniciar atividades nos setores com potencial já existente no bairro, dos quais, os principais são manicure, pedicure, artesanato e trabalhos manuais, salão de beleza, reciclagem, etc., afim de fomentar a autonomia e criar mecanismos de geração de renda, além disso, reduziria o interesse em manter comércios da categoria de bares substituindo-os por outras categorias menos nocivas a população residente no local.

Quanto a projetos e métodos para criação de incentivos fiscais e disponibilização de créditos, no Apêndice B dessa dissertação está disponível um sucinto projeto formulado pelo presente autor que fomenta a educação ambiental e atividades relacionadas a reciclagem como fonte de renda na área LCCR, tal projeto pode ser amparado pela prefeitura e também ter a participação de ONG's, escolas presentes na região e a Polícia Militar (representada pelo quartel local).

Entretanto, apenas fomentar o trabalho informal através de recursos financeiros públicos não é suficiente para garantir sua eficácia, uma vez que o comércio de tráfico de drogas é a principal fonte da circulação de recursos financeiros no bairro CCR, logo, os traficantes e empregados envolvidos ao tráfico tornam-se os principais clientes dos diversos comércios e prestadores de serviços existentes na área LCCR. Portanto, é necessário criar espaços para que comerciantes e prestadores de serviços possam comercializar para outros públicos.

Para isso, seria necessário promover feiras e/ou eventos no próprio bairro CCR ou em centros comerciais, onde o público proveniente de outras partes da cidade pudessem ter acesso aos diversos produtos e serviços existentes na área LCCR, algo que se assemelharia com a "Feira da praça da Matriz" em Montes Claros, isto é, um espaço no qual seria possível encontrar comidas diversas e espaços culturais, além disso, stands poderiam funcionar como uma espécie de vitrines para apresentar ao público os diversos produtos e serviços oferecidos pelos moradores.

Tal procedimento poderia gerar recursos financeiros para os moradores que não mais fossem provenientes do tráfico e sim de recursos legalizados, outro benefício seria a redução gradual da imagem negativa que

a área LCCR adquiriu em virtude do tráfico de drogas, o que resultaria na quebra do estigma existente no bairro, proporcionando também a melhoria da autoestima dos moradores.

A promoção dessa feira/evento, não precisa necessariamente estar vinculada a prefeitura municipal, visto que, escolas e universidades, igrejas, o próprio terceiro setor e até mesmo a iniciativa privada existente no bairro CCR, juntamente com líderes do bairro, possuem a força para potencializar e disseminar tal ideia, visto que, podem utilizar seus próprios estabelecimentos, redes de contatos e redes sociais como meios iniciais para promoção e apresentação dos diversos serviços e produtos oferecidos. Logicamente, é necessária maior articulação entre estes setores e a Rede do bairro CCR.

Por fim, conforme aponta o Quadro 15 (pág. 109) ressalta-se também a importância do papel da Igreja Cristã no que tange ao auxílio nesse processo de fomentar a alternativa econômica baseada na economia solidária, pois segundo Singer (2002, p.112) “Ela (economia solidária) é obra também de inúmeras entidades ligadas, ao menos no Brasil, principalmente a Igreja Católica e a outras Igrejas (...)”.

Logo, nesse âmbito, a Igreja contemporânea tornou-se deficiente, em virtude da supervalorização de uma doutrina voltada apenas para o cuidado de sua membresia interna, isto é, a Igreja tem perdido a capilaridade e a habilidade de penetrar os espaços não-cristãos, em especial, áreas vulneráveis onde os moradores são, na perspectiva do presente autor, o principal público que a Igreja, essencialmente Cristã, deveria acolher e se relacionar.

Apesar disso, a Igreja ainda continua sendo a entidade com maior potencial de integração social da classe de baixa renda, visto que, fomenta a autonomia e solidariedade naturalmente através de seus princípios. Logo, as Igrejas presentes na área LCCR precisam comunicar-se mais entre si, e precisam, de uma vez por todas, ocupar espaço como integrantes da Rede de entidades, pois a cosmovisão cristã tem muito a acrescentar pela percepção de mundo que ela carrega.

Por fim, o presente autor reconhece que a análise crítica e alternativas sobre o bairro CCR aqui propostas são limitadas, mas sinalizam algumas questões que podem ser percebidas como alicerces que permitem ao

leitor orientar-se e, posteriormente, penetrar a essa realidade de forma menos superficial.

5.2 Reurbanização e participação popular

Conforme o Quadro 6 (pág.78), os moradores entrevistados da área LCCR mostraram-se satisfeitos no que tange ao saneamento básico do bairro, isto é, instalações de água/esgoto, energia e asfalto. Logo, não se pode negar que tais componentes urbanos melhoraram a qualidade de vida dos moradores.

Entretanto, devido a constante expansão urbana na área LCCR, como visto na Figura 11 (pág. 50), cada vez mais torna-se comum encontrar instalações de água e energia ilegais, que podem trazer consequências negativas a saúde dos moradores. Conforme descrito no tópico 4.1.3, atualmente, cerca de 26% das moradias na área LCCR possuem instalações ilegais.

Além disso, a expansão urbana tende para o leste da área LCCR, desta forma, as moradias aproximam-se da linha férrea existente ali, aumentando o risco de acidentes, como mostra a Figura 12(pág. 51). A expansão urbana também está diretamente relacionada ao alto adensamento populacional na área LCCR, o que reduz a qualidade de vida, além de, gerar riscos de incêndio devido a superaglomeração de moradias em um espaço relativamente pequeno, como aponta a Figura 17(pág. 56).

No que tange aos serviços públicos, o trabalho da Polícia Militar na área LCCR é o que mais sofre com a irregularidade viária, visto que, impossibilita a plena circulação de viaturas, bem como, a realização de patrulhamentos. Outros serviços públicos que necessitam realizar visitas domiciliares também são dificultados, como é o caso do CRAS, ESF, dentre outros.

Além disso, a atual configuração espacial da área LCCR também é motivo de insatisfação entre os próprios moradores, conforme apontaram as entrevistas E-B. Diversos são os motivos, primeiro, a configuração espacial beneficia o comércio de drogas, gerando rotas de fuga e “bocas” estrategicamente ocultas; outro motivo está na irregularidade da rede viária que fomenta a desvalorização monetária do solo que, conseqüentemente,

também gera estigma a população que ali reside. Por fim, tal configuração impossibilita a construção de alguns equipamentos urbanos como, praças, quadras e academias ao ar livre, reduzindo os espaços de lazer no bairro e, conseqüentemente, reduzindo a qualidade de vida.

Portanto, diante de tantos problemas e insatisfações, torna-se impossível não perceber que é extremamente necessário realizar uma intervenção da gestão municipal (junto a outras entidades) no que tange ao aglomerado da área LCCR. Entretanto, que soluções existem? Que alternativas podem trazer melhores resultados? Para trazer à tona tais respostas é necessário saber quais políticas estão em vigor hoje no Brasil, e qual caminho tem sido preferido pelos governos municipais quando trata-se de aglomerados, como é o caso da área LCCR.

Logo, os próximos parágrafos destinam-se a conceituação da política urbana no Brasil, especialmente, no que tange a intervenção em aglomerados. Posteriormente, será investigado a tendência da política urbana para os aglomerados de Montes Claros. Por fim, baseando-se nas entrevistas realizadas nesta pesquisa, será proposta uma alternativa para o caso da área LCCR, a fim de elucidar uma solução possível para o bairro que seja fundamentada pelo princípio do aprendizado social, isto é, participação popular associada ao interesse público.

No Brasil, 1964 foi um ano que marcou a política urbana do país. Nesse período vigorava a ditadura militar. O governo militar criou em 21 de agosto de 1964, conforme a lei 4.380, o Banco Nacional de Habitação –BNH– que tinha por objetivo a erradicação de aglomerados. A erradicação se dava através da remoção dos mesmos e a posterior realocação dos moradores para conjuntos habitacionais construídos. Foi o início da política urbana de remoção no país (BRUM, 2013).

O BNH operava através de órgãos estaduais, como a Companhia de Habitação Popular –COHABS–, e utilizava recursos do FGTS para realizar as construções dos conjuntos habitacionais para famílias de baixa renda. No Rio de Janeiro, o BNH atuou também com o órgão municipal CHISAM – Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio–, este tinha por objetivo auxiliar a COHABS a eliminar todas as favelas do Rio até 1976 (ARRUDA, 2009).

A ilegalidade da moradia era o principal fator que justificava as remoções, haja vista, que os moradores não estavam inseridos ao sistema tributário do governo e por isso não poderiam ter acesso ao saneamento básico. Além disso, devido a ilegalidade, o morador do aglomerado subnormal era estigmatizado pela sociedade. Portanto, a realocação dos mesmos para conjuntos habitacionais legalizados e com infraestrutura básica, era visto como o único caminho para a sua “integração a sociedade” e, conseqüentemente, “melhoria” em seu status social (BRUM, 2013).

No Rio de Janeiro as remoções eram justificadas graças ao zoneamento que classificava áreas residenciais de acordo com as classes sociais. Logo, as áreas mais adequadas para as classes de baixa renda eram as regiões periféricas, geralmente, onde concentrava-se os setores industriais, visto que, acreditava-se que o trabalho fabril necessitava de mão-de-obra barata e pouco qualificada e, por isso, era visto como uma esperança de fonte de renda para as classes pobres (BRUM, 2013).

Portanto, a remoção foi largamente utilizada pelos urbanistas da época. Entretanto, segundo Cardoso (2007), várias são as falhas deste tipo de projeto, além disso, a resistência dos próprios moradores a remoção se tornou um dos motivos do enfraquecimento desta política urbana.

Os problemas socioeconômicos da política de remoção eram irrefutáveis. Segundo Arruda (2009), melhorava-se a infraestrutura básica, entretanto, os custos e encargos tributários desta melhoria tornava-se fonte de inadimplências entre os moradores recém realocados, em virtude do aumento significativo das despesas para o morador. Brum (2013), afirma que grande parte dos moradores dos conjuntos habitacionais trabalhavam em regiões próximas aos seus antigos aglomerados, e com a realocação, ocorria uma grande redução na renda familiar devido ao alto custo do transporte e tributos, além da perda efetiva de trabalho.

Além disso, a realocação dos moradores nos novos conjuntos habitacionais era baseada pelo viés econômico e não levava em conta sua história social ou seus laços familiares, conseqüentemente, os moradores do conjunto não possuíam a mesma proximidade social que fundamentava seus sistemas solidários, conforme apontou Cardoso (2007, p.10) “[...] destaca-se a

desestruturação dos laços de sociabilidade e vizinhança que permitiam melhores condições de reprodução social das famílias faveladas”.

Outro fator que acelerou o processo de enfraquecimento deste tipo de política urbana foram as crises financeiras que se apoderaram de alguns órgãos governamentais. Ainda no início da década de 1970, a expansão imobiliária da classe média reduziu o interesse dos governantes em realizar remoções em todas as áreas de uma cidade, influenciando-os a realizarem remoções apenas em áreas valorizadas e relevantes para abrigar a classe média.

Com o enfraquecimento da censura aos canais democráticos de comunicação durante a ditadura militar, ressurgem as resistências a remoção, principalmente, devido as associações de moradores e ONGs. Essa resistência começou a tomar forma sob o discurso da urbanização ou revitalização dos aglomerados, o que levou os governos municipais e estaduais a criarem projetos com este objetivo, como foi o caso do projeto PROFAVELA lançado em Minas Gerais (CARDOSO, 2007).

Posteriormente, com o fim da ditadura militar o BNH também se enfraqueceu, conforme aponta Arruda (2009, p.13), “O BNH foi fechado politicamente e a política habitacional foi desaparelhada. As contribuições do BNH foram transferidas para a Caixa Econômica Federal - CEF”. A partir de então, houve uma descentralização política quanto à responsabilidade da habitação no Brasil que consolidou-se com a promulgação da Constituição Federal de 1988, conforme afirma Arruda (2009):

A Constituição Federal de 1988 trouxe mudanças significativas nas políticas públicas nacionais. A descentralização das políticas era vista como um meio de alcançar a eficiência e a eficácia. Políticas que eram de esfera federal foram transferidas para governos dos estados e municípios, entre elas, a habitação (ARRUDA, 2009, p.12).

Portanto, percebe-se que desde a década de 1980 a política urbana de urbanização(revitalização) dos aglomerados ganhou força no âmbito dos governos estaduais e municipais do Brasil, o que significa uma autonomia e

autoridade dos governos locais para produzirem soluções para os aglomerados, conforme exemplifica Cardoso (2007):

Destaca-se a experiência do Recife, com a delimitação de 27 Áreas Especiais de Interesse Social, em 1980, mais tarde consolidadas através da instituição das Zonas Especiais de Interesse Social na Lei de Uso e Ocupação do Solo, de 1983 e, finalmente, através da criação do Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social – PREZEIS em 1987. Também em 1983 foram instituídas as ZEIS em Belo Horizonte no âmbito do PROFAVELA. O novo instrumento será utilizado em várias outras cidades, destacando-se Porto Alegre e Diadema (CARDOSO, 2007, p.11).

Logo, entende-se por urbanização (revitalização), a execução de obras de infraestrutura que não alteram o desenho espacial da área beneficiada; por outro lado, a reurbanização modifica o desenho espacial e, geralmente, também adequa-se o adensamento, altera a estrutura viária, dentre outros. Conforme Cardoso (2007), com a queda da ditadura militar as políticas urbanas de urbanização e reurbanização tornaram-se mais populares no país.

Segundo Cardoso (2007), existem pelo menos três níveis na execução de qualquer política urbana, em especial, a de urbanização e reurbanização. As obras podem ser pontuais, quando são executadas em pequena escala, abarcando pequenas porções do aglomerado; podem ser integrais, quando aglomerados inteiros são reurbanizados, como o programa Favela-bairro no Rio de Janeiro em 1993; e por fim, as obras podem ser do tipo gradual planejada, isto é, as obras são divididas em dois momentos, no primeiro executa-se obras de forma parcial e, posteriormente, obras maiores são previstas a longo prazo.

Cardoso (2007) afirma que existem riscos em todos estes níveis. As obras pontuais podem se tornar obsoletas, ou não utilizadas pela população caso não sejam realizadas sob um estudo da dinâmica global do território e, portanto, pode-se gerar desperdício. Para realizar obras de forma integral, é necessário que altas quantias de capital e outros recursos sejam investidas por determinado prazo nos aglomerados, por isso, para muitos municípios este tipo

de ação torna-se inviável. Logo, as intervenções graduais planejadas têm sido preferidas, entretanto, podem não ser concluídas em caso de mudanças na administração de um governo.

Entretanto, desde de 2003, conforme afirma Brum (2013), a política de remoção de aglomerados ganhou força novamente, principalmente quando surgem três situações em determinada região, são elas, a necessidade de preservação ambiental, a eliminação de risco social, ou ainda, em casos de grandes eventos esportivos.

Os aglomerados podem ser inteiramente realocados quando estão localizados em Áreas de Preservação Ambiental –APP–, como as margens de um corpo hídrico (que são definidas pela Plano Diretor). Além disso, quando grandes fenômenos naturais acontecem, como fortes chuvas, determinados aglomerados podem sofrer inundações ou deslizamentos de terras. Isso ocorre quando estes estão situados em áreas como encostas de morros ou relevos de baixa altitude, denominadas como áreas de risco ambiental.

Quanto ao termo “risco”, Brum (2013) afirma que:

[...] a violência urbana passou a ser identificada como o principal problema causado pelas favelas[...] de modo que o termo áreas de risco, usado para definir locais sujeitos a acidentes naturais como deslizamentos de terra, passou a designar também áreas mais expostas a violência urbana (CARDOSO, 2013, p. 193)

Logo, a associação do termo “risco” ao contexto social, no caso da violência urbana, facilita a justificativa de remoção dos aglomerados. Isso ocorre especialmente, quando grandes eventos são realizados, como Jogos Pan Americanos, Copa do Mundo ou as Olimpíadas. Tais eventos possuem grande movimento de espectadores e, segundo os defensores da política de remoção, torna-se iminente acidentes relacionados a violência. Além disso, para justificar a remoção de aglomerados em épocas de eventos esportivos são realizados grandes projetos urbanísticos que “atendem” as necessidades dos moradores de aglomerados, como foi o caso da Vila Autódromo no Rio De Janeiro com a realização das Olimpíadas em 2016.

Além desses três casos, a política urbana de remoção também é acionada sempre que há interesse do mercado imobiliário. Isso ocorre quando o aglomerado está localizado em uma área valorizada, geralmente, uma região central com um significativo conjunto de serviços, produtos e infraestrutura, como aponta Villaça:

As classes sociais disputam entre si a ocupação das localizações mais valiosas da cidade, quer para residências, quer para negócios. (...) Quanto mais centrais as localizações maior seu valor de uso, ou seja melhores condições tem ela de se relacionar com o restante da cidade (VILLAÇA, 1997, p.3).

Neste sentido, o aglomerado da área LCCR tem forte potencial de sofrer uma política urbana de remoção, visto que, está localizada no setor centro-oeste como mostra a Figura 8 (pág. 48) da cidade de Montes Claros. Além disso, conforme afirma Arruda (2009, p.1) “a remoção de favelas marca fortemente a atual política de habitação das cidades de porte médio”, conseqüentemente, Montes Claros que é uma cidade de porte médio, enquadra-se nessa afirmação, especialmente, porque a política urbana em tais cidades é caracterizada pela tendência do isolamento das populações de baixa renda nas regiões periféricas. Entretanto, esse tipo de decisão política é baseado puramente no interesse do mercado imobiliário, que visa atender a população de média e alta renda.

Para reduzir a especulação imobiliária, fomentar o uso do solo e ampliar a regularização fundiária no Brasil, foi criada a lei nº 10.257 em 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade. Conforme o artigo 2º, inciso XIV do Estatuto da Cidade, a política urbana no Brasil deve incentivar a função social da cidade e da propriedade.

Conforme o artigo 2º do Estatuto da Cidade, uma propriedade cumpre sua função social de diversas formas, no qual destaca-se, a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização, além de prevê a regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda.

Portanto, percebe-se que o Estatuto da Cidade é uma ferramenta legislativa muito poderosa no que tange a promoção da justiça sócio espacial em uma cidade, especialmente, quando trata-se de aglomerados, que são as regiões mais atingidas pelo ônus da urbanização desordenada, como pobreza, violência, desvalorização do solo, infraestrutura precária, etc.

Além disso, o Estatuto da Cidade transfere a autoridade e a responsabilidade de promoção de suas leis para os governos estaduais e municipais, conforme aponta Rolnik (2001, p.14), “Cabe aos Municípios aplicar as diretrizes gerais, de acordo com as suas especificidades e realidade local, devendo para tanto constituir uma ordem legal urbana própria e específica, tendo como instrumentos fundamentais a Lei Orgânica Municipal e o Plano Diretor”.

Portanto, através da edição do Plano Diretor Municipal, um município deve atender todo o conteúdo previsto no Estatuto da Cidade sempre se considerando o contexto e peculiaridades da cidade, além de, construir alternativas pautadas pela participação popular, como também previsto no artigo 2º do Estatuto da Cidade.

Portanto, desde 2001, as prefeituras das cidades com mais de 20.000 habitantes se viram obrigadas a criarem seus Planos Diretores. Em Montes Claros o Plano foi instituído pela *Lei nº 2.921 de 27 de Agosto de 2001*¹⁹. Quanto aos aglomerados, destaca-se o artigo 7º, inciso VII dessa lei, que prevê a regularização fundiária, a melhoria das moradias e a urbanização de vilas e aglomerados, por meio de programas diversos; e o artigo 30º, inciso VI e VII, que prevê a complementação de infraestrutura urbana em aglomerados e a regularização fundiária através da concessão de titulação aos moradores.

Apesar da promulgação dessa lei, poucas intervenções foram realizadas neste período a respeito dos aglomerados em Montes Claros. Apenas a partir de 2005, na gestão de Athos Avelino, que a prefeitura mobilizou-se no sentido de instituir, através de leis e decretos, ferramentas necessárias para execução de ações e intervenções em aglomerados.

¹⁹ Disponível em:
<[http://www.montesclaros.mg.gov.br/infraestrutura/leis/Plano%20Diretor%20\(Aprovado\).pdf](http://www.montesclaros.mg.gov.br/infraestrutura/leis/Plano%20Diretor%20(Aprovado).pdf)>

A Lei nº 3.936 foi promulgada em 09 de Maio de 2008, com o intuito de permitir que Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS – fossem delimitadas em Montes Claros, afim de promover a regularização fundiária de uma área. As ZEIS foram definidas em diferentes categorias e definições nesta lei, da qual, no que tange a área LCCR destaca-se a ZEIS do tipo I, que são definidas como:

(...) áreas públicas ou particulares ocupadas por população de baixa renda, abrangendo assentamentos informais ou empreendimentos habitacionais de interesse social ou do mercado popular, em que haja interesse público expresso por meio desta Lei, ou dos planos regionais ou de Lei específica para promover a regularização urbanística e fundiária, a produção e manutenção de Habitações de Interesse Social – HIS, incluindo equipamentos sociais e culturais, espaços públicos, serviços e comércio de caráter local (LEI Nº 3.936, DE 09 DE MAIO DE 2.008, Montes Claros, artigo 2º).

Outra lei promulgada que teve grande impacto na intervenção em aglomerados em Montes Claros, foi a Lei nº 3.995 de 16 de Julho de 2008. Essa lei implantou a Política Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS – e o Conselho Municipal de Habitação – CMH –, bem como, descreveu a forma de ação de tais órgãos.

Conforme descrito no artigo 1º da lei 3.995, a PMHIS tem por objetivo atender de forma especial a população em situação de vulnerabilidade social. Além disso, o artigo 2º, ressalta que o direito a habitação transcende a simples moradia, mas prevê que é direito de todo cidadão ter acesso a equipamentos e serviços urbanos sociais, afim de garantir o direito à cidadania.

O artigo 7º da mesma lei, concede a PMHIS o poder de atuar em tais localidades através de programas diversos como, melhorias domiciliares, programas de regularização fundiárias, urbanização de aglomerados, dentre outros. Portanto, é extremamente necessário que a PMHIS perceba a importância de sua intervenção no que diz respeito ao aglomerado da LCCR, visto que, também é de responsabilidade da mesma promover as ações supracitadas.

Entretanto, ressalta-se que a existência do aparato legal em Montes Claros não impede que outros órgãos e entidades mobilizem-se afim de produzir, junto aos moradores do bairro CCR, planos de ações que visem promover a justiça sócio espacial e melhor qualidade de vida. Neste sentido, vale ressaltar que o Ministério Público já instigou universidades e faculdades em Montes Claros afim de produzir, juntamente com a prefeitura, planos para a área LCCR. Esse fato ocorreu também na gestão de Athos Avelino entre 2005 e 2008, como pode ser visto pela resposta 9 da entrevista feita ao arquiteto e professor das faculdades Santo Agostinho:

R: Na época que Athos estava na gestão da prefeitura (2005 - 2008), teve uma ação do Ministério Público junto com a Polícia Militar que envolveu algumas entidades. O curso de arquitetura da Santo Agostinho entrou para poder cuidar da parte de urbanismo desse projeto de reurbanização, que ficou chamando “Semeando Dignidade”. E aí a gente começou a fazer algumas reuniões setoriais, e estavam envolvidos também a UNIMONTES, o PITAGORAS, a FUNORTE, e prefeitura, cada um responsável por uma parte desse projeto. Inclusive, depois que o projeto ficou pronto, nós fizemos um orçamento via prefeitura, eu até acompanhei o prefeito na época (E2-B, 2016).

Portanto, percebe-se que o primeiro movimento da prefeita de Montes Claros quanto a política urbana no aglomerado da área LCCR foi a reurbanização, graças a influência do Ministério Público e parceria com outras entidades. Tal projeto foi denominado de “Semeando Dignidade” e previa, dentre outras coisas, a alteração da morfologia da área LCCR, bem como a revitalização de algumas moradias no bairro. Entretanto, tal projeto não saiu do plano teórico, sobre este tema, ressalta-se que será retomando ao final deste subtópico.

Posteriormente, entre 2009 e 2012, outros dois movimentos quanto a política urbana foram feitos pela prefeitura de Montes Claros, nesse período era governada por Luiz Tadeu Leite. Primeiramente, Tadeu visou reurbanizar a área LCCR, mas, posteriormente, optou pela remoção da população, como

pode ser visto pela resposta 10 da entrevista realizada com a arquiteta do Departamento de Projetos da prefeitura de Montes Claros em 2016:

R:Então na última gestão de Tadeu, primeiramente ele fez um projeto de demolição do local e construção de 14 prédios de 2 pavimentos ali mesmo. Depois saiu o programa de financiamento do PAC que tinha duas linhas de recursos, para remoção de favelas e recursos para reurbanização de favelas. E Tadeu, mudou a direção do projeto inicial e acabou “pegando” recursos para remoção de favela. Por causa disso, hoje (2016) o prefeito Ruy ficou impossibilitado de fazer outra coisa, pois o recurso já saiu; ele até queria fazer o projeto de reurbanização, mas o recurso que ele possui não é destinado para isso (E1-B, 2016).

Através da descrição da resposta acima, percebe-se que apesar da disponibilização dos recursos, o projeto de remoção para a área LCCR também não saiu do plano teórico. Tal fato, nos leva para a gestão seguinte, entre 2013 e 2016, período em que Ruy Muniz governou. Assim, como Tadeu, primeiramente Ruy procurou executar um projeto de reurbanização da área LCCR, como pode ser visto na notícia divulgada no *portal de notícias da prefeitura*²⁰ no dia 26 de Março de 2013:

Durante a reunião ficou esclarecido que os moradores do Conferência Cidade Cristo Rei serão classificados em três grupos: o primeiro formado pelos que moram em casas de boa qualidade, que não estão localizadas no eixo da rua, e que continuarão no mesmo lugar; o segundo constituído por pessoas que moram em casas precárias, e que desejam se mudar do bairro. Estão serão incluídas no programa Minha Casa, Minha Vida, que está construindo várias casas no município, em diversos bairros; e um último grupo constituído pelas pessoas que moram em casas em condição precária e que não querem sair do bairro. Estas irão para os prédios e casas construídos pelo projeto, e durante o tempo da obra ficarão em imóveis alugados pela Prefeitura (PORTAL MONTES CLAROS, 2013).

²⁰ Disponível em: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/agencia_noticias/2013/mar-13/not_26_03_13_0232.php>

Entretanto, em Abril de 2016 Ruy Muniz foi preso, pela Justiça Federal, pela suspeita de prejudicar o funcionamento de hospitais da cidade conveniados pelo SUS para favorecer a unidade hospitalar da rede educacional de propriedade de sua família. O vice-prefeito assumiu a gestão desde então. Nesse período, no dia 17 em Maio de 2016, a Câmara Municipal de Montes Claros criou e aprovou o projeto de Lei nº 34/2016, que caso fosse sancionada pelo prefeito, removeria a população da área LCCR para outro bairro de Montes Claros, como pode ser visto na publicação do *Portal da Câmara Municipal de Montes Claros*²¹ (2016), “Projeto de Lei nº 34/2016, aprovado no último expediente (17), que desafeta área do Bairro Alcides Rabelo e realoca os moradores do Conferência Cristo Rei. A construção do conjunto habitacional será por meio do PMMV”.

Entretanto, protestos foram realizados pelos moradores do bairro CCR e do bairro Alcides Rabelo, visto que, a Câmara aprovou o projeto de participação popular. Tais protestos resultaram na realização de uma audiência pública no dia 25 de Maio de 2016, no qual, representantes de ambos os bairros foram contra a sanção do projeto. O ocorrido foi amplamente divulgado por diversos jornais como, Gazeta, O Norte e InterTV Grande Minas, nos quais verificam-se, o projeto urbano para área LCCR não teve continuidade.

Portanto, no que tange a intervenção em aglomerados, verifica-se que os principais problemas políticos dos projetos urbanos em Montes Claros estão relacionados a falta de estudos prévios sobre a dinâmica sócio espacial de tais regiões, além da falta de participação popular na construção de alternativas. Tais fatos são típicos de uma política “empresarialista”, que não visa o interesse coletivo.

Neste sentido, este subtópico visa propor uma alternativa para a área LCCR que considere as peculiaridades do bairro, bem como, seja pautada na participação popular. Para o presente autor, a política urbana que mais se adequa a tais premissas é a de reurbanização. Diversos são os motivos para defender tal ação, os mesmos serão elucidados nos próximos estrofes.

²¹ Disponível em: <<http://177.101.38.2/index.php/component/k2/item/605-programa-se>>

Primeiramente, conforme abordado anteriormente, Villaça (2003) afirma que a segregação urbana é o principal motivo que explica a existência dos aglomerados em uma cidade. Além disso, Villaça (1997, p.7) afirma que, “(...) através da segregação a classe dominante controla a produção e consumo do espaço urbano, sujeitando-o aos seus interesses”.

Portanto, percebe-se que a segregação espacial acaba por ser um instrumento de dominação social utilizado (muitas vezes inconsciente) pela população de alta renda. Neste sentido, a permanência da população de baixa renda na área LCCR contribui para redução da segregação espacial, visto que, tal localização é extremamente valorizada, além de possuir relativa carga de infraestrutura, produtos e serviços.

Portanto, a permanência contribui para que a população de baixa renda possa desfrutar dos benefícios típicos de uma região central, além de melhorar o acesso a alguns equipamentos urbanos, tais como, hospitais, escolas, parques, etc. Portanto, a permanência da população na área LCCR ajuda a promover uma distribuição mais justa desses diversos benefícios entre toda a população de Montes Claros.

Através da Figura 9 (pág. 49), percebe-se que a área LCCR não está situada em uma região em que exista risco ambiental ou APP, portanto, não se justifica realizar uma política urbana de remoção. Em contrapartida, as instalações ilegais de água e energia, o risco de incêndio devido à superaglomeração e a constante expansão urbana na área LCCR, reforçam a necessidade de se realizar um projeto de reurbanização na mesma.

Outro aspecto que está contra a remoção da população está na própria vulnerabilidade dos mesmos. Conforme descrito anteriormente, a vulnerabilidade social está associada a baixa renda ou a danos nos laços de solidariedade de um grupo. Neste sentido, a realocação da população para outra área pode romper com os vínculos existentes entre os mesmos, o que acentua ainda mais a vulnerabilidade social e a baixa-autoestima.

Portanto, como demonstrou o Quadro 3 (pág. 43), em 1950 iniciou-se o processo de ocupação da área LCCR, significa que a população que lá reside possui fortes laços de confiança entre eles e, conseqüentemente, possuem uma relação social bem consolidada. Logo, a área LCCR não é

apenas um espaço físico qualquer, mas é um território, isto é, um sistema de símbolos vivenciados no cotidiano pela sua população.

Portanto, a população residente na área LCCR possui um forte sentimento de pertencimento ao bairro, visto que ali produziram sua identidade ao longo do tempo, tornando a área LCCR um lugar repleto de história e tradição (Bonnemaison, 2012)(Hall, 2000). Neste sentido, a ideia de reurbanizar a área LCCR é uma ação mais sensata, visto que, tal ação tem maior potencial de preservar a riqueza cultural da população.

Conforme apresentado nas Tabelas 3, 4 e 5 (pág. 64, 65 e 66, respectivamente), uma parte dos atendidos pelas políticas sociais, em especial na área LCCR, lidam com o desemprego. O Quadro 10 (pág. 87) também confirmou esse fato, no qual, quase todos os entrevistados relataram possuir pelo menos, um integrante desempregado em seu núcleo familiar. Desta forma, a renda de grande parte dos moradores da área LCCR depende de suas relações solidárias entre os mesmos, uma vez que, os laços solidários proporcionam melhores condições de reprodução social para a população de aglomerados, como apontou Cardoso (2007). Neste sentido, a realocação da população da área LCCR para outra área pode acentuar o desemprego e a baixa renda, devido ao enfraquecimento das relações sociais.

Além disso, diante do desemprego a população da área LCCR tende a buscar alternativas para complementar sua renda. Como pode ser visto na Figura 10 (pág. 49), o bairro CCR é rodeado por um anel de comércio e serviço. Tal fato beneficia o mercado de trabalho informal, que passa a ser uma poderosa fonte de renda para os moradores da área LCCR, além de reduzir custos com transportes em virtude da proximidade com o centro comercial e seus locais de trabalho; portanto, a permanência dos moradores na área LCCR produz melhores condições econômicas aos mesmos.

Outro aspecto que contribui para a política urbana de reurbanização na área LCCR é a existência de infraestrutura (água/esgoto, luz, asfalto) com relativa qualidade no bairro. Logo, torna-se irracional remover a população da área LCCR. Uma vez que, para realocar uma grande massa populacional são necessários conjuntos habitacionais que, por sua vez, são construídos em regiões periféricas da cidade que não possuem infraestrutura básica e estão localizadas a longas distancias de alguns equipamentos urbanos.

Neste sentido, os governos municipais gastam mais recursos para levar todo aparato urbano até um conjunto habitacional na periferia, do que se investissem em reurbanização em locais que já possuem infraestrutura (Souza, 2000). Além disso, conforme mostra o Gráfico 3 (pág. 54), a maior parte das moradias da área LCCR possuem bons padrões de construção, sendo necessário melhorias que requerem pouco investimento quando comparado as construções de grandes conjuntos habitacionais.

Tais informações também foram confirmadas pelos arquitetos entrevistados, como pode ser visto pela resposta 13 da E1-C (2016), “R: Existe moradias (na área LCCR) com bons padrões de construções, então a ideia ali deveria ser a revitalização(reurbanização)”, e também na resposta 12 da E2-C:

R: (Para a área LCCR) Seria reformar as casas que estavam com essa demanda. Agora, algumas outras casas que não tinham condições de habitação nós estudamos a melhor forma de derrubar e construir outras casas. Mas o orçamento desse projeto inicial era coisa barata, se me lembro era algo em torno de 300 a 400 mil reais (E2-C, 2016).

Portanto, percebe-se que, na opinião de especialistas em arquitetura que tiveram contato com a área LCCR, a melhor opção para a mesma é a política urbana de reurbanização. Além disso, baseando-se na participação popular, o consenso é unânime entre os moradores entrevistados, no sentido, de que eles também acreditam e preferem que um projeto de reurbanização seja realizado na área LCCR, como pode ser visto no Quadro 16.

O Quadro 16 também revela a opinião dos servidores públicos entrevistados e dos comerciantes quanto a questão, na qual, a maior parte também acredita que o projeto de reurbanização seja a melhor opção para a área LCCR. Tal preferência se dá por diversos motivos, resumidos à seguir.

Quadro 16 – Opinião dos entrevistados sobre projeto urbano para área LCCR

VARIÁVEIS	N° ABSOLUTO		
	Moradores	Servidores Púb/Com	
Já houve promessa de algum prefeito quanto a realização de projetos urbanos para a área LCCR?	Sim. Reurbanização do bairro.	2	1
	Sim. Remoção dos moradores do bairro.	1	1
	Sim. Ambos.	3	7
Na sua opinião, qual projeto urbano seria melhor para a área LCCR?	Reurbanização do bairro	6	8
	Remoção dos moradores	0	1

Fonte: Próprio autor, 2016.

Como já abordado nos subtópicos 4.2.1 e 4.2.4, a morfologia da área LCCR beneficia o tráfico de drogas. Neste sentido, dois moradores entrevistados acreditam que a reurbanização seria ideal para a área LCCR pois pode reduzir o comércio ilegal de drogas, como apresentado no Quadro 13 (pág. 97). Também como abordado pela resposta da entrevista E6-C percebe-se que a reurbanização auxiliaria também o trabalho dos policiais no bairro.

Neste sentido, a reurbanização da área LCCR tem potencial para reduzir a influência e ação do tráfico de drogas por dois motivos principais. Primeiro porque ao revitalizar ruas, muros, casas e lotes abandonados, transformam-se espaços vazios e atribuem a estes novas funções e usos, isso reduz os espaços dominados pelo tráfico de drogas, visto que, tais espaços são usados como esconderijos de drogas ou como locais para consumo das mesmas.

Além disso, alterando-se a morfologia da área LCCR, altera-se também a rede viária, logo, haverá maior possibilidade de circulação e monitoramento por parte das viaturas policiais. Ao retirar ruas estreitas e becos da área LCCR também reduzirá consideravelmente os pontos de venda de drogas ocultos e diminuirá as rotas de fuga utilizadas pelos traficantes. Portanto, a reurbanização da área LCCR proporcionará mais segurança aos moradores e menos ação do tráfico na região.

Outra questão que comprova a preferência dos moradores pela reurbanização está na possibilidade de valorização do solo da área LCCR, disponibilizando recursos (mesmo que estático) para a população e, conseqüentemente, produzindo melhorias na renda e reduzindo estigmas e categorizações econômicas existentes na área LCCR.

Outro ponto mencionado pelos entrevistados que corrobora a reurbanização é o tempo de permanência dos moradores da área LCCR, como pode ser visto pela resposta 13 da E5-C: “R: Eu não acho interessante (a remoção) porque o povo já está acostumado com o local.”. Por fim, ressalta-se o grande benefício que a reurbanização poderá proporcionar para novas políticas públicas, além de aumentar a autoestima dos moradores, como pode ser visto pela resposta 12 abaixo:

R: O Projeto não é aceito por parte da comunidade que se beneficia do tráfico de drogas. Quando iniciou-se as conversas com a comunidade, o contexto era de extrema violência entre nos seus moradores, os quais rivalizavam entre si, fazendo parte de facções criminosas. Atualmente, o território vivencia um novo contexto, em que o diálogo é possível. Dessa forma, acredito que um novo estudo deva ser realizado, primando pela participação dos moradores, estabelecendo novos acordos para o início da sua execução. Intervir na infra estrutura do território é fundamental para a implantação de novas políticas públicas, além de ser facilitador na perspectiva do aumento da auto estima e empoderamento da comunidade (E12-C, 2016).

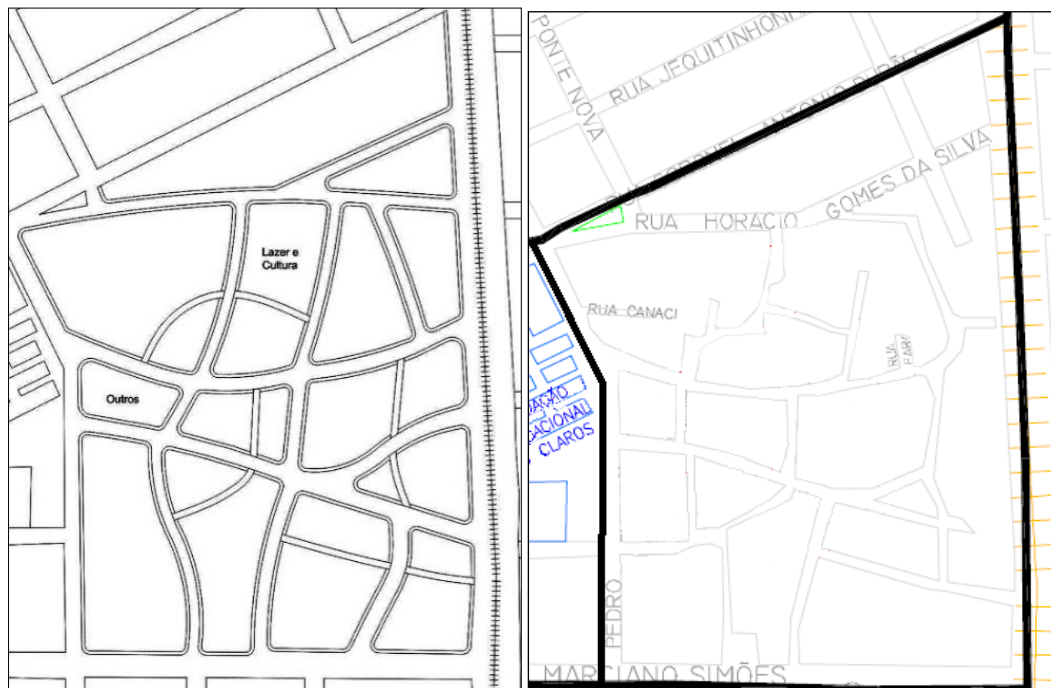
Neste ponto, é necessário retomar a questão do projeto *Semeando Dignidade* discutido anteriormente. No projeto, as faculdades Santo Agostinho realizaram visitas a área LCCR entre 2005 e 2008, período no qual analisaram metodicamente todo o desenho espacial do bairro e o padrão construtivo de suas moradias, além de conversas esporádicas com os moradores.

Portanto, em se tratando de um projeto de reurbanização que produza um mínimo de danos à dinâmica sócio cultural espacial dos moradores da área LCCR, o desenho urbano proposto pelo projeto *Semeando Dignidade* é uma excelente alternativa, como pode ser visto pela Figura 30 (lado esquerdo).

Na figura a esquerda, percebe-se que a principal ideia seria manter um projeto urbano com a máxima semelhança com o desenho espacial atual, por exemplo, atualmente existem 17 blocos ou quarteirões na área LCCR, enquanto no projeto proposto alguns pequenos blocos seriam aglutinados de forma que passariam a existir apenas 14 grandes blocos/quarteirões. Além

disso, percebe-se que as ruas seriam mantidas como principal forma de circulação e acesso a área LCCR e alguns becos e ruelas seriam revitalizados, alargados e mantidos em seus locais originais com o intuito de preservar o costume local quanto a utilização dos tais.

Figura 30 – Comparação entre projeto de reurbanização e atual configuração espacial da área LCCR



Fonte: Adaptado de Semeando Dignidade, 2007; Plano Diretor, 2015.

Entretanto, ressalta-se que um novo estudo urbanístico precisa ser realizado na área LCCR, afim de adequar o projeto acima em face das mudanças que ocorreram no espaço ao longo dos últimos 10 anos. Além disso, vários temas discutidos ao longo dessa dissertação podem elucidar sobre os aspectos espaciais da área LCCR.

A título de exemplo, pode-se citar o local destinado a “Lazer e Cultura” na figura acima, visto que, talvez devesse ser remanejado para um quarteirão localizado ao centro da área LCCR, devido à existência das duas facções rivais que controlam as regiões opostas dessa área. Logo, em caso da quebra do acordo de paz, a facção que controla a área na qual está situada o espaço destinado a lazer e cultura (como mostrado na Figura 30), poderá impedir que moradores do lado oposto usufruam do mesmo.

Além disso, levando um espaço de cultura e lazer para o centro da área LCCR, poderá inibir também o comércio do tráfico de drogas, visto que, na área central do bairro se concentram os principais pontos de venda de drogas, conforme mostrado na Figura 27 (pág. 103); conseqüentemente, como compradores e vendedores preferem comercializar em locais ocultos e pouco povoados, a ocupação da praça na área central poderá “empurrar” os pontos de venda para os extremos da área LCCR que, sendo constantemente patrulhada, poderá reduzir a ação do tráfico de drogas.

Outro motivo que reforça a necessidade de um estudo urbanístico para atualização, está no fato de que a opinião e soluções propostas pelos moradores podem ter sofrido consideráveis mudanças. Logo, incluir as novas propostas populares é essencial, como lembra Souza (2006, p.86), “(...) a sociedade civil tem, há muito, praticado planejamento e gestão de seus espaços de vida, (...) de maneira mais solidária e mais organizada em comparação com as elites e classes médias”.

Neste sentido, vale a pena relembrar os principais pontos abordados pelos moradores entrevistados, no que tange a reurbanização da área LCCR. Conforme o Quadro 6 (pág. 68), cinco dos moradores acreditam que a área LCCR precisa de uma praça. Segundo o mesmo quadro, 4 entrevistados acreditam que uma quadra esportiva e uma academia ao ar livre são as principais necessidades quanto ao lazer. Por fim, no Quadro 6, os entrevistados também mencionaram a necessidade de melhorias na iluminação pública e a vontade de que o transporte público tenha rotas que se insiram dentro da área LCCR, afim de facilitar a locomoção de idosos residentes ali.

Tais melhorias e construções no espaço da área LCCR promoveriam uma melhor distribuição sócio espacial dos equipamentos urbanos na cidade, reduzindo o estigma sobre a população e a desigualdade provocada pela segregação espacial. Ademais, vale ressaltar que deve ser abordado no novo estudo urbanístico algumas peculiaridades, como a existência de moradias e famílias que usufruem de um mesmo terreno, como mostrou o Quadro 5 (pág. 76). Por fim, deve-se ter extremo zelo quanto à construção de novos prédios no bairro, visto que, muitos moradores não desejam perder suas pequenas áreas privativas, além da exposição ao perigo

em caso de quebra no acordo de paz, como mencionado pela resposta 12, abaixo:

R: Na minha opinião acho muito bom (a reurbanização), melhoraria a qualidade de vida de muitas pessoas que moram em lugares muito pequenos, também tiraria esses becos. Agora, esse negócio de construir prédio aqui não sei se é muito bom não, porque agora a guerra entre os traficantes parou, mas pode voltar a qualquer hora. E se voltar e o povo estiver morando em prédios é muito perigoso, porque os prédios seriam muito próximos uns dos outros, seria janela com janela e isso facilitaria muito o crime né?! (E7-B, 2016)

Portanto, para que o projeto de reurbanização se efetive, será necessário galgar algumas etapas quanto a legislação, além dos gestores municipais (e outras entidades) fomentarem a discussão e participação popular quanto ao assunto. Além disso, pode-se realizar parcerias entre diversas entidades para que cada uma comprometa-se a realizar, junto com os moradores, etapas do processo de reurbanização e regularização fundiária.

Quanto a este último, ressalta-se novamente o projeto Semeando Dignidade, que incluiu várias entidades durante as etapas do projeto de reurbanização. O 10º Batalhão da Polícia Militar por exemplo, seria a entidade responsável por auxiliar em reformas e revitalização de algumas moradias, o CONSEP – Conselho Municipal de Segurança Pública – seria responsável por mobilizar os moradores da região a participar dos projetos, dentre outros. Toda a estrutura e proposta do projeto Semeando Dignidade estão disponíveis no Anexo T dessa dissertação.

Ainda quanto à participação de entidades, a Rede Parceira de entidades do bairro CCR pode ser um poderoso veículo quanto à mobilização dos moradores e também quanto ao monitoramento da execução de tal projeto. Além disso, ressalta-se também a importância das Igrejas presentes e/ou envolvidas com o bairro nessa Rede parceira, são elas, a Paróquia São João Batista, a Igreja Batista Renascer Ministério Apostólico Internacional, a Igreja Presbiteriana da Paz (representada pelo Projeto Cristo Rei) e as quatro Igrejas Evangélicas da área LCCR (Quadrangular, Assembleia e Pentecostais).

Quanto à legislação, a *Lei n° 4.198*²² instituída em 23 de Dezembro de 2009 em Montes Claros foi um grande avanço rumo à reurbanização da área LCCR, visto que esta lei demarcou algumas áreas na cidade como ZEIS, das quais, a área LCCR é uma delas. Posteriormente, com a atualização do Plano Diretor Municipal em 2016, essas ZEIS foram mantidas, conforme demonstra a Figura 31.

Portanto, com a instituição das ZEIS, os moradores da área LCCR estão protegidos contra especulações imobiliárias e expulsões repentinas e generalizadas. Entretanto, simplesmente demarcar uma área como ZEIS não significa que a regularização e/ou reurbanização serão automáticas, é necessário a aprovação de um projeto específico para o bairro LCCR.

Neste sentido, é necessário monitorar as ações da prefeitura e Câmara Municipal de Montes Claros quanto à questão, visto que, como demonstrado nessa dissertação, existe uma longa lista de planos urbanos iniciados pela prefeitura que nunca saíram do papel, a começar pela Planta de 1977, conforme Figura 6 (pág.41) na gestão de Antônio Rebello, até os últimos gestores, como Athos Avelino, Tadeu Leite e Ruy Muniz.

Portanto, é de extrema importância que mais um passo seja dado quanto à legislação para a área LCCR. Isto é, juntamente com o projeto de reurbanização, pode-se realizar o levantamento das famílias que podem ou não receber o título de propriedade na área LCCR, bem como suas respectivas demarcações. Tal procedimento auxiliará tanto a organização do projeto de reurbanização, quanto a possível concessão de títulos de posse para os moradores da área já reurbanizada.

Quanto a este último procedimento, conforme apresentado no Quadro 5 (pág. 76), ressalta-se que a falta de documentos legais que comprovem o direito a posse é um dos grandes problemas dos moradores; logo, tal demanda poderia ser sanada mediante a concessão e registro dos títulos dos imóveis.

Por fim, para garantir a reurbanização e a permanência dos moradores da área LCCR podem ser usadas algumas ferramentas legislativas,

²² Disponível em: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/publica_legais/leis_pdf/leis-2009/dez-09/leis%204198-09.pdf>

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta etapa final, vale a pena ressaltar os objetivos propostos e a forma como foram abordados pelo presente autor. Como objetivo principal foi proposto identificar e analisar a dinâmica sócio espacial do bairro CCR, especialmente, a área LCCR. Para alcançar o mesmo, foi necessário realizar uma profunda pesquisa pautada em entrevistas e documentos que registraram a origem e a formação do bairro CCR ao longo do tempo, além da análise fundamentada na observação direta.

Logo, foi possível organizar documentos sobre a área atual do bairro CCR desde 1930. Posteriormente, percebeu-se que a entidade cristã Conferência Cidade Cristo Rei foi a responsável por dar início a história de ocupação populacional do bairro CCR, através do seu trabalho de assistência a pobres e migrantes que chegaram em Montes Claros a partir de 1950 e que, em 1970, acentuaram-se de tal forma que fomentaram ocupações ilegais do espaço, até então, de posse da Conferência vicentina.

Desde aquela época os moradores criaram laços profundos com o bairro CCR, caracterizando a mesma como um território, isto é, um espaço ocupado por um grupo social com forte sentimento de pertença e carga histórica e cultural, gerando uma identidade peculiar entre os mesmos que baseia-se em laços solidários, que até os dias atuais podem ser percebidos no bairro CCR, em especial na área LCCR.

Posteriormente, em 1970, ao se estudar o grande afluxo populacional ocorrido na área LCCR, pôde ser percebido as interferências negativas que a polaridade de Montes Claros causou na expansão urbana. Significa dizer, que cidades médias, que possuem um forte potencial econômico, além de serviços e oportunidades, acabam por mobilizar montantes de pessoas para seu contexto urbano. Isso gera uma expansão urbana desordenada que, iniciará um processo de segregação espacial que culminará na formação de aglomerados, cujo, as características mais negativas são a superaglomeração, baixa renda e estigma generalizado.

Neste contexto, quando não há amparo ou suporte do governo público a tais grupos sociais, a qualidade de vida pode ser prejudicada devido à falta de acesso a bens e equipamentos urbanos, bem como, pela falta de

autonomia e liberdade causada por relações de dominação que se formam nesses ambientes “abandonados” pelo planejamento urbano. Nestes territórios fragilizados alternativas que visem sanar suas necessidades podem ser criadas sem o apoio do estado, podendo resultar em metodologias locais eficientes e positivas ou ineficientes e ilegais, como é o caso do comércio e tráfico de drogas.

Neste ponto, este estudo de caso mostrou como alternativas de renda ilegais inserem-se e apoderam-se de um território. Vale ressaltar que a baixa renda, o estigma e a falta de planejamento para essas áreas criam um ambiente propício a alternativas ilegais, como foi o caso do tráfico de drogas inserido em 1990 na área LCCR, período em que uma crise econômica iniciou-se em Montes Claros com o enfraquecimento da SUDENE.

Além disso, o comércio de drogas insere cidades médias brasileiras em suas rotas internacionais que visam a Europa ou os E.U.A., o que aumenta a probabilidade de desenvolver tais sistemas em cidades polo, como Montes Claros. Como se não bastasse, o subsistema do comércio de drogas varejista que é mais heterogêneo e descentralizado tem ganhado espaço nessas cidades médias, onde organizações criminosas consolidadas ainda não dominaram.

Logo, faz extremamente necessário estudar áreas vulneráveis existentes em cidades médias, pois um estudo sobre a dinâmica sócio espacial poderá perceber se tais território são propícios a formação desses sistemas de tráfico de drogas que são extremamente prejudiciais aos espaços em que atuam.

Como foi possível perceber neste estudo de caso do bairro CCR, as principais influências negativas do sistema de tráfico de drogas em um território são: o enfraquecimento dos núcleos familiares que são essenciais no processo de socialização das crianças, a disseminação da “cultura de rua” que tornam práticas negativas e ilegais como práticas comuns em um grupo social, a dependência financeira do dinheiro do tráfico que usa desse poder para fomentar o aliciamento, o controlar coercitivo a liberdade e dinâmica social dessas áreas e a competitividade e violência existentes em embates entre facções e policiais, etc.

Por outro lado, existem diversas estratégias locais positivas em territórios vulneráveis. Entretanto, tais estratégias só podem ser percebidas mediante o estudo da dinâmica sócio espacial pautada no planejamento urbano. Uma vez que o planejamento urbano possui envergadura suficiente para aglutinar diversos temas complexos relacionados a um grupo social ou um território.

O planejamento urbano permite ao pesquisador tratar a sócio espacial em subnível microlocal, isto é, atividades do cotidiano entrelaçadas a uma vivência coletiva. Além disso, o planejamento urbano permite diálogos com perspectivas macro orientadas para futuro, onde um território está intimamente ligado a uma cidade e região como um todo.

O presente autor entende que a estruturação dessa dissertação foi baseada no planejamento urbano pelo fato de abordar diversos temas e aspectos sobre um mesmo objeto de estudo. Quanto a metodologia, a mesma fundamenta-se no aprendizado social, que busca novas práticas sociais positivas para um grupo social, mas que o faz através do diálogo entre as necessidades do interesse social e os deveres e limites do interesse público.

É necessário valorizar a participação popular em qualquer plano urbano ou intervenção a ser realizada pelo município ou por qualquer outra entidade. Quanto as estratégias positivas locais do bairro CCR que surgiram ao longo dessa dissertação, vale ressaltar que algumas se mostraram instrumentos poderosos que podem promover a justiça sócio espacial, bem como gerar autonomia e melhor auto estima em um grupo social vulnerável. Tais estratégias são diversas e serão abordadas nas estrofes que se seguem.

Quando crianças e adolescentes compõe grande parte da população de um território, como é o caso do bairro CCR, e ainda sofrem com exposições a práticas nocivas do tráfico de drogas (competitividade, sexualidade precoce, etc.), então, percebe-se que a educação, representada pela escola, é um dos principais instrumentos de integração da criança e do adolescente à sociedade, o que nos leva a refletir se tais espaços tem sido alvo de alternativas consistentes.

Neste sentido, a inclusão de temas como empreendedorismo, mercado de trabalho, etc. nos calendários escolares são importantes para desenvolver uma cultura cooperativa e autônoma. Além disso, entidades

diversas podem participar de tais espaços a fim de conscientizar crianças e adolescentes sobre suas funções; por exemplo, a PMMG pode aproximar-se desse tipo de público ao mesmo tempo que ensina sobre segurança pública, alterando a percepção negativa que o tráfico impõe sobre as crianças a respeito do trabalho policial.

Ainda quanto a educação, percebe-se que são necessárias mais creches nessas áreas vulneráveis, para que funcionem não apenas como um atendimento a criança, mas que apoiem o núcleo familiar em que a mesma está inserida, visto que, grande parte das crianças estão ociosas parte do dia e expostas a cultura “da rua”.

Quanto melhoria da qualidade de vida em territórios vulneráveis, percebeu-se através deste estudo de caso, que é necessário fomentar as relações solidárias de um grupo social, bem como a interação dos mesmos com espaços públicos e comércio/serviços, visto que, tais práticas facilitam as condições de vida de tais grupos sociais nesses espaços. Neste sentido, é possível continuar os estudos quanto a descrição da dinâmica das relações solidárias na área LCCR, visto que, pode trazer respostas quanto a baixa participação social dos moradores aos programas desenvolvidos pela política de prevenção.

Neste sentido, a permanência de moradores em uma área valorizada, central e rodeada de serviços/comércio na cidade de Montes Claros é essencial para melhorar a qualidade de vida dos moradores de aglomerados. Especialmente, para os casos em que os moradores possuem uma história antiga com fortes laços culturais ao espaço.

Entretanto, percebeu-se também que é extremamente necessário realizar obras urbanísticas em aglomerados para que as redes viárias sejam reorganizadas integrando os aglomerados a rede urbana da cidade, visto que, uma obra deste tipo gera valorização das moradias, aumento da autoestima da população, inibe o comércio de drogas em pontos ocultos, facilita o monitoramento da polícia em tais locais e novos espaços de cultura e lazer (como quadras e academias ao ar livre) podem ser inseridos.

Por fim, percebeu-se que o sucesso para supressão do tráfico de drogas está vinculado a valorização do trabalho informal e outras fontes de renda para as populações de áreas vulneráveis, visto que, as mesmas tornam-

se dependentes do sistema posto nestes locais. Neste sentido, a continuação do estudo sobre as potencialidades de empreendimento na área LCCR é uma possibilidade, visto que, pode trazer alternativas mais práticas para desassociação da renda do mercado de trabalho informal da ilegalidade do tráfico de drogas.

Tais alternativas, foram baseadas na experiência deste estudo de caso, sendo extremamente necessário, não transpor as mesmas aqui propostas para outros territórios vulneráveis sem a realização de estudos prévios, visto que, a dinâmica altera-se de lugar para lugar.

Por fim, ressalta-se a importância da mediação e diálogo como princípios cruciais ao planejamento urbano, conseqüentemente, também necessário aos planejadores públicos, servidores públicos e moradores do bairro CCR, pois apenas desta forma, pode-se tratar assuntos demasiadamente polêmicos e complexos com o intuito de gerar melhor qualidade de vida em áreas que se encontram em situação de vulnerabilidade social e alcançar uma sociedade autônoma, isto é:

(...) uma sociedade na qual a separação institucionalizada entre dirigentes e dirigidos foi abolida, com isso dando-se a oportunidade de surgimento de uma esfera pública dotada de vitalidade e animada por cidadãos conscientes, responsáveis e participantes (SOUZA, 2000, p. 175).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João Ferreira de. A Bíblia Sagrada. Tradução Revista e Atualizada. 2 ed. São Paulo: Editora Vida, 1998.

ARRUDA, ANA PAULA SERPA NOGUEIRA DE. Política habitacional e remoção de favelas em cidades de porte médio: A experiência do conjunto habitacional Aldeia em Campos dos Goytacazes. 2009. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais, UENF. Campos dos Goytacazes.

AUGE, Marc. Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da sobremodernidade. Tradução Miguel Serras Pereira. Campinas: Papiros, 1993.

AZEVEDO, Gislane. Projeto Voaz: História: Volume único. 1. ed. São Paulo: Ática, 2013.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: editora Fundação da Unesp, 1998.

BONI, V. ; QUARESMA, S. J. Em tese. Revista Eletrônica dos Pós-graduados em Sociologia Política da UFSC. Florianópolis: Vol. 2, nº 1 (3): 68-80; Janeiro-julho, 2005.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em Torno do Território. IN: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni (org.). Geografia Cultural: uma antologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. 344 p.

BOURDIEU, Pierre. Coisas Ditas. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL. Política Nacional de Atenção Básica. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012.

BRUM, Mario. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da ditadura de 1964 aos grandes eventos. O Social em questão, v. 16, n. 29, p. 179-208, 2013. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?q=mario+brum+remocionismo&btnG=&hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5. Acesso em 02 de agosto 2016.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade á autonomia. 20 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CARDOSO, Adauto Lucio. Urbanização de favelas no Brasil: revendo a experiência e pensando os desafios. Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, v. 12, 2007.

Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente. Nosso Futuro em Comum. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1991.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. (2008). A trajetória temática ambiental no planejamento urbano no Brasil: o encontro de racionalidades distintas. In: Costa, G.; Mendonça, J. Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/Arte. p. 80-92.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección SurSur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. p.133-168.

FILHO, Claudio Chaves Beato; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da; Filho. Ecologia social do medo: avaliando a associação entre contexto de bairro e medo de crime. R. bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 30, Sup., p. S155-S170, 2013.

FILHO, Claudio Beato; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da; TAVARES, Ricardo. Crime e Estratégias de Policiamento em Espaços Urbanos. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 3, 2008, pp. 687 a 717.

FILHO, Cláudio Beato C. Políticas públicas de segurança e a questão policial. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 13, n. 4, p. 13-27, Dez. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 Dec. 2016.

FRANÇA, Iara de; ALMEIDA, Maria Ivete de; SILVA, Francielle; MEIRELLES, Sara Cristiny; COSTA, Valéria Costa; NASCIMENTO, Rodrigo do; MELO, Thaís. Expansão urbana e valorização do solo na cidade média de Montes Claros – mg. IN: III Simpósio Internacional Cidades Médias, 30 Rio de Janeiro - RJ, 2015

FRANÇA, Iara Soares de. Planejamento urbano e participação social em cidade média: a revisão do plano diretor de Montes Claros-MG. GeoTextos, v. 12, n. 2, 2016. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.9771/1984-5537geo.v12i2.18117>>. acesso em 30 Outubro 2016.

FRIEDMAN, J. Planning in the public domain: from knowledge to action. Princeton, Princeton University Press, 1987.

- FUKUYAMA, Francis. Social Capital and Civil Society. IMF Institute. Abril 2000.
- FURTADO, Celso. A Invenção do Subdesenvolvimento. Revista de Economia Política, Vol. 15, nº (58), abril-junho. 1995.
- FURTADO, Celso. Criatividade e dependência na civilização industrial. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. Ciência & Saúde Coletiva, v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005.
- HALL, Stuart A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de janeiro: DP&A, 2000
- LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. A revolução Urbana. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. 1ª ed. São Paulo: Moraes, 1991.
- LEITE, Marcos Esdras. Favelas em cidades médias: algumas considerações. Caminhos de Geografia, v. 11, n. 34, 2010.
- MARANDOLA, Eduardo Jr; HOGAN, Daniel Joseph. As dimensões da Vulnerabilidade. São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 1, p. 33-43, jan./mar. 2006
- MARANDOLA, Eduardo Jr; HOGAN, Daniel Joseph. Vulnerabilidade do lugar vs. Vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. R. bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 161-181, jul./dez. 2009.
- MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 121-192
- MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. Estudos avançados, v. 17, n. 48, p. 151-166, 2003.
- MARTINS, Herbert Toledo. Relatório parcial do programa de controle de homicídios: Diagnóstico qualitativo das condições socioeconômicas e padrões de criminalidade da Conferência Cidade Cristo Rei-Montes Claros/MG. Fica-Vivo: 2008.
- MASSEY, Doreen. Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade. Tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MASSEY, Doreen. Um sentido Global no lugar. In ARANTES, A. (org.). O Espaço da Diferença. Campinas: Papirus, 2000

MATÍNEZ, Joan Alier. Justiça ambiental (local e global) IN. CALVACANTI, Clóvis (org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. ed. 2. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Editora Vozes Limitada, 2011.

MONTE-MÓR, Roberto Luís M.. Cidade e campo, urbano e rural: o substantivo e o adjetivo. In: FELDMAN & A. Fernandes (Eds.). O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios. Publicado em S. Salvador: EDUFBA, 2007. P. 93-114

MONTE-MÓR, Roberto Luís. M.. What is the urban, in the contemporary world. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, v.21, n.3, p.942 - 948, 2005.

PEREIRA, Ederson da Cruz. Diagnóstico sociológico dos crimes de homicídios no município de Montes Claros no período de 2005 a 2008. Montes Claros: UNIMONTES, 2010

PISTOREA, Adriano ; PAIMB, Josiane Carla. Genealogia conceitual do capital social nas perspectivas de bourdieu, coleman e putnam .Revista Global Manager V. 13, N. 1, 2013 ISSN 1676-2819 - impresso | ISSN 2317-501X- on-line. 2013.

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativa: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. POUPART, J.[et al.] A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, p. 215-259, 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.

ROLNIK, Raquel; SAULE JUNIOR, Nelson. Estatuto da cidade: novas perspectivas para a reforma urbana. 2001.

ROLNIK, Raquel. É possível uma política urbana contra a exclusão. MAGALHÃES, I, 2002.

ROLNIK, Raquel. Exclusão territorial e violência. São Paulo em perspectiva, v. 13, n. 4, p. 100-111, 1999.

JANCZURA, Rosane. Vulnerabilidade ou risco social?. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 301 - 308, ago./dez. 2012.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. *Revista de Geografia Agrária, Uberlândia*, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SACHS, Wolfgang. *Dicionário do desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder*. Tradutores Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 41-73, Apr. 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 Julho 2016.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna*. 1988.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. *Sociedade e Estado*, v. 16, n. 1-2, p. 100-112, 2001.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SIRE, James W. Naming the elephant: worldview as a concept. Downers Grove: InterVarsity, 2004, p. 122.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. 4º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 560p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *O desafio metropolitano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Sidneia Maria de. *Capital social e desenvolvimento local: o caso da comunidade tapera - riacho dos machados*. 2004. Dissertação – UNIMONTES (PPGDS)

SWYNGEDOUW, Erik. (2001). A cidade como um híbrido. In: Acselrad, H. (org.) *A duração das cidades. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural – Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. Tradução: João Roberto Martins Filho. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

VILLAÇA, Flávio. A segregação e a estruturação do espaço intr-urbano: o caso de Recife. SEMINÁRIO DA REDE DE DINÂMICA IMOBILIÁRIA E ESTRUTURAÇÃO INTRA-URBANA, v. 2, 1996.

VILLAÇA, Flávio. A segregação urbana e a justiça (ou A justiça no injusto espaço urbano). Revista brasileira de ciências criminais. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, ano, v. 11, p. 341-346, 2003.

VILLAÇA, Flávio. Efeitos do Espaço sobre o Social. VII Encontro da ANPUR. Recife: USP, 1997.

YIN, Robert K. - Case Study Research - Design and Methods. Sage Publications Inc., USA, 1989.

ZALUAR, Alba. Dilemas da segurança pública no Brasil. Desarmamento, segurança pública e cultura de paz. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, v. 3, 2005.

ZALUAR, Alba. Violência e educação. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 1992

ZALUAR, A. M. Drogas além da biologia: a perspectiva sociológica. In: Simpósio Drogas, Rio de Janeiro, 2011.

ZALUAR, Alba; LEAL, Maria Cristina. Extra and inter walls violence. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 16, n. 45, p. 145-164, 2001

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (org.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. Texto inspirado na Introdução do livro Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um Novo Campo de Investigação.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Formulários de entrevistas (continua)

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA TIPO A

Parte I – Identificação

- 1) Qual seu Nome?
- 2) Qual sua idade?
- 3) Qual seu Estado Civil?
- 4) Qual sua situação ocupacional? (aposentado, pensionista, trabalhador formal, etc)

Parte II – História do bairro CCR

- 5) Em que ano foi fundado a Sociedade São Vicente de Paula?
 - 6) E qual a relação entre a Conferência Cristo Rei e a S.S.V.P.?
 - 7) E qual sua relação com a Conferência Cristo Rei?
 - 8) Qual ano que a Conferência Cristo Rei adquiriu o terreno onde atualmente é o bairro Cidade Cristo Rei? E de que forma?
 - 9) Qual eram as atividades que a Conferência prestava para o público da época?
 - 10) Quando a Conferência passou a ter problemas relacionados a invasão do terreno?
 - 11) A invasão foi incentivada por algum político na época?
 - 12) A Conferência utilizou alguma estratégia para reverter a situação da invasão?
 - 13) A prefeitura municipal realizou algum plano de urbanização em prol da região?
 - 14) A prefeitura municipal realizou alguma ação posterior ao plano urbano?
-

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA TIPO B

Parte I – Identificação

- 1) Sexo/Idade:
- 2) Qual seu Estado Civil?
- 3) Qual sua situação ocupacional? (aposentado, pensionista, trabalhador formal, etc)
 - 4) Quantas pessoas moram nessa casa (ou quantas famílias utilizam o mesmo terreno)? E quais as faixas etárias?

Parte II – Emprego e renda

- 5) Tem algum aposentado ou pensionista que mora aqui?
- 6) Você recebe algum benefício do governo?

APÊNDICE A – Formulários de entrevistas (continua)

- 7) Você possui trabalho formal e/ou informal? (Caso positivo - Qual localidade, cargo e tipo de veículo utilizado para locomoção?)
- 8) Algum morador possui trabalho formal e/ou informal? (Caso positivo - Qual localidade, cargo e tipo de veículo utilizado para locomoção?)
- 9) Qual renda média da família?
- Parte III – História, urbanização e infraestrutura do bairro
- 10) Nasceu em Montes Claros?
- 11) (Caso resposta 11 negativa) Qual a naturalidade?
- 12) (Caso resposta 11 for negativa) Em que ano você se mudou para este bairro?
- 13) De quem era esse terreno na época em que se mudou para o bairro?
- 14) Porque se mudou para este bairro?
- 15) Quando você se mudou para este bairro ele já tinha infraestrutura? (asfalto, rede de água e esgoto, rede elétrica)
- 16) Quando esse bairro recebeu infraestrutura urbana?
- 17) Você lembra se em algum período começou a ter muitas pessoas procurando terra aqui no bairro para morar? E porque que isso aconteceu?
- 18) Você acha que hoje o bairro tem infraestrutura suficiente e de qualidade? (asfalto, água e luz)
- 19) Você acha que falta alguma obra de infraestrutura para o bairro? Tem algo que a você gostaria que melhorasse aqui?
- 20) Quando chove aqui no bairro tem alguma região que inunda frequentemente? Ou teve algum caso isolado?
- 21) Aqui no bairro teve tem problemas frequentes relacionados a incêndio? Ou teve algum caso isolado?
- 22) E qual sua opinião quanto ao transporte público? O bairro está bem assistido?
- 23) E quanto a coleta de lixo aqui no bairro? Qual a periodicidade?
- 24) Na sua opinião, você acha que desfruta de uma boa qualidade de vida morando aqui? Porque?
- 25) Como você classifica o bairro onde você mora e/ou trabalha?
- () um ótimo lugar para se viver com a família e ou ter um negócio
- () um lugar agradável e com problemas, mas que pode melhorar
- () um lugar com muitos problemas que me fazem querer mudar
- () Outro: _____
- 26) Quais os 3 principais problemas sócio econômicos do território em questão?
- () Uso de drogas. Quais? _____
- () Uso indiscriminado de álcool () adolescentes () adultos

APÊNDICE A – Formulários de entrevistas (continua)

- () Muitas crianças ociosas nas ruas
- () Abandono familiar
- () Abuso sexual de criança e adolescente
- () Exploração sexual contra criança e adolescente
- () Outro tipo de violência contra criança
- () Gravidez na adolescência
- () Violência contra a mulher
- () Violência geral (roubos, agressões, assassinatos)
- () Vínculos familiares rompidos
- () Muita pobreza
- () Muitas pessoas desempregadas
- () Saúde precária
- () Educação de baixa qualidade
- () Baixa qualificação da mão-de-obra
- () Outros _____

Parte IV – Regularização fundiária e projeto urbanos

- 27) Quantos cômodos tem essa casa? (ou quantas casas existem nesse terreno?)
- 28) Você tem algum documento que comprove que este terreno é sua propriedade?
 - 29) Você já ouviu falar de algum projeto de reurbanização deste bairro ou de mudança da população para outro local? Teve alguma visita por parte da prefeitura?
- 30) E qual sua opinião sobre esse projeto de reurbanização do bairro?
- 31) Você moraria em prédio?
- 32) E qual a sua opinião sobre o projeto de mudança da população para outro local?

Parte V – Estigma, violência e tráfico de drogas

- 33) O que você poderia falar de positivo em relação ao bairro?
- 34) Você acha que existe preconceito de outras pessoas com os moradores deste bairro?
- 35) (Em caso positivo) Porque?
- 36) (Em caso positivo) Isso atrapalha? Sim ou não? Porque?
 - 37) O bairro já teve uma fama de ser violento e de ter tráfico de drogas, mas sempre foi assim?
- 38) Você sabe quando ou como essa fama começou?
 - 39) E quanto ao tráfico de drogas, você já ouviu falar de algum incidente de abuso de autoridade ou violência contra alguém aqui no bairro?
- 40) A época de guerra entre traficantes atrapalhava a população e a dinâmica do bairro?
- 41) Qual as estratégias que você utilizava para evitar os perigos causados pelo tráfico?

APÊNDICE A – Formulários de entrevistas (continua)

- 42) A guerra entre os traficantes acabou quando? E porquê?
- 43) Na sua opinião, o tráfico de drogas continua atrapalhando de alguma forma os moradores hoje? Atrapalha a sua dinâmica de vida?
- 44) Qual as estratégias que você utiliza (ou utilizava) para evitar o envolvimento de integrantes da sua família a rede de tráfico?
- 45) Quais são os principais pontos de venda de drogas?
- 46) Você tem alguma ideia de como o tráfico poderia ser reduzido aqui no bairro? (Urbanização, obra civil, educação, cursos, outros)
- 47) Na sua opinião porque o tráfico prosperou tanto aqui no bairro?
- 48) Na sua opinião qual a idade que pessoas começam a se envolver com o tráfico? E porquê?

Parte VI – Acesso a políticas sociais

- 49) O bairro é bem assistido quanto a educação?
- 50) Você poderia listas as escolas e/ou projetos educacionais e/ou projetos qualificação profissional existentes aqui para o bairro?
- 51) Algum integrante da sua família utiliza alguma dessas instituições?
- 52) E qual sua opinião sobre a qualidade do ensino das escolas estaduais e municipal?
- 53) E quanto a estrutura física?
- 54) E qual sua opinião sobre os outros projetos educacionais ou projeto de qualificação profissional?
- 55) Você conhece algum tipo de serviço de saúde existente aqui no bairro?
- 56) Algum integrante da sua família utiliza os serviços dessa entidade? Quais serviços?
- 57) Com qual frequência vocês utilizam estes serviços?
- 58) Qual sua opinião sobre o atendimento dessa entidade?
- 59) Qual sua opinião sobre a infraestrutura dessa entidade?
- 60) Na sua opinião aqui no bairro tem espaços de lazer e cultura suficientes? Precisa melhorar algum aspecto?
- 61) Qual sua opinião sobre o policiamento aqui do bairro?
- 62) Você presenciou algum caso de abuso de autoridade ou falta de educação?
- 63) Na sua opinião o policiamento melhorou?

Parte VII – Capital social e empreendedorismo

- 64) Como é a relação de você e sua família com a os vizinhos?
- 65) (Mas) Como vocês resolvem os conflitos que surgem?
- 66) Aqui tem algum comércio ou empresa prestadora de serviço que você e sua família utilizam?

APÊNDICE A – Formulários de entrevistas (continua)

67) Você ou algum integrante da família participa de alguma organização de vizinhos, ou associação do bairro ou igreja?

68) Você auxilia (ou é auxiliado por) algum vizinho em alguma atividade rotineira? (Caso positivo – De que forma?)

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA TIPO C

Parte I – Identificação

- 1) Sexo/Idade:
- 2) Cargo função atual (ou na época)?
- 3) Qual seu Estado Civil?

Parte II – Sociedade e território

- 4) O que você poderia falar de positivo em relação ao bairro?
- 5) Como você classifica o bairro onde você trabalha?
 - () um ótimo lugar para se viver com a família e ou ter um negócio
 - () um lugar agradável e com problemas, mas que pode melhorar
 - () um lugar com muitos problemas que me fazem querer mudar
 - () Outro: _____
- 6) Quais os 3 principais problemas sócio econômicos do território em questão?
 - () Uso de drogas. Quais? _____
 - () Uso indiscriminado de álcool () adolescentes () adultos
 - () Muitas crianças ociosas nas ruas
 - () Abandono familiar
 - () Abuso sexual de criança e adolescente
 - () Exploração sexual contra criança e adolescente
 - () Outro tipo de violência contra criança
 - () Gravidez na adolescência
 - () Violência contra a mulher
 - () Violência geral (roubos, agressões, assassinatos)
 - () Vínculos familiares rompidos
 - () Muita pobreza
 - () Muitas pessoas desempregadas
 - () Saúde precária

APÊNDICE A – Formulários de entrevistas (continua)

- () Educação de baixa qualidade
 - () Baixa qualificação da mão-de-obra
 - () Outros _____
- 7) O que você acha que tem ajudado a solucionar os problemas mencionados acima:

Pergunta aberta

- () Os serviços que o CRAS oferece
- () Os serviços que a Igreja Batista Campo dos Afonsos tem oferecido
- () O trabalho desenvolvido Por outras escolas comunitárias ou projetos sociais
- () O trabalho desenvolvido pelas escolas públicas
- () Programas desenvolvidos pelo sistema de saúde. Quais? _____
- () A presença e o trabalho das igreja e de outras organizações religiosas
- () O trabalho desenvolvido pela Associação de Moradores
- () Os serviços oferecidos pela prefeitura na área de infraestrutura
- () Algum político específico. Qual? _____
- () Outros _____

- 8) Você estaria disposto a apoiar uma ação já existente ou uma nova iniciativa social no bairro, que possa beneficiar a comunidade de uma forma geral? (Em caso positivo – Como? [voluntário, reuniões de bairro, doação de serviços, doação de alimentos, doação financeira])

Parte III – Projetos urbanos

- 9) Você possui alguma informação sobre projetos urbanos para o bairro Cidade Cristo Rei? Quais?
- 10) O projeto foi executado? Porque?
- 11) Existe algum documento ou arquivo que possa comprovar todas essas informações?
- 12) E qual sua opinião sobre o projeto de reurbanização do bairro?
- 13) E qual a sua opinião sobre o projeto de mudança da população para outro local?
- 14) Na sua opinião, um projeto urbano de reurbanização melhoraria a dinâmica sócio espacial do bairro? (E auxiliaria na execução das atividades desta entidade ou deste comércio? Porque?)

Parte IV – Comércio e serviço

- 15) Qual é o tipo do seu comércio (e/ou serviço)?
- 16) Qual a quantidade média de pessoas que utilizam seu comércio (e/ou serviço) diariamente?
- 17) Quais os produtos (e/ou serviços) que possuem maior demanda aqui no bairro?
- 18) Qual o faturamento médio mensal?

APÊNDICE A – Formulários de entrevistas (conclusão)

- 19) Seu estabelecimento já sofreu assalto ou algum tipo de depreciação?
- 20) Na sua opinião o tráfico de tóxicos atrapalha, ajuda ou não possui nenhuma influência em relação ao seu comércio (e/ou serviço?)

Parte IV – Serviço público (cras/psf/creas/fica-vivo/polícia militar)

- 21) Horário de funcionamento: () Dias da semana () Horas por dia
- 22) Quantas pessoas hoje trabalham nesta entidade? (Quais os tipos de profissionais?)
- 23) Quais são os serviços oferecidos por esta entidade a população residente no bairro Cidade Cristo Rei? E qual a periodicidade?
- 24) Qual o quantitativo médio mensal do público atendido no bairro?
- 25) A presente entidade realiza visitas domiciliares ao bairro?
- 26) A presente entidade possui infraestrutura totalmente adequada para prestar os serviços? Ou poderia melhorar em algum aspecto?
- 27) Existe uma boa relação entre os profissionais desta entidade e a população do bairro? Porque?
- 28) Quais são as principais dificuldades em realizar as atividades já descritas? E porque?
-

**APÊNDICE B – Mini-projeto de implantação de coleta seletiva e educação ambiental
(2016) (continua)**

Guilherme Henrique de Oliveira Fonseca

**MINI-PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE COLETA
SELETIVA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PILOTO
EM ENTIDADES NA CIDADE DE MONTES CLAROS**

**MONTES CLAROS – MG
2013**

**APÊNDICE B – Mini-projeto de implantação de coleta seletiva e educação ambiental
(2016) (continua)**

1. INTRODUÇÃO

O geógrafo francês Jean Gottman, conhecido mundialmente por seus estudos nas áreas urbanas de grandes megalópoles, referiu-se à época atual como “Era do lixo”. Waldman (2007), evidencia que a produção e composição do lixo reflete a situação sócio-histórica da sociedade. A instalação adequada, o espaço físico ocupado, a poluição visual e a proliferação de doença são problemas relacionados aos resíduos sólidos (SANTOS *et al.*, 2004).

De acordo com pesquisas realizadas no ano de 2012 pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), o Brasil produziu neste mesmo ano cerca de 62.730.096 toneladas de resíduos sólidos. Com uma produção crescente de lixo, dados da Abrelpe revelaram que a produção de lixo no Brasil cresceu cerca de 1,3% de 2011 para 2012, e uma produção per capita que girava em torno 381,6 quilos em 2011 subiu para 383,2 quilos em 2012. Ainda segundo pesquisa, cerca de 40% dos resíduos sólidos urbanos (cerca de 24 milhões de toneladas) contam com destino inadequado, configurando municípios brasileiros possuem como destinação final dos resíduos sólidos os vazadouros a céu aberto, também conhecidos como “lixões”, além dos aterros controlados.

No Estado de Minas Gerais, a destinação inadequada dos resíduos sólidos possui um percentual, cerca de 36%, um pouco menor do que o percentual do país (40%), mas este dado não deixa de ser preocupante, conforme ilustra a Figura 1 a seguir:

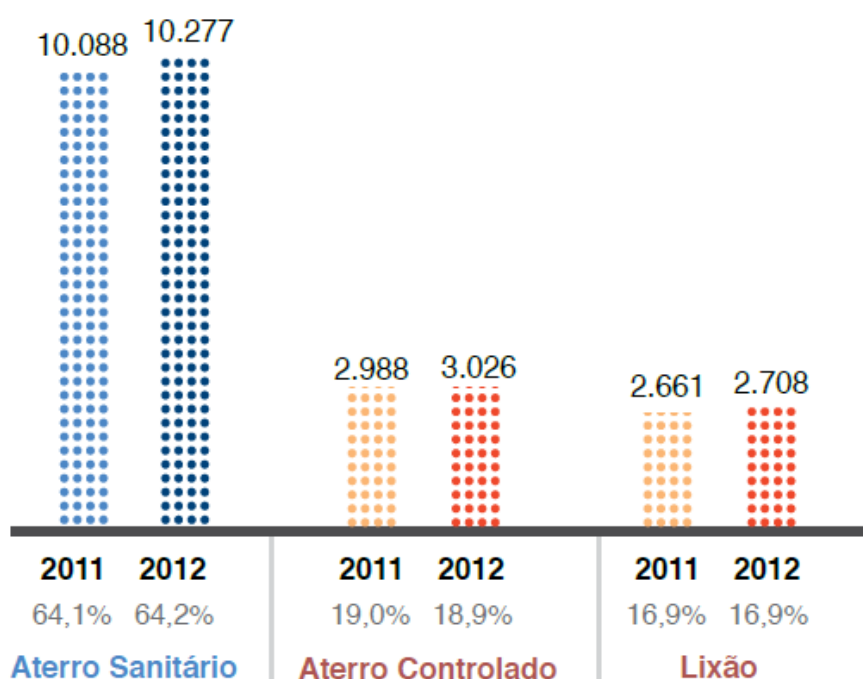


Figura 1: Destinação Final de RSU no Estado de Minas Gerais (t/dia) – Fonte: ABRELPE, 2012.

**APÊNDICE B – Mini-projeto de implantação de coleta seletiva e educação ambiental
(2016) (continua)**

No que tange a resíduos sólidos urbanos (RSU) gerados no Brasil, o atual sistema de coleta recolhe mais de 55 milhões de toneladas de lixo por ano em todo o país. Deste total, pouco menos de 32% é composto de lixo reciclável, conforme mostra a Figura 2, a seguir.

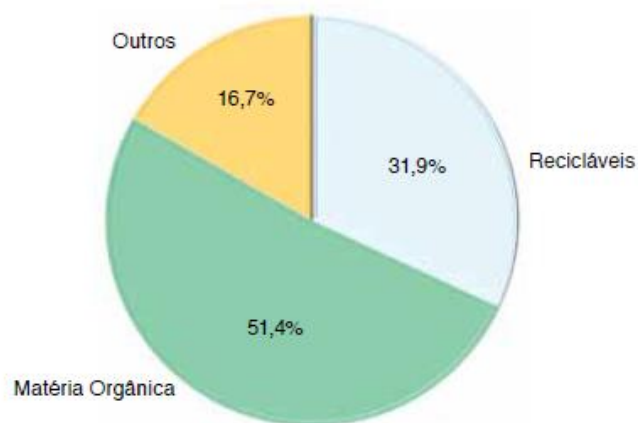


Figura 2: Composição Gravimétrica do RSU no Brasil - Fonte: Plano Nacional de Resíduos Sólidos - Versão pós Audiências e Consulta Pública para Conselhos Nacionais (Fevereiro/2012)

Apesar de a maior parte das cidades brasileiras possuir sistema de coleta de lixo, não se pode considerar resolvida a problemática a ele relacionada, uma vez que considerados impactos são gerados nos locais onde ocorre a disposição final. A superlotação dos aterros tem levantado uma série de questionamentos na atualidade, sem mencionar questões sociais, econômicas e de ordem sanitária. Com isso, os principais meios para redução dos resíduos são a redução na fonte, reutilização e reciclagem (SANTOS *et al.*, 2004). Neste contexto, a reciclagem além de resultar em redução das áreas de demanda para aterros é uma alternativa viável para preservação dos recursos naturais, economia de energia, geração de emprego e renda (O'LEARY *et al.*, 1999).

O Brasil está entre os países do mundo que mais reciclam. Este fato deve-se a grande classe de trabalhadores de baixa renda que tem encontrado na coleta e venda de materiais recicláveis uma fonte de renda (SANTOS *et al.*, 2004). Segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010, a reciclagem consiste no processo de transformação de resíduos através de alterações em suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, para transformação destes em novos insumos ou produtos. Em 2012, cerca de 60% dos municípios apresentaram alguma iniciativa quanto à coleta seletiva no Brasil, embora estas atividades muitas vezes se limitam a disponibilização de pontos de entrega voluntária ou parcerias e convênios com cooperativas de catadores, não abrangendo a totalidade do território ou da população do município (Figura 3) (ABRELPE).

**APÊNDICE B – Mini-projeto de implantação de coleta seletiva e educação ambiental
(2016) (continua)**

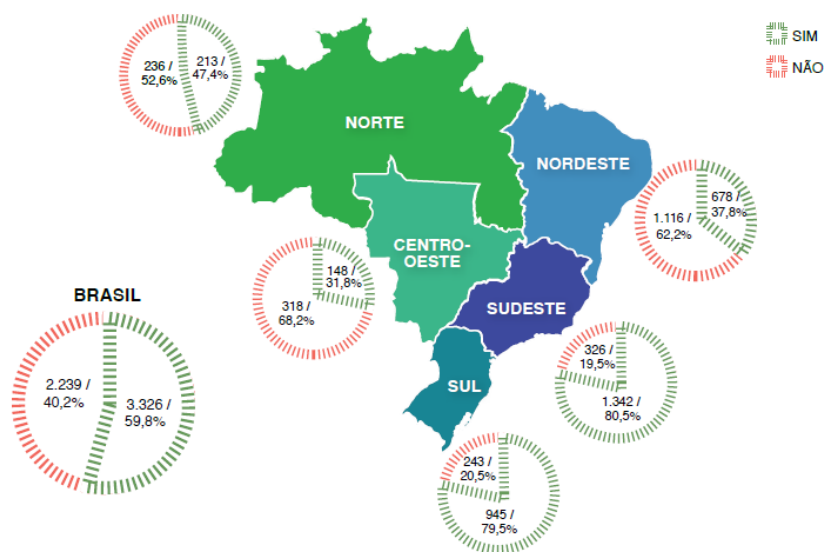


Figura 3: Iniciativas de Coleta Seletiva nos Municípios em 2012 – Regiões e Brasil *Fonte:* ABRELPE, 2012

O panorama acima apresentado é preocupante. Apesar do índice de 58% dos resíduos sólidos apresentarem uma destinação final adequada, no ano de 2012, houve um aumento na destinação inadequada (Figura 4), que cresceu, e hoje totaliza cerca de 24 milhões de toneladas (ABRELPE, 2012). Este resultado evidencia ainda mais a necessidade de implantação de programas de coleta seletiva e reciclagem no país, pois além de dar destinação correta ao resíduo constitui uma forma de explorar o seu valor agregado.

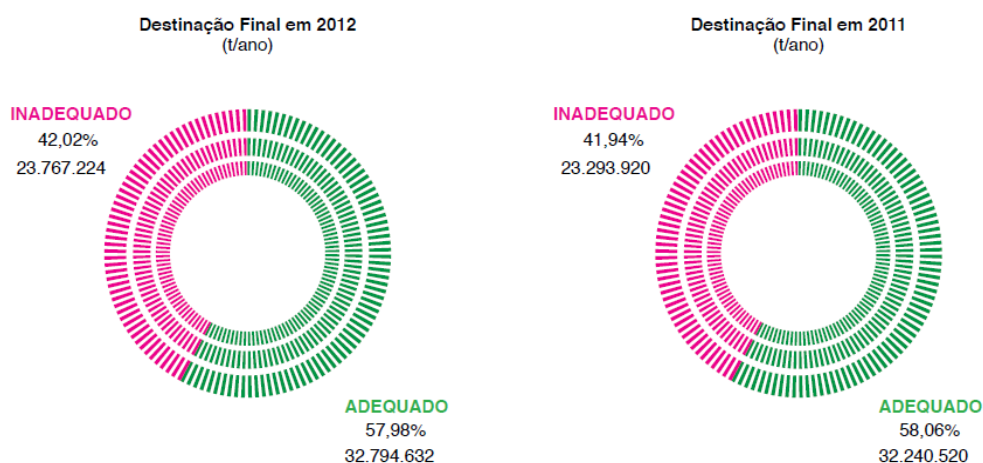


Figura 4: Destinação final dos RSU Coletados no Brasil *Fonte:* ABRELPE, 2012

Dentre os materiais que são reciclados no Brasil destacam-se quatro principais: alumínio, papel, plástico e vidro. A Figura 3 apresenta índices de reciclagem de cada um destes materiais de 2009 a

**APÊNDICE B – Mini-projeto de implantação de coleta seletiva e educação ambiental
(2016) (continua)**

2011, segundo dados da ABRELPE de 2012. Destacam-se como de potencial interesse econômico o alumínio, com os índices referentes a latas, e o plástico com os índices referentes ao PET.

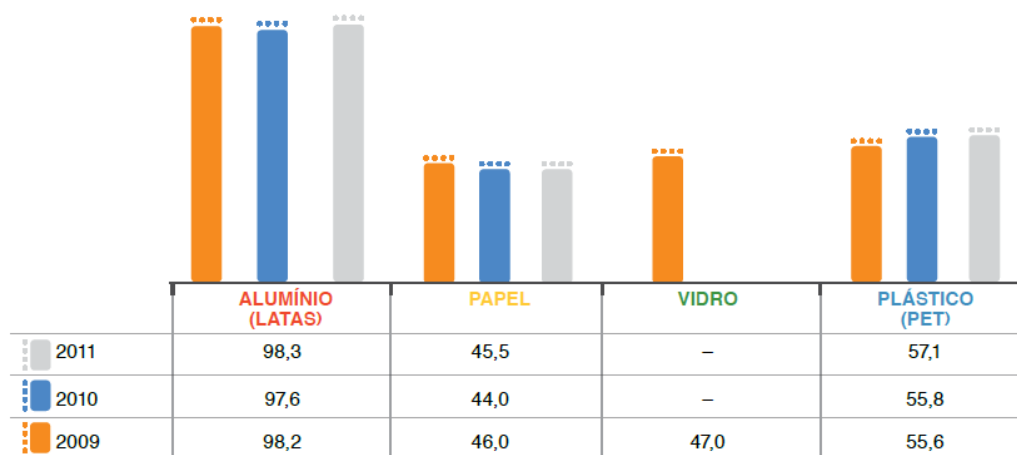


Figura 5: Reciclagem de Alumínio, Papel, Plástico e Vidro de 2009 a 2011 (%) *Fonte: ABRELPE, 2012*

Segue abaixo uma relação contendo dados relativos a cadeia produtiva e reciclagem do alumínio, do papel e do plástico, segundo a ABRELPE (dados mais recentes):

Alumínio

Cadeia produtiva: Produção de alumínio primário no Brasil atingiu a marca de 1.436 mil toneladas. Quantidade similar à produzida em 2011 que foi de 1.440 mil toneladas.

Reciclagem: O dado mais recente mostra que, em 2011, o Brasil reciclou 473 mil toneladas de alumínio, correspondente a 36,4% do consumo doméstico registrado no período (base 2010).

Papel

Cadeia produtiva: Em 2012, a produção de papel no Brasil foi cerca de 10,2 milhões de toneladas.

Reciclagem: A reciclagem anual de papéis é obtida pela divisão da taxa de recuperação de papéis recuperáveis (com potencial de reciclagem) pela quantidade total de papéis recicláveis consumidos no mesmo período. Em 2011, o Brasil registrou uma taxa de recuperação de 45,5%.

Plástico

Cadeia produtiva: Em 2011, o consumo aparente de plásticos atingiu a quantidade de 6.894 mil toneladas representando um crescimento de cerca de 11% em relação a 2010.

Reciclagem: A reciclagem de PET apresenta uma curva crescente. Em 2011, atingiu o patamar de 57,1%.

APÊNDICE B – Mini-projeto de implantação de coleta seletiva e educação ambiental (2016) (continua)

1.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

“...são muito tímidos os estímulos de parte das autoridades a favor da coleta seletiva e da reciclagem, o que reflete nos limitados índices revelados por essas atividades, que apesar do esforço da população, pouco avançaram nessa última década, mostrando que o modelo desenvolvido até agora precisa ser repensado” (ABRELPE, 2012). A partir desta conclusão, novas propostas e iniciativas devem ser pensadas, a fim de universalizar as questões relativas a coleta seletiva e reciclagem, principalmente, a nível local e regional. Neste contexto, a educação ambiental representa uma grande ferramenta capaz de gerar uma nova consciência ambiental para implantação de programas de coleta seletiva.

Uma pessoa gera durante sua vida uma média de 25 toneladas de lixo (UNICEF, 1995), uma verdadeira montanha de restos de comida, vidro, papel, plástico (DAMAZIO e SAMPAIO, 2003). “Apesar de produzir essa quantidade de resíduos, a maioria das pessoas acha que basta colocar o lixo na porta de casa e os problemas acabam-se. Grande engano, os problemas estão só começando, apesar de se afastarem do alcance das vistas das pessoas” (DAMAZIO e SAMPAIO, 2003. p. 59). Uma mudança de cenário só é possível com uma nova cultura ambiental, que não é de responsabilidade do governo, mas que depende da conscientização de cada um como indivíduo e parte da sociedade (DAMAZIO e SAMPAIO, 2003).

Existem três abordagens para se considerar com o objetivo de solucionar questões ambientais, a fim de promover a sustentabilidade e melhorar a qualidade de vida: ampliação do conhecimento científico, desenvolvimento de tecnologias, e por fim, a “mobilização do público, autoridades, professores, estudantes, administradores, **através de programas conscientes de educação ambiental e de educação sanitária**”, afirma o Prof. Dr. José Galizia Tundisi, Presidente do Instituto Internacional de Ecologia. A Educação Ambiental consiste em uma prática a ser pensada a partir do lugar onde as pessoas vivem, com todas as suas contradições (ESQUEDA *et al.*, 2003). “A Educação Ambiental não deve ser entendida como uma disciplina; trata-se de uma perspectiva de ação, de uma mudança de mentalidade, um movimento onde todos os habitantes do planeta devem estar envolvidos” (ESQUEDA *et al.*, 2003, p.73).

1.2. A SITUAÇÃO ATUAL DO MUNICÍPIO

Segundo o IBGE (2011), o município de Montes Claros, que ocupa uma área de 3.568,935 km², apresenta uma população total de 361.915 habitantes. A cobertura de coleta seletiva com a finalidade de reciclagem está dentro dos 10% no município (CEMPRE, 2010).

**APÊNDICE B – Mini-projeto de implantação de coleta seletiva e educação ambiental
(2016) (continua)**

A Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização (ESURB) é responsável por executar obras e serviços de urbanização de Montes Claros, bem como executar os serviços de coleta de lixo domiciliar e hospitalar e realizar os serviços relacionados à sua destinação final.

Serão tomados como referência dados da coleta municipal para o mês de Julho de 2011 - dados mais recentes adquiridos.

A quantidade de lixo coletado neste mês foi de 3.000.170 kg, com uma média diária de 96.779,7 kg; os dados incluem coletas realizadas em 35 distritos, sendo quatro localizados no entorno da região: São Pedro (com uma única coleta), Nova Esperança (com coletas regulares), Miralta e Lagoinha.

2. OBJETIVOS

2.2. OBJETIVO GERAL

Este projeto tem como objetivo aplicar um programa de Educação Ambiental e projeto-piloto de coleta seletiva nas escolas públicas e particulares e/ou em entidades que se disponibilizam a receber materiais recicláveis.

2.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar palestras sobre Educação Ambiental e Coleta Seletiva em escolas e/ou entidades;
- Promover a conscientização ambiental para população através de palestras e reuniões;
- Monitorar a geração de resíduos com potencial para reciclagem em escolas públicas e privadas e/ou entidades durante o mês combinado previamente com as mesmas;
- Implantar coleta seletiva nas escolas e/ou entidades através de recipientes de estrutura metálica compartimentadas para receber os materiais;
- Monitorar mensalmente a geração de resíduos em todos os pontos de coleta através do formulário de monitoramento;
- Revender o material segregado para empresas regionais especializadas na reciclagem de cada material e destinar os lucros para manutenção e ampliação do projeto-piloto (ou encaminhar todo o material aos cuidados de departamentos específicos da prefeitura de Montes Claros para que a mesma realize a destinação e repartimento de lucros ou incentivos fiscais aos moradores participantes do projeto-piloto);
- Reduzir a quantidade de resíduos destinados ao aterro municipal de Montes Claros.

**APÊNDICE B – Mini-projeto de implantação de coleta seletiva e educação ambiental
(2016) (continua)**

3. METODOLOGIA

O projeto será realizado em duas etapas, a primeira consiste na aplicação da educação ambiental nas escolas e/ou entidades e será efetivada no primeiro semestre. A segunda etapa será caracterizada pela implementação da coleta seletiva e monitoramento, sendo realizada no segundo semestre.

Educação ambiental – Escolas/Entidades

O projeto de Educação Ambiental abrangerá escolas públicas e particulares da cidade de Montes Claros. A implantação da Educação Ambiental será realizada de acordo com cronograma adotado pela escola em parceria com a equipe de palestrantes voluntários de entidades diversas.

A Educação Ambiental será realizada através de palestras sobre temas relevantes, como Conservação, Biodiversidade, Uso Sustentável dos Recursos Naturais, Reciclagem e Coleta Seletiva e também distribuição de material didático como cartilhas sobre coleta seletiva.

Podem ser realizadas oficinas de reciclagem e reuniões com moradores de bairros afim de aplicar os princípios ecológicos explorados nas palestras. Estas atividades acontecerão no espaço físico das escolas ou entidades parceiras e poderão ser realizadas em uma única semana que pode ser incluída na agenda semanal da escola/entidade através de um evento ambiental.

Educação ambiental - Conscientização

A população das residências, estabelecimentos comerciais e empreendimentos, localizada na região onde as escolas ou entidades estão inseridas, serão alcançadas em um trabalho de conscientização ambiental nas residências, como uma forma de ampliação do projeto. Os próprios alunos ou participantes serão mobilizados para esta etapa do projeto de acordo com a disponibilidade de cada instituição. Para realizar estas atividades os mesmos materiais didáticos empregados na etapa anterior serão utilizados a fim de o elo escola/entidade-aluno/participante-sociedade.

Implantação da coleta seletiva

Após a realização da etapa de Educação Ambiental através de reuniões, oficinas e palestras, serão implantados os coletores nas escolas/entidades. O coletor consistirá em uma estrutura metálica qualquer. O projeto dará enfoque à coleta seletiva do plástico (em especial do PET), alumínio, papel e papelão provenientes das escolas.

**APÊNDICE B – Mini-projeto de implantação de coleta seletiva e educação ambiental
(2016) (continua)**

O layout dos coletores e suas especificações podem ser implementados conforme a Figura 6. A estrutura pode ser de aço galvanizado ou não, e podem ter áreas destinadas pra divulgação de possíveis patrocinadores.



No caso de escolas parceiras deste projeto, será de responsabilidade da mesma recolher os materiais provenientes de seus próprios alunos. Uma das formas de realizar tal procedimento seria disponibilizar lixeiras dentro de cada sala da escola. Tais lixeiras podem ser confeccionadas pelos próprios alunos em oficinas educacionais, a fim de potencializar a conscientização ambiental entre t

Monitoramento da geração de res

Conforme a aceitação e adesão dos moradores dos bairros, as próprias escolas/entidades parceiras poderão funcionar como locais que recebem os materiais recicláveis dos bairros onde estão inseridas, facilitando, desta forma, a logística de entrega dos resíduos pelos moradores.

Para tal, deve ser implantado na entidade/escola quatro coletores metálicos com amplas dimensões diversas (por exemplo, tambores metálicos) com pelo menos um mês de antecedência ao início das palestras educativas. Esta implantação inicial de coletores servirá para um monitoramento da quantidade de resíduos coletados, bem como uma projeção de resíduos gerados semanalmente nos bairros onde situam-se as entidades/escolas.

Tais dados são importantes para realizar melhorias a dinâmica de monitoramento dos resíduos. Preferencialmente, a escola/entidade deve possuir um espaço aberto e amplo o suficiente para disponibilizar tais receptores metálicos. A estrutura dos coletores será fixada ao solo em uma área de maior visibilidade dentro das instituições, com o intuito de auxiliar a conscientização ambiental através do contato visual.

Figura 6: Modelo de coletor de Alumínio, Papel e Plástico em aço

**APÊNDICE B – Mini-projeto de implantação de coleta seletiva e educação ambiental
(2016) (continua)**

O monitoramento poderá ser realizado através do formulário de monitoramento e balança medidora, no qual serão descritos a quantidade e o tipo de lixo reciclável depositados, além disso, informações como nome e endereço do depositante também serão anotados com o intuito de realizar rastreamento e cadastramentos para possíveis incentivos fiscais.

Esse monitoramento poderá ser feito por um integrante da escola/entidade ou por um voluntário, que nos dias pré-determinados receberão e realizarão o monitoramento dos materiais recicláveis. Ainda existe a possibilidade de equipar e instruir catadores informais a realizar tal monitoramento em casas dos bairros inclusos neste mini-projeto.

Monitoramento do projeto

Com implantação dos coletores e a efetivação da coleta seletiva, a geração de resíduos pelas escolas/entidades poderá ser monitorada mensalmente por uma rede voluntários ou por uma comissão de participantes destinadas para este fim. Os números relativos à coleta e venda do material ou repasse para departamento da prefeitura serão analisados em relatório mensal ou bimestral entregue as escolas/entidades ou aos voluntários. Essa etapa pode ser realizada por voluntários de diversas entidades ou por moradores dos bairros.

Periodicamente, uma tabela de dados (Formulário de Monitoramento) deverá ser preenchida. Neste formulário serão registradas informações como: descrição do resíduo, peso do resíduo, dias de estocagem, endereço do ponto de coleta, data/hora da coleta e o nome do responsável pelo preenchimento, e dados do depositante.

Desta forma, um banco de dados mensal possibilitará o cálculo da quantidade dos resíduos coletados, conseqüentemente, um relatório de faturamento financeiro será gerado. As informações da tabela possibilitarão, ainda, o rastreamento dos resíduos sólidos urbanos. Essa é uma ferramenta essencial para obter informações rápidas e coerentes de cada região onde os pontos de coleta estiverem localizados.

Tais informações estarão disponíveis para as entidades e instituições parceiras do projeto, criando um diálogo entre as partes que possibilitará a adesão de ideias e sugestões para melhoria contínua do projeto. Além disso, tal formulário poderá funcionar como um filtro para possíveis incentivos fiscais por parte da prefeitura concedido aos moradores que aderirem a coleta seletiva semanal e periódica.

**APÊNDICE B – Mini-projeto de implantação de coleta seletiva e educação ambiental
(2016) (continua)**

Tabela 1 – Formulário de Monitoramento (continua)

Descrição Resíduo	Alumínio	Papel	PET
Peso (KG)			
Dias de estocagem			
Nome do depositante:			
Endereço da residência:			
Data: ___/___/___		Horário: ___:___ hs	
Ponto de coleta			
Rua: _____		Nº: ___	Bairro: _____
Monitor Responsável: _____			

Revenda ou encaminhamento dos resíduos

Em cada ponto de coleta, todo resíduo reciclável estocado nos receptores será coletado separado uma ou duas vezes ao mês, conforme a quantidade do resíduo gerado. Estes materiais serão vendidos para empresas de reciclagem existentes em Montes Claros ou encaminhados a departamentos responsáveis na prefeitura de Montes Claros. No caso de revenda, a coleta será realizada pela própria empresa especializada em reciclagem que disponibilizará profissionais para este fim. Também será de responsabilidade da empresa disponibilizar o veículo para transportar o material até o destino final. O mesmo se aplica para o departamento coletor da prefeitura.

Na cidade de Montes Claros, há, pelo menos, três empresas especializadas neste serviço. Na Tabela 2 (abaixo) estão disponíveis os tipos de materiais reciclados e seus respectivos preços.

Tabela 2 – Tabela de preços (2012)

Material reciclável	Preço (Kg)	Empresa A	Empresa B	Empresa C
Cadernos e Livros	R\$ 0,10	√	-	-
Ferro	-	√	-	-
Latas de alumínio	R\$ 2,60	√	√	√
Papel	R\$ 0,10	√	√	-
Papelão	R\$ 0,15	√	√	-
Pet	R\$ 0,80	√	√	-
Plástico translúcido	-	√	√	-

APÊNDICE B – Mini-projeto de implantação de coleta seletiva e educação ambiental (2016) (continua)

Através dos resultados obtidos nesta tabela observa-se que a empresa “A” recebe todos os materiais recicláveis descritos, portanto, esta empresa é a mais qualificada para receber os resíduos gerados. As informações da empresa “A” não foram publicadas neste texto com o propósito de preservá-la.

Toda verba adquirida com a revenda dos materiais recicláveis será destinada para a manutenção do monitoramento mensal dos resíduos gerados, para a ampliação do projeto em bairros e escolas onde ainda não há alcance e para a conscientização ambiental dos estudantes e população por meio de materiais educativos, palestras e mobilizações locais.

4. RESULTADOS ESPERADOS

Dados do CEMPRE de 2011 revelaram que aproximadamente 442 municípios brasileiros, em 2010, possuíam programas de coleta seletiva, incluindo o município de Montes Claros. Apesar do aumento que houve no número de municípios atendidos por coleta seletiva que em 1994 era de 81, a cobertura local não ultrapassa os 10% e hoje abrange uma população de 22 milhões de pessoas (CEMPRE, 2011).

Pretende-se com a implantação do projeto reforçar o exercício da cidadania A construção de estruturas metálicas, que funcionam como receptores de resíduo sólido reciclável, estabelecidas estrategicamente nas escolas parceiras, visa reduzir o percurso utilizado pelos automóveis coletores, logo, o custo da coleta seletiva é baixo, tornando o projeto mais lucrativo.

Todo material coletado será destinado para os respectivos pontos de recebimento, onde o processo de reciclagem será iniciado, conforme a composição e tipo de cada material. Portanto, com o custo baixo, a margem de lucro das vendas destes resíduos possibilitará a ampliação do projeto para universidades, shoppings e bairros da cidade de Montes Claros, aumentando assim a população atendida.

A construção de um aterro sanitário para atender a população de Montes Claros, quase 400.000 habitantes, gira em torno de 7 milhões de reais. A vida útil de um aterro como este dura em média 20 anos. A vantagem mais importante deste projeto-piloto se dá pela redução da quantidade de lixo recolhido pelo sistema de coleta neste bairro, que pode chegar aproximadamente a 30% a menos de lixo gerado diariamente. Isto implica que menos lixo será destinado ao aterro sanitário, aumentando assim a vida útil deste.

Com a ampliação deste projeto para todos os bairros da cidade e alcançando redução do lixo recolhido em 30%, a vida útil do aterro pode aumentar em até 6 anos, isto equivale a uma economia de 2,1 milhões de reais na construção do aterro sanitário.

**APÊNDICE B – Mini-projeto de implantação de coleta seletiva e educação ambiental
(2016) (conclusão)**

5. REFERÊNCIA

- ABRELPE, Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2012**. Edição especial de 10 anos.
- CEMPRE.COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM 2011.
Disponível em: <http://www.cempre.org.br/ciclosft_2010.php>. Acesso em: 16 de outubro de 2011.
- DAMASIO, M. L. L.; SAMPAIO, A. C. **As representações sociais do lixo: subsídio para a educação do consumidor**. In: TALAMONI, J. L. B.; SAMPAIO, A. C. Educação Ambiental da prática pedagógica à cidadania. Escrituras Editora, 2003, 110 p.
- ESQUEDA, M. D.; LEÃO, A. L.; REIS, M. F. C. T. **A problemática dos resíduos sólidos urbanos e a educação ambiental**. In: TALAMONI, J. L. B.; SAMPAIO, A. C. Educação Ambiental da prática pedagógica à cidadania. Escrituras Editora, 2003, 110 p.
- IBGE.PESQUISA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO 2008. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>.
- IBGE.PESQUISA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO 2011. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 16 de outubro de 2011.
- SANTOS, A. S. F.; AGNELLI, J. A. M. A.; MANRICH, S. **Tendências e desafios da reciclagem de embalagens plásticas**. Polímeros: ciência e tecnologia, v. 14(5), p. 307-312, 2004.
- WALDMAN, M. **Lixo eletrônico: resíduo novo e complexo**, paper apresentado no II Fórum Municipal de Lixo e Cidadania, Poços de Caldas (MG). 2007.
- GUELBERT, T. F.; GUELBERT, M.; CORREA, M.; LESZCZYNSKI, S. A. C.; GUERRA, J. C. C. **A embalagem PET e a reciclagem: uma visão econômica sustentável para o planeta**. In: Anais do XXVII encontro de engenharia de produção (ENEGEP). Foz do Iguaçu, PR, 2007.
- MESTRINER, F. **Desing de embalagem**. 2ed. Pearson Education: São Paulo, 2002.
- SPINNACÉ, M. A. S.; PAOLI, M. A. **Tecnologia da reciclagem de polímeros**. Quim. Nova, v. 28(1), p. 65-72, 2005.
- UNICEF, 1995. O município em defesa da infância e da adolescência. Brasília, 40 p.
- WURMEISTER, F. Carrinho elétrico ajuda a ampliar coleta seletiva, 2008. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/>

ANEXO E – Sentença desapropriação indireta devido invasão, 2001. (Continua)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Trata-se de ação de indenização, formulada por JOAQUIM FIDÊNCIO DE FREITAS e OUTROS contra o MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS, qualificados alhures, em suma, ao fundamento de que os Autores são legítimos senhores de uma gleba com a área de 94.751,25 m², localizada no "Alto de São João", nesta cidade, conforme seus títulos dominiais caracterizados na inicial.

Que a Conferência Cristo Rei, da Sociedade de São Vicente de Paulo, veio a adquirir a área de 27.860 m², dentro do aludido terreno.

Que não mais interessando o estado de comunhão os Autores aforaram uma Ação Demarcatória; e que enquanto esta tramita, o Réu propôs, apenas contra a Conferência Cristo Rei, duas Ações Expropriatórias, todavia, entretantes, a área remanescente dos Autores descrita e caracterizada na inicial, somando 106.711,25 m², foi totalmente invadida e ocupada por terceiros.

Que a invasão foi fomentada pela Ré, cujo Prefeito Insufiou a População a fazê-lo, com promessas eleitorais de posterior regularização da situação, como apurou-se em Inquérito policial instaurado, conforme cópias anexas.

Que o Município-Réu, com sua conduta singular, criou uma situação social definida na Lei n^o 4.132/62, que dispõe sobre os casos de desapropriação

193

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

por interesse social, pelo que deve ser condenado indenizar aos Autores pelo terreno invadido e ocupado por mais de uma centena de famílias, razão do pedido.

Veio a inicial instruída com os documentos de fls. 10/81.

O Município-Réu contestou o pedido, sustentando, preliminarmente, a carência de ação, afirmando a sua ilegitimidade passiva, porque, conforme os dizeres dos próprios Autores, a invasão do terreno foi praticada por terceiros.

No mérito, sob os mesmos argumentos, pede a improcedência do pedido.

O processo teve instrução regular, afinal, as partes reproduziram os seus pronunciamentos anteriores, através dos debates orais, tendo ilustre Dr. Promotor Oficiante opinado pela procedência do pedido.

Assim relatados, DECIDO:

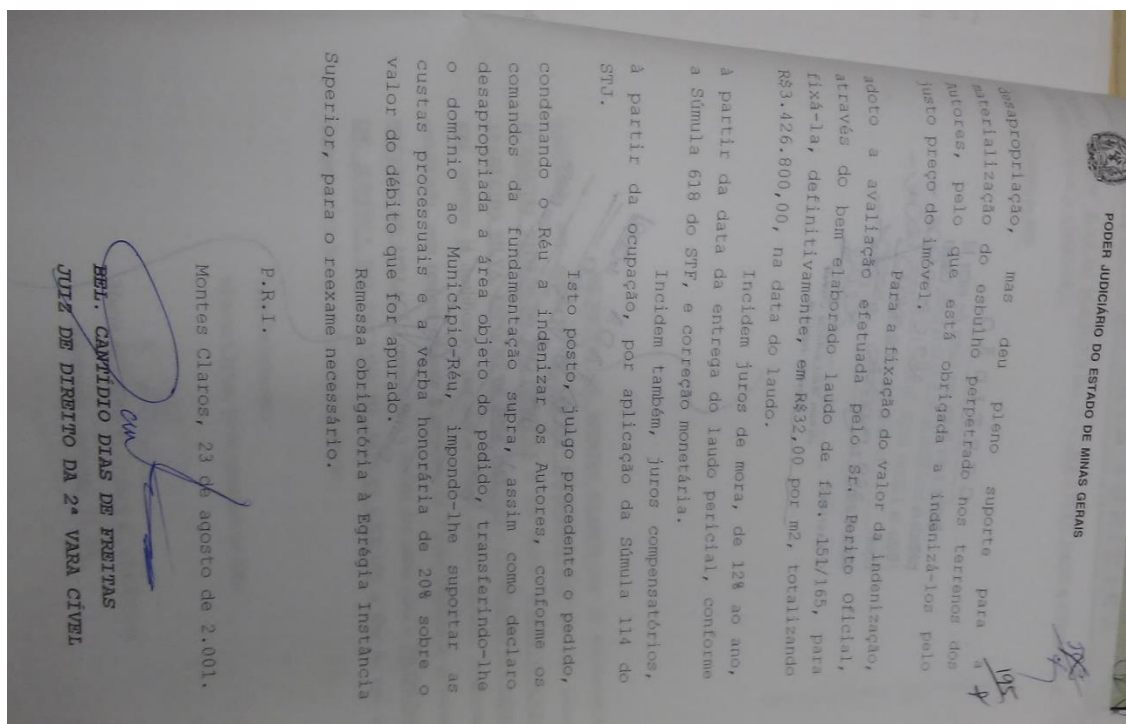
A preliminar suscitada confunde-se com o mérito, por isso será analisada conjuntamente com essa matéria de fundo.

Os autos noticiam que houve, de fato, a ocupação do imóvel dos Autores, por inúmeras famílias carentes, as quais fixaram residência no mesmo, de forma desordenada, com a plena convicência do Poder Público Municipal, que permitiu indevidamente a formação do afavelamento do local, tanto que autorizou a instalação da rede elétrica e hidráulica, a fim de atender a população carente, com o que, efetivamente, criou a situação de interesse social prevista na Lei Federal n^o 4.132, de 10 de setembro de 1.962, em seus arts. 1^o e 2^o, que definem tal situação e a respectiva desapropriação.

Conforme bem salientou o Ministério Público Oficiante, o Município-Réu só não decretou a

201

ANEXO E – Sentença desapropriação indireta devido invasão, 2001. (Conclusão)



ANEXO F – Regimento Interno da Escola Estadual Coronel Filomeno Ribeiro, 2016.



1 - HISTÓRICO

A Escola Estadual Coronel Filomeno Ribeiro, Tipologia R 045C3, identificada sobre o número 81.604-4, foi criada no ano de 1959 e instalada nas terras das mes de junho do mesmo ano, por ato do ano de 1959 e instalada nas terras das de Aguiar Maciel, sobre o Decreto Nº 5.589, com a denominação de Grupo Escolar Coronel Filomeno Ribeiro, em homenagem ao Chefe Político e Benemérito desta cidade, o Coronel Filomeno Ribeiro, tendo como então Prefeito Municipal, Dr. Símeão Ribeiro, e avô do ex Prefeito Marcos Ribeiro.

No dia 31 de julho de 1959, o Senhor Secretário da Educação designou como diretora do estabelecimento a professora Iza Bittencourt Cardoso. As aulas tiveram início aos 08 dias do mês de setembro do mesmo ano, havendo oito classes distribuídas em dois turnos, com o total de 357 alunos. Computa-se o corpo da escola de uma diretora, oito professores regentes e duas serventes.

No ano de 1980, foram inauguradas a Biblioteca Vicente Guimarães e a Caixa Escolar Landelina Ribeiro, Maria, registrada atualmente no CNPJ sob o número 19122365/0001-17. Na mesma época, criou seu pelotão de saúde sob o nome de Pelotão de Saúde Dr. Hermes de Paula.

Aposentando-se a Dona Iza Bittencourt Cardoso, aos 10 de julho de 1982, substituíram-na sucessivamente as professoras: Maria José da Cruz Dias, Izanilde Oliveira Palma, e Maria José Borges Lessa. Aos 07 dias de novembro de 1983, tornou posse como diretora a professora Francis Cardoso de Oliveira Vargas, que administrou a escola até o dia 23 de janeiro de 1992.

Aos 21 dias do mês de fevereiro de 1992, deuse o exercício, retroativo a 24 de janeiro do mesmo ano à Yara Pires Gonilo, nomeada nos termos do artigo 14, inciso II, da Lei 869, de 05 de julho de 1992, para exercer o cargo de Comissário de Direção, Classe III, grau "C", neste estabelecimento de ensino conforme publicação de Diário Oficial de 18 de janeiro de 1992, página 17, coluna 02. No dia 24 de junho de 1994, assumiu o cargo de Diretora a professora Mirtes Athayde Alkmin, sendo substituída pela professora Gláucia Maria Vasconcelos Silva no dia 31 de janeiro de 1997. A professora Gláucia Maria Vasconcelos Silva iniciou sua função como diretora no dia 12 de janeiro de 2000, sendo reeleita em 29 de abril de 2004.

Em 2011, o cargo de eleição foi realizada em conformidade com a Legislação e Cronograma da SEE, sendo eleito o professor Jairo Fernandes de Sousa através de chapa única, foi nomeado no dia 21/07/2012 para exercer o cargo de Diretor.

A Escola Estadual Coronel Filomeno Ribeiro funciona no prédio construído e inaugurado em 1989, sendo que várias reformas e novas construções foram agregadas ao prédio.

No presente ano a Escola Estadual Coronel Filomeno Ribeiro - R 045C3, conta com 23 turmas do Ensino Fundamental, Ensino Médio, Pós-Médio e curso Técnicos de PRONATEC, funcionando no prédio construído e inaugurado em 1989.

A Escola Estadual "Coronel Filomeno Ribeiro" possui o seguinte perfil: Fins da Escola Fundamental do 1º ao 9º ano, nas modalidades: Regular, Pólo Escola de Tempo Integral (PROETI) e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ensino

Médio Comum, Geral nas modalidades: Regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Pós-Médio Médio e Técnico de PRONATEC, funcionando no prédio construído e inaugurado em 1989.

Comunidade, Administração e Secretariado.

TÍTULO I

DA EDUCAÇÃO

Art. 1º - A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações de sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º - A lei nº 8949/98, disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio de ensino, em instituições próprias.

§ 2º - A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social.

TÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO

Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - Valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - Gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação do sistema de ensino;
- IX - Garantia do padrão de qualidade;
- X - Valorização da experiência extra escolar;
- XI - Vinculação entre a educação escolar e trabalho e as práticas sociais.

CAPÍTULO I

DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 4º - A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

ANEXO G – Decreto nº 752, de 24 de Agosto, 1983.

(0157-2)

PREFEITURA DE MONTES CLAROS

DECRETO Nº 752, de 24 de Agosto de 1984

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Montes Claros, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 77, nº VI, combinado com o Art. 163, letra "d", da Lei Complementar nº 03, de 28 de Dezembro de 1972,

DECRETA :

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, uma área de terreno, medindo 3.945,00 m², parte da quadra situada entre a rua José Ramos e a Praça Itapetinga, no Bairro Alto São João, nesta cidade, de propriedade da Conferência Cristo Rei da Sociedade São Vicente de Paula.

Art. 2º — A área de terrenos supra referida tem a seguinte descrição: "partindo da intercessão do alinhamento da rua José Ramos e da rua Antônio Durães, segue na direção Oeste, numa distância de 17,00 m (dezessete metros), chegando na parte que origina este perímetro; daí, segue na direção Oeste, numa distância de 77,00 m (setenta e sete metros); daí, deflete à direita, no sentido Nordeste, numa distância de 45,00 m (quarenta e cinco metros); daí, deflete à direita no sentido Nordeste, numa distância de 55,00 m (cinquenta e cinco metros), daí, deflete à direita, no sentido Sudeste, numa distância de 9,00 m (nove metros); daí deflete à esquerda, no sentido Nordeste, numa distância de 20,00 m (vinte metros); daí, deflete à direita, na direção Sudeste, numa distância de 56,00 m (cinquenta e seis metros), encontrando o ponto que originou este perímetro. A área contida no perímetro acima descrito é de 3.945,00 m² (três mil e novecentos e quarenta e cinco metros quadrados)".

Art. 3º — A área de terreno, descrita no artigo anterior, destina-se à construção da Escola Estadual "FILOMENO RIBEIRO", no Bairro Alto São João.

Art. 4º — As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta própria, prevista no orçamento vigente desta Prefeitura.

Art. 5º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Montes Claros (MG), 24 de Agosto de 1984.

LUIZ TADEU LEITE
Prefeito Municipal

ROS

TERÇA-FEIRA, 28/8/1984 — Pág. 4

ANEXO H - Promessa de doação do Cartório do 3º Ofício Judicial e Notas, 1985.

(continua)

LIVRO Nº 178-FMS. 122/124. Primeiro traço
Lado de escritura pública de PROMESSA DE
DOAÇÃO, como abaixo se declara:

PAULO ROBERTO ROCHA

PROMESSA DE DOAÇÃO:

Sabam quantos este público instrumento de es-
critura de promessa de doação virem que, aos vinte e seis
(26) dias do mes de fevereiro de mil novecentos e oitenta e
cinco (1.985), nesta cidade de Montes Claros, Estado de Mi-
nas Gerais, em meu Cartório em virtude da distribuição que
me foi feita conforme bilhete nº 38.152, de 08.02.85, perante
mim, Rebelião, compareceram partes justas e contratadas, a
saber: de um lado, como PROMITENTE - DOADOR, a Prefeitura
Municipal de Montes Claros, inscrita no OGC/MF sob o numero
22.678.874/0001-35, neste ato representada por seu Prefeito
Municipal, o Exm. Sr. Luiz Tadeu Leite, brasileiro, casado
estogado, CPF/MF 139.916.806-10, residente e domiciliado nes-
ta cidade; e de outro lado, como COMPROMITENTE - DONATÁRIO,
o Estado de Minas Gerais, neste ato representado pelo Exce-
lentissimo Sr. Dr. Noraldino Rocha Machado, brasileiro, casado,
domiciliado nesta cidade, nos termos da Delegação de Poderes
expedida pelo Excelentissimo Sr. Deputado Luiz Otávio Neta -
Vladares, Secretário de Estado de Administração, que será
adiante transcrita, com poderes especiais para, em nome do
Donatário assinar a presente promessa de doação, conforme es-
torização contida no Decreto n. 16.195, de 04 de abril de
1.974 todos seus conhecidos e das testemunhas adiante nome-
das e assinadas, de que dou fé. E perante as mesmas testemu-
nhas, pelo Promitente - Doador me foi dito, que em virtude
do Decreto Municipal n. 752, de 24.08.84, que declarou de in-
utilidade pública, para fins de desapropriação, foi judicial-
mente imitado na posse provisória de um imóvel constituído

Escrituras - Publico
Reconhecimento de Firma - Publico
Autenticação - Publico

Forum Gonçalves Chaves - Rua Camilo Prates - Montes Claros - Minas Gerais - Brasil

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO JUDICIAL E NOTAS

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO JUDICIAL E NOTAS

Forum Gonçalves Chaves - Rua Camilo Prates - Montes Claros - Minas Gerais - Brasil

pelo imóvel com área de terreno medindo três mil e novecentos e
quarenta e cinco metros quadrados (3.945,00 m²), situado
entre a Rua José Ramos e a Praça Itaperitanga no Bairro "ALTO
SÃO JOÃO" nesta cidade de Montes Claros, Estado de Minas Ge-
rais, com os seguintes limites e confrontações, a saber: por
tudo da intercessão do alinhamento da Rua José Ramos e Alto
n.º Durães, segue na direção Oeste numa distância de 17,00
m. e chegando na parte que origina este perímetro da
Fleche à direita numa distância de 77,00 m. e da
Fleche à direita à direita no sentido Noroeste, numa dis-
tância de 55,00 m. e da Fleche à direita, no sentido Su-
deste, numa distância de 9,00 m. e da Fleche à esquerda,
no sentido Noroeste, numa distância de 20,00 m. e da
Fleche à direita na direção Sudeste, numa distância de 56,00
m. e encontrando o ponto que originou este perímetro, con-
forme autorização contida na Lei Municipal n.º 1.478 de 12.9.
84, para contratar, como na verdade contratado tem com o OGC
promitente, Donatário, Estado de Minas Gerais, a doação pura
e simples do imóvel acima descrito, e que por este instrumen-
to público de promessa de doação, promete e se obriga por
si e seus sucessores, em caráter irrevogável e irretratável,
a assinar e outorgar a escritura definitiva de doação, tão
logo tenha transitado em julgado, a sentença que declarar a
expropriação e tenha sido o Promitente-Doador imitado na pos-
se definitiva do imóvel expropriado. Dito pelo Compromissário
- Donatário, Estado de Minas Gerais, me foi dito, perante
as mesmas testemunhas que aceita para todos os fins de direi-
to em todos os seus termos, esta escritura pública de promes-
sa de doação. Estando assim justos e contratados me pediram
que lavrasse esta escritura em minhas notas, o que fiz por
rta de Estado de Administração de Minas Gerais - Gabinete do
Secretário. OR. GAB/MPA/AS/06-85. DISTRIBUIÇÃO DE PODERES - Re-
solução n.º 16.195, de 4 de abril de 1.974, DEBECO - do Sr.
Dr. Noraldino Rocha Machado, ocupante do cargo de Promotor -
de Justiça no Município de Montes Claros, ocupante do cargo de
pleno poderes para, em nome do Estado de Minas Gerais, assinar
esta Escritura Pública de Promessa de doação que fez no pa-
trâmio estadual a Prefeitura Municipal, referente ao imó-
vel constante da Minuta de Escritura anexa, situada no Distri-
to de (em branco), Município de Montes Claros, podendo o ou-
torçado praticar todos os atos necessários ao perfeito cum -

Escrituras - Publico
Reconhecimento de Firma - Publico
Autenticação - Publico

Forum Gonçalves Chaves - Rua Camilo Prates - Montes Claros - Minas Gerais - Brasil

ANEXO H - Promessa de doação do Cartório do 3º Ofício Judicial e Notas, 1985.

(continua)

PÚBLICAS FORMAS
 Primitivo desta mandado. Dado Fortington, 16 de Janeiro de 1.985. (a.) Juiz Otávio Nota Valadares, Secretário de Estado de Administração - INIS/Impar. - ANTO DE TRANSITO DE POSSE - Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro (1.984) nesta cidade e Comarca de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, em cumprimento do mandado do MM. Juiz de Direito da Comarca de Montes Claros, desobediência requerida por Prefeitura Municipal de Montes Claros, contra Confissão Cristó Rei da Sociedade "São Vicente de Paula" na pessoa do seu representante legal Sr. Afonso Lopes, a 1 sendo após as formalidades legais, limitamos a Prefeitura Municipal de Montes Claros, na posse das e confrontações: um terreno com área de 3.945,00 m², localizado no Alto São João nesta cidade com os seguintes limites: partindo da intersecção do alinhamento da Rua José Ramos e da Rua Antônio Durães, segue na direção oeste, numa distância de 17 m² chegando na parte que origina este perímetro; daí segue na direção oeste numa distância de 77m², daí deflete à direita no sentido nordeste numa distância de 45,100 m², daí deflete à direita no sentido nordeste numa distância de 59,00 m², daí deflete à esquerda no sentido nordeste numa distância de 20,00 m², daí deflete à direita no sentido que originou este perímetro. Para ficar constante o original de justiça pelo emitido e pelas testemunhas Oziel de Jesus (a.) William Betista de Oliveira, Emitido na Posses, Maria do Carmo França Lima (Camélia), Procurador, rida, testemunhas: (a.) Inês de Jesus, DORADO n. 752 de 24 de agosto de 1.984. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação o imóvel que mencionamos. O Prefeito Municipal de Montes Claros, no uso de suas atribuições legais nos termos do Art. 77, III, VI, combinado com o Art. 163, Letra "a", da Lei Complementar n. 03 de 28 de dezembro 1975. DERRATA: Art. 12 - Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, por via embleável no judicial uma área de terreno, medindo 3.945,00 m², parte da quadra situada entre a Rua José Ramos e a Praça Itapetzinga no Bairro Alto São João, nesta cidade, de propriedade da Confissão Cristó Rei da Sociedade São Vicente de Paula, Art. 2º - A área de terreno supra referida tem a seguinte descrição.

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO JUDICIAL E NOTAS

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO JUDICIAL E NOTAS

Forum Goncalves Chaves - Rua Camilo Prates - Montes Claros - Minas Gerais - Brasil

partindo da intersecção do alinhamento da Rua José Ramos e da Rua Antônio Durães, segue na direção oeste, numa distância de oitenta e sete (87) metros, chegando na parte que origina este perímetro; daí segue na direção oeste, numa distância de setenta e sete (77) metros, daí deflete à direita no sentido nordeste, numa distância de quarenta e cinco (45) metros, daí deflete à direita no sentido nordeste, numa distância de cinquenta e cinco (55) metros, daí deflete à direita no sentido sudeste, numa distância de nove (09) metros, daí deflete à esquerda no sentido nordeste, numa distância de vinte (20) metros, daí deflete à direita na direção Sudeste, numa distância de cinquenta e seis (56) metros, encontrando o ponto que originou este perímetro. A área contida no perímetro acima descrito é de 3.945,00 m² (três mil e noventa e quatro e cinco metros quadrados). Art. 3º - A área de terreno, descrita no artigo anterior, destinando-se à construção da Escola Estadual "FLORENO RIBEIRO" no Bairro Alto São João. Art. 4º - As despesas decorrentes desta Decisão correrão à conta própria prevista no orçamento vigente desta Prefeitura. Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Prefeitura de Montes Claros (MG), 24 de agosto de 1.984 (a.) Juiz Federal Leitor Prefeito Municipal. Lei nº 1.478 de 12 de setembro de 1.984. Autoriza o Poder Executivo a transferir a posse do imóvel para o Estado de Minas Gerais e dá outras providências. - A Câmara Municipal de Montes Claros (MG) decreta e em seu sanciona o seguinte: Lei - Artigo 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Estado de Minas Gerais, para construir a Escola Estadual FLORENO RIBEIRO, nesta cidade, a posse do terreno com área de 3.945,00 m², (três mil e noventa e quatro e cinco metros quadrados) parte da quadra situada entre a Rua José Ramos e a Praça Itapetzinga no Bairro Alto São João, de propriedade da Confissão Cristó Rei da Sociedade São Vicente de Paula, declarada de utilidade pública pelo Decreto n. 752 de 24 de agosto de 1.984, publicado no O JORNAL DE MONTES CLAROS, do dia 28 de agosto de 1.984. Artigo 2º - A posse em questão e a propriedade de plena do terreno em referência serão transferidas ao Estado de Minas Gerais, tão logo ocorrer as condições jurídicas para esta transferência. Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. - Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém e dê-la

Forum Goncalves Chaves - Rua Camilo Prates - Montes Claros - Minas Gerais - Brasil

ANEXO H - Promessa de doação do Cartório do 3º Ofício Judicial e Notas, 1985. (conclusão)

REGISTROS D

3
Camilo Spades Schirmer - Tabelião

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO JUDICIAL E NOTAS

Porum Gonçalves Chaves - Prom. Spades Neto Substituto - Marco Ellis França Chamone - Esc. Autorizado - Carlos Romildo Correia do Amaral - Esc. Juramentado

Rua Camilo Prates - Montes Claros - Minas Gerais - Brasil

PÚBLICAS FORMAS
AUTENTICADAS
REGISTROS DE JORNAL

ra.- Prefeitura Municipal de Montes Claros, 12 de setembro de 1.984. (a.) Luiz Tadeu Leite, Prefeito Municipal". BILHETE DE DISTRIBUIÇÃO n. 38.152. Outorgante: Pref. M. de M. Claros. Outorgado: Estado de M. Gerais. Natureza: promessa de doação. Objeto: terreno. Valor: C\$31.560.000. Apresentante: Paulo Roberto. Distribuído ao 3º Ofício. Montes Claros, 08.2.85. (a.) Gabrich.- Depois de escrita esta, eu, Tabelião, a li em voz alta perante eles que a aceitaram, outorgaram e assinam com as testemunhas: José Aluizinho Mendes e Roberto Tadeu Zuba Santana. Eu, Márcio Ellis França Chamone, Escrevente Autorizado a datilografei. Eu, Alvaro Prates Neto, Tabelião Substituto, dou fé, subscrevo e assino em público e raso. Montes Claros, MG., 26 de fevereiro de 1.985. Em testemunho (estava o sinal público) da verdade. Alvaro Prates Neto, Tab. Subst. Luiz Tadeu Leite. P.d.p. Noraldino Rocha Machado. Ta. José Aluizinho Mendes. Ta. Roberto Tadeu Zuba Santana. TRASLADADA E CONFERIDA EM SEGUIDA. Eu, Márcio Ellis França Chamone, Escrevente Autorizado a datilografei, dou fé, subscrevo e assino em público e raso.

Montes Claros, MG., 26 de fevereiro de 1.985.-
Em testemunho _____ da verdade

MÁRCIO ELLIS FRANÇA CHAMONE-ESC. AUTORIZADO.

ANEXO I - Contrato de locação, 1973.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

CONTRATO DE LOCAÇÃO entre a Conferência Cristo Rei, representada pelo seu presidente, Sr. Afonso Geraldino Nobre, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, para os efeitos deste contrato denominado Locador e a Prefeitura Municipal de Montes Claros, representada pelo Sr. Dr. Moacir Lopes, Prefeito Municipal, designada simplesmente locatária, fica justo e contratado o seguinte:

Cláusula I - O Locador entrega à locatária, em locação, o imóvel situado na Praça Itapetinga no Bairro Alto São João, constituído de sete (7) salas, onde funciona o anexo do Jardim Presidente Bernardes;

Cláusula II - O prazo da presente locação é de 1 (um) ano a partir de 03 de março do corrente ano, vencendo-se no mesmo dia e mês do ano de 1974.

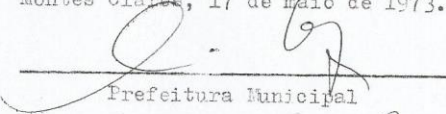
Cláusula III - O valor do presente contrato é de CR\$ 3.456,00 (três mil, quatrocentos e cinquenta e seis cruzeiros) a ser pago em prestações mensais de CR\$ 288,00 (duzentos e oitenta e oito cruzeiros), mediante recibo firmado pelo locador ou pessoa por ele legalmente indicada.

Cláusula IV - As despesas de consumo de água, e luz se houver, e conservação do imóvel, durante a vigência do presente contrato correrão por conta da Locatária.

Cláusula V - A locatária poderá ceder ao Estado de Minas Gerais, pelo prazo da locação, o presente imóvel, para que nele seja instalada uma escola.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente contrato na presença de duas testemunhas que também assinam abaixo.

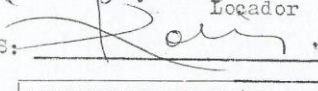
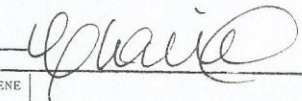
Montes Claros, 17 de maio de 1973.



Prefeitura Municipal

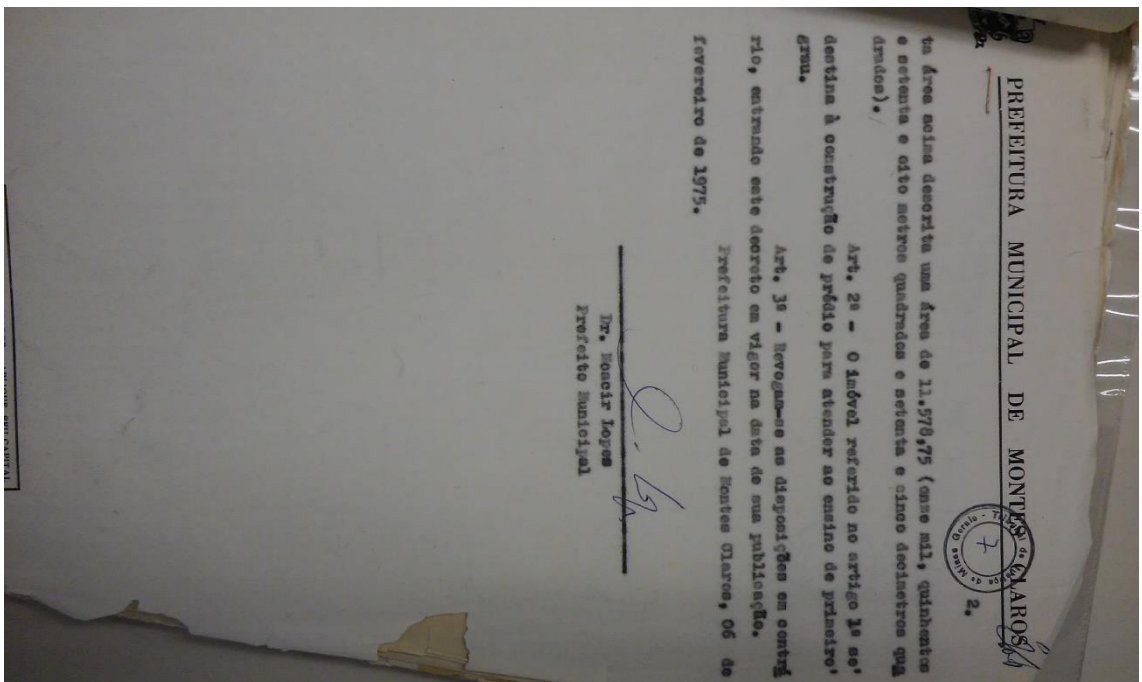
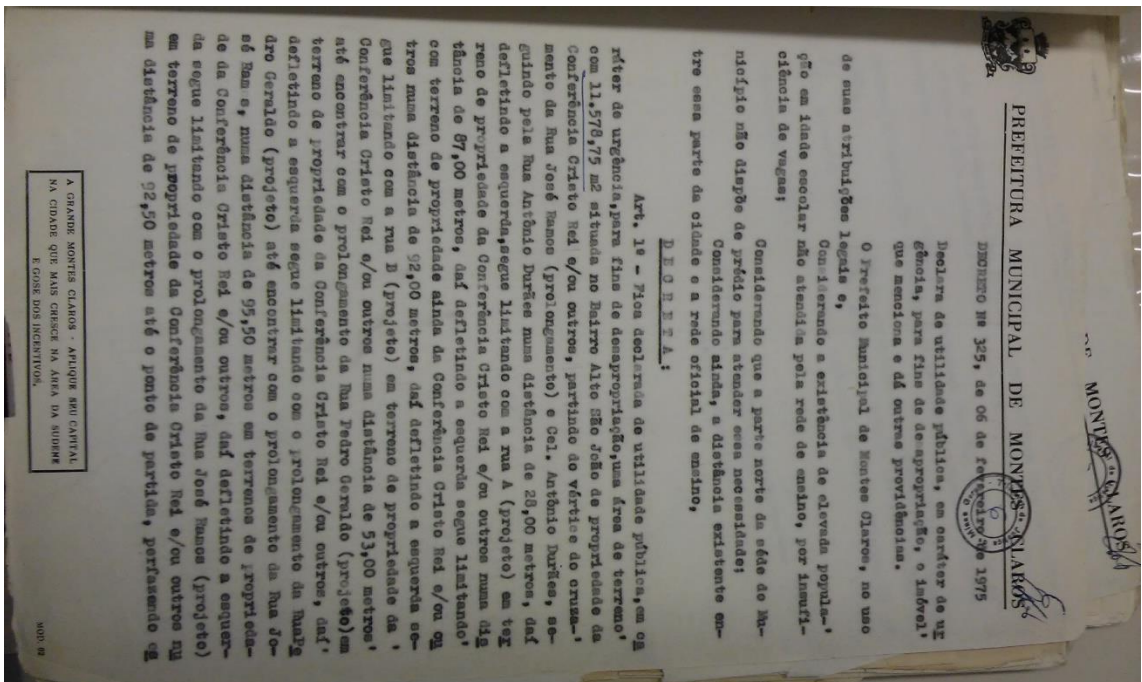


Locador

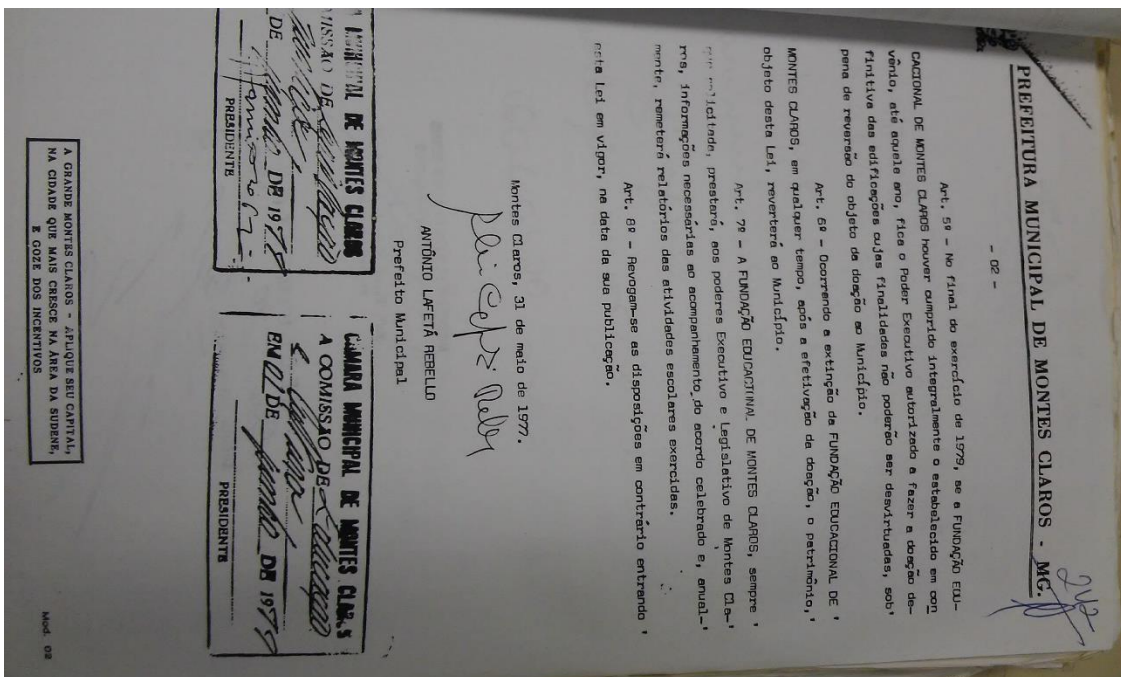
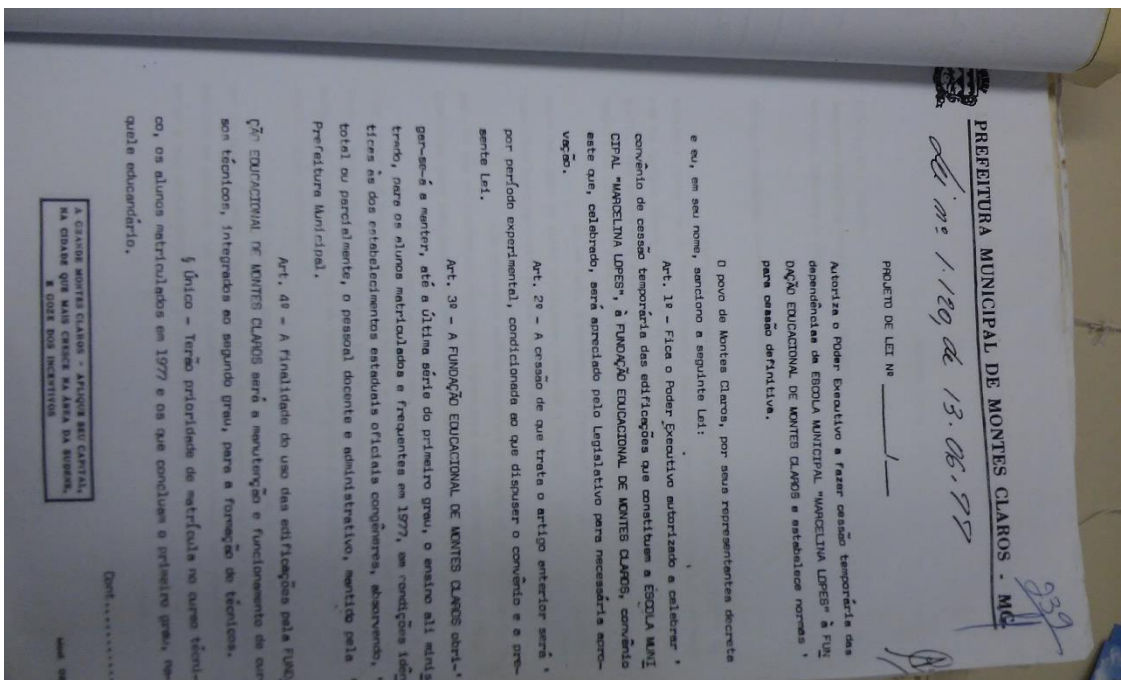
TESTEMUNHAS:  

A CIDADE QUE MAIS CRESCE NA ÁREA DA SUDENE
APLIQUE AQUI SEU CAPITAL

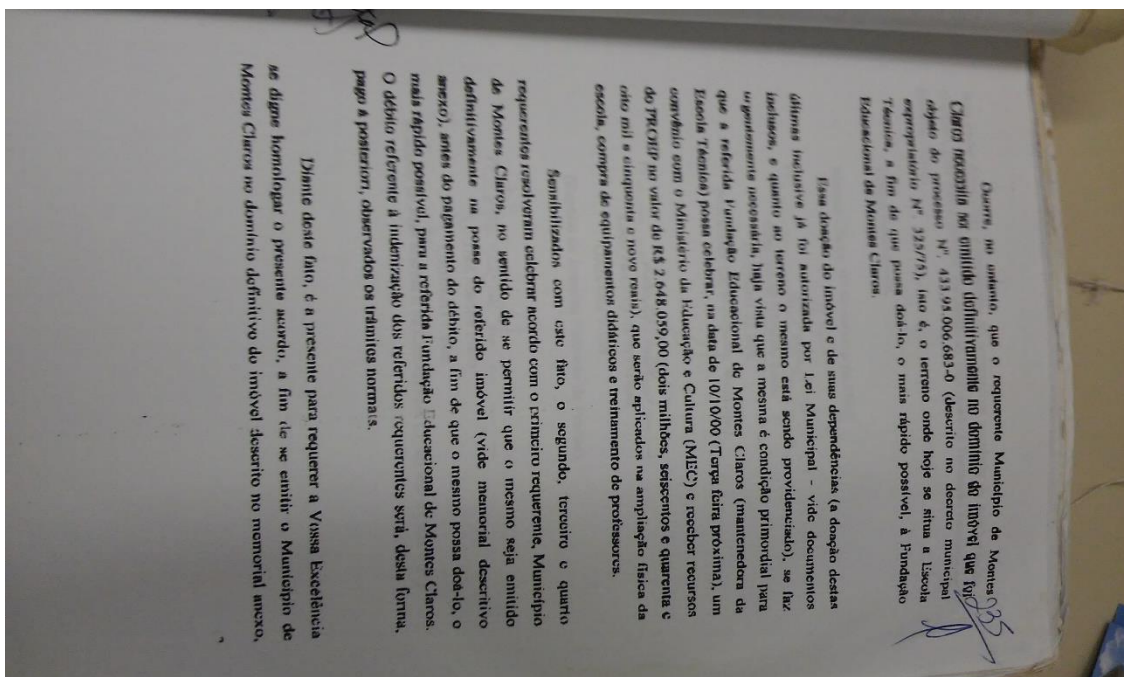
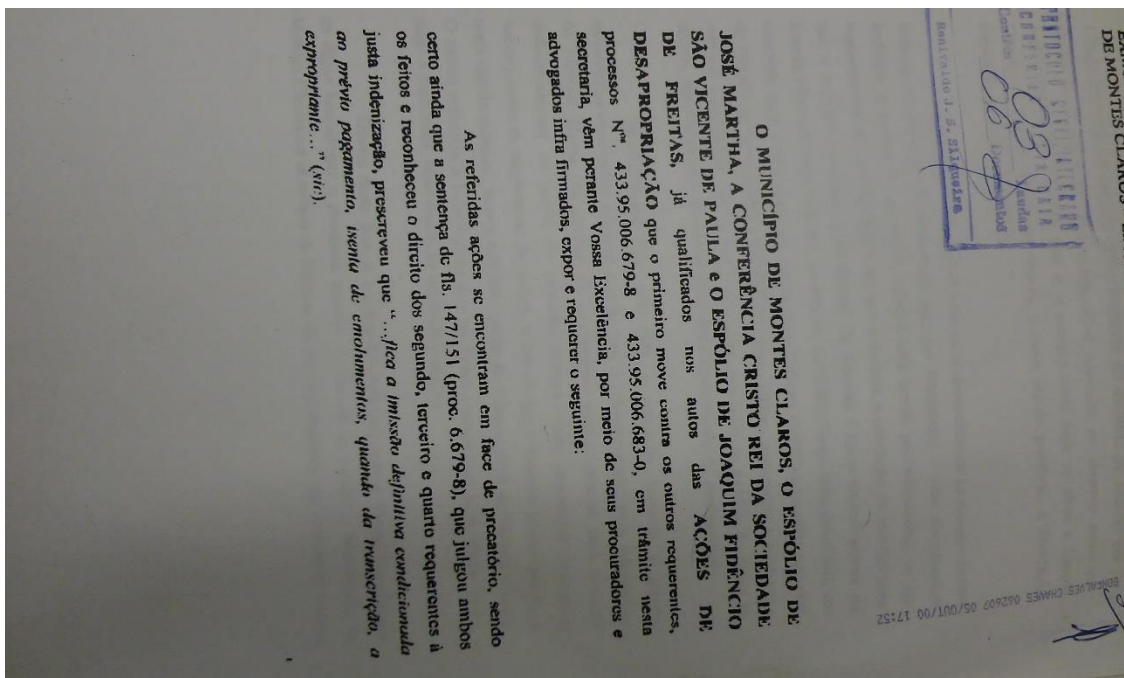
ANEXO K - Decreto 325, de 06 de fevereiro, 1975.



ANEXO L - Lei nº 1.120, 13 de Junho, 1977.



**ANEXO M – Acordo de doação, 2000. (processo nº 0433.95.006679-8/Segunda Vara da
Fazenda da Comarca Montes Claros)**



ANEXO N – Carta conferência vicentina a prefeitura montes claros, 1977.

Central-17/58-A

Montes Claros, 28 de junho de 1977

Exmo. Sr.
 Antônio Inafeté Rebelo
 DP, Prefeito Municipal
 NESTA
 Senhor Prefeito,

Para ser submetido ao estudo e aprovação dessa Municipalidade, juntamos à presente, o projeto de loteamento da Cidade Cristo Rei, nesta, cujos lotes serão colocados à venda, tão logo tenhamos a permissão dessa Prefeitura.

2. Quanto ao terreno, localizado no imóvel de propriedade da - Conferência Cristo Rei, onde foi contratado o Dinálio Marcelina Lopes, ora em processo de loteamento, condizente proposta que V. Exa. faz ao Presidente abaixo assinado, a diretoria deste Conselho, em reunião realizada no dia 14 de abril último, aprovou a sua proposição oral e comunicamos-lhe que o pré-falado terreno poderá ser dividido nas áreas legalmente exigidas para a aprovação de loteamentos, neste Município.

3. No entanto, para compensar possíveis perdas, por parte da - Conferência proprietária do imóvel, declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, essa Prefeitura deverá adotar as seguintes providências, como ficou acertada na conversa já referida e aprovado na reunião da diretoria do Conselho:

- a) Elaborar o projeto de loteamento;
- b) Adotar providências para a sua aprovação;
- c) Dispensar a taxa de exame do projeto;
- d) Não cobrar a taxa de aprovação do projeto;
- e) Proceder ao levantamento topográfico do local;
- f) Promover a locação das ruas e praças do loteamento;
- g) Determinar a abertura, com a consequente terraplenagem das ruas e praças do loteamento;
- h) Outros pequenos serviços, de acordo com as necessidades e na medida da solicitação deste Conselho.

Fls. 02

4. Desta forma, pedimos que V. Exa. acusasse o recebimento desta, referindo-se às medidas que essa Municipalidade deverá adotar, - se bem que, algumas delas já foram providenciadas, como a elaboração do projeto.

5. Na certeza de contar com a sua costumeira atenção e no aguardo de sua confirmação, apresentamos-lhe cordiais

Saudações

Conselho Central de Montes Claros da
 Sr. V. P.
 Dinálio Marcelina
 LANY MIRANDA
 Presidente

ANEXO O – Carta Conferência vicentina ao Conselho Central, 1979.

CONFERÊNCIA CRISTO REI
SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO

Pça. Itapetinga, 166 — Bairro São João — Montes Claros — Minas Gerais

Montes Claros, 09 de abril de 1.979

Ao Sr.
Wilson Moreira Reis
D/D Presidente do Conselho Central de M. Claros
da Sociedade de S. Vicente de Paulo
Nesta.

Senhor Presidente:

Louvido seja Nosso Senhor Jesus Cristo.

Estamos com a presente, acusando o recebimento de
vossa carta, datada de 11-12-78, na qual nos comunica a decisão
tomada por esse Conselho sobre a administração da Cidade Cristo
Rei, patrimônio da Sociedade de S. Vicente de Paulo.

Informamos também, que na reunião do dia 06-04-79,
fizemos uma apreciação da decisão tomada, por esse Conselho, e
foi aceita por unanimidade pelos confrades de nossa conferên-
cia. Além disso estamos também à vossa disposição para colabo-
rar naquilo que nos julgar em condições.

Outrossim, solicitamos providências urgentes no
sentido de proteger a cidade Cristo Rei, pois as invasões es-
tão ocorrendo e poderão trazer consequências das mais graves.

Sem mais para o momento, apresentamos nossa esti-
ma e respeito, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

P/ Conferência Cristo Rei -S.S.V.P.-

Alfonso Geraldino Nobre
Alfonso Geraldino Nobre -Presidente.

ANEXO P - Termo de compromisso da prefeitura à Conferência vicentina, 1979.

(continua)

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - MG.

TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO que entre si celebram a CONFERÊNCIA VICENTINA...

- I - Fica a PREFEITURA obrigada de cumprir perante a CONFERENCIA VICENTINA...

II - Fica a CONFERENCIA VICENTINA obrigada perante a PREFEITURA...

III - Fica a CONFERENCIA VICENTINA obrigada perante a PREFEITURA...

Montes Claros, 23 de outubro de 1979.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - MG.

TERMO DE COMPROMISSO

N a CONFERENCIA VICENTINA...

VI - Fica a PREFEITURA obrigada de cumprir perante a CONFERENCIA VICENTINA...

VII - O prazo para cumprimento das exigências contidas nas cláusulas III (terceira) e IV (quarta)...


IX - Fica a PREFEITURA obrigada de cumprir perante a CONFERENCIA VICENTINA...

Montes Claros, 23 de outubro de 1979.

A GRANDE SORTEIA DA ROTA - ANUQUE SERO CAPITAL NA CIDADE DE MONTES CLAROS - MG.

Montes Claros, 23 de outubro de 1979.

**ANEXO P – Termo de compromisso da prefeitura à Conferência vicentina, 1979.
(conclusão)**


PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - MG


D. 1. 111
Alvaro Francisco Nóbrega
por Elton Rodrigues
 Prefeito Municipal

TERMO DE COMPROMISSO:

a) _____

b) *Elton Rodrigues*

EMPL DO TERMO DE COMPROMISSO CELEBRADO ENTRE A CONFEDERAÇÃO
 dos Católicos e a Associação Municipal de Montes Claros, no dia 22 de
 outubro de 1979.



A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, NA
 QUAL SE ENCONTRA O MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS,
 DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

MONTES CLAROS - MG

ANEXO Q – Modelo de contrato comodato da Conferência vicentina, 1982.

CONTRATO DE COMODATO

A CONFERENCIA CRISTO REI DA SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e foro nesta cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, por seu Presidente/representada, o senhor AFONSO GERALDINO NOBRE, brasileiro, casado, contador, portador de Identidade nºM-1.405.561-da S.S.P.-MG.- autorizado pelo Conselho Central da Sociedade de São Vicente de Paulo de Montes Claros, celebra contrato de empréstimo, tipo COMODATO, com Eliane de Fátima Borges Oliveira. portador do documento Certidão de Nascimento no 960-3474191-1. tendo como objeto terreno de sua propriedade, localizado na Cidade Cristo Rei-Bairro São João-Montes Claros-(MG), mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1ª:- A área cedida ao comodatário terá o máximo de 200(duzentos) metros/Quadrados e a sua localização e demarcação, no terreno acima descrito, serão feitas pelo Presidente da Conferencia Cristo Rei ou pessoa por ele indicada.

CLÁUSULA 2ª:- O terreno será utilizado exclusivamente para residência do comodatário, ficando vetada a sua transferência parcial ou total para terceiros, à qualquer título, oneroso ou gratuito.

CLÁUSULA 3ª:- O material usado pelo comodatário na construção da casa será seu, e portanto, lhe pertencerá no final deste contrato, podendo, por conseguinte, ser livremente retirado, ficando o comodatário obrigado a desocupar a área.


CLÁUSULA 4ª:- O presente contrato tem a duração de seis meses (6) contados da data de sua assinatura, finda a vigência do mesmo, o comodatário fica obrigado, sem direito à indenização, sob quaisquer títulos, a desocupar o terreno sob pena de incorrer em transgressão à regra jurídica do Art.-1.252 do Código Civil Brasileiro.

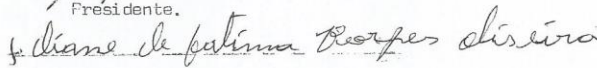
CLÁUSULA 5ª:-Fica expressamente vetada a hipótese de prorrogação deste contrato, condicionando-se, todavia, a permanência do comodatário, no uso gratuito do terreno, à vontade do COMODANTE, mediante novo contrato.

CLÁUSULA 6ª:- O foro da Comarca de Montes Claros,(MG), Estado de Minas Gerais, é o competente para conhecer e julgar sobre o descumprimento deste contrato, no todo / ou em parte.

E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS ASSINAM O PRESENTE CONTRATO EM 2 (DUAS) VIAS DE IGUAL FÉTOR.

Montes Claros, 18 de julho de 1982


AFONSO GERALDINO NOBRE
Presidente.



1ª testemunha.

2ª testemunha.

ANEXO R – Carta da Conferência vicentina à Distribuidora de energia CEMIG, 1986.

EX.O. SR ENGENHEIRO CHEFE DO DISTRITO DE DISTRIBUIÇÃO DE MONTES CLAROS - SEDE:

DIZ CONFERÊNCIA CRISTO REL, entidade religiosa sediada nesta Cidade de Montes Claros, que vem, respeitosamente, exor e requerer o seguinte:

I

A requerente é proprietária, em comum com o Espólio do Dr. José Martha e Joaquim Fidêncio de Freitas e sua mulher, de uma área de terreno nesta cidade, denominada CIDADE CRISTO REL, localizada no Bairro Alto São João.

II

Que, há cerca de 2 (dois) anos, não se sabe a mando ou solicitação de quem, a CEMIG promoveu ao postamento e ligação de energia elétrica no local.

III

Que, como o local estava lotado, por iniciativa da Prefeitura de Montes Claros, e a locação de diversas construções não se fez respeitando as vias públicas constantes da referida planta da municipalidade.

IV


Que, assim ocorrendo, estando diversas construções erigidas em plena via pública o que, certamente,

terá levado a própria CEMIG a colocar os postes também, em diversos pontos, sem observância da precitada planta de terreno, necessário se faz tomar uma providência urgente, no sentido de regularizar, urgentemente também, tal situação.

À vista do exposto, sendo a requerente órgão assistencial da Sociedade de São Vicente de Paulo e, em razão disto, responsável pela localização de alguns ocupantes da área, respeitosamente, requer a essa culta Chefia que se digno de determinar a expedição de uma relação de consumidores da área, com os respectivos endereços, que constem dos arquivos dessa Empresa, a fim de que possa a suplicante fazer os necessários contatos, como de Direito.

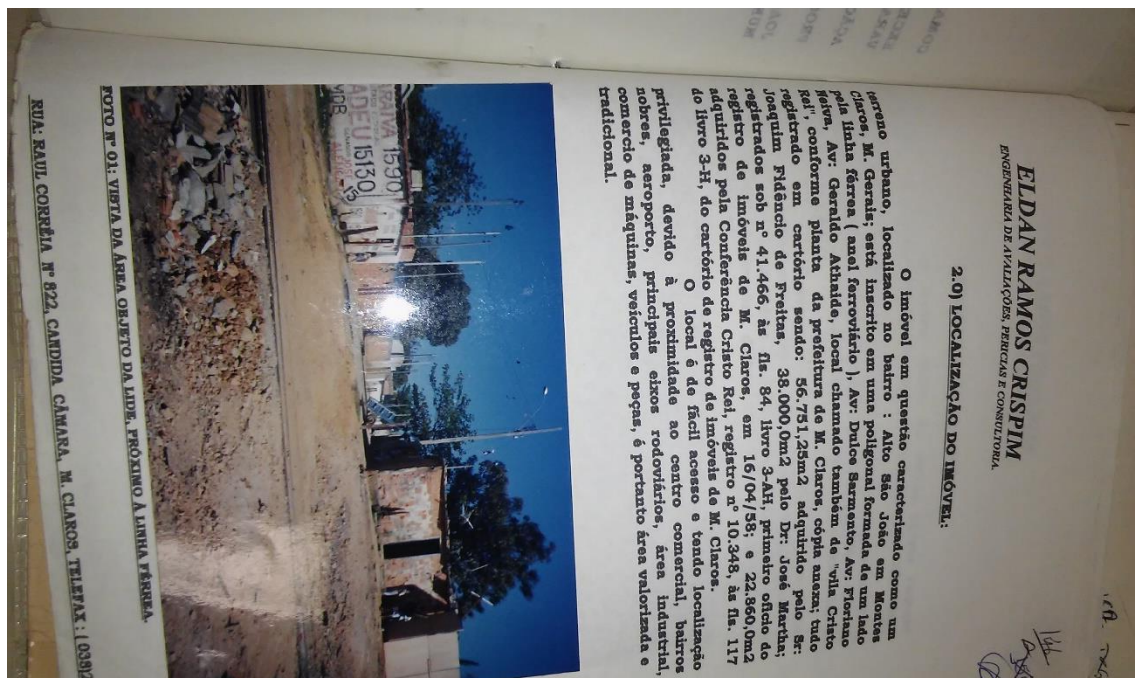
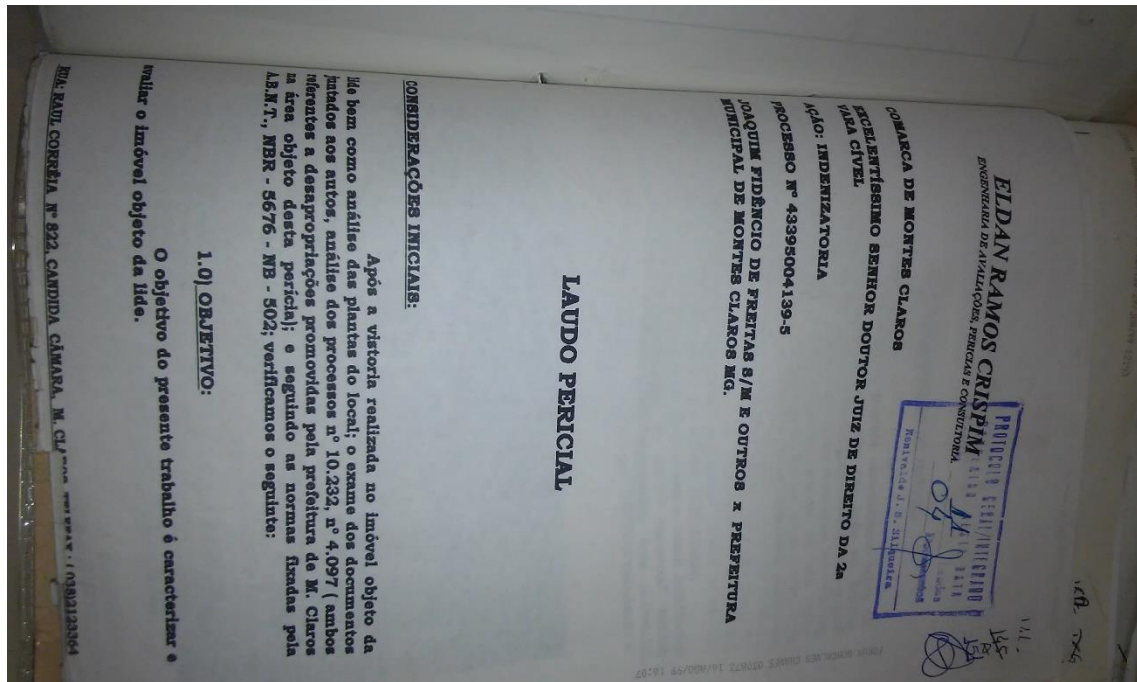
Termos em que,
pede deferimento.

Montes Claros, 29 de agosto de 1986.


P/Conferência Cristo Rel.

- Afonso Geraldino Nobre.

ANEXO S – Laudo pericial sobre o bairro CCR, 1999. (continua)



ANEXO S – Laudo pericial sobre o bairro CCR, 1999. (continua)

ELDAN RAMOS CRISPIM
ENGENHEIRO DE AVILAÇÕES, PERÍCIAS E CONSTRUTORA


3.0) DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:

O imóvel objeto da perícia possui formato poligonal, com frentes irregulares; sendo o local chamado "Vila Cristo Rei".

O local é dotado de pavimentação asfáltica, redes de água e esgoto, telefone, energia, transporte público, além de outros dos demais serviços públicos e equipamentos comunitários disponíveis na cidade.

O terreno é plano e em seu interior existem algumas construções residenciais e comerciais em padrão proletário; as edificações se foram feitas de forma desordenada, não havendo alinhamento de construções, divisas ou mesmo uma largura padrão das ruas internas.

FOTO Nº 02: VISTA DO IMÓVEL E SUA OCUPAÇÃO JUNTO A FERROVIA.



Conforme documentado no memorial fotográfico, as ruas e becos no interior do imóvel e em sua periferia estão pavimentadas, e os moradores servidos de energia, água e esgoto.

A área objeto da lide está totalmente ocupada

RUA: RAUL CORREIA, Nº 822, CÂNDIDA CLÁBIA, M. CLÁBIA, TELEFAX: (089)212334

ELDAN RAMOS CRISPIM
ENGENHEIRO DE AVILAÇÕES, PERÍCIAS E CONSTRUTORA

ESPÓSTA: Sim.

QUESTÃO Nº 03: A área está ocupada? Em caso afirmativo, qual o motivo de tal ocupação?

RESPOSTA: Gentileza ver item 3.0 DESCRIÇÃO DO IMÓVEL.

QUESTÃO Nº 04: A ocupação da área, nas circunstâncias em que ocorrer, repercutiu no valor venal do terreno, de forma a desvalorizá-lo?

RESPOSTA: A ideia de valor está intimamente ligada à de utilidade, logo é, só tem valor aquilo que é útil. Utilidade é a capacidade que possuem certos bens de satisfazer uma necessidade; e mais para que uma coisa seja considerada útil, é necessária a ocorrência de três condições: existência de relação entre as qualidades dessa coisa e a necessidade ou desejo; conhecimento da relação; e possibilidade de sua utilização.

Um imóvel não pode ter valor algum, a menos que possua utilidade; e esta emerge do desejo de possuir e do poder de produzir satisfação. O valor não é uma característica inerente à propriedade em si.

Assim o imóvel objeto da lide, que se encontra totalmente ocupado, não tem como ser utilizado comercialmente, pois não se vende ou se negocia em uma vila proletária ou favela. Este tipo de ocupação não têm valor.

Vale lembrar que os imóveis vizinhos é que sofrem desvalorização com a presença de favela em sua proximidade; e o terreno onde se localiza favela não têm valor, pois não têm como ser utilizado, ou produzir satisfação, enquanto for favelado.

Concluindo; é preciso lembrar que o imóvel possuía valor significativo antes da sua ocupação, sua localização é privilegiada e seu valor referente à terra não é calculável pelas normas fixadas pela ABNT./ **NA CONDIÇÃO DE REMOÇÃO TOTAL DA OCUPAÇÃO IRREGULAR**; então na condição supra citada com a retirada da causa de preconceito, depreciação, perigo, e transtorno, não há desvalorização da terra nua.

RUA: RAUL CORREIA, Nº 822, CÂNDIDA CLÁBIA, M. CLÁBIA, TELEFAX: (089)212334

ANEXO S – Laudo pericial sobre o bairro CCR, 1999. (conclusão)

ELDAN RAMOS CRISPIM
ENGENHARIA DE AVALIAÇÕES, PERÍCIAS E CONSULTORIA

PERÍCIA Nº 01
Qual a medição da área ocupada objeto do litígio?

RESPOSTA:
A área objeto da lide é: 56.751,25 m² referente ao Br. 17.990,00 m² referente à Condição Cristo Rei, Dr. José Maria; 17.911,25 m². Sendo descontados: na área desapropriada pelo processo nº 4.097 = 11.578,75 m², totalizando: 122.611,25 m² de terreno comum, menos 15.523,75 m² desapropriado, é igual: 107.087,50m²; esta é a área documentada objeto desta perícia avaliatória.

QUESTÃO Nº 02
Existe documento legal fornecido por pessoas competentes, por parte do Município, autorizando a ocupação área?...

RESPOSTA:
Não foi encontrado (não é objeto desta perícia avaliatória).

QUESTÃO Nº 03
Em caso afirmativo, citar o nome da pessoa que autorizou e a que foi beneficiada, bem como, o total da área?...

RESPOSTA:
Não é objeto desta perícia avaliatória.

QUESTÃO Nº 04
Qual a data que ocorreu a ocupação da área litigiosa e se o Município implantou nela serviços básicos de infra-estrutura?

RESPOSTA:
Verificação de datas não é objetivo desta perícia avaliatória. A Prefeitura implantou serviços básicos de infra-estrutura.

QUESTÃO Nº 05
Se afirmativo o quesito acima, em razão de que tais serviços foram ali implantados?...


RESPOSTA:
O questionamento não faz parte do objeto desta perícia avaliatória.

Ellen Ramos Crispim
Eng. Civil CREA MG. 67760/D

RUA: RAUL CORREIA Nº 822, CAMPIDA CÂMARA, M. CLAROS, TELÉFAX: (039)2123364
CAMPARA, M. CLAROS, TELÉFAX: (039)2123364

ELDAN RAMOS CRISPIM
ENGENHARIA DE AVALIAÇÕES, PERÍCIAS E CONSULTORIA

FOTO Nº 07: VISTA DE UM BÊCO INTERIOR AO IMÓVEL, EM PRIMEIRO PLANO, A IMPRINTA DE FURTO, PAVIMENTO ASFALTADO, ENERGIA, CABOS TELEFÔNICOS, PADRÃO DE



10.0) CONCLUSÃO:
Conforme está implícito na própria definição de campo de arbitrio, é lícito ao Engenheiro Avaliador a escolha de qualquer valor interior ao intervalo supra-calculado.
Analisando todos os fatores influenciáveis tais como área, localização, acessos, tendência do mercado imobiliário etc, concluímos que o justo valor de mercado para o imóvel em questão seja de R\$32,00/ m², para terra nua, com retirada total das ocupações; ou seja: 107.087,50m² x R\$ 32,00/ m² = R\$ 3.426.800,00 para julho de 1.999.

11.0) ANEXOS:

- Memorial fotográfico
- Plantas do local
- Resultados estatísticos
- Pesquisa de mercado

RUA: RAUL CORREIA Nº 822, CAMPIDA CÂMARA, M. CLAROS, TELÉFAX: (039)2123364

ANEXO T – Projeto Semeando Dignidade, 2007 (continua)

PROJETO SEMEANDO DIGNIDADE**INTRODUÇÃO****CARACTERÍSTICAS GERAIS DA CIDADE DE MONTES CLAROS**

A cidade de Montes Claros, região norte do Estado de Minas Gerais, conta, atualmente, com cerca de 340.000 (trezentos e quarenta mil) habitantes e, desde o ano de 2002, a população se vê assustada pelo crescente índice de criminalidade, principalmente quanto ao número de crimes violentos.

A ocupação dessa região, em sua grande maioria, foi feita de forma irregular, desprovida de qualquer infra-estrutura, o que favoreceu à emergência de criminosos, sendo, atualmente, o local onde reside a grande maioria dos cidadãos infratores que atuam, não só naquela localidade, mas em toda a cidade de Montes Claros. Isso levou o 10º BPM a criar dois Postos de Policiamento Comunitário na região, como forma de aproximar a Polícia Militar da comunidade. A experiência não surtiu o efeito desejado e a região passou a se destacar como a que apresentava o mais alto índice de crimes violentos da cidade de Montes Claros, ensejando a adoção de medidas ousadas e pioneiras.

OBJETO

Aplicação da Filosofia de Polícia Comunitária nos bairros que compreendem a Região do Grande Santos Reis, da cidade de Montes Claros, como alternativa para a solução do problema dos altos índices de criminalidade apresentados nos últimos anos.

OBJETIVOS**a) Geral**

Criar e assegurar um ambiente seguro na região do Grande Santos Reis, da cidade de Montes Claros, através de implantação da filosofia de Polícia Comunitária e do processo de mobilização social, objetivando provocar transformações conjunturais e desenvolver ações integradas entre a comunidade, em seus vários segmentos, e os órgãos que fazem parte do Sistema de Defesa Social. O foco do trabalho é a discussão conjunta na identificação, análise, planejamento, execução e avaliação das ações a serem implementadas para a solução dos problemas existentes e emergentes em todos os bairros que compõem a região, em especial àqueles onde residem vítimas da desigualdade social e onde as pessoas vivem em condições subumanas.

b) Específicos

- 1) Aumentar a capacidade de produção de serviços de segurança pública, em especial às atividades preventivas;
- 2) Melhorar a oferta e a qualidade de prestação de serviços, aumentando a capacidade de resposta para os delitos que ocorrem na região;

ANEXO T – Projeto Semeando Dignidade, 2007 (continua)

- 3) Incentivar o processo de busca de soluções de problemas afetos às questões de segurança pública local, junto à comunidade, de forma participativa;
- 4) Melhorar a sensação de segurança, maximizando a ostensividade da Polícia nos 18 (dezoito) bairros que fazem parte da Região do Grande Santos Reis;
- 5) Incentivar a participação da comunidade na gestão da segurança pública, através de campanha de comunicação dirigida, com utilização de out-doors, faixas, informativos, distribuição de panfletos, dentre outros;
- 6) Mobilizar a comunidade para a criação do Conselho Comunitário de Segurança Pública – CONSEP;
- 7) Incentivar a participação da comunidade, no fornecimento de informações, principalmente através de denúncias de delitos e ações criminosas;
- 8) Motivar pessoas e empresas a saírem de uma posição individualista, levando-as a adotarem uma atitude de atenção com a coletividade;
- 9) Orientar os moradores, empregados das empresas locais e público flutuante, através de palestras e fornecimento de dicas de auto-defesa, como reduzirem a chance de serem vítimas de crimes;
- 10) Resgatar a dignidade humana dos jovens e incentivar o desenvolvimento de projetos sociais, objetivando retirá-los das ruas e afastá-los da criminalidade, bem como propiciar-lhes conhecimentos suficientes para inserção no mercado de trabalho;
- 11) Conquistar a credibilidade da Polícia Militar, junto à comunidade local, com vistas ao desenvolvimento das ações a serem implementadas;
- 12) Reduzir o cometimento de ilícitos praticados por crianças e adolescentes, através do estudo e análise das causas de sua inserção no mundo do crime;
- 13) Firmar parcerias capazes de alavancar a implementação do Projeto, bem como para motivar o seu aperfeiçoamento contínuo, em que prevalecerá a crença de que **JUNTOS PODEMOS FAZER MAIS E CADA VEZ MELHOR.**

JUSTIFICATIVA

Nunca as palavras segurança, violência e criminalidade estiveram tão presentes no cotidiano do povo brasileiro. Hoje, a Segurança Pública representa uma das principais preocupações da sociedade, bem como do poder público.

Estudos existentes em diversos países do mundo apontam para a solução dos problemas afetos à segurança pública através de parceria entre a Comunidade e Organizações Policiais. Sendo assim, pode-se concluir que a obtenção de resultados positivos na região do Grande Santos Reis só será possível com o envolvimento de todos os segmentos da comunidade.

ANEXO T – Projeto Semeando Dignidade, 2007 (continua)

A criminalidade na Região do Grande Santos Reis destacava-se de outras áreas da cidade de Montes Claros e municípios com mesmo número de habitantes, pelo número de registro de ocorrências e pelo número de cidadãos infratores que ali residem e praticam crimes em outros locais.

Como agravante, a região apresenta pequenos conglomerados urbanos onde residem, aproximadamente, 7.794 (sete mil e setecentos e noventa e quatro) pessoas vivendo em condições subhumanas, segundo o IBGE, cujas moradias são construídas em pequenos terrenos, desprovidos de quintal para as crianças brincarem, favorecendo ao surgimento de conflitos entre vizinhos e aumento de crianças e adolescentes nas ruas em contato direto com a criminalidade. Além disso, as comunidades não dispõem de quadras poliesportivas para receberem crianças e jovens e, quando possuem, não existe nenhuma coordenação por parte do município, propiciando o surgimento de lideranças que conduzem os menores para a prática de crime, em especial ao uso e tráfico de drogas. O despreparo profissional dos jovens é, também, um agravante desse quadro, uma vez que havendo dificuldade de inserção do jovem no mercado de trabalho, o número de pessoas ociosas aumenta e estes jovens serão facilmente recrutados para o tráfico de drogas.

O combate à criminalidade requer mudança de comportamento e adoção de novas posturas e procedimentos que favoreçam à criação de ambiente coletivo seguro e participativo. Conscientizar a comunidade da Região do Grande Santos Reis de que para solucionar problemas afetos à segurança pública local, seria necessária a promoção de esforço coletivo para a sua solução, passa a ser, portanto, uma necessidade e um desafio.

Vale destacar que existe, ainda, na Região do Grande Santos Reis, o Distrito Industrial da cidade de Montes Claros, onde está instalada a maior parte das indústrias da cidade, com fluxo diário de grande número de pessoas e veículos, sendo o local um atrativo para a ação de delinqüentes. Devido ao elevado número de crimes contra o patrimônio que ali vem ocorrendo, há uma intensa mobilização da ACI (Associação Comercial e Industrial de Montes Claros), FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais) e ASSEDI (Associação das Empresas do Distrito Industrial da cidade de Montes Claros), para priorização da atuação policial naquele local.

Citamos abaixo os dados da incidência criminal naquele setor nos anos de 2000, 2001 e 2002, que justificaram a adoção dos novos procedimentos:

Crimes Violentos

Natureza	Anos			Total
	2000	2001	2002	
Roubo consumado a transeunte	34	28	49	111
Roubo consumado de bicicleta	29	39	34	107
Roubo a mão armada consumado a padaria	01	05	04	10
Roubo a mão armada consumado a supermercado	00	04	11	15
Roubo a mão armada consumado a prédio comercial	07	06	09	22
Roubo a mão armada consumado a transeunte	19	18	45	82
Roubo a mão armada consumado de bicicleta	29	23	14	66
Homicídio tentado	22	15	25	62
Homicídio consumado	05	05	10	20

Fonte: Banco de dados do Geoprocessamento do 10º BPM

ANEXO T – Projeto Semeando Dignidade, 2007 (continua)

Crimes diversos

Natureza	Anos			Total
	2000	2001	2002	
Crimes contra a pessoa	914	885	849	2.648
Crimes contra o patrimônio	1.473	1.354	1.375	4.202
Crimes violentos	171	158	215	544

Fonte: Banco de dados do Geoprocessamento do 10º BPM

Ressalta-se que dos 246 (duzentos e quarenta e seis) presos recolhidos à cadeia pública de Montes Claros, 26 (vinte e seis) são oriundos dos bairros da Região do Grande Santos Reis, o que a torna destaque dentre todas as outras regiões da cidade.

METODOLOGIA

a) Estratégias de Intervenção

1) Descentralização de um Pelotão de Polícia Militar, composto de 21 (vinte e um) policiais para atuar na região do Grande Santos Reis.

O conceito de polícia comunitária inclui, mais que o exercício de novas funções, uma moderna visão da gestão da segurança pública, segundo a qual a cultura organizacional é transformada. Com essa medida o 10º BPM põe em prática uma das cinco vertentes que norteiam a filosofia de Polícia Comunitária que é a descentralização da estrutura dos órgãos de segurança pública, de forma a possibilitar a integração e interação entre eles e a comunidade

O Pelotão de Polícia Militar atuará objetivando desenvolver projeto de policiamento comunitário capaz de reverter o quadro de insegurança.

2) Mapeamento dos locais de maior incidência de crimes na região do Grande Santos Reis, utilizando dados estatísticos fornecidos pela seção de geoprocessamento do 10º BPM;

O geoprocessamento, na Polícia Militar de Minas Gerais, compreende as atividades de aquisição, tratamento e análise dos dados, com a utilização de mapas, para serem utilizados no lançamento do efetivo policial militar de forma racional e eficiente, buscando a identificação dos seguintes indicadores:

- Tendências e padrões do fenômeno;
- A relação entre percepções sociais do medo e taxas reais de criminalidade;
- O perfil das vítimas e de agressores;
- A diversidade oculta dos dados estatísticos.

ANEXO T – Projeto Semeando Dignidade, 2007 (continua)

Além do geoprocessamento é necessária a manutenção de banco de dados sobre os cidadãos infratores em ação na área de responsabilidade do Pelotão, bem como os locais em que estes atuam.

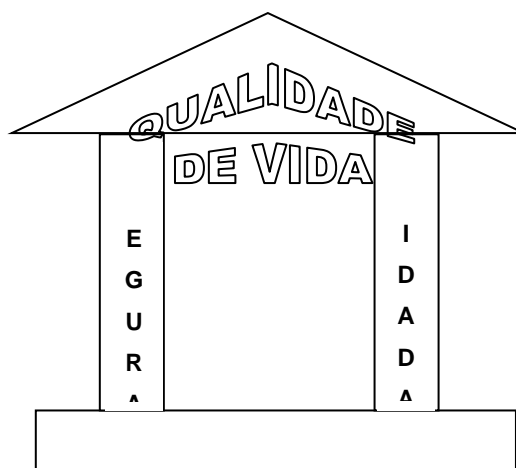
Participação de Instituições e organizações no processo, dentre outras que foram imprescindíveis durante a implementação das ações:

- **Prefeitura Municipal de Montes Claros:** responsável pelo fornecimento de mapas e fotografias digitais da região;
- **Décimo Batalhão de Polícia Militar:** Disponibilização de estatísticas criminais, através da seção de Geoprocessamento da Unidade; microcomputador e máquina fotográfica digital;
- **Polícia Civil:** Disponibilização de dados sobre presos da cadeia pública e informações sobre cidadãos infratores que atuam ou residem na região, bem como as ações desenvolvidas e o “modus operandi” desses;

3) Mobilização da comunidade para a criação do Conselho Comunitário de Segurança Pública – CONSEP;

CONSEP – O CONSEP é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e de utilidade pública, com sede no bairro Santos Reis e foro na Comarca de Montes Claros, com área de abrangência nos bairros: Cidade Industrial, Vila Castelo Branco, Distrito Industrial, Jardim Eldorado, Vila Alice, Santa Eugênia, Vila Áurea I e II, Vila Atlântida, Santos Reis, São Francisco de Assis, Bela Vista, Bela Paisagem, Nova Morada, Jardim Brasil, Amazonas, Nossa Senhora Aparecida e Vila Antônio Narciso. O Conselho é o espaço destinado ao exercício da cidadania, onde a **identificação e a análise dos problemas, e o planejamento, a execução e a avaliação das ações implementadas**, serão executadas em conjunto com a comunidade, entidades de classe e órgãos que fazem parte do Sistema de Defesa Social, dentre outros. Um dos objetivos do CONSEP é o planejamento e execução de programas e projetos, com vistas à diminuição dos índices de criminalidade da região por ele abrangida.

As dimensões Segurança e Cidadania, alicerçada na mobilização da comunidade em busca de objetivos comuns, foram materializadas como os pilares fundamentais para a construção de melhor qualidade de vida na área abrangida pelo Conselho.



A mobilização para criação do CONSEP ocorreu da seguinte forma:

ANEXO T – Projeto Semeando Dignidade, 2007 (continua)

1º - Levantamento de todos os dados sobre a comunidade, com o intuito de conhecer suas origens, sua cultura, sua tradição, seus centros de vida comunitária (pólos comunitários), dentre outros;

2º - Identificação e visitação a todas as lideranças existentes na comunidade, fazendo a apresentação do Projeto de criação do CONSEP e convidando-as para uma primeira reunião;

4º - Na 1ª Reunião foram apresentados os objetivos e finalidades do CONSEP, com ênfase para a importância do envolvimento de todos no processo. Ao término todos os participantes se sentiram pertencentes ao projeto e, também, em harmonia com os propósitos do Conselho a ser criado;

5º - Várias reuniões se seguiram, onde oficializou-se o processo de eleição, aprovação do Estatuto, registro do Conselho e definição de prioridades de atuação.

A Associação dos Moradores e Amigos do Santos Reis – AMORAS, apoiou efetivamente os trabalhos realizados, atuando, num primeiro momento, como parceira efetiva do comando da Fração PM nos contatos iniciais com as outras 12 (doze) associações de bairro existentes na região.

4) Identificação e intervenção nos locais onde prevalecem o tráfico e uso de drogas. (Resultado ver Anexo Único)

A ação nesses locais tem sido pautado pela ostensividade do policiamento, priorizando o policiamento a pé e em bicicletas, buscando a interação com a comunidade de bem que reside nesses locais.

Após a ação repressiva foi realizado trabalho preventivo, com vistas a recuperar a auto-estima das pessoas e a criar um espaço de bem-estar público, com incentivo à criação de projetos sociais.

Participação de Instituições e organizações no processo, dentre outras que foram imprescindíveis durante a implementação das ações:

- **Prefeitura Municipal de Montes Claros:** apoio aos trabalhos a serem realizados, através da Secretaria de Serviços Urbanos e da Secretaria de Ação Social.

- **Décimo Batalhão de Polícia Militar:** Disponibilização de estatísticas criminais, através da seção de Geoprocessamento da Unidade; acompanhamento efetivo pela seção de inteligência da UEOP e desenvolvimento, nas escolas existentes na Região, do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD.

- **Polícia Civil:** Disponibilização de dados sobre traficantes que atuam ou residem na região, bem como as ações desenvolvidas por esses.

- **CONSEP (Conselho Comunitário de Segurança Pública):** Mobilização comunitária; levantamento, discussão e análise do problema; participação no planejamento, implementação e avaliação das ações desenvolvidas; apoio ao Pelotão PM instalado no bairro Santos Reis; desenvolvimento de projetos sociais, com envolvimento dos diversos segmentos da comunidade e órgãos do Sistema de Defesa Social, objetivando o afastamento do jovem dessa atividade criminosa.

ANEXO T – Projeto Semeando Dignidade, 2007 (continua)

- **Associações Comunitárias:** mobilização comunitária; participação no levantamento, discussão e análise do problema, bem como do planejamento, implementação e avaliação das ações desenvolvidas.

- **Igrejas:** Todos os seguimentos e movimentos religiosos foram envolvidos, em especial aos voltados para a criança/adolescente, tais como: EAC (Encontro dos Adolescentes com Cristo), Pastoral da Criança, dentre outros, além da Pastoral Carcerária e Grupos de Alcoólicos Anônimos.

5) Elaboração de projeto de policiamento para o Distrito Industrial, com vistas à redução da criminalidade e da violência na região.

O Projeto foi desenvolvido de maneira a propiciar maior segurança ao trânsito dos empregados das Empresas pelas vias de acesso aos locais de trabalho, à população que reside nas proximidades do Distrito Industrial e às Empresas ali instaladas que, constantemente, estão sendo vítimas de furtos/roubos, com destaque para o furto de cabos telefônicos. As atividades devem materializar a firme disposição da PMMG, com a participação de todos, em contribuir e integrar, de forma prática e efetiva, as ações do trabalho de **Policiamento comunitário**, assumindo, assim, a segurança como pilar estratégico de atuação.

Participação de Instituições e organizações no processo, dentre outras que foram imprescindíveis durante a implementação das ações:

- **Prefeitura Municipal de Montes Claros, ACI, FIEMG, ASSEDI e Empresas ali instaladas:** responsáveis pelo apoio logístico para implementação do Projeto, bem como participação na identificação e análise dos problemas, e no Planejamento, Implementação e Avaliação das ações implementadas, em conjunto com a PMMG e CONSEP. São responsáveis, ainda, pela execução de várias atividades, dentre elas: confecção de aceiros em torno de suas instalações físicas; melhoria da iluminação pública, treinamento de vigilantes, dentre outras. (ver Anexo Único)

- **CONSEP – Conselho Comunitário de Segurança Pública:** mobilização comunitária e identificação e análise dos problemas, bem como Planejamento, Implementação e Avaliação das ações a serem implementadas.

6) Envolvimento da comunidade na construção de solução para os problemas da comunidade, conquistando a credibilidade na atividade policial.

A região do Grande Santos Reis localiza-se na periferia da cidade de Montes Claros e, ao longo dos anos, ficou desprovida de ações governamentais. Apenas a Polícia Militar se fazia presente no local, atuando, de forma geral, no socorrimento e na proteção dos moradores. Esse contato direto, muitas vezes através de ações repressivas, gerou alguma reação e insatisfação à atuação policial, externado às vezes durante a realização de eventos locais, como a “Festa da Vaca”, onde, nessa ocasião, grande parte da população promovia confronto com a Polícia Militar, tendo como resultado policiais e moradores feridos, além de várias viaturas danificadas.

ANEXO T – Projeto Semeando Dignidade, 2007 (continua)

Além disso, durante as festas na comunidade, era muito comum a ação de gangues que promoviam grandes badernas chegando, às vezes, a acontecer homicídios.

Implementação e resultado das ações ver Anexo Único.

7) Incentivo à realização e participação em projetos sociais que visem ao bem estar e à melhoria da qualidade de vida dos moradores dos bairros da região do grande Santos Reis.

O quadro de exclusão social na região é muito grave. O despreparo profissional e, conseqüentemente, o desemprego e a ociosidade, favorecem à inserção do jovem no mundo do crime. Objetivando intervir nesse processo, a Polícia Militar atua buscando à integração dos diversos movimentos e instituições existentes na comunidade, com envolvimento individual das pessoas, de forma harmônica e sistemática, através da elaboração de projetos de desenvolvimento social, com vistas ao bem-estar da população. Vários projetos foram apoiados, com destaque para a implementação da Feira Livre, como forma de melhorar a renda familiar de 60 (sessenta) famílias, e a recuperação da Praça São Vicente. Ambos objetivaram a construção de espaço de convivência e do bem-estar social. **(Ver Anexo Único).**

b) Logística necessária para desenvolvimento do policiamento

Para incrementação do policiamento na Região foi necessária a disponibilização dos seguintes equipamentos e viaturas:

Meta	Discriminação	Qtd	Vr Unitário (R\$)	Valor (R\$)	Total
Incremento Policiamento ostensivo	Viatura leve, 04 portas, tipo perua/utilitário/camioneta de uso misto, com cela, no mínimo 98cv, equipada com rádio e sinalizador acústico visual e adesivada nas cores heráldicas da PMMG.	02	32.000,00	64.000,00	
	Motocicleta 250 cc, modelo off road, motor 04 tempos, equipada com balueto, capacete e sinalizador/sirene e adesivada nas cores heráldicas da PMMG.	02	11.500,00	11.500,00	
	Transceptor VHF/FM, portátil	04	2.200,00	8.800,00	
	Bateria p/ transceptores VHF/FM portáteis.	02	220,00	440,00	
T O T A L				84.740	

c) Avaliação

ANEXO T – Projeto Semeando Dignidade, 2007 (continua)

A tarefa de avaliar os resultados do trabalho da polícia impõe certa dificuldade, em virtude do alto grau de discricionariedade da atividade policial. Contudo, com o emprego de ferramentas metodológicas tem sido possível obter indicadores que permitam uma avaliação com boa precisão, para se verificar a eficácia das ações implementadas

Os principais aspectos levados em consideração na avaliação foram a atuação dos atores envolvidos, os processos e os resultados do programa, visando avaliar não só o desempenho dos envolvidos no processo, mas também os impactos de uma determinada intervenção.

Tipos de Avaliação a serem utilizadas:

- aplicação de questionários;
- observação e acompanhamento dos índices criminais;
- observação dos seguintes fatores e indicadores de harmonia social: **convivibilidade social, educação, saúde, esporte e lazer, saneamento básico, ocupação do espaço público, moradia, capacitação profissional, geração de renda, arte, cultura, valores e identidade da Região, dentre outros.**

CRONOGRAMA DAS AÇÕES

ATIVIDADES	PRAZO PARA IMPLANTAÇÃO (POR SEMESTRE)											
	2002	2003		2004		2005		2006		2007		
	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	
1) Descentralização do Pelotão PM.												
Avaliação.												
2) Mapeamento através de geoprocessamento												
3) Criação do CONSEP												
Avaliação.												
4) Intervenção locais de tráfico de drogas												
Avaliação.												
5) Projeto de policiamento p/ o Distrito Industrial												
Avaliação.												
6) Mobilização/envolvimento da comunidade												
Avaliação.												
7) Incentivo/participação projetos sociais.												
Avaliação.												
8) Incrementação policiamento												

O resultado das avaliações feitas até o momento foi bastante satisfatório, ensejando a expansão do Programa para toda a cidade de Montes Claros, com descentralização de outros 09 (nove) pelotões de Polícia Militar, já a partir do segundo semestre de 2005.

ANEXO T – Projeto Semeando Dignidade, 2007 (conclusão)

Verificou-se, ainda, relativo aumento da consciência da comunidade sobre a importância de sua participação na segurança pública, bem como na criação do bem-estar social. O CONSEP, pela atuação nesse processo, está servindo de modelo para a criação de outros Conselhos nas cidades da área do 10º BPM e da 3ª Região de Polícia Militar.

CONCLUSÃO

A implementação desse Programa pelo 10º BPM, reafirma a convicção de que o envolvimento de todos no processo de construção da resolução de problemas afetos à segurança pública é condição essencial para um clima permanente de ordem e de segurança nas ruas, nos campos, nas estradas, nos lares, nas escolas, nos locais de trabalho e nas áreas de lazer. Assim, isso se torna pressuposto básico para o delineamento de ações mais audaciosas e contundentes de resposta aos delitos que ocorrem na região norte da cidade e que, conseqüentemente, refletirão nos demais bairros de Montes Claros/MG. Sabemos que a gestão de segurança pública não é responsabilidade exclusiva da Polícia Militar, portanto, o processo de mobilização social permeará todos os trabalhos e ações a serem implementadas

Dessa forma, para o sucesso dos trabalhos, os policiais à frente do Programa deverão: ser **empreendedores, articuladores, criativos**, acreditarem na filosofia de Polícia Comunitária; reunir grupos sociais que representem uma comunidade **organizada**, firmar **parcerias transparentes e efetivas**; e **superar** vaidades e paradigmas pessoais em ambos os lados.

As metas do Programa estão planejadas para **médio e longo prazo**, devendo os resultados serem construídos solidamente, com adoção de medidas eficientes e com respaldo na comunidade. Apesar disso, espera-se uma redução gradativa nos índices criminais, após decorridos 24 meses da implementação do Programa. **(Ver Anexo Único).**